

Ana Cristina Gonçalves Coelho-Moreira

As Falas da Face

Processo Casa Pia: Aplicação da Análise da Expressão Facial à Luz do Direito Penal Português

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2015

Ana Cristina Gonçalves Coelho-Moreira

As Falas da Face

Processo Casa Pia: Aplicação da Análise da Expressão Facial à Luz do Direito Penal Português

Universidade Fernando Pessoa

Porto 2015

© 2015

Ana Cristina Gonçalves Coelho-Moreira

“TODOS OS DIREITOS RESERVADOS”

Ana Cristina Gonçalves Coelho-Moreira

As Falas da Face

Processo Casa Pia: Aplicação da Análise da Expressão Facial à Luz do Direito Penal Português

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais, Especialidade em Psicofisiologia da Expressão Facial da Emoção sob a orientação do Professor Doutor Freitas-Magalhães.

RESUMO

ANA CRISTINA GONÇALVES COELHO-MOREIRA: As falas da face
Processo Casa Pia: Aplicação da análise da expressão facial à luz do Direito Penal
Português

(Sob orientação do Professor Doutor Freitas-Magalhães)

O Processo Casa Pia (PrCP) teve um impacto avassalador na sociedade portuguesa, escrutinando publicamente as instituições estatais que acolhiam crianças. As repercussões foram de tal forma intensas que não só foram alteradas as metodologias e as concepções de protecção do Estado a crianças desfavorecidas como o próprio código penal foi alterado como consequência directa das suas implicações.

A emoção e a sua expressão facial desempenham um papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo e da sua interacção com a sociedade. O estudo da expressão facial da emoção de alguns dos intervenientes do PrCP, procurou encontrar respostas sobre a manifestação e a exibição na face da culpa e sobre o seu processamento ao nível neuropsicológico.

O conceito de culpa no âmbito da expressão facial da emoção, ainda que hoje objecto de aceso debate no seio da comunidade científico é, à luz do direito penal um dos principais instrumentos utilizados para apurar a censurabilidade dos agentes e das suas acções. Ainda que a culpa seja considerada pelo direito penal como algo intrínseco ao agente e às suas acções, seja ela dolosa ou apenas negligente, o seu apuramento permite ao direito penal sustentar e aplicar uma sanção, promovendo a dissuasão de comportamentos idênticos, mantendo, assim a paz, a ordem social, e o respeito pelas instituições e agentes representativos do Estado.

Assim, combinando o objectivo último do direito penal e o contributo da análise de expressão facial em contexto forense, foi elaborado um estudo de caso, por recurso metodologia qualitativa comparativa. O principal objectivo foi, procurando resposta às hipóteses colocadas, desenvolver matrizes de análise e medição da culpa, dados os diferentes tipos e níveis de influência que a mesma exerce nos processos de adaptação dos indivíduos à sociedade e às circunstâncias.

Os resultado obtidos indicam e sustentam a evidência de uma configuração específica de Au's na Upper Face e associadas à manifestação na face de culpa, independentemente das circunstâncias (negação ou assunção) que a provocam.

Desta feita, o presente estudo poderá representar o início de um necessária colaboração entre a aplicação da análise da expressão facial da emoção e a aplicação do direito em todas as suas vertentes e instituições uma vez que reforça a aplicação do princípio da culpa e , por consequência, as suas dimensões jurídico-penal e ética.

Palavras-chave: expressão facial da emoção, identificação, reconhecimento, processo Casa Pia, direito penal, culpa.

ABSTRACT

ANA CRISTINA GONÇALVES COELHO-MOREIRA: The speech of the face.
Casa Pia scandal: Application of analysis of facial expression in the light of Portuguese
Criminal Law

(Under the orientation of Prof.Doutor Freitas-Magalhães)

The Casa Pia sexual child abuse scandal had a devastating impact on Portuguese society, publicly scrutinizing the state institutions that sheltered children. The repercussions were so intense that, not only the methodologies and state protection concepts for disadvantaged children have changed, but also the criminal law was changed as a direct result of its implications.

The emotion and there facial expression plays a key role in the development of the individual and their interaction with society. The study of facial expression of emotion of some of the players of PrCP, sought to find answers on demonstration and display on the face of guilt and the processing at a neurological and psychological level.

The concept of guilt within the facial expression of emotion, although today the subject of heated debate within the scientific community is in the light of criminal law one of the main instruments used to determine the reprehensibility of agents and their actions. Although the guilt is considered by criminal law as something intrinsic to the agent and their actions, whether intentional or just negligent, its establishment allows the criminal law uphold and apply a sanction, promoting deterrence identical behaviors, thus maintaining the peace, social order, and respect for state institutions and representative agents.

Thus, combining the ultimate goal of criminal law and the contribution of analysis facial expression of emotion in forensic context, a case study was elaborated with a qualitative methodology by comparison.

The main objective was looking for answers to the hypotheses, develop patterns of analysis and measurement of guilt, given the different types and levels of influence which it exerts on the processes of adaptation of the individual to society and circumstances.

The results obtained indicate and support the evidence of a specific configuration of Au's, in Upper Face associated with the expression on the face of guilt, regardless of the circumstances (denial or assumption) that underlie it.

Therefore, the present study may represent the beginning of a close collaboration between the application of analysis of facial expression of emotion and the application of law in all its aspects and institutions, as it strengthens the principle of guilt and therefore its dimensions legal, criminal and ethics.

Keywords: facial expression of emotion, identification, recognition, Casa Pia criminal trial, criminal law, guilt.

RESUMÉ

ANA CRISTINA GONÇALVES COELHO-MOREIRA: Les lignes de la face
Casa Pia scandale: Recours à l'analyse de l'expression faciale au regard de le droit pénal
portugais

(Sous la supervision du Prof. Doutor Freitas-Magalhães)

Le Casa Pia enfant scandale des abus sexuelles a eu un impact dévastateur sur la société portugaise, scrutant publiquement institutions de l'Etat qui ont accueilli les enfants. Les répercussions étaient si intenses donc, ne ont pas seulement changé les méthodes et concepts de protection de l'État pour les enfants défavorisés, comme le droit pénal a été modifié en conséquence directe de ses implications.

L'émotion et sa expression faciale joue un rôle clé dans le développement de l'individu et de leur interaction avec la société. L'étude de l'expression du face de l'émotion de quelques uns des acteurs de PrCP, a cherché à trouver des réponses sur la démonstration et l'exposition sur le face de la culpabilité et le traitement de niveau neurologique et psychologique.

Le concept de culpabilité dans l'expression du visage de l'émotion, même si aujourd'hui l'un vif débat au sein de la communauté scientifique est à la lumière du droit pénal l'un des principaux instruments utilisés pour déterminer le caractère répréhensible d'agents et de leurs actions. Bien que la faute est considérée par la loi pénale comme quelque chose d'intrinsèque à l'agent et leurs actions, qu'elles soient intentionnelles ou tout simplement preuve de négligence, sa clairance permet la loi pénale faire respecter et d'appliquer une sanction, la promotion de la dissuasion des comportements identiques, maintenant ainsi la la paix, l'ordre social, et le respect des institutions de l'Etat et des agents représentatifs.

Ainsi, en combinant le but ultime du droit pénal et de la contribution des expressions analyse facias dans le contexte médico-légale, une étude de cas a été préparé avec une méthodologie qualitative par comparaison. L'objectif principal a été la recherche de réponses aux hypothèses, élaborer des tableaux d'analyse et de mesure de la culpabilité, étant donné les différents types et niveaux d'influence qu'il exerce sur les processus d'adaptation de l'individu à la société et les circonstances.

Les résultats obtenus indiquent et soutiennent la preuve d'une configuration spécifique de Au son, Upper Face associée à l'expression sur la face de culpabilité, quelles que soient les circonstances (négation ou la véracité) qui la sous-tendent.

Cette fois, la présente étude peut représenter le début d'une étroite collaboration entre l'application de l'analyse de l'expression facial de l'émotion et de l'application du droit dans tous ses aspects et les institutions, car il renforce le principe de la culpabilité et donc ses dimensions juridique, pénale et de l'éthique.

Mots-clés: l'expression du visage de l'émotion, l'identification, la reconnaissance, Casa Pia affaire criminelle, le droit pénal, la culpabilité.

DEDICATÓRIA

Ao meu Filho António,

À minha Mãe Eugénia,

Ao meu Marido Pedro ,

Ao meu Avô António.

AGRADECIMENTOS

Se os meus agradecimentos tivessem que se resumir numa só palavra, escolheria: Tempo.

Toda a minha tese de doutoramento dependeu, directa ou indirectamente, do Tempo. Nunca havia sentido a urgência, premência e importância do Tempo. Seja um Tempo contado em meses, semanas, dias, horas, minutos ou segundos. O Tempo é o maior sinal de amor e gratidão de e para com os nossos. Rejeitando o ditado popular, veementemente, o Tempo vale muito mais que dinheiro.

Agradeço ao meu Considerado Professor Doutor Freitas-Magalhães, com estima, aqueles momentos do Tempo que me dedicou graciosa e despojadamente. Agradeço-lhe os meses carregados de emoções, dias emocionalmente desafiantes, horas de desempenho emocional, minutos de emocionais sorrisos e, aqueles segundos, *quasi* risos, cobertos de vivências partilhadas com intensidade que ficarão para sempre nos anais da História das Emoções. Por sempre me ter permitido Considerá-lo e me ter considerado com Tempo, Obrigada!

Agradeço à minha Ana Gonçalves, pelo Tempo que me deu e pelo Tempo que me esperou, sem cobranças, nem exigências. Contigo percebi o valor do Tempo e logo tu, foste a que mais Tempo esperaste pelo meu Tempo. És maior que a vida e o Tempo está sempre a teu favor. Obrigada do fundo deste Mim que conheces tão bem, minha Princesa *Brave* Bonita!

Agradeço individualmente às almas gémeas Luísa e Pedro, pelo Tempo gasto, pelo Tempo partilhado, pelo Tempo sofrido, pelo Tempo ausente e presente, pelo Tempo que se perdeu no Tempo em dias e noites sem fim. Convosco o meu Tempo foi sempre Tempo, porque vocês tiveram sempre Tempo para mim, mesmo quando nem eu tinha tempo para mim. Gosto de vocês com todo o Tempo do Mundo!

Agradeço à minha “*Miga*” Daniela, porque mesmo sem Tempo, o nosso Tempo nunca deixou de ser e de estar. Somos sortudas pelo nosso Tempo que quando foi, foi sempre bom e quando não

havia tempo para o Tempo, era um Tempo feliz e recheado de risos e gargalhadas que o faziam prolongar nas horas, dias, semanas e meses. “*Gosto de Tu!*”

Agradeço à Noémia, ao Carlos e à Geninha o Tempo que esperaram, aguardaram, respeitaram e, sempre me deram, sem cobranças. Os jantares sem controlo do Tempo, o Tempo que me dedicaram nas palavras, no gesto e no cuidado para com os que eu mais amo. Sem o vosso Tempo, o meu Tempo teria sido muito mais longo!

Agradeço aos Amigos, todos, todo o Tempo que me dedicaram, mesmo quando o vosso Tempo teimava em encurtar. Também aos que partilharam comigo dias e noites de Tempo Alentejano (que é um tipo de Tempo diferente, porque acontece até na Vila de São Tomé de Negrelos, nas noites frias de Dezembro). Obrigada pelos abraços, pelas palavras, pelos segundos, minutos e dias que dedicaram a incentivar e a mimar-me com o Tempo que era vosso. Um Agradecido Obrigada, meus Amigos!

Agradeço de forma particular o Tempo das minhas companheiras desta viagem no Tempo que é uma tese de doutoramento, Ana Catarina e Sofia Guimarães. Obrigada pelo que foi, é e será sempre um Tempo só nosso!

Agradeço a todos que de forma directa ou indirecta me permitiram Tempo para que esta meta fosse atingida. Pelo incentivo silencioso e quieto, pelos segundos do vosso Tempo, pelas palavras amigas, de conforto e carinho para comigo, mas sobretudo para com os meus que faziam o meu Tempo mais longo para o necessário e mais curto para o desnecessário. Obrigada, Jorge Beldade, José Teixeira, Alexandre Solleiro, Anabela Borges e Carla Guimarães, Fernando Rios, Hugo Loureiro e Maria João Alves!

Agradeço aos alunos, estagiários, convidados, público, escolas, universidades, professores, todos, (todos, sem excepções!) que de forma abnegada disponibilizaram Tempo para me ouvir falar das emoções e das suas expressões. Grata pela confiança, pelo carinho, pelo retorno. Obrigada pelo vosso Tempo que me acrescentou tanto ao Tempo!

À minha Madrinha Catarina Matos que me mostrou que o Tempo nem sempre pode esperar e que a Terra pode não ser redonda. Obrigada pelo Tempo que me (nos) dedicou a resgatar de um Tempo que seria perdido. Agora, sim, já todos temos o Tempo pelo qual lutamos! Obrigada, por Tudo, Madrinha!

Ao meu Afilhado Zé... Sempre tivemos e teremos o Tempo de uma vida para partilhar todo e qualquer Tempo teu e meu. Segue o teu Tempo com a mesma sapiência com que assististe ao meu. Devagar ou depressa, lembra-te sempre que és o meu Orgulho!

À minha Mãe... Fui, sou e serei sempre agradecida pelo Tempo carregado de amor e dedicação que me devotas todos os dias, a todas as horas, minutos e segundos. Como eles dizem: que seria de mim sem ti? Obrigada é muito pouco pelo Tempo de quase uma vida que me dedicaste e dedicas. Desde que me lembro como Tua, me dizias: “*O Tempo têm o Tempo que o Tempo têm.*” Amo-te com todo o Tempo, minha Mãe!

Ao meu Filho... Tu és o Tempo. És o que foi, o que é, o que será. És maior, tens o teu Tempo e será todo teu. Obrigada pelo Tempo que me dás, que me arrebatas, que me devolves com um abraço que me pega ao colo. Obrigada, por me deixares estar no teu Tempo e partilhar contigo todos os sonhos do mundo! Amo-te mais que o Tempo de uma vida, meu Filho!

Ao Pedro, meu tudo... Valeu a pena, certo? Com as pedras que encontramos, como diz Pessoa, fizemos um castelo. Quem diria que após tanto Tempo, Tempo que nem nós sabíamos que tínhamos para viver, estaríamos aqui juntos neste Tempo. Este é só nosso. Obrigada pela falta de Tempo, pelo Tempo perdido, pelo Tempo ganho, pelo Tempo investido, pelo desperdiçado ou mal aproveitado, por todo o Tempo que era teu e dividiste comigo, sem nunca cobrares um segundo... Por todas as formas de Tempo com que sempre me amaste! Já disse hoje que gosto muito de ti? Para ti, Todo o amor de uma vida. Da sempre tua...

Ao meu Avô, Obrigada! Diz lá: “*E esta, hein?*” Sem o teu Tempo, eu nunca seria Tempo, sem o teu amor, nunca amaria nem seria amada como sou. A ti, meu Rei!

ÍNDICE

ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	XX
ÍNDICE DE ANEXOS.....	XXII
ÍNDICE FIGURAS.....	XXIII
ÍNDICE DE TABELAS.....	XXIV
ÍNDICE GRÁFICOS.....	XXV
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – A CULPA.....	4
1.1. Epistemologia da culpa.....	4
1.1.1. Perspectiva biopsicofisiológica da culpa.....	4
1.1.2. Perspectiva Jurídico-Penal da culpa.....	8
1.1.3. Perspectiva psicossociológica da culpa.....	11
1.2. Expressão facial da culpa.....	14
CAPÍTULO II – A EXPRESSÃO FACIAL DA EMOÇÃO.....	18
2.1. Epistemologia da emoção.....	18
2.1.1. Génese biológica de emoção: da construção às propriedades.....	20
2.1.2. Regulação das emoções.....	23
2.1.3 Taxinomia das emoções.....	24
2.1.3.1.1 Alegria.....	24

2.1.3.1.2. Aversão.....	25
2.1.3.1.3. Cólera.....	26
2.1.3.1.4. Desprezo.....	27
2.1.3.1.5. Medo.....	28
2.1.3.1.6. Surpresa.....	28
2.1.3.1.7. Tristeza.....	29
2.2 Expressão facial da emoção.....	30
2.2.1. Abordagem teórica: teorias primitivas e filosóficas da emoção.....	30
2.2.2. Teorias naturalistas.....	35
2.2.3 Teorias sócio-construtivistas.....	39
2.2.3. Teoria integrativa de Ekman.....	44
2.3. O reconhecimento emocional.....	46
2.3.1. Processos neurológicos: percepção, identificação e reconhecimento da emoção.....	46
2.3.2. Variáveis moderadoras.....	50
2.3.2.1. Género.....	51
2.3.2.2. Idade.....	54
2.3.2.3. Enquadramento sócio-cultural.....	58
CAPÍTULO III – O RECONHECIMENTO DA EXPRESSÃO FACIAL DA EMOÇÃO DA CULPA.....	61
3.1. Análise da expressão facial em contexto forense.....	61
3.1.1. Análise da expressão facial da emoção em inquirições/interrogatórios.....	64
3.1.1.1. Captação de imagens: vantagens e desvantagens.....	64
3.1.1.2. Variáveis moderadoras de declarações, denúncias e confissões.....	66
3.2 - Aplicação da análise da expressão facial da emoção	71
3.2.1. Metodologias e técnicas.....	71
3.2.2. Resultados da aplicação	74

CAPÍTULO IV- ESTUDO EMPÍRICO.....	77
4.1. Enquadramento do caso de estudo.....	77
4.1.1. Nota introdutória.....	77
4.1.2. Caracterização da instituição Casa Pia e dos intervenientes seleccionados.....	80
4.1.2.1. Caracterização geral da instituição Casa Pia de Lisboa.....	80
4.1.2.2. Preâmbulo biográfico dos intervenientes seleccionados.....	82
4.2. Enquadramento criminológico do PrCP.....	88
4.2.1. Cronograma do processo judicial do PrCP.....	88
4.2.2. Psicossociologia da criança e do jovem.....	89
4.2.3. Caracterização do constructo de abuso de criança e jovens.....	93
4.3. Mediatismo jornalístico: noções e implicações.....	105
4.4. Metodologia.....	109
4.4.1. <i>Design</i> do estudo.....	109
4.4.2. Objetivos da investigação.....	111
4.4.3 Variáveis.....	113
4.4.4 Amostra.....	113
4.4.5 Instrumentos.....	115
4.4.5.1. Análise documental de registos históricos.....	115
4.4.5.2. FACS - Facial Action Coding System de Ekman, Friesen e Hager	116
4.4.5.3. Uso de vídeo-matriz comparativo.....	118
4.4.6. Procedimentos.....	120
4.5 Apresentação e discussão de resultados.....	121
4.5.1. Apresentação de resultados.....	121
4.5.2. Discussão de resultados.....	148

CONCLUSÃO.....	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	162
RECURSOS LEGAIS.....	180
WEBGRAFIA.....	181
ANEXOS (Volume I).....	183
Anexo 1: Carta de pedido de autorização de investigação à DGSP.....	184
Anexo 2: Carta de resposta ao pedido da DGSP à investigadora.....	188
Anexo 3: Análise metodológica da reportagem selecionada como VM.....	190
Anexo 4: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de CS.....	198
Anexo 5: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de RO.....	212
Anexo 6: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de FG.....	227
Anexo 7: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de IM.....	236
Anexo 8: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de CC.....	250
Anexo 9: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de FD.....	263

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

art.º - Artigo

Au - Action unit

Au's - Action units

AW - Anthony Weiner

BC - Cill Clinton

CC - Carlos Cruz

CEP - Código Execução de Penas

CP - Código Penal

CPL - Casa Pia de Lisboa

CPP - Código Processo Penal

CS - Carlos Silvino

DL - Decreto Lei

EFE - Expressão facial da emoção

EMG - Electromiografia

EUA - Estados Unidos da América

FACS - Facial Action Coding System

FAST - Facial Affect Scoring Technique

FD - Ferreira Diniz

FG - Francisco Guerra

FI - Fórmula frequência e intensidade

fMRI - Ressonância Magnética funcional

GI - Guilt Inventory

IM - Ilídio Marques

LF - Lower Face
METT - Micro Expressions Training Tool
MJ - Marion Jones
MP - Ministério Público
OPC - Órgão de Polícia Criminal
p.p. - previsto e punido
PrCP - Processo Casa Pia
PET- Tomografia por Emissão de Positrões
PFQ-2, Personal Feelings Questionnaire-2
RO - Ricardo Oliveira
SNA - Sistema Nervoso Autonómico
SNC - Sistema Nervoso Central
SETT- Subtle Expressions Training Tool
TOSCA - Test of Self-Conscious Affect
UP - Upper Face
VM - Vídeo matriz

ÍNDICES DE ANEXOS

Anexo 1: Carta de pedido de autorização de investigação à DGSP.....	184
Anexo 2: Carta de resposta ao pedido da DGSP à investigadora.....	188
Anexo 3: Análise metodológica da reportagem selecionada como VM.....	190
Anexo 4: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de CS.....	198
Anexo 5: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de RO.....	212
Anexo 6: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de FG.....	227
Anexo 7: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de IM.....	236
Anexo 8: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de CC.....	250
Anexo 9: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de FD.....	263

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Representação da estrutura e funções das emoções auto-conscientes (Zinck, 2008, p. 496)	6
Figura 2: Representação da teoria de James-Lange. As setas indicam a direcção da função (Strongman, 1998, p.26).....	34
Figura 3: Representação da teoria de Cannon-Bard. As setas indicam a direcção da função (Strongman, 1998, p.29)	35
Figura 4: Representação do <i>Core affect</i> (Russel, 2003, p. 148).....	40
Figura 5: Representação de parte dos resultados do estudo realizado por Davis & Murray (Davis, 2012-2013, p. 30, cit in, Davis & Murray, 2010-2012).....	42
Figura 6: Representação das Au's e a descrição das mesmas retirado do FACS investigator's Guide (Ekman, Friesen et Hager, 2002).....	117

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Resumo qualitativo comparativo global das Au's verificadas nos indivíduos do género masculino do VM.....	131
Tabela 2: Análise comparativa global das Au's na Assunção entre VM, CS e RO	151
Tabela 3: Análise comparativa global das Au's na Negação entre VM, CS e RO.....	152
Tabela 4: Análise comparativa global das Au's na Assunção entre VM e Vítimas do PCP: RO e FG.....	152
Tabela 5: Análise comparativa global das Au's na Negação entre VM e Vítimas do PCP: RO e IM.....	153
Tabela 6: Análise comparativa global das Au's na Negação entre VM e Condenados do PCP: CS, CC e FD.....	154
Tabela 7: Frequência total das Au's na Negação na LF entre VM Vs Amostra do PCP.....	155
Tabela 8: Frequência das Au's na Negação na UF entre VM Vs Amostra do PCP.....	156
Tabela 9: Frequência total das Au's na Assunção na LF entre VM Vs Amostra do PCP.....	157
Tabela 10: Frequência das Au's na Assunção na UF entre VM Vs Amostra do PCP...	158

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: FI das Au's na Negação Vs Au's na Assunção de AW.....	123
Gráfico 2: Dispersão da Duração das Au's na Negação de AW.....	123
Gráfico 3: Dispersão da Duração das Au's na Assunção de AW.....	123
Gráfico 4. FI das Au's na Negação Vs Au's na Assunção de BC.....	124
Gráfico 5. Dispersão da Duração das Au's na Negação de BC.....	124
Gráfico 6. Dispersão da Duração das Au's na Assunção de BC.....	124
Gráfico 7. FI das Au's na Negação Vs Au's na Assunção de MJ.....	125
Gráfico 8. Dispersão da Duração das Au's na Negação de MJ.....	125
Gráfico 9. Dispersão da Duração das Au's na Assunção de MJ	125
Gráfico 10. FI das Au's na Negação Vs Au's na Assunção da amostra do VM.....	126
Gráfico 11. Dispersão da Duração das Au's na Negação da amostra VM.....	126
Gráfico 12. Dispersão da Duração das Au's na Assunção da amostra VM.....	126
Gráfico 13. FI das Au's na Negação Vs Au's na Assunção da amostra masculina do VM.....	127

Gráfico 14. Dispersão da Duração das Au's na Negação da amostra masculina do VM.....	127
Gráfico 15. Dispersão da Duração das Au's na Assunção da amostra masculina do VM.....	127
Gráfico 16. Dispersão FI das Au's na Negação da amostra masculina do VM.....	128
Gráfico 17. Dispersão FI das Au's na Assunção da amostra masculina do VM.....	128
Gráfico 18. Dispersão Relativa das Au's na Negação amostra masculina do VM.....	129
Gráfico 19. Dispersão Relativa das Au's na Assunção amostra masculina do VM.....	129
Gráfico 20. Dispersão FI das Au's na Negação da amostra VM.....	129
Gráfico 21. Dispersão FI das Au's na Assunção da amostra VM.....	129
Gráfico 22. Dispersão Relativa das Au's na Negação da amostra VM.....	130
Gráfico 23. Dispersão Relativa das Au's na Assunção da amostra VM.....	130
Gráfico 24. Dispersão da Simetria das Au's na Negação da amostra VM.....	131
Gráfico 25. Dispersão da Simetria das Au's na Assunção da amostra VM.....	131
Gráfico 26. FI das Au's na Negação <i>Vs</i> Au's na Assunção de CS.....	133
Gráfico 27. Dispersão Relativa das Au's na Negação de CS	134
Gráfico 28. Dispersão Relativa das Au's na Assunção de CS.....	134
Gráfico 29. Dispersão da Duração das Au's na Negação de CS.....	134
Gráfico 30. Dispersão da Duração das Au's na Assunção de CS.....	134
Gráfico 31. Dispersão da Simetria das Au's na Negação e Assunção de CS.....	135
Gráfico 32. FI das Au's na Negação <i>Vs</i> Au's na Assunção de RO.....	136

Gráfico 33. Dispersão relativa das Au's na Negação de RO.....	137
Gráfico 34. Dispersão relativa das Au's na Negação de RO.....	137
Gráfico 35. Dispersão relativa da duração das Au's na Negação de RO.....	137
Gráfico 36. Dispersão relativa da duração das Au's na Negação de RO	137
Gráfico 37. Dispersão da Simetria das Au's na Negação e na Assunção de RO.....	138
Gráfico 38. FI das Au's na Assunção de FG.....	140
Gráfico 39. Dispersão Relativa das Au's de FG.....	140
Gráfico 40. Dispersão Relativa da Duração das Au's de FG.....	141
Gráfico 41. Dispersão da Simetria das Au's de FG	141
Gráfico 42. FI das Au's na Negação de IM.....	142
Gráfico 43. Dispersão Relativa das Au's de IM.....	142
Gráfico 44. Dispersão Relativa da Duração das Au's de IM.....	143
Gráfico 45. Dispersão da Simetria das Au's de IM.....	143
Gráfico 46. FI das Au's na Negação de CC.....	144
Gráfico 47. Dispersão Relativa das Au's de CC.....	145
Gráfico 48. Dispersão Relativa da Duração das Au's de CC.....	145
Gráfico 49. Dispersão da Simetria das Au's de CC.....	145
Gráfico 50. FI das Au's na Negação de FD.....	147
Gráfico 51. Dispersão Relativa das Au's de FD.....	147
Gráfico 52. Dispersão Relativa da Duração das Au's de FD.....	148
Gráfico 53. Dispersão da Simetria das Au's de FD.....	148

INTRODUÇÃO

A expressão facial da emoção não é apenas um mero indicador do estado emocional é, também, como afirma Freitas-Magalhães, um organizador do psiquismo humano. Considerando a face como o principal e mais demonstrativo instrumento da auto-consciência humana, “*o homem sem emoção não fazia sentido, como não faz sentido a emoção sem o homem*” (Freitas-Magalhães, 2009b, p.177).

Sendo a face o *palco* onde por excelência as expressões se manifestam e as emoções são exibidas, dever-se-á ter em consideração todo o processo neuropsicofisiológico que as antecedem e que estão na sua origem. Neste processo estão envolvidos um conjunto de estímulos e/ou situações pré-existentes no cérebro humano que, de forma inata estabelece paralelismos e comparações das emoções e experiências do dia-a-dia, com as experiências e emoções vivenciadas no passado. A ciência afirma que a expressão facial da emoção não só é o resultado das vivências de cada pessoa e das respostas fisiológicas a estas associadas, como também está, directamente dependente do funcionamento do cérebro, em especial do hipotálamo, córtex pré-frontal e das estruturas límbicas.

Desde Darwin que a emoção e a expressão da mesma na face suscita interesse e foram múltiplas e variadas as teorias que se debruçaram sobre o tema. Na presente investigação, dar-se-á particular ênfase à teoria de Ekman, uma vez que o autor e colegas desenvolveram o primeiro e ainda hoje, principal instrumento de medição da expressão facial da emoção. Este instrumento permite medir com rigor científico a expressão facial da emoção na face de qualquer ser humano, independentemente do género, etnia, idade, entre outros. Em 2002, definiu com colegas, as, actualmente aceites

pela comunidade científica, 7 (sete) emoções básicas: alegria, aversão, cólera, medo, desprezo, surpresa e tristeza.

O Processo Casa Pia, também designado como um dos maiores escândalos que abalou a sociedade portuguesa, trouxe a público a prática de abusos sexuais de crianças no interior de instituições a quem competia salvaguardar e proteger crianças desfavorecidas e/ou negligenciadas. O papel de segurança a que se associava esta instituição e outras com a mesma finalidade, nomeadamente o papel do Estado na protecção destas crianças, foi questionado. Foram vários e diversos os nomes associados a estes abusos, sobretudo pessoas proeminentes da sociedade portuguesa dos mais variados quadrantes: políticos, médicos, profissionais de entretenimento, professores, educadores, entre outros. O seu impacto foi profundo na sociedade e nas mudanças do paradigma da protecção de crianças a cargo do Estado, mas não só. O seu impacto estendeu-se ao código penal, às suas instituições, agentes e representantes. A culpa como pedra basilar do *Princípio da culpa* do direito penal, também importante e relevante para o quadro axiológico da sociedade, não foi descurada pela ciência, em particular da expressão facial da emoção.

Assim, sendo a culpa um valor fundamental na apreciação da censurabilidade das acções e dos agentes à luz do direito penal e considerando que a culpa, mesmo enquanto emoção discreta, possa ter uma manifestação e exibição na face distinta e única que a diferencia das demais 7 emoções básicas, esta investigação propôs-se a : 1) entender se a culpa pode possuir ou não, uma manifestação distinta na face, 2) se poderá a análise da expressão facial da emoção ser aplicada e enquadrada no actual quadro de aplicação do direito penal Português, 3) quais as suas limitações e implicações e, 4) a análise da expressão facial da emoção de alguns dos intervenientes do Processo Casa Pia.

Esta investigação revela-se pertinente, pois os contributos da expressão facial da emoção e face aos reconhecidos avanços científicos que tem demonstrado além

fronteiras, poderá resultar numa simbiose que alie a ciência ao direito como tão veementemente Figueiredo Dias vem defendendo ao longo do seu percurso académico ao serviço do Direito. Usando o estudo de caso do Processo Casa Pia, poderá esta investigação representar o início de uma jornada comum entre a expressão facial da emoção e o Direito, na busca última do apuramento da verdade e a defesa dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

CAPÍTULO I – A CULPA

*“As expressões não são apenas e só meros sinais -
estão impregnados de mensagem emocional”*
(Freitas- Magalhães, 2011, p. 165)

1.1. Epistemologia da culpa

1.1.1. Perspectiva biopsicofisiológica da culpa

A culpa, segundo estudos realizados (e.g. Baumeister et al., 1994; Dost & Yagmurlu, 2008; Ekman, 1992; Ekman, 2004a; Keltner & Buswell, 1996; Kubany & Watson, 2003; Meissner & Kassin, 2002; Tracy & Robins 2006), é descrita e definida como uma emoção discreta, resultante de acções ou omissões comportamentais do indivíduo. Os mesmos estudos consideram que a culpa pode ter eco numa expressão facial distintiva das demais emoções. Todavia, os comportamentos associados à culpa, por norma motivam no indivíduo uma *“direct remedial action”* (Keltner & Buswell, 1996, p.168) que não implica, necessariamente, uma expressão característica distintiva ou, pelo menos, facilmente identificável na face. Para Keltner e Buswell (1996, p. 168-169), estes resultados poderão ser a evidência que o constructo da culpa é complexo, pelo que a sua análise através de uma fotografia pode levar a interpretações da expressão facial distintas da culpa (e.g., vergonha, embaraço). *“Guilty may involve a complex pattern of facial gaze, postural, and speech activity(...) that cannot be captured in static photographs. Or (...) require more than non-verbal communication”*.

A culpa está normalmente associada à sensação individual de desconforto emocional decorrente ou associada, a acções, omissões, circunstâncias ou intenções (Baumeister et al., 1994). Segundo a literatura, a culpa é o resultado da soma de uma componente emocional e de um conjunto de crenças interrelacionadas sobre

determinado comportamento adoptado pelo próprio indivíduo que a vive, pelo que “*guilt will not be expected to occur if a person does not implicate himself or herself in a negative event in any way*” (ibidem, p. 58).

A manifestação da culpa na expressão facial não reúne consenso junto da comunidade científica. Se para Darwin, em 1872, e outros autores que se lhe seguiram, a culpa se enquadra num grupo de emoções no qual também encontramos a vergonha e o embaraço, então seria correcto designá-la como uma emoção discreta. Para Baumeister e colegas, a culpa “*happens between people as much as it happens inside them*” (1994, p. 243), afirmação que fundamenta a opinião de um conjunto de autores segundo os quais a culpa, enquanto emoção, é uma auto emoção-consciente. Todavia, estes mesmos autores defendem que a culpa assenta numa base proeminentemente interpessoal ao invés de, simplesmente, pessoal. Outrossim, “*some experiences of guilt can take place in the privacy of one’s individual psyche, in social isolation. Still, many of those instances may be derivative of interpersonal processes.*”(Baumeister et al., 1994, p. 243). Mais recentemente, em 2008, Dost e Yagmurlo, reafirmaram a culpa como “*self-conscious emotions*” (p.109), uma vez que a esta emoção subjaz, implicitamente, um processo auto-reflexivo do próprio indivíduo.

Tracy e Robbins (2006, p.1339) descreveram a culpa enquanto “*Self-conscious emotions critically involve self-evaluative processes, whereas nonself-conscious (e.g., anger, fear)*”. Ainda que para os autores, este processo de auto-avaliação não seja condição *sine qua non* para que a emoção aconteça, quando este processo ocorre, tal determina qual o peso causal que as auto-representações têm no surgimento das emoções. Neste sentido, estes investigadores desenvolveram um conjunto de estudos em 2006 que procuraram estabelecer e compreender a relação entre as auto-representações e a expressão das emoções. De acordo com os resultados obtidos, foi possível sustentar que as representações pessoais têm uma relação causal com a vivência da emoção auto-consciente, como a culpa. Mas não se verificou a necessidade dos indivíduos em regularem a emoção da culpa através da externalização da mesma, não se tendo

observado essa correlação. De facto, *“Instead, guilt-prone individuals, tend to make internal attributions, which would lead only to more guilt”*. (Tracy & Robbins, 2006, p. 1348) (v. Fig.1).

Assim, a culpa enquanto *“Self-referential emotions constitute a subgroup of emotions that have specific functions and a special structure”* (Zinck, 2008, p. 496).

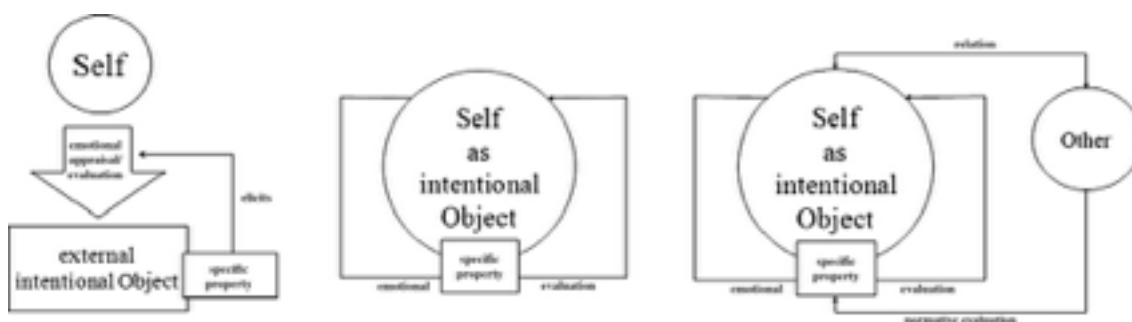


Figura 1: Representação da estrutura e funções das emoções auto-conscientes (Zinck, 2008, p. 496)

Diversos autores definiram e operacionalizaram o conceito de culpa como um *“multidimensional construct”* (Dost & Yagmurlo, 2008, p. 113) por lhe reconhecerem a capacidade de ser *“adaptive and maladaptive (...) and its magnitude may vary as a function of cognitive and affective dimensions”* (ibidem, p. 113). Esta definição implica que se compreenda que a emoção de culpa vivenciada por cada um, capaz de produzir efeitos no próprio, e que se reflectirão em sentimentos positivos ou negativos, dependem da forma como a própria emoção da culpa é experienciada. A investigação produzida demonstra que a culpa se relaciona com outras dimensões, nomeadamente com a baixa auto-estima, com ideais de perfeccionismo negativos e, inclusivé, com sintomas patológicos, como somatização, depressão, paranóia, ansiedade e/ou cólera (Dost & Yagmurlo, 2008; Ferguson & Stegge, 1998; Keltner & Buswell, 1996; Tangney, 1998; Silvia & Eddington, 2012). Da mesma forma, para que os níveis de intensidade da culpa se possam determinar, será de considerar a influência dos factores contextuais. A saber: o abuso, a violação, acidentes graves

ou mortes, entre outros (Kubany & Watson, 2003; Dost & Yagmurlo, 2008). De facto, são vários os estudos que apontam para o impacto *a posteriori* de determinados eventos traumáticos na vida dos indivíduos que, em *ultima ratio* poderão levar a que se “*overestimate their responsibility in the event and thus engaged in excessive self-blame*” (Dost & Yagmurlo, 2008, p. 116).

Kubany e Watson (2003) definiram no seu modelo multidimensional de culpa¹, variáveis situacionais e sociais que contribuem para a vivência da culpa e para a definição da intensidade da mesma, a saber: a) infligir danos, b) proximidade física ou envolvimento directo num evento negativo, c) infligir danos a alguém próximo, d) envolvimento em eventos dos quais resultaram danos irreparáveis a terceiros, e) envolvimento em eventos inesperados, mas dos quais resultaram danos irreparáveis, f) eventos negativos causados por acção humana, g) escolhas com produção de consequências negativas, h) desigualdade em benefícios ou desvantagens, e, i) assunção de culpa de terceiros.

O embaraço, orgulho, timidez, vergonha e culpa são emoções, à luz dos achados de Lewis em 1993, que devem ser analisadas como um todo, por serem “*emoções relacionadas com a consciência do Eu.*” (Strongman, 1998, p. 154). Izard, por seu turno, avança com a análise da vergonha de forma independente da culpa e deu particular ênfase à timidez. Quanto à culpa, o autor afirma “*Na Teoria das emoções discretas, a culpa é a emoção-chave no desenvolvimento da responsabilidade pessoal e social e dos fenómenos da consciência.*” (Izard, cit. in, Strongman, 1998, p. 155). A culpa interliga-se com a vergonha, ainda que, o processo de avaliação que lhe dá origem seja diferente. Ora, se a vergonha surge através da análise de um processo de avaliação heterógeno dos outros sobre o Eu, a culpa é de exclusiva responsabilidade da auto-avaliação do Eu. Em 1993, Lewis levanta a questão sobre a forma como a emoção culpa deve ser analisada: enquanto emoção básica ou de forma separada, uma vez que a culpa

¹“*A causal Model that accounts for guilt given the occurrence of a negative event.*” (Kubany & Watson, 2003, p. 75)

está dependente da consciência do Eu. Já em 1987, Ortony levantava a questão se a culpa deveria ou não ser catalogada como uma emoção básica.

1.1.2. Perspectiva Jurídico-Penal da culpa

A culpa, segundo Figueiredo Dias (2007), “*exprime uma realidade axiológica (uma valoração ética) insusceptível de manipulação utilitarista*” (p. 275) que serve o direito penal no apuramento da censurabilidade das acções e dos agentes. Mas, primeiro releva uma breve nota introdutória sobre a génese, conceito, objectivos e aplicações do direito penal.

O direito penal define os crimes, estabelece sanções e infracções que são punidas com penas ou medidas de segurança, isto é, define quais as acções que constituem um ilícito criminal e quais as consequências/reacções jurídicas que lhe podem ser imputadas. Se no direito criminal importa o crime em si, no direito penal a tónica é colocada nas penas e medidas de segurança e, mais recentemente, nas condutas culposas (Dias, 1990; Dias, 2007; Roxin, 1998; Roxin, 2002) associadas ao crime.

Numa perspectiva material, o direito penal visa a tutela dos valores fundamentais à convivência comunitária e à livre vontade/realização da pessoa. Só um comportamento que viole estes pressupostos deverá ser punido. Existe um consenso comum e transversal a toda a sociedade que determina e acerta as normas de agir em comunidade. Compete ao Homem ajustar-se a estas normas, adoptando condutas adequadas, ajustando-se aos critérios e/ou valores jurídicos descritos na letra da lei. Estes bens jurídicos abrangidos pelo direito são uma realidade que, à luz do consenso comunitário, se revelam valiosos e indispensáveis à convivência humana pelo que são estes que se encontram sob a tutela do direito penal. O consenso comunitário, enquanto critério, define a esfera privada de cada indivíduo, estabelece direitos e deveres, que quando lesados e/ou não cumpridos, encontram resposta no direito penal. Este critério determina quais os bens são considerados fundamentais para a boa convivência social. Daqui emergem duas noções de norma: a norma de conduta, segundo a qual a norma é

aplicável a todos e determina a natureza da lei e, a norma penal, que significa que o indivíduo é livre de obedecer ou desobedecer ao determinado sendo que, em caso de violação da norma, a sua conduta passa a constituir um crime. Assim, o crime é constituído pela violação da lei e pela violação de uma conduta humana que tutela determinados valores jurídicos. Posteriormente à violação da lei, emerge a necessidade de punição do comportamento, que tem como objectivo reafirmar a força normativa, a permanência e a validade da norma. Ora, considerando que o direito penal é a *ultima ratio* da política social, a sua natureza é considerada como definitiva e subsidiária, pelo que apenas actua quando demais ramos do direito não versam sobre os bens fundamentais em causa e estes forem fundamentais à convivência humana (Dias, 1999; Dias, 2007).

Para que um acto e/ou conduta seja considerado crime, tem de se verificar o somatório de três elementos, a saber: 1) Tipo, determina se a acção é ou não tipificada como crime, 2) Ilícito, se acção é contrária à norma ou, apenas parte dela e, 3) Culpa. Quanto à culpa, Dias define-a, à luz do direito penal, como:

(...)o facto possa ser pessoalmente censurado ao agente, por aquele se revelar expressão de uma atitude interna juridicamente desaprovada e pela qual ele tem por isso de responder perante as exigências do dever-ser sócio-comunitário. (2007, p. 274)

Para o direito penal, a culpa está sintetizada no *Princípio da culpa*, segundo o qual *não há pena sem culpa e a medida da pena não pode ultrapassar a medida da culpa*. Por conseguinte, podemos na esteira de Dias, reconhecer ao conceito de culpa uma dimensão funcional, não só porque serve o sistema jurídico-penal e uma dimensão ética, como também serve interna e externamente como método de avaliação valorativa da acção. Compete ao *Princípio da culpa* balizar a medida da pena, definindo o mínimo e o máximo na qual esta se irá encaixar (e.g. duração da penas, penas acessórias). De acordo com a Teoria Geral do Crime, o crime é a violação da norma de determinação que tem por objecto os bens fundamentais, também designada pela literatura, como o

desvalor da acção (Correia, 1971; Correia, 1983; Dias, 1990; Dias, 2007). Os destinatários da norma são livres de obedecer ou não, cumprir ou não as normas, uma vez que o direito reconhece ao cidadão a sua liberdade na conduta. Contudo, as normas têm a função de comando, sendo imperativas e de dever de funcionamento da conduta humana pelo que o objecto de valor da acção é a própria conduta humana.

A acção humana quando viola as normas de conduta, normas previamente definidas e tipificadas na letra da lei, passam a ser consideradas pelo direito como ilícitos tipo que podem ser de natureza incriminadora ou justificadora. Os ilícitos típicos incriminadores implicam um desvalor de acção e não implicam, necessariamente, a existência de culpa. A culpa decorre de um juízo de censura sobre o agente, pois se verificou uma desvalorização subjectiva do acto à luz da actuação do indivíduo. A culpa material é definida pela censurabilidade da acção do agente, apurada quando se verificam três (3) pressupostos: 1) imputabilidade ou capacidade de culpa, 2) consciência do ilícito e, 3) exigibilidade de um comportamento diferente. Em suma, o agente tem de ser livre na sua capacidade de escolha, percepção e reconhecimento da norma.

A culpa enquanto atitude interna do agente que se manifesta através do ilícito típico, pode ser determinada como dolosa ou negligente. No caso do tipo de culpa dolosa, o direito afirma que está comprovada e/ou pode ser imputada à acção do agente, uma atitude íntima consciente que é contrária ao direito e às suas normas. O tipo de culpa negligente é caracterizado quando não se verifica essa atitude íntima do agente. O direito definiu por consequência, pressupostos que têm que ser observáveis para determinar a culpa. Assim, o agente deverá ser considerado imputável², isto é, o agente tem de ter qualidades internas que lhe permitam ter juízos de valor e de censura das suas acções. Caso o agente não tenha estas capacidades, seja por razão de idade conforme artigo 19º(décimo nono) do CP, seja por razão de anomalia psíquica conforme artigo 20º(vigésimo) do mesmo, será declarado como inimputável. Quanto à exigibilidade, o

² Segundo Dias (2007) “*capacidade do agente, no momento do facto, “para avaliar a ilicitude deste ou para se deixar determinar por essa avaliação.”*(p. 565)

direito determina que o agente podia ter agido licitamente, pois era assim que lhe era exigido face à situação e, ainda assim, optou pela actuação ilícita. Todavia a lei salvaguarda situações exógenas à vontade do agente como os casos de estado de necessidade desculpante, conflito de deveres, obediência indevida desculpante, entre outros (Correia 1971; Correia, 1983; Dias, 1999; Dias, 2007).

Em suma, a culpa como concepção normativa, surge como uma censura dirigida ao agente pela prática do facto, sendo a sua acção censurável. No contexto funcional, tem uma função político-criminal primária de defender a dignidade humana, em prol do bem-estar social e comunitário executado por agentes representativos do Estado.

1.1.3. Perspectiva psicossociológica da culpa

Freud, iniciou a sua pesquisa sobre a culpa tendo por base a sintomatologia associada, nomeadamente os sintomas neuróticos. Para o autor existia uma relação desproporcional entre as acções e a culpa vivida pelos seus agentes. Era um sentimento vivido pelo próprio de forma exacerbada, como resultado do *“obscuro sentimento de culpa a que a humanidade tem estado sujeita desde os tempos pré-históricos e que em algumas religiões foi condensado na doutrina da culpa primal, ou pecado original”* (Freud, cit. in, Rinaldi, 2001). Para encontrar a génese da culpa dever-se-á considerar a consciência moral do indivíduo como resultado do que ama, quem ama e, da angústia que rege o seu pensamento de forma, quase, constante. (Rinaldi, 2001)

Skinner em 1991, no âmbito da sua Teoria comportamentalista, definiu a culpa como uma consequência de *“contingências aversivas”* (Guilhardi, 2002). Melhor dito: é um sentimento que carece da influência directa de factores exógenos ao indivíduo que derivam das suas acções e escolhas. Guilhardi (2002) contextualizou a culpa como:

A “culpa” envolve uma comunidade poderosa (governo, sistema judiciário, professores, pais etc.) que julga (categoriza) um determinado comportamento como ilegal (inadequado) e o condena de acordo com a lei ou as regras do grupo social (pune-o). (p. 4)

Para o autor, para que o indivíduo refira a vivência do sentimento de culpa deverão ser verificadas 5 (cinco) condições. A primeira condição, segundo Guilhardi, deverá ser que o comportamento adoptado seja considerado pelo próprio e/ou pela sociedade onde se insere, como inadequado. A classificação de inadequado não é uma propriedade intrínseca do comportamento, mas sim, o resultado de juízos de valor que uma pessoa, grupo ou comunidade lhe confere e é apreendido e aceite pelo indivíduo. Esta aprendizagem surge com a observação das vivências e respectivas consequências em terceiros ou pelo próprio. Ora, considerando que existem circunstâncias que não são classificadas como inadequadas e geram, à mesma, sentimentos de culpa, podemos acrescentar a esta fórmula o impacto do contexto onde a acção acontece. Em segundo lugar, é necessário que o indivíduo reconheça a inadequação do comportamento e as possíveis consequências punitivas do mesmo. Caso tal não se verifique, o indivíduo não experimenta o sentimento de culpa, mas também não estabelece nexos de causalidade entre a acção/comportamento com uma consequência negativa (e.g. indivíduos com psicopatia). Em terceiro, para que o sentimento de culpa surja, deverá o agente ter uma relação de interacção positiva com regra (e.g. lei) e com quem a define (e.g., legislador), nomeadamente de confiança e crença. Caso esta relação não exista, o indivíduo que não reconhece legitimidade a esta capacidade de regular determinado comportamento (e.g., filho que não respeita as directrizes dos pais), de quem a estabelece, o sentimento de culpa também não será manifestado, ainda que num quadro axiológico amplo, o agente reconheça que a acção/comportamento é inadequado. Neste caso, o agente não respeita quem faz cumprir a conduta, ainda que esteja consciente da existência de factores negativos associados ao seu comportamento. A quarta condição, será a existência de experiências passadas com consequências negativas, díspares ou ausentes. A exposição constante à punição pode ter um efeito contraproducente, a classificação de “*inadequado*” pode ser muito diferente entre as figuras a quem se reconhece o poder de as determinar como tal (e.g., mãe considera correcto, o pai considera incorrecto), ou então, a inexistência total de referenciais de classificação de comportamentos e, naturalmente, de consequências aversivas. Por último, releva para Guilhardi, a aceitação da punição aplicável, não oferecendo nenhum tipo resistência à mesma ou ao seu

aplicador. Em suma, para o autor, a culpa é um sentimento que não pode ser dissociado de uma análise das circunstâncias comportamentais e contextos onde a acção ocorre.

Bybee (1998), afirma que a culpa, aos olhos da psicologia e da psiquiatria, foi durante um longo período de tempo, uma emoção dolorosa e debilitante, tóxica e desnecessária dos indivíduos. Todavia a autora ao analisar a produção empírica produzida na década de noventa, reconhece a esta emoção, a produção de efeitos positivos no comportamento (e.g. maior tendência para actos de caridade, maior preocupação com sentimentos de terceiros, comportamentos mais frequentemente honestos, entre outros). Tangney (1998) analisou as diferenças teóricas entre vergonha e culpa que, na sua opinião, eram frequentemente confundidas ou colocadas na mesma categoria de *“moral emotions that regulate social behavior(...) or as potentially affective experiences that lie at the heart of many psychological symptoms”* (p.1). Segundo a perspectiva psicanalítica, para além de Freud, destacaram-se Piers e Singer que em 1953 (no alinhamento teórico de Freud) definiram a culpa como uma reacção à colisão de ideias entre o ego e o superego, porquanto que a vergonha seria o confronto entre os ideias do ego com o ego ideal. Na perspectiva antropológica, a culpa e a vergonha são o resultado de diferentes eventos e dos contextos onde estes ocorrem, sendo que a sua diferenciação tem uma base intrínsecamente situacional. Numa perspectiva inovadora à época, Lewis em 1971, usa o papel do *self* consoante a situação a que o indivíduo é exposto, como a base para diferenciar a vergonha da culpa. A implicação do *self* na vivência fenomenológica, altera os resultados da experiência, acção e/ou conduta.

The experience of shame is directly about the self, wich is the focus of evaluation. In guilt, the self is not the central object of negative evaluation, but rather the thing done or undone is the focus. In guilt, the self is negatively evaluated in connection with something but is not itself the focus of the experience. (Lewis, 1971, p. 30, cit. in, Tangney, 1998, p. 5)

Para Lewis, a culpa é uma experiência menos dolorosa que a vergonha, uma vez que está direccionada para a análise de uma determinada situação, e não para o *self*. Todavia sentimentos como o remorso, arrependimento e tensão, estão fortemente associados à culpa. Como conclusão de dois estudos realizados por Tangney (1993 e em 1996), o autor assevera que a culpa e a vergonha são duas experiências emocionais substancialmente diferentes, tal como afirmara Lewis, tanto cognitivamente e afectivamente, como motivacionalmente (1998, p.6). A culpa, como emoção, demonstra ter uma génese moral, sendo que os estudos demonstraram que estes indivíduos revelaram uma maior tendência para serem empáticos e mais prontos para retificar as consequências das suas acções. Tal poderá ser sinónimo de uma maior consciencialização do comportamento em causa, e não necessariamente um foco no *self* que agiu. Também se verificou uma menor (ou quase nula) somatização psicológica da culpa, por contraponto com a vergonha, normalmente associada a problemas psicológicos. Em suma “*guilt appears to be the “moral affect” of choice.*” (Tangney, 1998, p. 9). O autor diferencia estas emoções das emoções básicas, classificando-as como emoções auto-conscientes, que vão sendo apreendidas ao longo da vida, que se interligam com a noção de *self*, com as acções e comportamentos do indivíduo. Assim, o autor considera normal que as circunstâncias que fazem o indivíduo viver a culpa, podem sofrer alterações com as mudanças biopsicossociais a que o indivíduo está sujeito através da influência da idade, do contexto social onde se insere e das experiências que viveu. Para o autor, o que distingue a culpa da vergonha é muito mais do que a mera demonstração e o local onde ocorre a vivência da emoção (e.g. em privado ou em público).

1.2. - Expressão facial da culpa

“Is there a facial display of guilt?”
(Keltner & Buswell, 1996, p.167)

Grosso modo, a investigação sobre a culpa pode ser dividida em 2 (duas) grandes áreas da expressão emocional, a que ocorre ao nível interpessoal e que determina como os que vivenciam a culpa a transmitem e/ou tentam ocultar, e a que ocorre ao nível intrapessoal, que permite a observação da culpa em contexto de

isolamento, sem que haja a necessidade do indivíduo em obedecer a determinadas formas ou moldes de expressão.

Em 1996, Keltner e Buswell, após a análise dos resultados do *study 2*, verificaram que a culpa nunca foi identificada através da expressão facial pelos observadores do estudo, sendo frequentemente descrita e/ ou associada como uma expressão facial de vergonha ou desprezo. Releva para estes autores, que se tenha sempre em atenção durante a análise da expressão facial da culpa, a influência de determinados circunstancialismos psicofisiológicos como consumos de álcool, drogas, abstinência, doenças do foro neurológico ou psiquiátrico (Ferguson & Stegge, 1998; Meissner & Kassim, 2002; Casey et al., 2012; Freitas-Magalhães & Castro, 2009b; Freitas-Magalhães & Castro, 2009c), tanto na expressão como na destriça da regulação desta emoção. Em boa verdade, estas variáveis psicofisiológicas interferem de sobremaneira na “*ability of an individual to correctly detect a signal (deception) versus correctly reject its absence (truth)*” (Meissner & Kassim, 2002, p.472).

Na esteira de Holodynski, a internalização da expressão ocorre “*when in solitary isolation rather than social situations*” (2004, p. 26). Logo, para este autor, a auto-regulação é independente da regulação emocional interpessoal/social. Em boa verdade, não existe nenhuma regra definida que determine formas de expressão da emoção quando estamos sozinhos. A internalização, poderá significar que não é necessário uma expressão em *full performance* da emoção. Esta exibição, perde a sua função de ser para terceiros e/ou em sociedade, e passa a ser utilizada pelo próprio indivíduo na regulação dos seus próprios sentimentos e ações.

Para Tracy e Robbins (2006), a culpa é mais facilmente regulada ao nível do comportamento do que ao nível cognitivo, uma vez que a culpa impele o indivíduo adoptar comportamentos reparativos (e.g. pedidos de desculpa) da situação que originou a emoção, tendo como objectivo minorar o desconforto emocional causado pela culpa e, assim, diminuindo a sua necessidade de reavaliação da emoção. Alguns estudos

demonstram que o indivíduo que experiencia a culpa tende a “*remediate the transgression through direct action, such as confession, apology, or charitable acts.*” (Keltner & Buswell, 1996, p.156). Logo, não surpreende que a culpa e a sua expressão, sejam o resultado observável de uma acção ou omissão que violou determinados valores morais ou, tenha sido o resultado de uma acção disruptiva do obrigatório e/ou legal (Tangney, 1998).

Inclusive, nos estudos realizados por Keltner e Buswell (1996), os autores concluíram no *study 1* que a vivência da emoção culpa estava muito associada ao não cumprimento de determinados deveres ou obrigações, à mentira, a actos de negligência para com outra(s) pessoa(s) e/ou após enganar alguém de forma deliberada (p. 160). Estes resultados foram corroborados, pelo *study 2*, segundo o qual “*The antecedents of guilt typically involve direct harm to another, brought about by lying, cheating, neglecting another, failing to reciprocate, over hostility, infidelity, or not helping others.*” (ibidem, p.167). Aliás, estes resultados vão de encontro com os resultados obtidos por Dost e Yagmurlo (2008) que associam a vivência da culpa à avaliação negativa do *self*, normalmente caracterizada por sentimentos de auto-depreciação.

Face ao até aqui exposto, podemos sumariar que sobre a culpa e a expressão facial, existem 3 (três) considerações fundamentais para futuras investigações. Primeiro, a culpa, na qualidade de emoção auto-consciente, não pode ser analisada descontextualizada das variáveis sociais e situacionais onde ocorre, sob pena de ser mal interpretada ou confundida com emoções como o desprezo ou a vergonha. Segundo, e no seguimento do ponto anterior, a culpa é um constructo multifactorial, pelo que análise deverá também passar pela análise qualitativa e aprofundada de cada segmento que a constitui. Por último, a interpretação e análise da culpa não se pode abstrair do seu cunho fortemente interpessoal, que em última análise envia a sua própria expressão e demonstração.

Então, em resposta à pergunta de Fernández-Dols e Carroll se “*Is the meaning perceived in facial expression independent of its context?*” (1997, p. 275), a análise da culpa na EFE é indissociável da análise do contexto e das suas componentes. Na mesma corrente e apoiando a análise das emoções à luz de um complexo multifactorial de variáveis, Russel versa sobre a importância e a influência dos sentimentos que rodeiam a emoção, como o prazer, excitação, stress, calma, depressão, frustração, entre outros, bem como as manifestações “*quasi-physical features*”(1997,p.298) nomeadamente o posicionamento da cabeça, dos olhos, os movimentos da boca e todos os movimentos associados à face e aos seus elementos.

Em 1998, Tangney justifica a necessidade de se desenvolver técnicas de medição da emoção culpa, com as implicações que esta tem nos processos de adaptação e de ajustamento a determinadas circunstâncias e situações. No caso particular da culpa, uma vez que o autor se dedicou à análise dicotómica da culpa e da vergonha, a sua medição permitiria perceber em que medida esta permite uma auto-análise de impulsos negativos e promove a adopção de comportamentos pró-sociais, inibindo os anti-sociais.

CAPÍTULO II – A EXPRESSÃO FACIAL DA EMOÇÃO

*“The research on the face and emotion has just begun”
(Ekman, 1992, cit in, Freitas-Magalhães, 2011a, p. 33)*

2.1. Epistemologia da emoção

De acordo com Freitas-Magalhães (2011a, p.41), as emoções têm um papel central no desenvolvimento do indivíduo por ser “*uma resposta automática, intensa e rápida, inconsciente e/ou consciente, perante o perimundo(...)*”. As emoções são tão comuns na comunicação e interacção com os outros que as mesmas são entendidas e compreendidas sem que haja necessidade da sua pré-definição e/ou explicação. Todavia, quando analisamos a emoção em contexto científico, impõe-se uma definição. Esta servirá de base conceptual para o debate sobre emoções, a sua génese, expressão e compreensão.

Ainda que não haja um consenso na comunidade científica sobre a definição da emoção é actualmente aceite que as emoções são processos fundamentais e basilares do funcionamento humano, uma vez que organizam o desenvolvimento cerebral (Damásio, 1999b; Damásio, 2009; Dimberg, 2000; Freitas-Magalhães, 2011a; Almeida, 2010; Habib, 2003; James, 1884; Shore, 1994). A influência das emoções estende-se ao funcionamento psicológico e social do indivíduo, pois também estas são constantemente influenciadas pelas diferentes e múltiplas experiências que o indivíduo vai vivenciando. No processo de desenvolvimento de cada pessoa, os mecanismos neurológicos inatos vão-se complexificando, estabelecendo conexões com sistemas como a cognição, pois estão expostos à influência das experiências e das interacções do indivíduo com o meio e com os seus diferentes componentes.

Assim, para compreender o desenvolvimento humano e a forma como este se adequa ao meio, é pertinente que se analise o impacto da emoção e da regulação emocional do indivíduo. Actualmente, já não se descarta a importância da emoção e da sua regulação no indivíduo nos múltiplos contextos onde este se desenvolve, nomeadamente ao nível comportamental, social, emocional e, mais recentemente ao nível psicopatologia (Casey et al., 2012; Damásio, 1999a; Damásio, 2003; Damásio, 2009; Almeida, 2010; Besche-Richard & Bungener, 2008; Brandão, 2002; Fernández-Dols & Carrol, 1997; Habib, 2003).

É aceite pela comunidade científica que, *“O ser humano é um somatório de mente e corpo. (...) O cérebro do homem tem capacidades bastante mais impressionantes do que o de todos os outros primatas(...)”* (Almeida, 2010, p.ix). O sistema nervoso actua reactivamente quando exposto aos estímulos externos e/ou internos (Almeida, 2010), desta feita,

O sistema nervoso funciona como um dispositivo capaz de perceber variações energéticas do meio externo ou interno no organismo, analisar essas variações quanto à sua qualidade, intensidade e localização, para finalmente organizar comportamentos que representem uma resposta adequada frente ao estímulo considerado. (Brandão, 2002, p. 28)

Em suma, as emoções resultam da combinação da vivência das sensações e das respectivas respostas fisiológicas, logo, dependentes do normal funcionamento do hipotálamo, das estruturas límbicas e do córtex prefrontal. Da mesma forma Damásio, na sua obra *“O Erro de Descartes”* (2009) advoga que *“(...) as lesões do sistema límbico limitam o processamento das emoções primárias; as lesões nos córtices pré-frontais limitam o processamento das emoções secundárias.”* (p.154)

2.1.1. Génese biológica da emoção: da construção às propriedades

“Os sinais expressos na face não existem dissociados do processo neuropsicológico da construção das emoções.”
(Freitas-Magalhães, 2011b, p.44)

As expressões faciais são indicadores do estado emocional. Na esteira de Freitas-Magalhães (2009b) as emoções desempenham um papel fundamental na teoria da função simbiótica da emoção em contexto social. O rosto está no topo da lista da auto-consciência humana e, por isso, *“o homem sem emoção não fazia sentido, como não faz sentido a emoção sem o homem”* (Freitas-Magalhães, 2007, p.177)

Toda a envolvimento científica e produção empírica que advoga o uso da análise das expressões faciais afiança que, *“As emoções são reveladas na face.”* (Freitas-Magalhães, 2011a, p.81). Nas mais diversas situações do quotidiano as emoções emergem. Estas ocorrem, após todo um processo mental de *“avaliação que é voluntário e não automático.”* (Damásio, 2009, p. 144). Todavia, existe um conjunto de estímulos ou situações a estes associados que antecedem o processo avaliativo. Estes estão inculcados no nosso cérebro e, associam de forma inata à experiência ou vivência, determinadas emoções (Damásio, 1999a; Damásio 2003)

O estudo do cérebro e do seu funcionamento é algo que suscita curiosidade no Homem desde a Antiguidade (Darwin,1872; Duchenne, 1990; Almeida, 2010; Fiori, 2006; Crossman & Neary, 2005; Damásio, 2003; Damásio, 2009; Habib, 2003).

É fascinante encontrar a sombra do nosso passado evolutivo no nível mais distintivamente humano da actividade mental, embora Charles Darwin já tivesse antevisto o essencial desta descoberta ao escrever sobre a marca indelével das origens humildes que os seres humanos exibem na sua estrutura corporal. (Damásio, 2009, p. 15).

O Homem é o resultado da simbiose da mente e do corpo, pelas características intrínsecas do seu funcionamentos e que nos distingue de todos os outros primatas. (Almeida, 2010; Brandão, 2002; Damásio, 2009; Habib 2003). De acordo com Brandão (2002) a emoção pode ser definida como *“manifestação de reacções psicomotoras, geralmente acompanhadas de alterações neurovegetativas em resposta a um estímulo ambiental.”*(p. 126). Porém, levanta-se a questão: Como se exprimem as emoções? A face é o palco principal onde o cérebro se exhibe e actua *“O rosto é, de facto, o palco da vida, de toda a vida. O rosto serve para que o indivíduo possa apresentar as suas emoções e sentimentos.”* (Freitas-Magalhães, 2007, p. 38). De forma mais ou menos exuberante, já fomos confrontados com a expressão facial de emoções que não corresponde à expressão propriamente dita, pelo menos, da forma mais comum. Isto é, pessoas que, por lesões cerebrais (e.g., AVC, traumatismos crânio-encefálicos, entre outros) e/ou, por lesões esquelético-musculares (e.g., acidentes de viação, quedas em altura, entre outros), têm dificuldade em exhibir as emoções no rosto, pese embora as consigam elaborar ao nível neurológico sem dificuldade (Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães 2011a; Freitas-Magalhães, 2013a; Almeida, 2010; Brandão, 2002; Bluhm & Clendenin, 2009; Russell & Fernández-Dols, 1997). Tal acontece porque *“Os músculos não recebem a ordem das estruturas cerebrais, e por isso, não se contraem no sentido da representação das emoções (...)”* (Freitas- Magalhães, 2007, p. 40).

Gunning-Dixon e colegas (2003), com recurso à fMRI, verificaram um aumento da actividade da amígdala, quando mostravam imagens de expressões faciais aos participantes e lhes era solicitado uma avaliação. A informação recepcionada pelos córtices sensoriais e pelo tálamo é, posteriormente enviada para processamento, para a amígdala. À amígdala compete a percepção e identificação de forma automática da situação apresentada, para, de imediato, serem desencadeadas as reacções emocionais. O facto da amígdala estar conectada com o hipocampo, estrutura que controla e regula o SNA e as funções límbicas, tem implicações e exerce influência no desempenho de outras funções, nomeadamente, a função da contextualização da situação a que se é exposto, por seu turno interligada com outras estruturas subcorticais (Morris et al., 1998) Para Joseph LeDoux, à amígdala compete ser o intermediário entre o sensorio e a

emoção, pelo que lesões na amígdala tem consequências directas nas reacções aos estímulos. Ora, considerando a amígdala como o eixo central da aprendizagem emocional, fundamental no reconhecimento e identificação das emoções na expressão facial, qualquer lesão pode impedir o seu correcto processamento e reconhecimento.

Na esteira de Ekman, em 1993, existem 9 achados fundamentais sobre a EFE e o seu entendimento. Primeiro, dever-se-á estudar a emoção em questão, seguido de uma análise que tenha em consideração tanto a sua natureza como o seu desenvolvimento para que depois, seja possível encontrar as expressões fisiológicas da mesma. O autor também determina ser fundamental entender quais os eventos que precedem a emoção, examinando cuidadosamente a ontogenia associada (e.g., se surge na primeira infância, ou apenas na idade adulta), promover uma análise que vá além do comportamento verbal, considerando as emoções em grupos (e.g., a existência de mais de 60 expressões de cólera), entendo que as emoções podem ser discretas e podem existir mais do que uma emoção associada a uma determinada expressão.

A emoção é um processo rápido e passageiro que surge quando o indivíduo é sujeito a um estímulo, seja ele externo ou interno, que actua ao nível psíquico, inconsciente. Por ser difícil de verbalizar, a face e a expressão facial são meios poderosos de comunicação (Damásio, 1999b; Damásio, 2003; Damásio, 2009; Ekman, 1992; Ekman, 2003; Ekman, 2004; Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães & Castro, 2009a; Freitas-Magalhães, 2009b; Freitas-Magalhães, 2010b; Freitas-Magalhães, 2011a; Freitas-Magalhães, 2011b; Freitas-Magalhães, 2011c; Freitas-Magalhães, 2012a; Freitas-Magalhães, 2013a; Freitas-Magalhães, 2013c; Freitas-Magalhães, 2013d; James, 1884; Russell & Fernández-Dols, 1997). *“E a face é o palco onde as emoções se apresentam ao mundo.”* (Freitas-Magalhães, 2011a, p. 66). Ao nível biológico, a vivência da emoção não é exclusiva dos humanos. Os animais também vivem as emoções todavia, as emoções humanas têm características únicas. As emoções humanas estão intrinsecamente ligadas às ideias, às crenças, aos valores, à moral, a quadros axiológicos exclusivos do Homem.

Da emoção resultam sentimentos. Este processo é mental e relativamente estável, pois resulta da subjectividade com que cada um vive as emoções e os afectos. Assim, o sentimento distingue-se da emoção, por ter um cunho fortemente subjectivo, cognitivo e valorativo (Zink, 2008). Um sentimento é, por norma, vivido em privado, tal acontece porque o indivíduo é impelido a analisar, interpretar, organizar e reflectir internamente sobre os sentimentos que experiencia (Besche-Richard & Bungener, 2008; Brandão, 2002; Damásio, 1999b; Damásio, 2009; Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães, 2009; Freitas-Magalhães, 2011a; Shore, 1994; Zink, 2008).

Como veremos mais adiante, são várias as características que os autores e investigadores da EFE utilizam para definir e/ou categorizar as emoções. As mais utilizadas são a intensidade, a versatilidade, as respostas fisiológicas associadas, a causalidade, a manifestação, a interpretação e a polaridade. Por exemplo. Damásio (2009) dividiu em 3 categorias as emoções: 1) as emoções primárias ou universais, 2) as emoções secundárias ou sociais e, 3) as emoções de fundo. Freitas-Magalhães, considera fundamentais para análise da emoção a utilização de três critérios, a duração, intensidade e frequência, uma vez que para o autor *“A emoção é uma resposta automática, intensa e rápida, inconsciente e/ou consciente, perante o perimundo, e um impulso neuronal que leva o organismo a produzir uma acção.”* (2013a, p.5). Releva, também para o presente estudo os processos da cognição, da avaliação, da fisiologia e do comportamento .

A basic emotion may be viewed as set of neural, bodily/ expressive, and feelings/motivational components generated rapidly, automatically, and nonconsciously when ongoing affective-cognitive processes interact with the sensing or perception of an ecologically valid stimulus to activate evolutionarily adapted neurobiological and mental processes. (Izard, 2007, pp. 261-262).

2.1.2. - Regulação das emoções

Segundo o exposto, fica demonstrada a estreita relação que existe entre as emoções e o comportamento humano e, a influência da fisiologia. Resta, agora, demonstrar a forma como as emoções se regulam, se orientam e como se ajustam, bem como as consequências da sua manifestação e exibição na face.

A evidência empírica tem vindo a estabelecer e a classificar alguns dos componentes das emoções e a sua actividade. Em 1999, Gross afirma que a regulação emocional implica, também, o enfraquecimento da influência das emoções negativas, sobretudo quando esta é prejudicial, é activada por falsos estímulos ou, quando se verifica o conflito nas diferentes tendências de acção. Mas não só. A regulação é útil como impulsionadora de acções ou, quando as experiências emocionais são desajustadas. Podemos afirmar que a regulação emocional implica mudança, seja ela fisiológica, experiencial e/ou comportamental das emoções.

O conceito de regulação emocional é distinto do conceito de controlo emocional. Este último implica inibição e/ou restrição da emoção, porquanto que à regulação, se reconhece a capacidade de modelação (Southam-Gerow & Kendall, 2002; Saarni, Mumme & Campos, 1998; Alves & Sullivan, 2013). Sobre a regulação emocional, Eisenberg e Spinard (2004) definiram a regulação emocional como:

“(...) processo de iniciar, evitar, inibir, manter ou modular a ocorrência, forma, intensidade ou duração de estados de sentimentos internos, fisiológicos, relacionados com emoções, processos atencionais e/ou concomitantes comportamentais das emoções ao serviço de uma adaptação social ou biológica relacionada com o afecto ou atingir objectivos individuais” (p. 338).

2.1.3. Taxinomia das emoções

2.1.3.1. Alegria

Tal como afirma Strongman (1998), a alegria é definida pela comunidade científica como uma emoção positiva, que encerra em si, o princípio do bem-estar. Para

Izard (1997) a alegria contempla sensações confortáveis e de contentamento que surgem imediatamente a seguir à realização de uma tarefa. “*Alegria é a emoção básica relacionada com o bem-estar e sentimentos positivos.*” (Freitas-Magalhães, 2011a, p. 69)

A exibição da emoção da alegria na face é sobretudo caracterizada, segundo Freitas-Magalhães (2011a) pelo franzir horizontal da face, notório no franzir do músculo *frontalis* (*vulgo*, testa), da elevação acentuada das sobrancelhas e do músculo *Zigomaticus minor* (*vulgo*, bochecha) e pela elevação das pálpebras superiores, seguido da contração das inferiores, músculo *orbicularis oculi*. Ekman e colegas, definiram e determinaram o uso das Au's, para codificar as emoções, sendo que, a cada uma está associado um músculo e/ou movimento da fâciomuscular e/ou cabeça. Para estes autores, à expressão facial da emoção da alegria estão associadas às Au's 6 *Levantamento das bochechas*, Au 7 *Tensão das pálpebras* e Au 12 *Estiramento a partir do ângulo da boca para trás e para cima* (Ekman, Friesen et Hager, 2002; Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães, 2011a, p. 100:102).

2.1.3.2. Aversão

Para Izard (1977; 2007), a aversão não pode ser dissociada do desprezo. Strongman, 1998, afirmou “*A aversão refere-se à rejeição, rejeição daquilo que pode estar contaminado ou ser desagradável, física ou psicologicamente.*” (p.147). Ambos os autores, bem como Freitas-Magalhães (2011a), concordam que aversão representa uma emoção negativa. Rozin, Haidt e McCauley, em 1993, classificam a aversão como sendo uma emoção exclusivamente humana, considerando, tal como Ekman, que esta deverá ser analisada/catalogada como uma emoção básica. Segundo Ekman esta emoção possui um traço comum universal a todos os indivíduos e tem características fisiológicas únicas que a distingue das demais. Se inicialmente se considerou que o catalisador para esta emoção era o evitamento de alimentos contaminados e/ou estragados, a teoria demonstrou que a sua manifestação no Homem é muito mais que isso, sendo

actualmente considerada como uma emoção que “*está ligada à ordem moral, no sentido em que constitui uma importante parte da socialização.*” (Strongman, 1998, p.147).

De acordo com Freitas-Magalhães (2011a) é comum a aversão ser confundida e/ou alternar com a demonstração da emoção cólera, sendo que este autor a caracteriza sobretudo, pela elevação do lábio superior e respectivo franzimento do nariz (p. 93). Ekman e colegas, determinaram que associada a esta emoção, se verificou a presença das Au's: Au 10 *Elevação do lábio superior*, Au 16 *Depressão do lábio inferior*, Au 22 *Lábios em posição de funil*, Au 25 *Separação dos Lábios* ou Au26 *Queda do mento* (ibidem, p. 100:102; Freitas-Magalhães, 2007; Ekman, Friesen et Hager, 2002)

2.1.3.3- Cólera

São vários os autores que asseveram que a génese desta emoção é inata, sendo que nem sempre a expressão facial representa a emoção (Strongman, 1998; Freitas-Magalhães, 2011a; Ekman, 1992; Ekman, 2003; Ekman, 2004). Para Ekman, deverá ter-se em consideração a combinação de 3 factores que, na sua opinião, estão na génese da emoção: cognição, expressão facial e SNA. Assim a sua teoria assenta em 3 premissas: 1) as emoções evoluíram para gerir actividades fundamentais da vida, 2) a emoção para ser adaptativa, tem de ter padrões diferentes para ser distinta das demais, 3) existem conexões entre a expressão, fisiologia e a avaliação com a emoção (Strongman, 1998)

Pese embora a autora Izard, em 1991 fale em raiva ao invés de cólera, Strongman coloca a raiva no mesmo espectro da aversão e desprezo. Segundo o autor, este é um mecanismo de defesa perante uma ameaça que, pode ou não, derivar em agressões físicas, verbais. Averil, em 1982, numa concepção construtivista, aborda a raiva como uma emoção “*conflituosa que está biologicamente relacionada com os sistemas agressivos e a convivência social, o simbolismo e a consciência de si mesmo.*” (cit. in, Strongman, 1998, p. p.145). Por seu turno, em 1993, Lemerse e Dodge defendem que a raiva tem implicações funcionais, pois organiza e regula “*processos fisiológicos e psicológicos relacionados com a autodefesa e com o domínio, além da*

regulação dos comportamentos sociais e interpessoais”(p.146, cit. in, Strongman, 1998, p.146)

No que concerne à medição e reconhecimento desta emoção na expressão facial, Freitas-Magalhães (2011a) caracterizou-a pelo cerramento dos lábios, franzimento mais ou menos acentuado das sobrancelhas interiores e/ou exteriores e os olhos brilhantes (p. 93). Por seu turno, as Au's do FACS associadas à cólera são Au 4 *Baixando as sobrancelhas*, Au 5 *Elevação da pálpebra superior*, Au 24 *Apertar os lábios* e, Au 18 *Contração dos lábios e de arredondamento em frente da boca* (ibidem, p. 100:102; Freitas-Magalhães, 2007; Ekman, Friesen et Hager, 2002).

Releva, por último, para análise desta emoção, as manifestações de natureza fisiológica, como refere a bibliografia, nomeadamente a aceleração da respiração e do ritmo cardíaco, decorrente da pressão sanguínea e o impulso da pessoa que vivencia a emoção, por exemplo, de se afastar do alvo da cólera (Freitas-Magalhães, 2007, p.113)

2.1.3.4. Desprezo

Ekman definiu o desprezo como uma emoção que se relaciona intimamente com pessoas pelo que, contrariamente às demais emoções básicas, não se relaciona com “*gostos, cheiros ou toques.*” (Ekman, cit.in, Freitas-Magalhães, 2007, p.117). Esta emoção não se caracteriza por ser uma emoção necessariamente negativa e/ou desagradável. É uma emoção que se caracteriza sobretudo pela noção de poder e estatuto do próprio e/ou de terceiros³.

Segundo o FACS e a análise de Ekman e colegas, esta emoção caracteriza-se pela presença das Au's 9 *Franzimento do nariz*, Au 10 *Elevação do lábio superior*, Au 22 *Lábios em posição de funil*, Au 41 *Queda das pálpebras* e, Au 61 *Eyes left* ou Au 62 *Eyes right*. (Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães, 2011a, p. 100:102; Ekman, Friesen et Hager, 2002). Na esteira de Freitas-Magalhães a exibição do desprezo facial

³ “*O desprezo está ligado ao poder e ao estatuto.*”(Freitas-Magalhães, 2007, p. 117)

caracteriza-se pela unilateralidade da actividade dos músculos faciais. Isto é, tanto o levantamento do lábio como a acentuação da prega naso-labial ocorre apenas num dos lados da face (Freitas-Magalhães, 2011a, p. 93)

2.1.3.5. Medo

O medo é uma das sete emoções básicas e uma das amplamente estudadas. Ao medo está associada a noção de sobrevivência, por isso é uma emoção reactiva muito associada à ansiedade, ao nervosismo, à preocupação, à ameaça ou situações percebidas como tal (Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães 2009). Considerando que a emoção medo, está intimamente ligada à noção de perigo, esta emoção pode ter uma duração curta ou longa, mediante a urgência da ameaça (e.g., actual ou expectável). A nível fisiológico a emoção do medo é controlada pela amígdala, à qual compete medir e analisar os *inputs* e *outputs* emocionais (ibidem, p. 68), mas também da actividade do SNA e das respostas neurofisiológicas (e.g., adrenalina) (Damásio, 1999a; Ekman, 1992; Ekman, 2004; Freitas-Magalhães 2011a; Freitas-Magalhães, 2013a; Morris et al., 1998).

Na medição desta emoção, Freitas-Magalhães verificou que toda a face se move num sentido vertical, alongando-se, uma vez que as sobrancelhas, parte interior e exterior, se elevam de forma acentuada, o que implica a elevação das sobrancelhas, criando tensão nas pestanas inferiores, verificando-se em simultâneo o estiramento dos lábios horizontalmente (2011a, p.93). Em 2002, Ekman e colegas, com recurso ao FACS, instrumento de medição da EFE, determinaram as Au's associadas à expressão facial do medo, nomeadamente, Au 1 *Levantamento das sobrancelhas (parte interior)*, Au 2 *Levantamento das sobrancelhas (parte exterior)*, Au 5 *Elevação da pálpebra superior* e, Au 20 *Estiramento horizontal dos lábios* (Freitas-Magalhães, 2011a, p. 100:102; Freitas-Magalhães, 2007; Ekman, Friesen et Hager, 2002)

2.1.3.6. Surpresa

De acordo com a produção científica sobre a EFE, a surpresa é definida como a emoção mais rápida de todas as emoções básicas actualmente determinadas, pelo que se caracteriza quanto à duração como, sumária. O *onset*, *apex* e *offset* (momentos de

medição da duração da emoção desde quando esta se inicia, quando atinge o seu pico de exibição até ao momento em que a emoção desaparece) correm de forma extremamente rápida, durando apenas alguns segundos. Devido a estas características quanto à duração, usualmente esta é uma emoção que precede outra emoção, sendo por norma o que acontece. Isto é, assim que termina a brevidade do acontecimento que espoleta a surpresa, uma nova emoção toma lugar. À surpresa encontramos associados eventos súbitos, inesperados que nos apanham desprevenidos ou que, em certa medida, não antecipamos ou esperamos.

De acordo com os estudos levados a cabo por Freitas-Magalhães, a surpresa caracteriza-se pela elevação das sobrancelhas, parte exterior e interior, a raiz do nariz franze, ocorrendo uma dilatação das narinas e elevação das bochechas, boca aberta em forma de elipse e elevação queixo (2007, p.115; 2011a, p. 93). Segundo a análise de Ekman e colegas com recurso ao FACS, as Au's mais frequentemente associadas à expressão facial da surpresa são Au's 1 *Levantamento das sobrancelhas (parte interior)*, Au 2 *Levantamento das sobrancelhas (parte exterior)*, Au 5 *Elevação da pálpebra superior* e Au 25 *Separação dos lábios* ou, Au 26 *Queda do mento* (Freitas-Magalhães, 2011a, p. 100:102; Freitas-Magalhães, 2007; Ekman, Friesen & Hager, 2002)

2.1.3.7. Tristeza

Apesar da emoção tristeza, ser considerada como uma emoção negativa, para Izard (1991) é uma emoção menos complexa face às demais emoções, também consideradas negativas (e.g., aversão, cólera) (Strongman, 1998). Em 1993, Stearns afirma que esta poderá ser considerada uma emoção discreta e não básica (Ekman, 2003; Ekman, 2004; Ekman, 2009; Izard, 1977), tendo em consideração a sua aplicabilidade e enquadramento sócio-cultural. De acordo com Freitas-Magalhães (2007),

“O sofrimento, a mágoa, o desânimo, a melancolia, a solidão, o desamparado, o desespero e o desalento são algumas das características psicológicas associadas à emoção tristeza” (p.110)

A manifestação na face da tristeza caracteriza-se pelo descaimento das pálpebras bem como dos cantos da boca, verificando-se perda de foco do olhar, segundo Freitas-Magalhães (2011a, p. 93; 2007, p.110-111). As unidades de acção do FACS associadas à tristeza são a Au 1 *Levantamento das sobrancelhas (parte interior)* e a Au 5 *Elevação da pálpebra superior* (Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães, 2011a; Ekman, Friesen et Hager, 2002).

2.2. Expressão facial da emoção

“Despite the obvious importance of emotion to human existence, scientists concerned with human nature have not been able to reach a consensus about what emotion is and what place emotion should have in a theory of mind and behavior.”
(LeDoux, 1995, p.209).

2.2.1. Abordagem teórica: teorias primitivas e filosóficas da emoção

O estudo científico da EFE, apesar de aparentemente recente, tem sido profícuo. Todavia, o seu estudo assenta em esclarecimentos e fundamentos com origem nas mais diversas abordagens teóricas.

A análise da emoção e, conseqüentemente, na história mais recente, da EFE, remonta à Grécia Antiga e aos seus grandes pensadores, perpetuando-se até à actualidade. Autores como Platão, Hume, Descartes, Espinoza, salientando Darwin, até James e Lange, Cannon e Bard, Ekman, Russel, Barrett, Damásio, entre muitos outros, estudaram a emoção em toda a sua extensão epistemológica. São várias e múltiplas as teorias que versam a emergência da emoção, o seu desenvolvimento, as suas características e a sua expressão.

Strongman (1998), fez um estudo aprofundado sobre a evolução teórica do estudo das emoções, abordando as diferentes perspectivas teóricas utilizadas. Para o

autor as teorias da emoção podem ser divididas em grandes quadros axiológicos: a) teorias primitivas, b) teorias fenomenológicas, c) teorias comportamentalistas, d) teorias fisiológicas, e) teorias cognitivas, f) teorias ambiciosas, g) teorias das emoções específicas, h) teorias desenvolvimentalistas, i) teorias sociais, j) teorias clínicas, k) teorias do indivíduo, do ambiente e da cultura, e por último, l) teorias fora da psicologia. Por motivos de natureza conceptual e teórica, será utilizada uma categorização mais abrangente, pelo que as teorias serão abordadas de acordo com o fundamento base das teorias consideradas para o presente estudo. Desta feita, a análise teórica será dividida entre, 1) Teorias naturalistas, 2) Teorias sócio-construtivistas e, por último, e por ser um dos fundamentos teóricos do presente estudo, a 3) Teoria integrativa de Ekman.

Para fazer o enquadramento dos primórdios do estudo da emoção, é pertinente que se inicie pelas teorias filosóficas primitivas da emoção. No desenvolvimento destas teorias, os autores que mais se destacam são, Platão, Aristóteles, Sócrates, Descartes, Darwin, James-Lange e Cannon- Bard.

Para os grandes filósofos gregos (Platão, Sócrates e Aristóteles) a emoção era considerada como parte integrante do Irracional. A emoção, a paixão, os desejos, os impulsos, eram considerados e analisados como parte de um todo, e não em separado e individualmente. Eram tidos como obstáculos à razão, devido à ascendência que estes teriam na capacidade de pensar racionalmente, de fazer escolhas e julgamentos racionais, pelo que a emoção deveria ser controlada pela razão. Para Platão, as emoções destabilizavam os processos e mecanismos da razão, por terem uma natureza básica (Strongman, 1998). Na esteira de Aristóteles, a emoção era o resultado da combinação da cognição e do instinto, sendo que os indivíduos que cediam aos impulsos perdiam a razão, pelo que as suas acções e/ou actos revelariam insanidade.

“ As that which leads one’s condition to become so transforme that
is judgment is affected, and which is accompanied by pleasure and pain.

Examples of emotion include, anger, fear, pity, and the like, as well as opposites of these”(Aristotle, 1941, cit.in, Solomon, 2008,p.5)

Com Tomás de Aquino, no século XIII, a emoção foi colocada em pé de igualdade com a razão (Solomon, 2008; King, 2012; Davis, 2013), sendo-lhe reconhecidas algumas características cognitivas, somáticas e taxonómicas. Pese embora a emoção não seja completamente controlável pelo indivíduo, esta subjaz a qualquer acção e é sujeita algum tipo de controlo (e.g., imaginação). Desta, a emoção não é vista como algo negativo desde que seja susceptível à influência de mecanismos de controlo, caso contrário tornar-se-ia em comportamento descontrolado e irascível. Esta teoria, ao contrariar a herança da corrente filosófica da Antiga Grécia sobre a emoção, abre novos horizontes para o entendimento da emoção *“This is a market shift in the master/servant vise of reason and emotion.”* (Davis, 2013, p. 69)

No século XVI, Descartes analisou a emoção ao nível da cognição, ainda que de forma pouco clara. Descartes definiu a emoção como sendo exclusiva do humano porque as emoções teriam lugar na alma, algo que os animais não teriam pelo que, estariam sujeitas à influência de alterações fisiológicas, bem como dos processos comportamentais, de percepção, memória e crenças (Strongman, 1998; Solomon, 2008; Davis 2013). Em seguida, Hume, no século XVIII, afasta por completo a corrente filosófica, definindo a emoção como a pedra-angular (Davis, 2013) em toda e qualquer tomada de decisão do indivíduo, ao invés do até então aceite, a razão. *“Hume’s theory is especially important not only because he challenged the inferior place of passion in philosophy and questioned the role of reason”* (Solomon, 2008, p.7). Esta corrente passa a incluir na emoção os contextos metafísicos, éticos e morais, passando a considerar a simpatia como uma característica universal da condição humana e da moralidade. Como Schmitter em 2010 afirma, passa a ser aceite que a emoção está intimamente ligada às impressões positivas e negativas e que, *a posteriori*, dão origem às ideias. Ora, considerando que as ideias dão origem às impressões emocionais e, ao mesmo tempo as ideias são causadas pelas nossas impressões emocionais tal significa que *“impression leads to a new idea of the self.”* (Davis, 2013, p. 72)

A emoção já não é refém da razão, motivo pelo qual deve ser defendida e celebrada na sua condição única. No século XIX, Darwin publica *The Expression of the Emotions in Man and Animals*, um tratado único sobre a importância das emoções e da expressão das mesmas. Este tratado foi uma pedrada no charco no estudo e investigação da emoção, como salienta Freitas-Magalhães (2011a) "*Darwin é o ponto de partida para toda a sua aventura no campo da expressão facial da emoção.*"(p.32). Para Darwin a emoção tem um base biológica, não dependente da selecção natural, mas está sujeita à influência quer, da evolução do sistema nervoso quer, por reminiscência de velhos hábitos (Strongman, 1998; Freitas-Magalhães, 2013a; Davis, 2013). Segundo Darwin, as expressões são o reflexo da emoção, ainda que sem uma função comunicativa própria.

No que Davis (2013) definiu como *Early Modern Theory*, temos a teoria considerada como a primeira teoria moderna da emoção de autoria de James e Lange, desenvolvida por ambos os autores nos finais do século XIX, inícios do século XX. Esta teoria assentava na premissa que a emoção é o resultado da nossa percepção às respostas fisiológicas quando expostos a estímulo (Lange, 1912) (v.Fig.2). Segundo Freitas-Magalhães, estes autores consideravam que "*a vivência emocional é a consequência a alterações corporais motivada por estímulos exógenos*" (2007, p.119). Esta foi, também, a primeira teoria da emoção, exclusivamente psicológica. Definiu a existência de emoções discretas bem como versou sobre a importância da sua natureza fisiológica e da sua expressão facial (Lange, 1912; Freitas-Magalhães, 2007; Strongman, 1998; Davis, 2013).

Os pontos principais da teoria consistem em que o *feedback* aferente dos órgãos perturbados provoca o aspecto sensível da emoção. Qualquer actividade cortical proveniente deste *feedback* é a própria emoção. Deve recordar-se que James não só salientou o papel desempenhado pelas vísceras na emoção, como também atribui papel semelhante aos músculos voluntários. Isto estabeleceu o campo de trabalho da pesquisa de padrões corporais na emoção e das teorias que salientam o significado da expressão facial da emoção. (Strongman, 1998, p. 26).

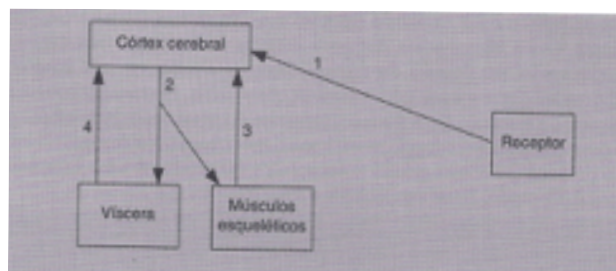


Figura 2. Representação da teoria de James-Lange. As setas indicam a direcção da função (Strongman, 1998, p.26)

No final dos anos 20 (vinte) do século XX, Cannon e Bard (v. Fig.3), elaboraram um nova teoria tendo por base as 5 (cinco) principais críticas apontadas à teoria de James-Lange. A saber: 1) o estímulo artificial de respostas viscerais, não provoca uma resposta emocional, 2) não existia evidência empírica, à época, de respostas-padrão visceral à emoção, 3) o *feedback* visceral tem pouco ou nenhuma importância na distinção das emoção, dada a insensibilidade dos órgãos viscerais, 4) o comportamento emocional mantém-se intacto mesmo após a total separação do sistema nervoso central das vísceras e por último, 5) a resposta dos órgãos viscerais é lenta (Cannon, 1927; Strongman, 1998; Solomon, 2008; Davis, 2013). Solomon(2008) e Davis (2013) referem que esta teoria também tem por base uma outra crítica, designadamente que James e Lange ignoram o funcionamento do tálamo. Na esteira da teoria de Cannon e Bard, a expressão emocional resulta da actividade dos centros subcorticais, uma vez que é o tálamo que desempenha o papel central da experiência da afectividade e não as vísceras (Freitas-Magalhães, 2007; 2013a). *“Cannon acreditava que não é necessário nada de mais específico do que a “libertação” dos neurónios no tálamo(...)excitar os músculos e as vísceras e reenviar informação para o córtex.”* (Strongman, 1998, p. 28). Em suma, citando Freitas-Magalhães, para estes autores *“o mesmo centro nervoso (tálamo) é o responsável pela ativação emocional e fisiológica”* (Freitas-Magalhães, 2007, p. 119)

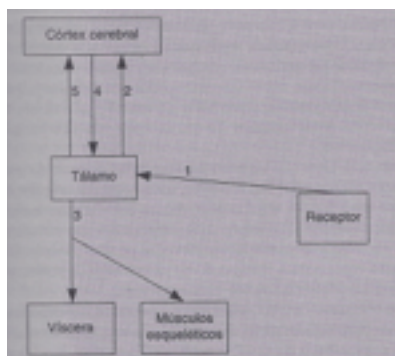


Figura 3. Representação da teoria de Cannon-Bard. As setas indicam a direcção da função (Strongman, 1998, p.29)

Concluindo, a história do estudo da emoção vem demonstrar o valor que o Homem dá à emoção, carecendo de a entender e perceber em todas as suas vertentes (Duchenne, 1999; Darwin, 1872). O estudo e a exploração filosófico/empírica das suas origens, desenvolvimentos e manifestações é profícuo e relevante para entendermos o actual estado da arte das teorias sobre a emoção. Partamos então, deste breve intróito histórico, para a análise das teorias mais proeminentes e actuais sobre a emoção.

2.2.2 - Teorias naturalistas

Dentro da amplitude das teorias naturalistas, surgem as teorias cognitivas que vieram impulsionar a complexidade das teorias da emoção. Nomes sonantes do estudo da emoção como Lazarus, Fridja, Schachter, entre outros, surgem no início do século XX.

Em 1962, Schater e Singer desenvolveram a teoria *Two factor*, segundo a qual a emoção é determinada pela combinação de 2 (dois) factores “ *an emotional state is the result of the interaction between two components: physiological arousal and a cognition about the arousing situation.*” (Reisenzein, 1983, p.240). Esta combinação é fundamental, uma vez que cada factor *per se* não basta para que a emoção aconteça.

Outrossim, a forma como classificamos as emoções dependem do estímulo externo utilizado. Os autores testaram esta teoria e concluíram que existia uma estimulação global do SNC quando eram dadas indicações sobre a designação da emoção aos indivíduos da amostra (e.g., cólera, alegria), bem como era estimulado quando era prestada alguma explicação, ainda que não designando o estímulo, utilizando pistas cognitivas, dando origem ao aparecimento de uma emoção. Para Freitas-Magalhães, “*Esta teoria faz o esforço de sintetizar as duas anteriores, abrindo caminho ao aparecimento das denominadas abordagens contemporâneas da emoção*” (2007, p. 119)

Lazarus, autor das denominada teoria moderna da emoção (Davis, 2013), introduziu a teoria da avaliação. Segundo esta teoria, a emoção é o resultado da avaliação individual de dois momentos “*I began to view appraisal as a universal process in wich people (and other animals) constantly evaluate the significance of what is happening for their personal weel-being.*” (Lazarus, 1993, p.7). Primeiro, o indivíduo coloca a questão sobre qual o propósito e/ou objectivo daquela emoção (e.g., não há emoção sem um objectivo) e, sem seguida, questiona-se sobre a congruência (ou não) da mesma, face às circunstâncias, sendo que para Lazarus (1993) “*It may be foolish to want certain things, or to believe certain things, but it is not illogical to emote on the basis of how we are faring in attaining these goals.*” (p. 16). Após a primeira avaliação da aplicação prática desta teoria, a avaliação de *follow-up* sobre a forma como os indivíduos lidaram com as situações (e.g.,ameaça, surpresa), o autor concluiu que a capacidade de lidar com determinadas situações molda a emoção (ibidem, p.16). De acordo com esta teoria, os antecedentes têm implicações directas na emoção, isto é, a combinação da forma como o indivíduo e o ambiente se relacionam, a magnitude com que estes processos se correlacionam (e.g. avaliação do estímulo, o significado relacional) culminam, num resultado obtido após todo este processo avaliativo (e.g., uma ou mais emoções). A título de exemplo, quando Lazarus conseguiu correlacionar certas emoções a determinados tópicos, como a ansiedade surge com o indivíduo se vê perante uma ameaça não definida ou a tristeza surge quando estimulada por algum tipo de perda. (Lazarus 1993; Strongman, 1998; Davis 2013).

A Teoria depende em grande medida daquilo que Lazarus designa como *princípio da significação relacional*. Isto sugere que “cada emoção é definida por um significado relacional único e que pode ser especificado” (Lazarus, 1991, p. 39). Para cada emoção existe um tema central relacional que tem a ver com os malefícios ou benefícios que cabem a cada relação pessoa-ambiente. Esta Teoria assenta essencialmente no processo de *avaliação*, através do qual se constrói o significado da relação pessoa-ambiente. (Strongman, 1998, p. 98)

Na esteira de LeDoux, o estímulo atravessa a amígdala provocando uma reacção e/ou resposta emocional imediata num espectro limitado. O mesmo estímulo quando processado pelo córtex produz uma reacção mais lenta, compreensível, uma vez que este trajecto implica o envolvimento da memória e de demais actividades cognitivas. Para testar a sua teoria, LeDoux, aplicou-a ao condicionamento do medo, concluindo “*The amygdala is involved in both the acquisition and the expression of fear conditioning*” (LeDoux, 1995, pp. 214). A informação recebida no tálamo era rapidamente processada mas de forma imperfeita, enquanto que a informação processada pelo córtex, era melhor trabalhada e mais refinada, ainda que de forma mais lenta. Ora, para Lazarus, este tipo de condicionamento poderá ser aplicado no tratamento de fobias, através dessensibilização por exposição sistemática “*these instrumental emotional responses, which might be thought of as coping responses (Lazarus 1966, 1991)*” (LeDoux, 1995, p. 220).

Também para Fridja (1993), as emoções são resultado de processos avaliativos, designadamente de um primeiro processo básico de avaliação que se prende com o significado emocional que o indivíduo atribui a um acontecimento, seguido de um processo de avaliação secundário, no qual se analisa a emoção que do acontecimento emerge. Para este autor existe uma resposta emocional automática na avaliação, não consciente, ainda que não sonegue a influência de raciocínios e considerações conscientes (Strongman, 1998, p. 101). O conceito desenvolvido por Fridja considera que as cognições, avaliações e respostas emocionais prévias têm, de forma constante e consecutiva, impacto em novas avaliações, podendo ser um caso de processo kuniano de mutação dos mecanismos de avaliação, por ser um processo de aprendizagem cognitiva

por acumulação. Assim não surpreende que a teoria de Fridja seja considerada “*simultaneamente simples e muito complexa.*” (Strongman, 1998, p. 102). Para Fridja (1998) “*Not only emotions obey the laws; we obey them. We are subject to our emotions, and we cannot engender emotions at will.*” (p.272)

Fridlund é outro autor que se insere na alçada das teorias naturalistas, defendendo uma teoria explicativa da emoção com base na ecologia comportamental. Para o autor, a EFE e os movimentos músculo-esqueléticos a si associados têm uma natureza funcional. À EFE são reconhecidas funções muito para além da simples expressão da emoção. Permite, sobretudo, comunicar informação (Parkinson, 2005). Desta feita, a EFE é intrinsecamente “*other-oriented*”, ainda que demonstremos as mesmas expressões em privado, é comum idealizarmos estar na presença de terceiros. Para este autor, a emoção está mais intrincada com o contexto do que com a emoção. “*Fridlund concluded from this data that the intensity of emotional facial expressions is better predicted by social context than by emotional state.*”(Hess et al., 1995, p.280). Ora, considerando os seus achados empíricos, o autor considera que cada expressão tem uma finalidade específica (e.g., aversão, medo) e que os indivíduos são sensíveis às expressões dos outros, daí o papel fundamental da atenção. Resumidamente, Freitas-Magalhães (2007) divide as teorias sobre a emoção entre, os autores, como Ekman que defendem como principal objecto de estudo, a expressão facial e, os autores como Fridlund, para quem releva estudar quem percebe as emoções e/ou o contexto onde estas ocorrem.

Desta feita, foram vários os autores que se destacaram no estudo da EFE, nomeadamente, Zajonc em 1985 e 1989 que desenvolveu uma teoria de base biológica, segundo a qual os indivíduos sentem antes de pensarem, Bruce & Young que seguiram uma abordagem funcional do reconhecimento da emoção, Izard com a teoria das emoções diferenciais, produzida entre 1972 a 1991, Tomkins entre 1962 e 1963 com teoria do afecto, Plutchik que desenvolveu ao longo de 30 anos (entre 1962 e 1993), a teoria psicoevolutiva da emoção, entre outros (Strongman, 1998). Em suma, e como

afirma LeDoux (1995, p.223) “*the nature of cognitive-emotional interactions is one of the most debated topics in the psychology of emotion.*”

2.2.3. Teorias sócio-construtivistas

O estudo desenvolvido por James Russell (2003) analisou o conceito de emoção sob uma diferente perspectiva, distinguindo o afecto, da percepção de afectividade, pese embora, para o autor “*both likely work well in the nonexperimental world.*” (p.158). O objectivo do autor era estabelecer as propriedades do estímulo que interfere na afectividade, por considerar que as representação prévias que o indivíduo possui, ultrapassam a essência do conceito de afecto.

Perception of an affective quality *per se* is a cold perceptual process that fixes a belief about the affective consequences of something without having to undergo those consequences. (Russell, 2003, p. 157).

Mudar ou alterar o âmago do afecto está intimamente ligado com as causas percebidas, podendo estas ser mais ou menos óbvias para o indivíduo. A título de exemplo: os factores antecedentes/passados tornam-se no objecto de análise, uma vez que o núcleo do afecto está associado aos antecedentes que acabam por transformá-lo no objecto em si mesmo (Davis, 2013). Ora, sendo a atenção e o comportamento guiados pelo objecto, a percepção da qualidade da afectividade está ela, igualmente, definida pelo objecto (e.g., medo de cobras). O autor divide a análise da emoção em dois momentos. No primeiro momento há uma avaliação contínua das qualidades do objecto que por seu turno definirá futuras acções, as relações que se estabelecem para atingir os objectivos definidos, as causas e a interação com os outros indivíduos e/ou objectos. “*On the principle of mood congruency, judgments and information congruent with core affect are more accessible*” (Russell, 2003, p. 150). Apenas no segundo momento surge a acção propriamente dita. O indivíduo estabelece uma relação de proximidade ou de evitamento, dependendo das dimensões de prazer ou desprazer associadas ao objecto, sendo que a “*action is directed at the object(...) that requires a behavioral solution*” (ibidem). Estas acções podem ter uma natureza geral ou específica. Melhor dito, James Russell distancia-se da tradicional visão da emoção, segundo a qual

a emoção começa quando o indivíduo é exposto ao estímulo e culmina nos mais diferentes tipos de manifestações⁴. Para o autor, são múltiplos os factores que antecedem e constituem o aparecimento de uma emoção em específico, designadamente: 1) o âmago do afecto, 2) a percepção da qualidade afectiva, 3) prerrogativa do objecto, 4) apreciação, 5) acção, 6) a emoção meta-experienciada e, 7) a regulação emocional (v. Fig.4).



Figura 4. Representação do *Core affect* (Russel, 2003, p. 148)

Barrett (2006) argumentou que as emoções não têm origens biológicas (Davis, 2013). São sim o resultado de um processo de categorização de experiências. “*A categorization account suggests that this activity is the result (at least) two basic components - affect and conceptual knowledge about emotion*”(2006, p. 30). A experiência de viver uma emoção, ou observá-la numa terceira pessoa, envolve um conhecimento conceptual de emoção, o que sustenta a ideia de categorização. A experiência que advém das emoções impele o indivíduo a categorizá-las internamente, definindo-as em conformidade. Ou, no caso de ser apenas observador de emoções em terceiros, permite-lhe categorizar certos comportamentos ao nível interno. Barrett rejeita a existência de emoções básicas e/ou inatas porque, caso tal fosse possível, também seria possível a sua medição com um certo grau de certeza e as experiências não foram conclusivas⁵. Assim, para esta autora, nem mesmo o recurso a técnicas de imagiologia, o recurso considerado pela própria como o mais credível cientificamente, legitimam esta

⁴ Figura 2. *Causal chain centered on the emotion* (Russell, 2003, p. 151)

⁵ “*I argue that many contemporary models of emotion are guided by the assumption that emotions are entities (...) I briefly review the literature and conclude that these assumptions are not well grounded in the available empirical evidence*” (Barrett, 2006, p. 20)

abordagem. Todavia, Barrett reconhece que seria igualmente difícil assegurar e confirmar a sua teoria, tendo em consideração as especificidades linguísticas e emocionais, a valência emocional e os níveis de actividade de cada emoção.

It becomes clear that some people make categorical distinctions, characterizing their experiences in discrete emotion terms, whereas others characterize their experiences in broad, global terms(...)I have called this phenomenon **emotional differentiation** (Barrett et al, 2001) and, more recently, **emotional granularity** (Barrett, 2004) (Barrett, 2006, pp.24-25).

O modelo do acto conceptual definido por Barrett toma por fundamento a permissa que “*core affect is the basic building block of emotional life.*”(2006, p.30). Isto é, certos eventos imprimem mudanças psicológicas em cada indivíduo. Portanto, a expectativa e/ou avaliação que fazemos à luz das nossas experiências passadas, afectam o valor e a relevância do acto e, conseqüentemente, de acordo com o seu contexto, procedem à sua categorização. De forma geral, a interacção entre o núcleo do afecto e a contínua avaliação resulta da experiência emocional da cada um individualmente.

Esta teoria difere da teoria de Russell (1994, 1997, 2003) uma vez que se utiliza uma metodologia mais abrangente que a categorização, não adoptando uma emoção prototípica, utilizando uma dialéctica dinâmica, utilizando conceitos de emoção social e contextualmente elaborados. Em suma, Barrett define o seu modelo como “*in the conceptual act model of emotion, the biding of an object to core affect is a natural consequence of the categorization process*”(2006, p. 41), por oposição à teoria de Russel, segundo a qual ambos funcionam “*as an attributional process.*”(ibidem)

Releva para a análise desta teoria a contribuição de Davis (2012-2013). De acordo com Davis, para medir as emoções é necessário entender o contexto situacional, contextualizar a experiência e a própria vivência da emoção. Por forma a determinar e a validar empiricamente esta teoria, Davis e Murray desenvolveram um estudo que decorreu entre 2010 e 2012 que se propunha a entender as reacções emocionais face a ameaças sociais. Após uma revisão do estado da arte, os autores definiram dois (2)

diferentes tipos de ameaças sociais: as realistas/tangíveis (e.g., ameaças à saúde pública) e as não realistas/intangíveis (e.g., valores morais). Tomaram em consideração a influência de determinadas variáveis moderadoras, como a percepção de controlo percebido pelos participantes, a incerteza e/ou a imprevisibilidade dos eventos e o grau de identificação com o grupo. Segundo Davis e Murray, os resultados demonstraram que de forma, mais ou menos intensa, reacções emocionais específicas foram verificadas (Davis & Murray, 2010 -2012) (v. Fig.5).

Threat:	Perceived Power:	Ingroup Identity:	Uncertainty:	Emotion	Behavior
Tangible	Low	Low	Low	Sadness/Fear	Escape
Tangible	Low	Both	High	Fear	Escape
Tangible	Low	High	Low	Helpless/Fear	Seclusion
Tangible	High	Both	Both	Anger	Aggress
Non-Tangible	Low	Low	Low	Sadness/Fear	Escape
Non-Tangible	Low	Low	High	Fear	Escape
Non-Tangible	Low	High	Low	Embarrassment	Avoid/escape
Non-Tangible	Low	High	High	Humiliation/Fear	Avoid/escape
Non-Tangible	High	Low	High	Anger	Aggress
Non-Tangible: (norms/morals)	High	Both	Both	Contempt/Disgust	Avoid

Figura 5. Representação de parte dos resultados do estudo realizado por Davis & Murray (Davis, 2012-2013, p. 30, cit in, Davis & Murray, 2010-2013)

Quando comparamos estas correntes, aparentemente, antagónicas, podemos chegar a algumas conclusões. Por exemplo, Panksepp que, segundo, Strongman redigiu a teoria da emoção mais completa no âmbito da fisiologia/neurofisiologia, em conjunto com Izard, refutaram a teoria de Barrett. Para Izard, e como já referimos anteriormente, existem emoções básicas inatas, como o medo, a tristeza, a cólera e a aversão, uma vez que possuem um conjunto comum de características e propriedades imunes à influência dos ciclos fisiológicos e/ou homeostáticos⁶. Panksepp apresentou um conjunto de achados científicos que suportavam o seu fundamento que as emoções têm natureza biológica. As imagens obtidas por PET demonstraram uma actividade distinta no *cingulate gyrus* durante a produção da emoção, tal como demonstra no mapa cerebral, actividade nas diferentes estruturas subcorticais. De facto, estudos empíricos em

⁶ "Basic emotions may be categorized as natural kinds on the basis of a common set of characteristic properties. These properties include emotion-specific universal capacities to regulate and motivate cognition and action independent of the cyclic processes that characterize homeostasis and physiological drive states like hunger and thirst." (Izard, 2007, pp.261)

animais e sobre o consumo de estupefacientes vieram suportar estas conclusões, após análise da actividade cerebral.

Humans are not immune to such brain manipulations; they typically exhibit strong emotional feelings. Human emotion researchers should not ignore these systems and simply look at the complex and highly variable culturally molded manifestations of emotions in humans. (Panksepp, 2007, p.281).

Todavia, Barret refuta estes achados afirmando que estes não são representativos quando comparados com a maioria dos resultados obtidos. Para a autora independentemente da capacidade humana em transmitir, reconhecer e perceber emoções, não existe ainda nenhum conjunto cientificamente fundamentado de critérios que permita determinar quando está ou não presente, uma emoção⁷. Todavia ambas as teorias coexistem, sendo que uma não exclui a outra. Grosso modo, *“this paradigm-shifting point is that there is no such thing as an affectless mind; affect or emotion processes are influenced by the ever-present affect or emotion”* (Izard, 2007, p.270).

Após análise, ainda que breve, das várias teorias acima descritas é claro que ambas as abordagens, naturalista e sócio-construtivista, demonstram achados relevantes e a ter em consideração. Pelo que a produção científica sobre a emoção e a expressão facial continua a ter vários pontos de sustentação e que impulsionam a sua contínua investigação. Parafraseando Lazarus:

Research and theory on the emotions are beneficiaries of this changing epistemology.(...) i believe the emotions are too central to human adaptation for the current enthusiasm to disappear soon. I would certainly like to be around to know (1993, p. 18).

⁷ *“People believe that they know an emotion when they see it, and as a consequence assume that emotions are discrete events that can be recognized with some degree of accuracy, but scientists have yet to produce a set of clear and consistent criteria for indicating when an emotion is present and when it is not”* (Barrett, 2006, p. 20)

2.2.4. Teoria integrativa de Ekman

Ao longo dos sub-capítulos referidos em epígrafe, é possível compreender que a discussão entre os autores que advogam a base naturalista das emoções, dos que advogam a génese sócio-construtivista da mesma, deu origem a uma intensa produção empírica.

Ora, partindo deste ponto de encontro entre teorias divergentes, analisemos a abrangência e as especificidades da teoria, designada no presente, como a teoria integrativa de Ekman. Ekman definiu o seu trajecto como investigador científico da face de seguinte forma:

When i began my study of facial expressions, I thought there as just one question to be answered. I found more than one answer. More important, pursuit of that one question has continued to raise many new and challenging questions about expression and emotion. The research on the face and emotion has just begun. (Ekman, 1992, cit in, Freitas-Magalhães, 2011, p. 33).

Ekman é um dos nomes mais proeminentes no estudo, aplicação e análise da EFE. No entanto e, dadas as características únicas da mesma e a relevância teórica para a presente investigação, impõe-se que se clarifiquem as várias abordagens em que esta se baseia, ainda que Ekman seja um “(...) *assumido darwinista* (...)” (Freitas-Magalhães, 2011a, p.22). De acordo com as múltiplas investigações empíricas levadas a cabo por Ekman, a emoção é compreendida como um conjunto universal e ancestral de sinais fisiológicos únicos da face que ocorrem após uma avaliação automática do indivíduo (Ekman, 1992; Strongman, 1998; Freitas-Magalhães, 2011a; Davis, 2013). Na esteira de Ekman, cada emoção tem uma demonstração única e distintiva, também observável nos primatas. A exibição de cada emoção pode ser mais longa ou mais curta, dependendo da análise de múltiplos factores, tais como os pensamentos, memórias e/ou experiências subjectivas que possam estar ou ser associadas. Ainda que considere a existência de três sistemas diferenciados da emoção, assume que estes estão inter-relacionados. Tanto a

cognição, como a expressão facial e actividade do SNA estão envolvidos na produção como na exibição da emoção.

Para Ekman, a emoção possui 10 (dez) características próprias que permitem o seu estudo, definição e caracterização. Primeiro, existem características únicas e distintivas de cada emoção, independentemente da caracterização cultural do indivíduo. Segundo, é possível ao nível filogenético verificar a existência de expressões faciais de emoção universais e, em terceiro, existem múltiplos sinais que compõem a expressão emocional. Em quarto, a EFE tem uma duração limitada. Quinto, o momento em que a expressão emocional ocorre, esta também demonstra pormenores da experiência emocional de cada indivíduo, e em sexto, as emoções podem ser distinguidas por grau de intensidade, por serem o reflexo da subjectividade pessoal das experiências vividas. Em sétimo, Ekman determina que é possível a total inibição da expressão emocional e/ou, em oitavo, de forma credível, simulada. Em nono, cada emoção tem factores comuns pan-humanos na génese da sua estimulação, sendo por isso, em décimo, que o autor afirma também que cada emoção dispõe de padrão pan-humano de modificação do SNA e SNC. (Strongman, 1998, p. 190) Para o autor, a teoria da EFE assenta nas premissas que a emoção sofre evolução adequando-se ao cumprimento de tarefas indispensáveis à sobrevivência, como, nesse seguimento, mantém padrões únicos e distintivos entre si, porque tem de existir coerência entre cada expressão, a fisiologia que lhe subjaz e a avaliação pessoal de cada indivíduo. Apesar de Strongman ter classificado a teoria da EFE de Ekman como uma teoria social, não é possível ignorar que esta teoria aborda a influência da cognição e da biologia.

Releva para o presente trabalho, por ser esta a teoria de sustentação teórica do mesmo, explicar que foi este autor que, inicialmente, estabeleceu a existência de 6 (seis) emoções básicas, designadamente, o medo, a cólera, a aversão, a tristeza, a alegria e a surpresa. Apenas em 2002, após uma revisão da sua teoria, foi introduzida a 7ª (sétima) emoção básica, o desprezo.

2.3. O reconhecimento emocional

“Até onde poderemos usar o nosso cérebro para perceber o cérebro?”
(John Eccles, cit. in, Almeida, 2010, p. vi)

2.3.1. Processos neurológicos: percepção, identificação e reconhecimento da emoção

Na esteira de Freitas-Magalhães, a face é o palco do cérebro (2011a). Esta afirmação assenta, também, na premissa que a expressão emocional é o resultado da actuação de um conjunto de estruturas do sistema nervoso, o denominado sistema límbico (Almeida, 2010; Damásio, 2003; Damásio, 2009; Davidson, 2000; Davidson et al., 2000; Davidson et al., 2004; Freitas-Magalhães, 2011a; Freitas-Magalhães, 2007; Oatley & Jenkins, 1996). Na actualidade, é tomado como certo que a emoção é o *prato principal*, acompanhado de respostas/reacções fisiológicas (e.g. aceleração do ritmo cardíaco, aumento da pressão arterial, entre outros). Todavia, a evidência empírica tem vindo a demonstrar que as reacções fisiológicas não são exclusivas de uma determinada emoção (e.g. ansiedade por alguém que nos faz feliz *vs* ansiedade por um procedimento médico doloroso) (Fiori, 2006), bem como, podem ocorrer sem nenhuma emoção associada (e.g. prática de desporto acelera o ritmo cardíaco).

Em boa verdade, as respostas fisiológicas no indivíduo associadas ao medo, cólera, ou outras emoções resultam da actuação do sistema límbico face às emoções. As regiões límbicas, são também fundamentais no bom funcionamento das funções viscerais e endócrinas, uma vez que são reguladas pela região do hipotálamo. O sistema límbico é constituído por um conjunto de estruturas neuronais do telencéfalo, diencéfalo e mesencéfalo, interconectadas através dos prolongamentos celulares. Estes prolongamentos celulares começam nos lobos frontal e temporal e mantêm-se intimamente conectados com o SNC, em especial com o tálamo e o hipotálamo (Almeida, 2010). Ora, se as respostas emocionais e fisiológicas do indivíduos estão dependentes do bom funcionamento do sistema límbico, qualquer anomalia ou interferência no seu funcionamento, poderá provocar alterações no comportamento

(Damásio, 2009; Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães, 2011a; Freitas-Magalhães, 2013d). No caso de uma lesão da amígdala, como foi estudada por Tranel e Damásio (Fiori, 2006; Damásio 2003; Damásio, 2009) verificou-se a dificuldade da pessoa com a lesão em reconhecer expressões faciais, nomeadamente o medo.

Compete à amígdala receber as informações dos córtices sensoriais e do tálamo, que *“permite a percepção imediata da situação e o desencadeamento imediato de reacções emocionais. (...) tem provavelmente uma função de alerta em caso de perigo imediato.”* (Fiori, 2006, p. 204). Acresce que a amígdala também se encontra conectada ao hipocampo que, por seu turno, controla o SNA e as funções límbicas (e.g. associações de lembranças a emoções, comportamento motivado e emocional, medo, raiva, sono, comportamento), tendo como função a contextualização da situação que se está a vivenciar, bem como está conectada com um conjunto de estruturas subcorticais. Inclusive, Joseph LeDoux advoga que a amígdala desempenha o papel de intermediário entre as sensações e as emoções, pelo que lesões da amígdala tendem a atenuar as reacções a estímulos. A amígdala é assim considerada como a pedra angular da aprendizagem emocional, tendo um papel fundamental no reconhecimento e identificação do medo na expressão facial.

As informações que chegam ao nosso cérebro são interpretadas à luz de todos os sinais sensoriais que estão a elas associados, bem como são analisadas com base no contexto emocional e na experiência prévia armazenada na memória. (Brandão, 2002, p. 184).

A consciência relaciona-se intimamente com os processos mentais, onde estão incluídos os mecanismos de atenção. Logo, poderemos concluir que quando o indivíduo é exposto a um estímulo, os mecanismos neuronais são activados, estímulos esses que, por seu turno, avaliam e conseqüentemente constroem conceitos ou percepções em conformidade. Posteriormente, estes resultados são armazenados na memória com a qual mantemos, tanto externa como internamente, uma relação diária de contextualização de todos os outros estímulos que se lhe seguem. A consciência passa

então, a estar presente em todas as funções mentais, contando para o efeito do apoio prestado pelos hemisférios cerebrais que garantem o suporte *técnico*, através da atenção, linguagem, pensamento, respostas, memória. (Brandão, 2002; Habib, 2003)

Ao nível clínico, a consciência é o estado contrário à inconsciência, que significa um estado de alerta capaz de responder adequadamente aos estímulos externos. Existem patologias, tais como, afasia, amnésia, apatia, que interferem com o conteúdo da própria consciência, todavia não impedem a adequação das respostas aos estímulos convencionais. Contudo, existem situações em que a consciência é de tal forma corrompida, como no caso de coma, que não se verifica nenhuma resposta a nenhum tipo de estímulo externo. Por exemplo, quando acção dos dois hemisférios não é coordenada, a expressão da consciência fica afectada uma vez que, normalmente “*comunicam entre si e agem de forma integrada.*” (Brandão, 2002, p.189).

Diversos autores, referem o hemisfério direito como o hemisfério dominante no processamento emocional nas pessoas dexas, “ *It has been proposed that the right hemisphere is dominant for emotional processing in right-handed individuals, regardless of valence*” (Savage et al., 2010, p.398). Tal acontece porque lá ocorrem as maiores interconexões neuronais e as funções de controlo não verbal da percepção, da organização espaço-visual e onde se processam as imagens (Savage et al., 2010). Desta feita, a existência de lesões e/ou afectações do hemisfério direito, determinada pela teoria do *Right Hemisphere Hypothesis*, têm implicações directas, entre outras, na percepção emocional. A autora Borod (1992) analisou indivíduos com danos unilaterais no hemisfério direito do cérebro e concluiu, que estes revelam dificuldades acrescidas na identificação de emoções. Por exemplo. Nos casos de *split-brain*, os doentes são sujeitos a um procedimento denominado como,

Corpus callosotomy,” which severs the corpus collosum, the major fiber tract connecting the left and right hemispheres. This procedure is used as a treatment for medically intractable epilepsy (...)As a result of this procedure, the two hemispheres of the brain cannot communicate with one

another and, therefore, operate independently, with each hemisphere unaware of the experiences of the other. (Savage et al., 2010, p. 399)

O estudo destes pacientes não foi muito revelador, de acordo com os autores Stone, Nisenson, Eliassen & Gazzanigam, em 1996, dado que não se verificaram diferenças quanto à precisão na identificação das emoções. Mais recentemente Phan, Wager, Taylor & Liberzon (2002) realizaram uma meta-análise que advoga que esta teoria não tem fundamentos empíricos, à luz dos resultados obtidos. Assim, as pessoas que por lesões cerebrais (e.g. AVC, traumatismos cranio-encefálicos, entre outros) e/ou por lesões esquelético-musculares (e.g. acidentes de viação, quedas em altura, entre outros), demonstrem dificuldade na manifestação da expressão da emoção, tal não significa, que não as consigam elaborar mentalmente (Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães, 2011a; Almeida, 2010, Brandão, 2002).

Os hemisférios direito e esquerdo são complementares, exactamente porque ambos possuem diferenças funcionais que os caracterizam. A maioria da população tem o hemisfério esquerdo como dominante da linguagem, também ele superior no desempenho de análises sequenciais (tendo uma função sobretudo analítica) e, por isso, mantendo uma relação mais estreita com a consciência, face ao hemisfério não dominante (Almeida, 2010). Desta, ao hemisfério não dominante compete a avaliação de padrões visuais, sínteses, avaliações espaciais das formas e imagens e situa factos ao longo do tempo, pelo que se distingue por ser sobretudo geométrico e espacial (Almeida, 2006; Damásio, 1999a; Damásio, 2003; Damásio, 2009; Davidson, 2000; Davidson et al., 2000; Davidson et al., 2004; Ebner et al., 2012).

A interacção dos dois hemisférios é fundamental para que possamos ser capazes de reconhecer conscientemente as informações e efectuar depois as acções mais apropriadas. Apesar do hemisfério dominante se encontrar em maior ligação à consciência, ele precisa que o outro hemisfério lhe veicule estímulos pelo corpo caloso. (Almeida, 2006, p.243)

Considerando tudo o que até exposto, podemos afirmar que as emoções são o resultado sinérgico da experiência de sensações e as respectivas respostas fisiológicas, estas, por seu turno, dependentes da actividade do hipotálamos, das estruturas límbicas e do cortex pré-frontal (Damásio, 2009; Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães, 2009; Freitas-Magalhães, 2011a; Freitas-Magalhães, 2013a.) Para Damásio (2009) todo o processo subjacente à produção, identificação e reconhecimento das emoção primárias fica inquinado, quando se verificam lesões no sistema límbico, porquanto que lesões nos córtex pré-frontal implicam no processamento das emoções secundárias.

2.3.2- Variáveis moderadoras

A análise da expressão facial e o seu reconhecimento não estão apenas dependentes da actividade fisiológica e neurológica do indivíduo. Existem outras variáveis moderadoras que produzem, em igual peso e medida, variações e alterações no processo de identificação e reconhecimento emocional. As mais referidas pela evidência empírica são a idade, o género, a assimetria da face, a atracção, a inteligência, a cultura a etnicidade, a personalidade, a religião, a fisiologia, entre outros. (Fernández-Dols & Carrol, 1997; Freitas-Magalhães, 2011a; Freitas-Magalhães, 2013a; Alves & Sullivan, 2013; Coelho-Moreira & Savage, 2013; Khosla, 2010; Stanley et al, 2010; Duchenne, 1990).

No estudo de Coelho-Moreira e colega (2013) foi utilizada a pirâmide da emoção desenvolvida por Borod (1993), segundo a qual a emoção é um componente de um sistema complexo. Este sistema divide-se em duas fases. A primeira fase denominada como *Processing Modes*, inclui a activação, a experiência, a percepção e a expressão da emoção no indivíduo. A segunda fase, *Communication Channels*, analisa os meios de transmissão e captação da informação emocional, isto é, meio visual (e.g., face, postura, gestos) e/ou oral (e.g., léxico, prosódia) (Borod, 1993 ; Coelho-Moreira & Savage, 2013).

Sobretudo e, em particular quanto aos *Processing Modes*, são vários os factores que os podem limitar e foram vários os autores que se debruçaram sobre as consequências destas influências. Por exemplo, quanto ao processo que envolve a expressão e a percepção da emoção e possíveis dissociações, Fridlund, Ekman e Oster (1987) analisaram as influências a que estavam expostas a população geral, enquanto que Borod e colegas (1986), se debruçaram sobre o impacto das lesões cerebrais na percepção e expressão emocionais. Em 2004, Borod e colegas, analisaram as diferenças que ocorriam entre a a expressão e a percepção.

2.3.2.1- Género

“A disconnect exists between popular perceptions about gender differences in emotionality and what science has found.”
(Stanley et al., 2010, p. 147).

É antiga a discussão sobre as diferenças entre o género masculino e o género feminino. Vários estudos debruçaram-se sobre as diferenças e as similaridades entre os géneros, aos mais diferentes níveis. Vistos pelo exterior, as diferenças são observáveis e, aparentemente, verificáveis (e.g. “maça de adão”, tom de voz, estrutura óssea), ainda que, actualmente, graças à intervenção médico-clínica da cirurgia correctiva e plástica, estas diferenças possam ser minoradas e/ou alteradas. Mas ao nível interno, neuropsicofisiologicamente falando, as diferenças são mais difíceis de serem alteradas. Senão, vejamos: ainda que o cérebro masculino seja maior, em volume, do que o feminino, este último é mais compacto e possui 2% mais de matéria cinzenta. Estas diferenças verificaram-se por recurso a técnicas de imagiologia (e.g., fMRI, PET), nomeadamente no *corpus callosum* e na região *perissylvian*. Ao nível cognitivo, as principais diferenças verificam-se nas capacidades de orientação espacial, matemáticas e verbais.

No quadro das emoções, a empiria reconhece maior expressividade emocional ao género feminino, sobretudo quando falamos em emoções como a tristeza ou a alegria. O género masculino, ainda que menos expressivo emocionalmente, quando tal acontece a emoção mais referida, é a cólera.

A comunidade científica, perante os resultados obtidos, levanta algumas questões de natureza metodológica, salientando que: 1) os auto-relatos são mais susceptíveis à influência dos estereótipos⁸, 2) as respostas fisiológicas do género masculino são substancialmente diferentes do género feminino, 3) determinadas técnicas de imagiologia utilizadas revelaram resultados inconsistentes e contraditórios, ainda que todos os estudos tenham demonstrado maior atividade da amígdala no género masculino.

Quanto à percepção, Savage e colegas (2010), afirmam que o género feminino é mais rigoroso, preciso e rápido na identificação da emoção, comparativamente com o género masculino, afirmação corroborada pela maioria dos investigadores da área da expressão da emoção (Freitas-Magalhães, 2011a; Freitas-Magalhães, 2010b; Coelho & Savage, 2013).

Em 2010, Freitas-Magalhães e colega realizaram um estudo sobre a reciprocidade do sorriso na interacção social nos Portugueses e concluíram que “ *that women exhibit a smile more frequently and intensely than men in the reciprocating social interactions*” (Freitas-Magalhães & Castro, 2010, p. 139). Quanto ao factor idade da amostra de 524 (quinhentas e vinte e quatro) pessoas, as mulheres com idades compreendidas entre os 18(dezoito) e 40 (quarenta) anos demonstraram, em média, valores mais elevados na exibição do sorriso, quer como estímulo quer, como expressão-resposta. *Ergo*, é aceite à data que o género feminino demonstra maior facilidade na expressão emocional, embora estas diferenças não sejam tão evidentes quanto à intensidade, percepção e regulação emocional

⁸ “The gender bias, that men are not supposed to cry, men are supposed to be emotionally strong and mature unlike women where such behavior is justified.” (Khosla, 2010, p. 264)

Dos vários quadros teórico-explicativos utilizados na explicação da diferença de géneros na expressão emocional, uma das teorias apresentadas, a teoria da selecção natural, considerada frágil e de difícil validação empírica, foi testada por Tracy e Beall (2011). Estes autores tentaram averiguar se a forma de expressão emocional condiciona e/ou influencia a atracção entre os géneros. Metodologicamente, utilizaram fotografias de mulheres e homens exibindo alegria, vergonha e orgulho. Após análise dos resultados, verificaram que a expressão de alegria era considerada mais apelativa nas mulheres que nos homens enquanto que, a exibição de orgulho era considerada mais apelativa nos homens. Outra teoria explicativa, a teoria das origens ambientais, defende que o desempenho de diferentes papéis sociais pelos diferentes géneros, é consequência da pressão social. Assim, é expectável que as mulheres sorriam mais que os homens, sobretudo em sociedade, da mesma forma que é esperado que sejam mais cuidadoras e atenciosas para com as necessidades de terceiros. Ora, se é certo que para Freitas-Magalhães “*as mulheres exteriorizam mais os seus sentimentos do que os homens, particularmente os de aproximação e intimidade, os quais salientam o afecto e a ternura.*” (2007, p.78), tal poderá ser fruto daquilo que a mulher considera que é esperado de si e, age, tendo em vista aprovação dos outros. Outros autores defendem a explicação fisiológica, teoria segundo a qual, as hormonas desempenham um papel fundamental nas diferenças entre géneros. Se as mulheres estão mais expostas aos efeitos das variações do estrogénio e progesterona, os homens estão mais expostos às variações da testosterona. Senão vejamos: durante a gravidez, a mulher está sujeita às alterações da progesterona o que poderá estar associada a um aumento da sensibilidade (e.g. choro, disgust). Todavia, existem autores, como Khosla (2010) que refutam, em parte esta explicação fisiológica, dado que estas alterações biológicas e hormonais “*do not determine emotional qualities and expressions.*” (p. 273).

Face ao exposto e, na senda de Freitas-Magalhães, a actual posição da evidência empírica determina que “*as mulheres, em comparação com os homens, referem vivenciar mais frequentemente e intensamente as emoções e são mais astutas na sua identificação.*” (Freitas-Magalhães, 2007, p. 77). Ainda assim, estes achados não

reúnem consenso quanto às diferenças entre os géneros e as explicações para tais diferenças (Coelho-Moreira & Savage, 2013). Desta feita a dualidade de explicações mantêm-se, “*Há autores que sustentam que tais diferenças têm uma génese biológica e inata e há outros que sustentam que tal se deve às exigências do contexto e dos papéis sociais.*”(ibidem, p.77)

2.3.2.2. Idade

O envelhecimento acarreta implicações para o indivíduo de natureza social, cognitiva, biológica e fisiológica. Estas podem ser consequências de experiências passadas, apreendidas e geridas ao nível interno, de forma distinta por cada indivíduo. Naturalmente, tal terá um reflexo causal na vivência de novas experiências. Desta feita, a capacidade de percepção, reconhecimento e expressão emocional, estão sujeitas a um *continuum* evolutivo. Ora, é aceite de forma consensual pela sociedade e asseverado pela ciência, que o envelhecimento tem implicações nas mais diversas funções e capacidades (e.g., memória, actividade de aprendizagem), dado que ocorre um declínio neuropsicofisiológico do indivíduo (e.g., menor destreza e resistência física; perda de memória a longo e/ou curto prazo). Todavia, também são reconhecidos ao envelhecimento maiores-valias, nomeadamente ao nível emocional intrapessoal. Alguns estudos demonstram que o envelhecimento é pautado por experiências emocionais mais positivas, quando comparado com as mesmas experiências na juventude, e por um incremento no controlo e regulação emocional. Para confirmar estes achados, Carstensen e colegas (2011), elaboraram um estudo longitudinal de 10 (dez) anos, onde analisaram a percepção de bem-estar emocional dos participantes quando confrontados com 19 emoções. De forma mais frequente, os participantes adultos referiam a maiores níveis de vivência de emoções positivas, por contraponto à menor frequência de experiência de emoções negativas. Verificou-se que os participantes mais velhos descreviam uma maior estabilidade emocional quando comparados com os participantes mais novos. A emoção revelou-se um factor determinante na capacidade de memória e atenção, pelo que os participantes assinalaram maior capacidade de recordarem e/ou fixarem informação emocional do que a informação não-emocional. Nikitin e Freund

(2010) denominaram estas conclusões como o fenómeno *Efeito Positivo*, considerando o facto dos indivíduos mais velhos, quando confrontados com 2 faces, optarem pela expressão facial positiva, evitando a manifestação de emoção negativas. No que concerne aos participante mais jovens, verificou-se o oposto, revelando uma tendência para memorizar mais rapidamente a expressão e a informação emocional negativa. Depois de analisado o fenómeno *Efeito Positivo*, conclui-se que este tem implicações no processamento da informação autobiográfica, no desenvolvimento e aplicação do léxico, de imagens e ao nível da manifestação facial. Na meta-análise de Murphy e Isaacowitz (2008), os fenómenos positivos demonstraram influenciar indiferenciadamente, jovens e adultos, não se tendo verificado diferenças significativas quanto à sua influência nas diferentes faixas etárias. Porém, quanto às preferências de memória, Leigland, Schulz & Janowsky (2004), concluíram que os indivíduos mais jovens tendem a memorizar preferencialmente emoções negativas, porquanto que os indivíduos mais velhos, optam por memorizar as emoções positivas

No geral, a evidência empírica demonstra que o envelhecimento melhora o bem-estar emocional, sendo que tal acontece sobretudo porque 1) os indivíduos mais velhos vivem mais frequentemente as emoções positivas, em detrimento das negativas, 2) nestes indivíduos as emoções positivas são experienciadas com maior estabilidade e, 3) a população mais velha tende a memorizar e a focar mais na informação emocionalmente positiva, do que a população mais jovem.

Segundo a teoria da selectividade socio-emocional de Carstensen (1992), o envelhecimento implica um maior investimento em situações de valor superior que se traduz em estratégias de adaptação da própria estabilidade emocional e evitamento de conflitos (Coelho-Moreira & Savage, 2013). De acordo com esta autora, o incremento da capacidade de controlo emocional, poderá ser, igualmente, a explicação para as alterações estruturais do funcionamento cerebral, sobretudo as que se verificaram no funcionamento e actividade da amígdala (Carstensen, 1992; Morris et al., 1998).

A idade é um factor que também influencia a percepção da emoção, sobretudo porque implica a perda de capacidades nesse domínio. Sobre a percepção da emoção, a autora Borod e colegas aplicaram (1993) uma bateria de teste, denominada como *New York Emotion Battery*, a 117 (cento e dezassete) indivíduos. Esta escala propunha-se a analisar: 1) modos de processamento da emoção, designadamente, percepção, expressão e experiência, 2) meios de comunicação da emoção, designadamente ao níveis da face, da prosódia e do léxico e, por último, 3) emoções discretas, a saber: a tristeza, cólera, aversão, medo, surpresa desagradável, surpresa agradável, alegria e interesse. Os investigadores verificaram que, pese embora, ocorram alterações na percepção de determinadas emoções, a percepção de outras, mantêm-se inalterada face à influência do envelhecimento. Uma das hipóteses explicativas, refere o impacto das alterações da actividade neurofisiológica associados ao envelhecimento. De facto, com o envelhecimento, a percepção tanto das emoções discretas e/ou expressões subtis como das microexpressões é afectada. A percepção de determinadas emoções, nomeadamente, as que são processadas em determinadas áreas cerebrais que são mais afectadas pelo envelhecimento, sofre alterações. Por exemplo, a percepção da cólera, medo está associada à actividade do cortex préfrontal e do lóbulo temporal que, por seu turno, são áreas do cérebro que mais padecem da influência do envelhecimento.

Não obstante estes achados científicos, alguns autores questionam a influência do envelhecimento nestas alterações de reconhecimento e percepção emocional. Levantam a dúvida, uma vez que a hipótese neurofisiológica não refere todas as emoções (apenas algumas), se as alterações não estarão dependentes das redes emocionais discretas dissociadas ou, se estas discrepâncias são da responsabilidade da capacidade visual do indivíduo. De facto, com o envelhecimento, os indivíduos tendem a sobrestimar a informação visualmente recolhida. Desta, sabendo que a “qualidade” da informação emocional recolhida depende se foi observada na UF ou LF, é normal que se percepcione mais facilmente a cólera, o medo e a tristeza, que se manifestam sobretudo na UF e, a aversão e a alegria na LF.

Releva quanto à relação entre a expressão e a idade, os achados científicos de Baptista & Freitas-Magalhães (2009a) segundo os quais, as pessoas mais velhas tendem a ser mais reservadas na expressão emocional, menos responsivos ao estímulo emocional e exprimem mais frequentemente emoções negativas. Todavia, Freitas-Magalhães e colegas defendem que expressão da emoção permanece intacta, mesmo após o envelhecimento, pelo que as discrepâncias que surgem poderão dever-se à metodologia de análise da influência de variáveis. Por exemplo, a análise de frequência e/ou intensidade, ser feita com recurso a fotografias ou vídeos. Em boa verdade, não foram assinaladas pelos autores, diferenças significativas na frequência ou rigor da expressão emocional, quanto à influência do factor idade. Em contraposição, Malatesta e colegas (1987), afirmaram que quanto mais velhas, mais expressivas a pessoas se tornam. Já Magai e colegas (2006), asseveraram não existir diferenças de idade, na duração da exibição da emoção, apesar dos participante mais jovens revelarem uma maior tendência para manifestações exuberantes de vergonha, desprezo e alegria e os mais velhos, maior duração na manifestação no franzimento dos músculos da testa, quando se mostravam confusos, concentrados ou em reflexão. Borod e um conjunto de investigadores (2004) analisaram um conjunto de pessoas com idades compreendidas entre os 18 (dezoito) e os 81(oitenta e um) anos, aos quais foi pedido que recriassem em pose, as expressões de alegria, prazer, surpresa, tristeza e aversão. Nos participantes mais velhos foi possível verificar menor rigor e precisão na reprodução das emoções e, as suas faces neutras eram frequentemente confundidas com emoções e classificadas como intensas. Já Hess e seus colegas (2012), confirmaram que as rugas tinham impacto no reconhecimento de emoções pelos jovens, sendo que estes revelaram maior dificuldade em identificar e perceber emoções nas faces mais envelhecidas. Os participantes mais jovens reportaram que perceberam emoções nas faces neutras dos mais velhos, percebendo com frequência a expressão de medo e cólera e, por último, consideraram estas faces como menos sociáveis. Todavia não se registaram diferenças significativas quanto às referências à intensidade manifestada.

Em suma, quanto à experiência emocional, os resultados indicam que: a) as pessoas mais velhas reportam mais frequentemente experiências positivas e menos

frequentemente experiências negativas, b) demonstram maior estabilidade emocional e, c) maior capacidade de recordar e focar em informação positiva, quando comparado com a população mais jovem. No que concerne à percepção, verificou-se que a) a percepção de emoções como cólera, tristeza e medo, parecem sofrer alterações com a idade e, b) a percepção de emoções como a aversão e a alegria, parecem ser imunes à influência da idade. Por último, quanto à expressão, propriamente dita, a) as pessoas mais velhas são menos rigorosas na produção de expressões faciais da emoção e, b) as suas expressões são percebidas frequentemente como negativas.

2.3.2.3. Enquadramento sócio-cultural

Giddens (2009), sociólogo, definiu e determinou o âmbito e alcance do conceito de valor em contexto social

valores, atribuem significado e orientam os seres humanos na sua interação com o mundo social (...) As normas são regras de comportamento que reflectem ou incorporam os valores de uma cultura. As normas e os valores determinam entre si a forma como os membros de uma determinada cultura se comportam. (p. 22)

Para este autor, o conceito e noção de valor é extremamente subjectivo, pelo que as suas aplicações, derivações e interpretações são díspares de acordo com a cultura onde o valor é implementado e aceite. Assim, Giddens assevera que toda e qualquer manifestação do valor, está intimamente condicionado pelo factores sócio-culturais que lhe estão na origem e na sua aceitação. Em suma, a cultura e a sociedade que aceite determinado valor, influencia a forma como este é vivenciado. Ressalva o autor, que a *“diversidade do comportamento e práticas humanas é extraordinária.”* (2009, p. 24). Se é certo que compete à cultura, através da prática reiterada, a eficaz implementação de determinado valor, também é certo que com a evolução das sociedades e dos seus vários componentes (e.g., povo, contexto político, contexto económico), o valor, possa sofrer mutações, ainda que a sua génese seja perpetuada.

Strongman afunila o objecto da influência dos factores sócio-culturais, abordando sobretudo a influência da construção social nas emoções. Demais autores versaram sobre esta abordagem, defendendo que as emoções têm a sua génese nos conceitos sociais e culturais. *“Isto significa que qualquer cultura tem os seus próprios padrões distintivos de emoções que nascem das práticas sociais. Nesta perspectiva, então, a emoção é relativa e mutável.”*(1998, p. 267). De acordo com esta corrente, as emoções podem subdividirem-se em 2 (duas) categorias: a) as naturais, comuns aos recém-nascidos e aos animais, onde se incluem a alegria, o medo, a tristeza, e b) as emoções que não partilham características naturais em comum, como a vergonha, amor e a cólera.

Por seu turno, para Shields em 1991, também os factores culturais e/ou psicológicos são os que produzem maior impacto quando procedemos à distinção da exibição e demonstração da emoção por características biológicas e/ou de género. Brody e Hall em 1993, afirmaram que a diferença de género na manifestação e expressão da emoção é, quase em exclusivo, resultado dos papéis culturais que lhe são atribuídos pela sociedade se inserem. Porém, existem estereótipos sócio-culturais que são confirmados pela evidência empírica. Quanto à exibição da emoção na expressão facial, nomeadamente, quanto à maior frequência e intensidade da expressão facial da emoção no género feminino quer, de emoções positivas quer, de emoções negativas (e.g., tristeza, medo), de facto verifica-se que as mulheres não só são mais expressivas como mais fácil e fidedignamente identificam as emoções nos outros. Porquanto, no género masculino, verifica-se, com elevada significância, menor frequência e/ou intensidade da expressão facial da emoção, salvo, na exibição da cólera. Na expressão facial da cólera, os homens, revelaram maior intensidade e frequência, sempre que a emoção surgia após estímulo exógeno (Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães, 2011a; Freitas-Magalhães & Castro, 2009a; Freitas-Magalhães, 2009b; Freitas-Magalhães, 2010c; Coelho-Moreira & Savage, 2013). Estes estereótipos sócio-culturais, as diferenças de género, posteriormente confirmados pela evidência empírica, podem ser o resultado da própria socialização a que cada um dos géneros é sujeito ao longo do seu desenvolvimento. Mas não só. A literatura produzida confirma, em igual medida, que tal

tende a ser o resultado de um conjunto mais vasto de factores que influenciam a exibição/demonstração, mais ou menos exuberante, da emoção através da expressão facial. Assim, deverão ser tidos em consideração a influência de factores religiosos, determinações, normas e/ou valores associados às interações e dinâmicas sociais de um determinado grupo de pessoas que podem premiar a demonstração e/ou a repressão da demonstração de determinadas emoções (Fernández-Dols & Carroll, 1997; Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães 2011a; Koshla, 2010; Coelho-Moreira & Savage, 2013)

CAPÍTULO III – O RECONHECIMENTO DA EXPRESSÃO FACIAL DA EMOÇÃO DA CULPA

3.1. Análise da expressão facial da culpa em contexto forense

Partindo da primeira definição das 6 (seis) emoções básicas, Ekman e Friesen desenvolveram, em 1978, o FACS⁹. Este instrumento foi construído para medir cientificamente as emoções básicas através da expressão facial com recurso às Au's. Estas Au's foram definidas tendo em consideração os músculos da face e a sua localização. *“O seu trabalho científico procurou sobretudo mapear a face humana e, conseqüentemente, desenvolver um método de mensuração através do movimento muscular.”* (Freitas-Magalhães, 2011a, p.42).

De acordo com Freitas-Magalhães (2011a; 2013a; 2013b; 2013c; 2013d), a análise da EFE implica a avaliação da amplitude, a assimetria, a duração, o *onset*, *apex*, o *offset*, a intensidade e os movimentos da cabeça. Segundo a literatura, existem diferenças a serem consideradas entre as microexpressões, as macroexpressões e as expressões subtis. As macroexpressões caracterizam-se por ter uma duração de 0,05 (meio segundo) até 0,4 (quatro) segundos pelo que, aparecem e desaparecem entre 0,05 (meio segundo) a 0,45 (quatro e meio) segundos. São observáveis no quotidiano e são facilmente identificáveis (Freitas-Magalhães, 2013b). Quanto às microexpressões, estas têm uma duração de menos de meio segundo, oscilando entre 1/5(um quinto) ou em 1/15 (um quinze avos) de segundo, estando normalmente associadas à tentativa do indivíduo em esconder ou reprimir o que sente. As microexpressões, pela sua duração e características, não são facilmente detectadas pelos outros. Quanto às expressões subtis,

⁹ *“O Facial Acting Coding System (FACS) é o instrumento científico de medida da expressão facial da emoção e a sua aplicação, em diversos contextos, tem sido provada pelas inúmeras linhas de investigação (...)”* (Freitas-Magalhães, 2011a, p.51)

estas são caracterizadas por estarem interligadas à intensidade da emoção e ao momento exacto em que o indivíduo a começa a viver. Assim, num contexto de intensidade emocional reduzida, as emoções subtis podem surgir como resposta a emoções de terceiros (Freitas-Magalhães, 2013b). Para colmatar esta dificuldade, Ekman e colegas desenvolveram programas específicos que permitiam o treino adequado no reconhecimento e identificação das microexpressões e das emoções subtis como veremos adiante.

Ora, considerando que as expressões abrangem toda a face, os músculos faciais são os instrumentos que o cérebro utiliza para a demonstração pública que as sustenta. (Freitas-Magalhães, 2011a; Freitas-Magalhães, 2007). Todavia, ainda que todos os músculos faciais, incluindo a testa, os olhos, as bochechas e a face inferior sejam utilizados, as expressões faciais verificam-se e são mais evidentes, nas sobrancelhas, olhos, bochechas e/ou face superior, isto é, na UF. Desta feita, Ekman e colegas determinaram formas e técnicas de análise, nomeadamente no que concerne à observação das expressões, pelo que deverão ser considerados, por exemplo, os ângulos da face: a) ângulo frontal, onde toda a face é analisada frontalmente, b) ângulo de 3/4, onde a face é vista numa perspectiva de 45° (quarenta e cinco) graus e, c) ângulo de perfil, onde a face analisada, de lado, num ângulo de 90° (noventa) graus. Por norma, apenas as macroexpressões e microexpressões são categorizadas em conformidade com a intensidade, contudo, no presente estudo, as expressões subtis também foram sujeitas a esta avaliação, isto é, foram analisadas quanto à sua intensidade. Nas macroexpressões, devido às suas características, a classificação varia entre moderada a forte, correspondendo no FACS à codificação C a E. Às microexpressões estão associadas as intensidades mais baixas, correspondendo à codificação A e B. Por último, a expressão facial é também avaliada quanto à distância: a) curta (interacção social entre indivíduos íntimos ou familiares), b) média (interacção social entre indivíduos conhecidos e desconhecidos) e c) longa (identificação da face em público ou a uma distância longa) (Freitas-Magalhães, 2003b). Em suma, o FACS é um sistema de codificação da actividade facial que permite medir, com rigor científico, os movimentos musculares da face quando exhibe uma emoção. O SETT e o METT, que abordaremos

mais adiante, são plataformas de treino na identificação e reconhecimento da expressão facial das emoções, a saber: cólera, alegria, medo, tristeza, surpresa, aversão e desprezo (Freitas-Magalhães, 2011CE;Freitas-Magalhães, 2013FL; eSETT 3.0; eMETT 3.0).

Para que esta análise seja o mais rigorosa e precisa possível, dever-se-á ser possível utilizar gravações das pessoas em causa, ao invés da fotografia, por forma a controlar o seu (re)visionamento futuro. Melhor dito: os vídeos permitem uma visão mais completa da expressão facial, porque também é possível analisar o contexto, a situação, a interação e a expressão das demais pessoas presente no local, como, por exemplo, durante um interrogatório. Utilizando as gravações também é possível perceber alterações fisiológicas, de tom e timbre de voz das pessoas em questão e, avaliar quais e qual o grau de influência, das possíveis interferências, denominadas como variáveis moderadoras ou parasitas e quais os contextos em que estas tendem a emergir. O recurso a fotografias apenas permite um vislumbre pequeno, estático e descontextualizado de uma expressão. Ainda que o contexto seja explicado, a informação já contém “ruídos” e influência (consciente ou não) de quem a relata. Releva também, que a utilização de vídeo permite o visionamento repetido e reiterado das imagens, o que possibilita e aumenta o rigor e precisão das conclusões a apresentar.

Tangney (1998) propõe a utilização de 3 (três) instrumentos em particular para análise e medição da culpa que, na sua opinião “*are the most promising measures of adult’s proneness to guilt and/or shame*” (p.27), nomeadamente, a) TOSCA, *Test of Self-Conscious Affect* (Tangney, Wagner & Gramzow, 1989), b)PFQ-2, *Personal Feelings Questionnaire-2* (Harder & Zalma, 1990) e, c) GI, *Guilt Inventory* (Kugler & Jones, 1992). O TOSCA consiste num instrumento que apresenta à amostra 15 (quinze) situações que potencialmente reflectam emoções como culpa ou vergonha, que deverão ser classificadas numa escala de 5 (cinco) pontos. Este instrumento permite medir a propensão do indivíduo para vivenciar a culpa. O PFQ-2 consiste na classificação por parte da amostra, de 16 (dezassex) itens precodificados para a análise da culpa e a vergonha. Quanto ao GI, analisa separadamente o estado de culpa, traços de culpa e o moral associada à culpa. Para a medição destes 3 três, o teste apresenta 45 (quarenta e

cinco) afirmações que deverão ser classificadas, pela amostra, de acordo com uma escala de 1 (um) a 5 (cinco) pontos. Todos os 3 (três) instrumentos demonstraram boa consistência interna, embora a validade interna do TOSCA e do PFQ-2 não apresente os mesmos resultados determinantes.

3.1.1. Análise da expressão facial da emoção em inquirições/interrogatórios

*“Confessions and denials can be categorized into four groups:
true confessions, false confessions,
true denials and false denials”
(Gudjonsson, 2003, p. 173)*

3.1.1.1. Captação de imagens: vantagens e desvantagens

Em 1991, tornou-se obrigatória a gravação de determinados inquéritos judiciais em Inglaterra. Esta decisão foi tomada tendo em consideração, não só as justificações atrás descritas (e.g., (re) visionamento das imagens recolhidas), mas também o facto de permitir um melhor treino e formação de novos investigadores, permitindo salvaguardar os investigadores e agentes policiais de falsas acusações de, por exemplo, abuso de força e/ou violação dos direitos humanos.

Inbau e associados (2001), afirmaram-se contra o uso de gravações, tal como já o havia feito McConville e Morrel em 1983. Segundo os autores existem questões de natureza prática e de resultado que as torna mais desvantajosas do que benéficas. Por exemplo a logística de gravação de um testemunho e/ou confissão numa sala de interrogatório, pode retirar o foco dos investigadores da entrevista ou, em última instância, inibir os comportamentos dos inquiridos, diminuindo o número de confissões. Para Gudjonsson (2003), as vantagens superam as desvantagens da utilização de equipamentos de gravação audiovisual dos testemunhos. Segundo o autor, não só os interesses superiores da justiça são mais eficazmente protegidos, como também os interesses de todos os envolvidos. Falsas acusações de brutalidade policial, abusos de

força policial, condutas impróprias, ficam mais condicionadas quando existe a percepção de que estes comportamentos estão a ser gravados.

The failure to record all interrogation sessions makes it difficult, if not impossible, to retrospectively evaluate the entire interrogation process (e.g. what was said and done by the interrogator to break down resistance and obtain a confession)". (...) It provides the court with the opportunity of hearing and seeing the whole picture relating to the interrogation.(p. 22)

Gundjonsson, ainda que defensor da utilização de gravações audiovisuais nas inquirições, reconhece e identifica algumas desvantagens. O visionamento das imagens recolhidas por pessoas não presentes nas inquirições, está condicionada por um conjunto de variáveis, como o posicionamento da câmara, a iluminação da sala e, até mesmo o número de câmaras utilizadas para o efeito. Estas variáveis, têm um impacto directo na interpretação da linguagem não-verbal da pessoa em questão. Acresce que, nem todos os passos da inquirição seriam filmados e/ou a edição das imagens pode ser tendenciosa, o que interfere na percepção do discurso a ser analisado. Consciente das vantagens e desvantagens deste método, ainda assim, Grundjonsson afirma que *"The use of electronic recording of interrogations, whether audio or video recorded, is one of the best protection against wrongful convictions"* (2003, p. 23).

No caso português o CPP, até à sua última alteração em 2013, a captação de imagens durante o interrogatório, não estava prevista de acordo com o disposto nos artigos 141º que versa sobre o primeiro interrogatório judicial de arguido detido e art.º 144º sobre outros interrogatórios. Com a Lei de 20/2013 de 21 de Fevereiro, o CPP sofre alterações e passa a ser possível a captação de imagens do interrogatório. Este diploma dispõe sobre as alterações o seguinte:

O interrogatório do arguido (seja realizado por autoridade judiciária ou por OPC) é efectuado, em regra, através de registo audio ou audiovisual, só podendo ser utilizados outros meios (designadamente documentação através de auto), quando aqueles meios não estiverem disponíveis, o que

deverá ficar a constar do auto. Quando houver lugar a registo áudio ou audiovisual, devem ser consignados no auto o início e o termo de cada declaração, sendo correspondentemente aplicável o disposto no artigo 101.º (Lei 20/2013, de 21 de Fevereiro de 2013)

Estas mudanças alteraram, por consequência, o disposto sobre o art.º 356 e 357º sobre a “*Leitura permitida de autos e declarações*” e “*Leitura de declarações do arguido*”. Ambos os artigos tinham a função correctora da melhor prova disponível, mas sobretudo representava uma restrição material à produção de prova em audiência. Assim, não só é possível a reprodução de declarações prévias, desde que prestadas perante autoridade judiciária, como no caso previsto no art. 357º tal poderá também acontecer em audiência, desde que o arguido tenha sido assistido por defensor e informado do direito ao silêncio, previsto no número 4 (quatro) do art.º141 do CPP.

Estas alterações, segundo o legislador, visavam o reforço das garantias de defesa do arguido, da determinação legal de utilização de novos meios técnicos e tecnológicos, mas sobretudo do incremento da responsabilidade do arguido e das suas declarações, uma vez que a sua leitura em audiência passa a ser possível. Em certa medida o legislador, tentou apaziguar a comunidade que perante determinados casos públicos, em que ocorriam uma confissão perante o OPC ou autoridade judiciária que, *a posteriori*, não sendo reproduzida em audiência (isto é, o arguido remetia-se ao silêncio em audiência, direito que lhe assiste na letra da lei), não era valorada como prova, gerou na comunidade indignação social e uma notória incompreensão dos cidadãos quanto ao sistema de justiça e o seu funcionamento.

3.1.1.2. Variáveis moderadoras de declarações, denúncias e confissões

Lader (1999), distinguiu diferentes tipos de droga e a sua influência na validade do testemunho: 1) medicação psiquiátrica, 2) medicação neurológica, 3) medicação avulsa mas com efeitos psicológicos secundários, 4) drogas ilícitas e, 5) álcool. Os estados com maior impacto durante entrevistas ou inquirições são a desinibição, a sedação, discurso errático ou paradoxal, devido ao impacto que estas tem na concentração, memória e/ou aprendizagem (cit. in, Grundjonsson, 2005, p. 419). Mais

recentemente, Freitas-Magalhães e colega, analisaram o impacto do consumo de heroína na identificação e reconhecimento das emoções básicas, numa amostra constituída por indivíduos portugueses (Freitas-Magalhães & Castro, 2009c). De acordo com estes estudos, verificou-se que, à excepção da tristeza e da cólera, os indivíduos demonstraram sérias dificuldades na identificação e reconhecimento das emoções. Os autores salientaram que quando comparados os toxicodependentes do género masculino com os de género feminino verificou-se que “*Men are not so spontaneous and consistent in this identification, revealing recurrent errors of perception of emotion.*” (ibidem, 2009c, p. 164). No estudo desenvolvido por estes mesmos autores em 2009, foi analisada identificação e reconhecimento das emoções básicas em indivíduos portugueses dependentes do consumo de cocaína, e os resultados obtidos foram semelhantes aos obtidos na amostra de toxicodependentes de heroína (Freitas-Magalhães e Castro, 2009d).

Para Grundjonsson (2003), existem 5 (cinco) factores que inibem a confissão. O autor identifica primeiro, o medo das sanções legais associadas ao crime. Segundo o autor, a noção das consequências (sejam de curto, médio ou longo prazo, como, por exemplo, a antecipação das dificuldades em conseguir um emprego no futuro) de determinada prática e/ou comportamento anti-normativo, funciona como um constrangimento à assunção de culpa. Em segundo, refere a preocupação destes indivíduos, da repercussão directa e indirecta que advêm de uma confissão, na sua reputação e/ou status social. O terceiro factor tem a haver com a recusa em admitir para si próprio o acto, podendo mesmo acontecer do indivíduo suprir as memórias associadas. Em quarto lugar, surge a preocupação em manter o secretismo sobre o facto para com os amigos e família. Por último, surge o medo de retaliação, como um factor que inibe a confissão. No seguimento destes factores que podem determinar a não confissão, o autor também define outras características que influenciam a admissão ou a negação dos factos, dividindo-as em 3 grandes grupos: a) características dos suspeitos, b) características da ofensa/crime e, c) características contextuais.

Na categoria das características individuais, Grundjonsson explana a influência que a idade tem na confissão, demonstrando que quanto mais jovem é o indivíduo em causa, mais provável é a sua tendência para a confissão. Tal poderá ficar a dever-se a factores biológicos e psicológicos, como a influência do desenvolvimento hormonal e/ou a impulsividade, não antecipando as consequências a médio e longo prazo da sua confissão, declaração e/ou denúncia. Salvaguarda, igualmente, a diferença entre os indivíduos mais jovens e os indivíduos mais velhos do entendimento das forças policiais e das suas formas de actuação. Quanto ao género, a evidência empírica demonstra que a percentagem de confissões nas mulheres é substancialmente superior em comparação com os homens, “ *the admission rate of females was 73%, compared with 52% of males*” (2003, p. 143). Quanto ao factor étnico, verificou-se nos Estados Unidos que, a maior percentagem de confissões é de indivíduos caucasianos, sendo que menos de 30% das confissões eram de indivíduos pertencentes a algum tipo de minoria étnica (e.g. asiáticos, afro-americanos) (Pearse et al., 1998 cit in Grundjonsson, 2003, p. 143). Curiosamente, eram os indivíduos pertencentes a minorias étnicas que mais frequentemente solicitavam apoio judicial. Quanto ao estado mental e/ou psicológico dos indivíduos, verificou-se que os sujeitos que estavam sob influência de drogas e/ou álcool, mais facilmente confessavam.

Na categoria das características da ofensa/crime, quanto ao tipo verificou-se que tendencialmente a maioria das confissões ocorria em casos de crime contra a propriedade, como, roubo, furto, falsificações, porquanto, confissões de crimes de natureza mais violenta, eram menos comuns. Mitchell (1983), concluiu no seu estudo que 89,3% dos indivíduos suspeitos da prática de crimes sexuais, confessam (cit. in, Grundjonsson, 2003, p. 147). Quanto à gravidade do crime, os resultados obtidos tendem na maioria, na senda dos estudos produzidos, a revelar que a maior parte das confissões tendem a ser sobre crimes de baixa gravidade, enquanto que crimes de maior gravidade tendem a ter percentagens de confissão baixas.

Por último, quanto às características contextuais, verificou-se que o acesso a apoio judiciário pode condicionar as confissões, sendo que quando este apoio está

presente se verifica um decréscimo de confissões em salas de interrogatório, por oposição a quando tal não se verifica. De igual forma, a qualidade das provas forenses recolhidas interfere no aumento ou diminuição da probabilidade de confissões, nomeadamente, quanto mais fortes são as provas materiais maior a probabilidade de confissão. Releva nesta categoria as técnicas de interrogatório utilizadas e as características do investigador. Quando os investigadores apelam à consciência moral dos suspeitos, identificam contradições no discurso do suspeito, “oferecem” justificações morais ou psicológicas para o crime e/ou elogiam o indivíduo, existe uma maior probabilidade do suspeito confessar. Por último, quanto maior a formação e treino dos investigadores, maiores as probabilidade de se obter uma confissão (Batista & Freitas-Magalhães, 2009; Grundjonsson, 2003; Freitas-Magalhães, 2010a; Freitas-Magalhães, 2011d; Freitas-Magalhães, 2012b; Freitas-Magalhães, 2012c; Freitas-Magalhães, Batista & Santos, 2010).

Ao longo da resenha do estado da arte sobre as emoções e a possível relação com o comportamento no sala de interrogatório/entrevista, verificou-se ser relevante o impacto de determinadas emoções durante as entrevistas e/ou inquirições, nomeadamente da ansiedade, do medo e da cólera. Inbau e colegas, afirmaram (2001) que os sinais de ansiedade/nervosismo durante uma entrevista desta natureza era perceptível tanto nos indivíduos inocentes como nos indivíduos considerados culpados. No caso do nervosismo presente nos indivíduos considerados inocentes, estes autores verificaram que se podiam sumariar 3 (três) razões para tal se verificar. A preocupação de ser erradamente considerado culpado, a preocupação sobre os procedimentos e os acontecimentos que podem acontecer enquanto entrevistados ou inquiridos, e/ou a preocupação que a polícia identifique transgressões antigas (p. 25). Para estes autores os níveis de ansiedade entre um suspeito inocente e um suspeito culpado, distinguem-se pela sua duração, sendo que os níveis de ansiedade no indivíduo inocente, vão baixando à medida que se avança no interrogatório, ao contrário do indivíduo culpado. Todavia esta teoria não granjeia grande aceitação na comunidade científica uma vez que existe um conjunto de variáveis que podem interferir na expressão e demonstração de ansiedade/nervosismo, nomeadamente a sensação de medo. Autores como Irving and

Hilgendorf em 1980, identificaram algumas dessas variáveis que se relacionam com a emoção do medo, nomeadamente, stress associado ao ambiente confinado e pouco familiar de uma esquadra, ao isolamento e confinamento do indivíduo e, por exemplo, à sensação de submissão perante uma autoridade. Quanto à cólera, esta emoção é commumente aceite pela literatura como sendo sempre indesejável quer no indivíduo/suspeito/testemunha quer no entrevistado/interrogador (Grundjonsson, 2003, p. 28). Segundo Inbau e colegas (2001) o indivíduo inocente não só expressa a sua cólera, como poderá demonstrar indignação quando confrontado com acções que considera repugnantes e/ou sobre as quais é inocente. Porém, ressalvam que estas demonstrações podem ser fabricadas pelo indivíduo culpado, sendo difícil a sua distinção. Para que seja possível a distinção entre ambas as expressões de cólera, os autores defendem a análise combinada dos níveis de persistência e duração da demonstração da mesma. Assim, os inocentes expressam a cólera de forma mais persistente e coerente durante mais tempo, enquanto que os indivíduos culpados são menos coerentes na exibição e quando o fazem, fazem-no por pequenos períodos de tempo.

“It is difficult to think of a judicial system that is likely to be free of miscarriages of justice.” (Grundjonsson, 2003, p.158). Existem vários erros judiciários, mas os mais comuns são: 1) um julgamento baseado em provas fabricadas, mesmo que o indivíduo seja materialmente culpado do crime, 2) ser considerado culpado por mais crimes e mais graves, do que na realidade foi, 3) a pessoa foi considerada, erradamente, culpada por um crime que não cometeu e, por último, 4) ser condenado por um crime que nunca aconteceu. (Freitas-Magalhães, 2010a; Freitas-Magalhães, 2011d; Freitas-Magalhães, 2012b; Freitas-Magalhães, 2012c).

Ainda que de forma sucinta, exporemos o tratamento da confissão à luz do direito penal vigente em Portugal. De acordo com o Princípio da livre apreciação da prova, estatuído no art.º 127 do CPP, *“ a prova é apreciada segundo regras de experiência [e.g. lógica, observação do comportamento, entre outros] e a livre convicção da entidade competente.”* A livre convicção da entidade competente não deve ser confundida com arbitrariedade e/ou discricionariedade, pois compete ao

jugador o dever da prossecução da verdade material. Também releva que esta livre apreciação, é diferente das provas legais que estão obrigadas a uma regulamentação quanto aos meios de prova e o valor probatório das fontes. Não obstante este princípio basilar do direito penal, o legislador condicionou e limitou este princípio ao “*Valor da prova pericial*”, segundo o qual:

- 1 - O juízo técnico, científico ou artístico, inerente à prova pericial presume-se subtraído à livre apreciação do julgador.
- 2 - Sempre que a convicção do julgador divergir do juízo contido no parecer dos peritos, deve aquele fundamentar a divergência. (art.º 163, CPP)

Considerando a predominância da inocência sobre o desvalor da culpabilidade, o legislador considerou também pertinente no âmbito da produção de prova, criar limites normativos ao art.º 127, socorrendo-se, nomeadamente dos artigos 343º, que permite ao arguido o silêncio sem que este lhe seja desfavorável em audiência e, o art.º 344 que determina os limites da apreciação da confissão do arguido. Para o legislador, o art 344º que versa sobre a confissão, deverá ter-se em consideração que, ainda que a confissão constitua prova plena, não é uma prova legal. Melhor dito, a confissão embora permita a conclusão não a impõe ao julgador, pelo que existe um conjunto de pressupostos e requisitos a ter em atenção.

3.2. Aplicação da análise da expressão facial da emoção

3.2.1. Metodologias e técnicas

“*Can emotions be measured?*” (Davis & Murray, 2011, p.179). Esta questão é a pedra angular no estudo e análise da expressão facial da emoção. A comunidade científica mantém o debate aceso sobre a exequibilidade ou não da medição. Para os autores que preconizam a existência de emoções inatas e básicas, a medição impõe-se e foram desenvolvidas diversas técnicas e instrumentos.(Ekman, 1992; Levenson, Ekman & Friesen, 1990; Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães, 2009a; Freitas-Magalhães, 2009c; Freitas-Magalhães, 2011a; Freitas-Magalhães, 2011d; Freitas-Magalhães, 2012b; Freitas-Magalhães, 2012c; Freitas-Magalhães & Castro, 2009a;

Davis & Murray, 2011). Para os autores defensores da corrente sócio-construtivista, explanada no capítulo anterior, a análise da emoção não pode estar dissociada do contexto social e da vivência de cada indivíduo. (Barrett, 2006; Barrett et al., 2007; Russell & Barrett, 1999).

Serão apresentados de forma sucinta alguns dos instrumentos actualmente utilizados com sucesso e relevância científica na análise e medição da expressão facial da emoção. A EMG, é uma técnica utilizada na avaliação e monitorização da actividade eléctrica dos músculos e, uma das mais utilizadas na medição da expressão facial da emoção. A sua utilização no âmbito da análise da expressão facial da emoção, implica a colocação de eléctrodos nos músculos ou grupo de músculos que estão ligados às alterações da face (Fridlund, 1997; Davis & Murray, 2011; Freitas-Magalhães, 2011a). A colocação destes eléctrodos permite detectar a comunicação que se estabelece entre os músculos e as fibras e, os sinais eléctricos utilizados para o efeito. Por exemplo, no caso das emoções da alegria, tristeza e cólera, verificou-se uma intensidade actividade eléctrica dos músculos *corrugator* (sobrancelha), *frontalis* (testa), *depressor* (cantos da boca) e *masseter* (queixo/mento) (Davis & Murray, 2012). As desvantagens apontadas a este método são direccionadas para a metodologia intrusiva e possivelmente limitadora (são utilizados eléctrodos na face), tal como a indiscrição associada ao método, pelo que a pessoa analisada poderá alterar o seu comportamento para se adequar ao esperado. Também releva ser uma técnica dispendiosa (Russel & Fernández-Dols, 1997; Davis & Murray, 2011)

Um outro instrumento, o FAST desenvolvido por Ekman, Friesen and Tomkins em 1971, utiliza 77 (setenta e sete) descrições de 6 (seis) emoções básicas que devem ser visionadas pela amostra, enquanto são observadas por técnicos especializados. Este tipo de análise levanta logo a primeira desvantagem, porque a observação é feita por uma pessoa, também ela susceptível à influência dos seu próprio quadro axiológico-valorativo. Dentro deste género de instrumento surgiram outros como o MAX, Maximally Descriptive Facial Movement Coding System, e o AFFEX, System for Identifying Affect Expression by Holistic Judgment, ambos construídos em 1980 por

Izard e Dougherty (cit.in, Russel & Fernández-Dols, 1997). São várias as fragilidades apontadas a estas técnicas, nomeadamente, o facto de não ser possível medir a intensidade do comportamento ou analisar demais expressões que surjam fora das inicialmente definidas e, o facto de terem sido desenhados apenas para crianças.

Os estudo de julgamento, como definiu Wagner (cit.in, Russel & Fernández-Dols, 1997) tem sido o mais commumente utilizado pela comunidade científica que se debruça sobre esta problemática. Mas, também tem sido o mais sujeito a críticas. A primeira crítica prende-se ao rigor com que o observador analisa a expressão facial da emoção e os erros metodológicos que daí podem advir, nomeadamente quando o observador não percepção todos os movimentos e/ou interpreta erradamente o que vê. Este tipo de estudo pode ser dividido em 2 (dois) tipos: 1) julgamentos por categoria e, 2) julgamentos por rácios. Nos julgamentos por categoria, uma série de estímulos previamente definidos e direccionados para uma determinada categoria (e.g., alegria) são apresentados e as respostas são analisadas dentro da categoria previamente definida. O recurso a este tipo de estudo é comum pelos autores que defendem a existência de emoções universais que se exibem de forma única e transversal a todo e qualquer indivíduo. No julgamento por rácios, é analisado o número de propriedades que surgem quando a pessoa é sujeita ao estímulo, sendo frequentemente utilizado pelos teóricos que postulam *“that emotion categories (and facial behavior) may be accounted for by variations in a small number of independent dimensions”*(Wagner, 1997, cit. in, Russel & Fernandez Dols, 1997, p. 36)

O FACS criado em 1978 por Ekman e Friesen, parte da codificação dos músculos da face em 44 (quarenta e quatro) Au's, que quando activadas permitem a sua identificação, análise de intensidade e duração. Este instrumento é de utilização demorada, porque implica o visionamento lento das imagens captadas, sendo que as imagens deverão ser (preferencialmente) em vídeo. No entanto, a análise recai apenas sobre as Au's envolvidas, pelo que não é necessário analisar todos os movimentos faciais exibidos. Este instrumento tem sido questionado, não tanto pela sua eficácia em

medir, mas na premissa que lhe serve de base, nomeadamente o facto de existirem emoções pan-universais e pan-culturais, denominadas como universais.

Como já referido anteriormente, o SETT , é uma plataforma desenvolvida por Ekman (2014) para treino da análise e identificação as emoções faciais subtis. Este instrumento divide-se em 2 (duas) partes: 1) aprendizagem e 2) prática. Na primeira parte, são apresentadas diferentes imagens de emoções aos participantes, para que estes desenvolvam capacidade técnica de reconhecimento das mesmas (aprendizagem). Na segunda parte (prática), desenvolve-se a capacidade de reconhecer emoções faciais, pelo que os participantes devem identificar as emoções apresentadas e posteriormente, identificar cada emoção de acordo com as 7 (sete) emoções previamente definidas. Em ambos os momentos, as imagens são da mesma pessoa e podem ser apresentadas em modo “*slow*”, “*normal*” e, “*quick*”. (Asla et al., 2011; Freitas-Magalhães, 2011a; Freitas-Magalhães, 2011c; eSETT 3.0, 2014)

O METT, também esta uma plataforma desenvolvida por Ekman (2014), direccionada para o treino na análise e identificação de microexpressões. Este é composto por 4 (quatro) fases: 1) *Pre-test*, 2) *Training*, 3) *Practice* e, 4) *Post-test*. Na primeira fase é esperado que o indivíduo se ajuste ao teste, tanto ao tempo que dispõe bem como à forma como são apresentadas as imagens. Na segunda fase, a fase *Training*, é esperado que o participante desenvolva a capacidade de reconhecer as características, semelhanças e diferenças das várias emoções apresentadas. Nas restantes fases, é avaliada a capacidade do participante em reconhecer emoções e a evolução na identificação e reconhecimento das mesmas após a fase 1 e 2. Assim, é possível perceber a evolução (ou não) da capacidade do indivíduo em perceber, identificar e reconhecer as emoções que lhe são apresentadas. Os procedimentos do METT são similares aos utilizados no SETT, todavia no caso do METT, as imagens apresentadas podem ser de diferentes pessoas, diferentes géneros e de diferentes grupos étnicos.(Asla et al., 2011; Freitas-Magalhães, 2011c; Freitas-Magalhães, 2011c; eMETT 3.0, 2014).

3.2.2. Resultados da aplicação

Terá a culpa uma expressão facial, única e distintiva de todas as outras?

Na esteira de Montoya (2013), as microexpressões “*are rapid facial expressions that appear when an individual is trying to repress or conceal his/her underlying emotions.*”(p. 95). As microexpressões surgem durante a interacção e é influenciada por um conjunto de variáveis. Segundo Montoya, o contexto tem um papel fundamental. No contexto está inserido a natureza da conversa e/ou da situação, que irão determinar o tipo de pressão a que a pessoa está sujeita, bem como os antecedentes que lhe deram origem. Também releva para esta análise, qual das pessoas que fala e qual a posição que ocupa no diálogo, as suas intenções e a congruência do discurso.

O recurso à análise das microexpressões para detectar o logro/mentira, é considerado pela comunidade científica como útil e eficaz, ainda que, como esclarece Montoya, a microexpressão não demonstra automaticamente a fonte da nossa emoção e/ou o seu significado. O acto de mentir implica, esconder a emoção verdadeira e fabricar uma outra emoção que mascare a primeira, sendo o sorriso o mais utilizado. No caso da mentira, tem-se verificado que a cólera é a emoção mais utilizada para ocultar a vergonha (Montoya, 2013, p. 104). No geral, a investigação tem demonstrado que a expressão da mentira se caracteriza pela assimetria da expressão facial e a duração da mesma e, as limitações decorrentes da biologia humana, nomeadamente pela incapacidade de voluntariamente mover determinados músculos da face.(Freitas-Magalhães, 2011c; Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães, 2009a; Freitas-Magalhães, 2009c; Freitas-Magalhães, 2011d; Freitas-Magalhães, 2012b; Freitas-Magalhães, 2012c; Freitas-Magalhães, 2013b; Ekman, 2009; Niedenthal et al., 2010)

Tanto o METT, como o SETT, têm sido alvo de múltiplas e variadas aplicações, desde a sua utilização para determinar as preferências alimentares das crianças ao reconhecimento emocional nos pais com alto risco de abuso de crianças, passando pela percepção em doentes com Parkinson (Montoya, 2013, p. 98). Segundo o autor, ambos os instrumentos são capazes de avaliar as capacidades de reconhecimento da emoção na

expressão facial bem como, são capazes de avaliar determinadas incapacidades neste tipo de reconhecimento. O METT, enquanto aplicação de *software*, já demonstrou as suas vantagens, inclusive no treino de não-especialistas da análise da expressão facial. O seu funcionamento implica a exibição de expressões de faces completas em 4 (quatro) fases, como já referido. Antes de utilizar o METT, é aconselhado pelos seus autores, que as pessoas iniciem o seu contacto com o SETT. O SETT exhibe de forma muito rápida pequenas expressões, focando-se em partes específicas da face, ao contrário do METT. (Marques & Montoya, 2013). Para Marques e Montoya (2013), o METT é um instrumento que após testado empiricamente, se revelou muito eficaz na demonstração da percepção inconsciente da expressão facial.

CAPÍTULO IV- ESTUDO EMPÍRICO

4.1. Enquadramento do caso de estudo

“ Se podes olhar, vê. Se podes ver, repara. ”
(Livro dos Conselhos, cit. in, Saramago, 1995, p.10)

4.1.1. Nota introdutória

O PrCP foi um dos julgamentos mais mediáticos e com maior impacto na sociedade portuguesa do século XXI. O também denominado Escândalo Casa Pia, trouxe a lume os abusos de menores institucionalizados numa instituição gerida pelo Estado Português, CPL.

Foram vários os nomes proeminentes da sociedade portuguesa que foram associados a estes abusos, nomeadamente, políticos, celebridades, diplomatas, entre outros. Todo o mediatismo e exposição pública que pautou a evolução e o desenrolar deste processo, produziu impactos profundos aos vários níveis da sociedade. A sociedade portuguesa foi confrontada, não só, com abusos de cariz sexual de crianças que se encontravam protegidos por uma das mais antigas e privilegiadas instituições do Estado, como também, viu figuras públicas proeminentes e respeitadas serem acusadas por esses factos.

O PrCP teve repercussões profundas nos mais variados níveis da sociedade portuguesa, principalmente, ao nível legislativo, judicial e social. Teve implicações profundas na forma como a sociedade via e protegia as crianças que se encontravam à guarda do Estado, passando a ficar mais alerta para os abusos psicológicos e sexuais de crianças e menores. Acresce que a justiça, o seu funcionamento, ficaram sujeitos ao feroz escrutínio da sociedade civil. Os atrasos, os adiamentos, os recursos, as contradições, as diferentes interpretações da lei, as diferentes formas de aplicação e de actuação da justiça, granjearam o mesmo destaque e mediatismo junto da opinião pública e dos *media* que os próprios acusados.

“ ‘Bem’, começou o Juiz e Instrução, voltando as folhas e diringindo-se a K. num tom de voz autoritário: ‘O senhor é pintor de casas?’ ‘Não’ respondeu K., ‘ sou gerente de um grande banco.’ (Kafka,1989, p. 43). Os acusados, na sua grande maioria, socorreram-se dos *media* para alicerçar declarações públicas de inocência fazendo uso do seu próprio estatuto e exposição pública. A maioria dos acusados, publicou livros¹⁰, criou blogs¹¹, interpelou a justiça¹², acusou instituições públicas de serem parte integrante de uma “*caça às bruxas*”, reclamando justiça à sua inocência¹³. Alguns reiteraram que estavam expostos a um “*processo que começou com a certeza de que todos éramos culpados (...) É um processo preconceituoso*”¹⁴ (Carlos Cruz, 2012), a uma “*campanha mediática*”¹⁵ com fins predefinidos da culpabilidade dos acusados (ibidem). Actualmente, já são conhecidas as deliberações, condenações e absolvições dos arguidos neste Processo.

¹⁰ “*Estou inocente para além de qualquer dívida*”, Carlos Cruz ; “*Preso 374*”, Carlos Cruz; “*Sabão Azul e Branco*” Hugo Marçal

¹¹ Visto a 05/2013 em :<http://www.processocarloscruz.com>

¹² Visto a 05/2014 em :<http://noticias.sapo.pt/lusa/artigo/990326c7d860a264f3b553.html>

¹³ Visto a 05/2014 em :<http://www.youtube.com/watch?v=h59arSBufwg>

¹⁴ Visto a 05/2014 em : <http://www.youtube.com/watch?v=avaz4NVbmTQ>

¹⁵ Visto a 05/2014 em :<http://www.youtube.com/watch?v=rcZBSRX8hZ8>

Desta feita, é pertinente fazer uma nova leitura dos factos usufruindo do contributo da análise da EFE, desbravando o caminho que separa a ciência da justiça, que de acordo com Figueiredo Dias (2007) “...parecem por vezes conduzir a um diálogo de surdos e roçar o divórcio entre juristas e cientistas do homem, acarretando os maiores danos para a tarefa da aplicação do Direito.”(p.9).

Em suma, impõe-se a análise deste processo e dos seus intervenientes, usando como trave mestra a análise da face, da EFE e de todos os processos neuromusculares associados, posteriormente comparando-os com os factos provados em tribunal. Na esteira de Freitas-Magalhães (2011c) “*A face humana é utilizada para diversos fins. Um deles é para esconder o verdadeiro estado psicológico do indivíduo. A isso, passo a chamar máscara, que mais não é que uma estratégia para esconder-se de si próprio e, por consequência dos outros.*” (p.23).

Esta investigação não se prenderá ao processo e aos vários nomes que antecederam o julgamento, mas sim sobre: 1) os indivíduos que de facto foram condenados pelos factos demonstrados em tribunal e, 2) os testemunhos prestados pelas vítimas que participaram no julgamento. Procura-se com este estudo dirimir as diferenças entre culpa, vergonha e embaraço em parte dos intervenientes do PrCP e qual a expressão facial das diferentes emoções perante o relato, os factos e/ou outros estímulos, também eles, associados ao processo. Em conformidade, objectiva-se identificar pontos de confluência entre a análise da expressão facial e a sua aplicação no actual sistema de justiça, nomeadamente no âmbito de aplicação do direito penal.

No seguimento do ponto anterior, apresenta-se uma breve resenha de parte da produção empírica produzida neste domínio da investigação, que consubstanciará a escolha deste objecto de estudo.

Erikson refere que “*Os seres humanos, pela sua cultura, apreendem sistemas de atribuição de significados e, face a situações particulares de acções humanas, parecem*

muitas vezes ter criado interpretações similares, mas estas semelhanças superficiais escondem uma diversidade subjacente.” (cit. in, Lessard-Hébert et al, 2008, p 40), mas impõe-se uma questão: como reage o indivíduo quando toda a uniformidade social e conceptual, quanto à sua acção ou ao seu pensamento é posto em causa? Como reage um grupo, uma sociedade, à ruptura com o conjunto de valores e conhecimentos, transmitidos até então, tidos como pedras angulares do comportamento adequado?

4.1.2. Caracterização da instituição CPL e dos intervenientes seleccionados

4.1.2.1. Caracterização geral da instituição CPL¹⁶

Após o terramoto de 1755, a 3 de Julho 1780, Diogo Inácio de Pina Manique funda a CPL tendo como objectivo albergar e acolher todos os que foram afectados pelo desastre natural, desde prostitutas, crianças órfãs, mendigos. Estabeleceu desde início regras de funcionamento e planos curriculares, fomentando sobretudo o ensino. Pina Manique escolheu um grupo de pessoas para o auxiliarem a desenvolver metodologias pedagógicas que revolucionaram o ensino. De facto, desde então, a CPL tem seguido uma vertente técnico-profissional de ensino. As necessidades aliadas ao sucesso da instituição, transformaram a CPL numa instituição de solidariedade social. Desde a sua fundação até às invasões franceses, a sede foi o Castelo de São Jorge.

Após a tomada do Castelo de São Jorge, todos os acolhidos pela instituição são distribuídos por outras instituições de cariz social tais como, orfanatos, asilos, sendo que a CPL entra num período de declínio e a instituição passa a estar localizada no Desterro, num convento beneditino. Este declínio tem implicações na qualidade do sistema educativo, nos professores e nas próprias metodologias pedagógicas, uma vez que a instituição passa a debater-se com problemas financeiros, pelo que ocorre um retrocesso significativo. As necessidades sociais eram muitas e a instituição ainda que procurasse dar resposta aos pedidos, sobretudo durante a guerra civil de 1832, não era capaz.

¹⁶ <http://www.casapia.pt/Default.aspx?tabid=67&language=pt-PT> (visto a 23/06/2014)

Os ventos de mudança surgem quando, por decreto do reino, a CPL é transferida para o Mosteiro dos Jerónimos, sendo que em 1835 é implementada uma nova reforma. Em meados do século XIX, fica sediada nas instalações da CPL a primeira *Escola Normal Portuguesa*. Passa a ser praticado o ensino da música, de artes, da agricultura e técnico-profissional, bem como se promove a prática desportiva junto dos utentes. A CPL foi também pioneira na orientação vocacional dos alunos e no acompanhamento e desenvolvimento psicológico dos alunos, contrariando a noção até aí existente de que este tipo de instituição, eram locais de despejo dos indesejados pela sociedade. Com a 1ª (primeira) Guerra Mundial, a instituição vive novamente períodos difíceis, sendo que a maioria dos jovens eram recrutados pelo exército, pese embora na década 20 retoma a sua capacidade de bom funcionamento (Martins, 2010)

Optando pelo desenvolvimento integral dos jovens, a CPL nunca abandonou o mote de integração dos jovens na vida activa de acordo com as suas orientações e preferências vocacionais até à implantação do Estado Novo. Por directrizes do Estado, nesta altura, procede-se a uma reforma da instituição que a alteraria por completo. A CPL passa a englobar todos os estabelecimentos de educação e de assistência social da Grande Lisboa, passando a ser consideradas como secções da CPL. O autoritarismo do regime estendeu-se às actividades e à metodologia aplicada às crianças institucionalizadas, sendo, novamente, um período menos positivo da instituição, ainda que a qualidade do ensino se tenha mantido.

A década de 80 trouxe consigo melhorias físicas na instituição. A CPL foi adaptada aos tempos modernos, modernizando e apetrechando os espaços físicos. As renovações estenderam-se, também, às formas de acolhimento e acompanhamento das crianças e jovens, na oferta formativa e no estreitamento das relações com outras instituições. Todavia, séculos de história de intervenção, acompanhamento e formação de crianças e jovens, é posto em causa em 2002. É exposto à sociedade o caso de abusos sexuais de crianças e/ou pedofilia na CPL. Desde então, e até aos dias de hoje, a instituição tem vivido com as repercussões deste caso, pelo que foi sujeita a reestruturações e reformas como forma de mitigar os seus efeitos negativos. Estas

reformas assentam em 5 (cinco) premissas fundamentais: 1) recentrar o foco da instituição na sua missão central de apoio a crianças e jovens em risco, 2) individualização da intervenção, segundo uma perspectiva mais humanista, 3) formação e qualificação técnico-profissional, 4) qualificação da gestão da Instituição e, 5) ajustamento e modernização do modelo institucional. Mas não só. Para aliviar e apaziguar as hostes, após o PrCP, a CPL elaborou um manual denominado como “*Linhas orientadoras para actuação em casos de indícios de abuso sexual de crianças e jovens*” (2010) que contou com a colaboração da Polícia judiciária, entre outros, mas salienta-se o facto deste manual ter sido supervisionado por Furniss, director do departamento de pedopsiquiatria da Universidade de Munster na Alemanha.

4.1.2.2. Preâmbulo biográfico dos intervenientes seleccionados

CC¹⁷¹⁸, nascido em 1942, emigra com a família aos 4 anos para Angola onde viveu até aos 17 anos. Inicia a sua carreira na comunicação social como radialista aos 14 anos, mantendo-se ligado à rádio até 1962, altura em que passa para a televisão. Em 1968 torna-se numa figura mediática com a co-apresentação do programa *Zip-Zip*, com Raul Solnado e Fialho Gouveia, personagens de vulto da representação e da comunicação social. Após ter desempenhado as funções de director de programas na RTP, em 1975 passa a exercer o cargo de Conselheiro de Imprensa da Missão Portuguesa na ONU, cargo que mantém até 1979.

Em 1980, volta aos ecrãs nacionais como apresentador de um conjunto de programas de televisão e rádio, todos eles com grande sucesso e mediatismo, destacando-se o mítico *1, 2, 3*. Cumulativamente, vai desenvolvendo empresas na área da comunicação social e da representação, sobretudo como produtor de programas, fundando em 1990 a CCA, Carlos Cruz Audiovisual, Lda., que o projecta definitivamente para a ribalta. Passa a ser denominado como o *Sr. Televisão*. Por ser produtor e/ou apresentador de programas de sucesso, é aliciado por canais concorrentes

¹⁷ http://www.csm.org.pt/ficheiros/diversos/acordaocasapia_1instancia.pdf ; <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b231d3fcabed262680257a8400473920?OpenDocument>

¹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=pImlaZCTwUg> (visto a 08de 2014)

como a TVI, onde foi Director de Antena em 1996 e, pela SIC, canal onde suspende a sua carreira, motivado pelo escândalo do PrCP, em 2003. Releva que a par com a sua carreira de renome, foi-lhe reconhecido o trabalho desenvolvido noutras áreas, como no caso do Campeonato Europeu EURO 2004 em Portugal, comissão à qual presidiu e que culminou no reconhecimento pelo então, Presidente da República Jorge Sampaio, com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

O seu nome surge associado ao PrCP em 2003, sendo detido a 1 de Fevereiro sob suspeita de prática de práticas sexuais com alunos menores da CPL, sendo que o MP o acusa de 4 (quatro) crimes. CC foi casado 2 (duas) vezes, sendo que do primeiro casamento resultou uma filha, ainda que tenha também “apadrinhado” o crescimento de um sobrinho da sua mulher à época. Do segundo casamento, resultou também uma filha, apenas com meses aquando da sua detenção. Divorciou-se após a leitura da sentença em 2010, onde foi considerado culpado de 3 (três) crimes de abuso sexual de crianças p.p. no artigo 172, nº1 do CP. A pena foi determinada tendo em consideração, segundo o acórdão, o dolo directo da actuação, a negação e desvalorização do discurso das vítimas, não demonstrando arrependimento e não admitindo a prática dos factos, ainda que o Tribunal tivesse em consideração o percurso profissional e a existência de uma família de suporte estruturada e funcional. A pena determinada foi de 7 (sete) anos a pena de prisão efectiva, por cúmulo jurídico. Encontra-se a cumprir pena no Estabelecimento Prisional da Carregueira.

CS¹⁹ teve o primeiro contacto com a Instituição CPL aos 4 (quatro) anos de idade, quando foi admitido como aluno interno. Desde a sua admissão e até 2001, CS viveu sempre na instituição, dado que não possuía laços familiares ou afectivos fora da mesma, facto que permitiu que este lá permanecesse, inclusive, nos períodos de férias e/ou feriados. O facto de ter vivido desde sempre na instituição, facilitou o acesso e o conhecimento profundo do seu funcionamento, dos seus utentes e funcionários, sobretudo dos circunstancialismos subjacentes à admissão dos menores, nomeadamente, falta de apoio familiar e/ou abandono, estruturas familiares disfuncionais e/ou

¹⁹http://www.csm.org.pt/ficheiros/diversos/acordoaocasapia_1instancia.pdf ; <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b231d3fcabed262680257a8400473920?OpenDocument>

inexistentes, situações de precariedade social e económica e, na maioria dos casos, crianças sem referenciais parentais, sobretudo masculinos. CS era considerado como atento às necessidades dos jovens, dando particular ênfase à prática desportiva, estabelecendo vínculos de proximidade pessoal e de dependência afectiva. Como forma de manter estas relações e vínculos afectivos, era recorrente, de acordo com relatos de outros funcionários e outras testemunhas em sede de julgamento, a oferta por parte do indivíduo de roupas, carregamentos de telemóvel, dinheiro e outros, uma vez que tinha acesso privilegiado às necessidades das crianças e jovens, transmitidas pelos próprios em conversas que entabulava. O sujeito desta forma granjeava junto das crianças não só uma consolidação afectiva e pessoal, como um ascendente sobre os mesmos.

Em 1975, CS, após os seus anos como aluno, é admitido no Colégio de Pina Manique, uma das instituições da CPL, como vigilante, prática comum para uma parte dos alunos admitidos quando ainda menores. Melhor dito, era prática comum que alguns dos alunos admitidos, após a idade adulta, fossem admitidos para exercício de funções na CPL, como uma forma de assegurar a missão de apoio continuado e de integração na vida activa, sobretudo nos casos em que os alunos não possuíam nenhum outro referencial de vida que não fosse a CPL. Manteve a função de vigilante até 1978, altura em que cumpriu o serviço militar obrigatório, onde permaneceu até 1980. Em 1981 retorna à CPL, agora na condição de jardineiro, sendo que em 1999 ascende à categoria de motorista de ligeiros.

O percurso profissional de CS ao serviço da CPL não foi, todavia, pacífico. Em 1980 foi instaurado um processo de averiguações pela prática de abuso sexual de menores, após denúncia por parte de uma das vítimas que mais tarde foi assistente no PrCP. Durante o período de averiguações, CS foi impedido de ter contacto com os alunos, ainda que internamente o processo tenha sido arquivado por caducidade dos prazos. Ainda assim, em 1981, na decorrência da denúncia, a Polícia Judiciária faz correr um inquérito onde, entre outros factos, toma conhecimento das ligações estreitas e suspeitas de CS com os alunos. Não era de desconhecimento da instituição e da tutela, estas relações dúbias e o aliciamento de jovens institucionalizados, conforme vários

documentos anexados ao PrCP. À denúncia anterior, em 1982, acresce uma outra denúncia de atentado ao pudor. Ambos os processos são arquivados por prescrição. Como resultado de novo processo de averiguações, em 1989, é alvo de um processo disciplinar, novamente decorrente de uma denúncia de abuso sexual de 2 (dois) menores e, em conformidade o Secretário de Estado da Segurança Social da altura, determina a demissão do sujeito, ainda que o mesmo não tenha sido comunicado ao MP. Mas, após recurso interposto, a mesma decisão é anulada pelo Supremo Tribunal Administrativo, pelo que CS é reintegrado nas suas funções e colocado ao serviço da Provedoria da CPL por determinação do próprio Provedor da altura. Em 2001 é instaurado novo processo disciplinar por injúrias e ofensas corporais a 2 (dois) funcionários da CPL, do qual resultou uma pena de multa. Em 2002, após uma denúncia da mãe de um aluno da prática de abusos sexuais, foi determinada a aposentação compulsiva por parte da Secretaria de Estado. A mesma denúncia foi feita ao MP, dando origem a novo inquérito. No total, CS foi alvo de 7 (sete) processos disciplinares, sendo 2 (dois) por alegadas práticas de abuso sexual de menores.

Ao longo de todo o percurso, e como já havia sido referido, CS sempre viveu na instituição, mais propriamente na instalações do Colégio Nuno Álvares, ainda que se deslocasse sem nenhum constrangimento conhecido, por todas as instituições da CPL. Este facto gerou controvérsia junto de funcionários e professores das instituições, sobretudo pela arrogância com que o fazia. Este comportamento era, segundo o próprio, aceite e corroborado pelo Provedor que o reintegrou, outro condenado no PrCP, Manuel Abrantes. A relação entre os dois era descrita por terceiros como atípica e de subserviência do Provedor perante o funcionário. Daí que CS recorrentemente se negasse ao exercício de determinados serviços e de cumprimento de horários, conforme provado em Tribunal.

FD²⁰, médico desde 1981, é definido pela família e amigos mais próximos como uma pessoas ciente da estrutura e espírito familiar, amigo disponível e, os seus doentes

²⁰http://www.csm.org.pt/ficheiros/diversos/acordaoacasapia_1instancia.pdf ; <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b231d3fcabed262680257a8400473920?OpenDocument>

nada lhe apontam de negativo. Teve um percurso académico sem sobressaltos, chegando a leccionar numa das Faculdades da Universidade Nova de Lisboa. A nível de saúde foi-lhe diagnosticado um cancro no rim direito em 1987 que, em consequência, lhe assegurou um grau de incapacidade de 100% de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidade, a par com outras disfuncionalidades médico-clínicas que lhe foram diagnosticadas. Era considerado como um membro activo, respeitado e respeitador da sociedade onde estava inserido.

FG²¹, uma das vítimas do processo, nascido em 1983, foi admitido no CPL em 1996, como aluno interno. Antes de ter ingressado na instituição, havia sido adoptado aos 5 (cinco) anos, uma vez que a família de origem não reunia as condições necessárias para a sua educação. Foi por iniciativa dos pais adoptivos que FG foi internado. Em 2000, após algumas tentativas infrutíferas de relacionamento com a família adoptiva, FG procura reestabelecer contacto com a família biológica, ao mesmo tempo que se inicia um processo de desvinculação com a CPL devido à falta de interesse, motivação, assiduidade e aproveitamento escolar. Ainda que tenha iniciado a vida profissional com empregos precários, nesta altura, continuava a receber apoio da instituição.

O seu relacionamento com CS tem início logo após a admissão de FG, em 1996. CS fez-se valer da sua condição de ex-aluno e funcionário como forma de se aproximar de FG e estabelecer uma relação de natureza sexual, que se consumou no mesmo ano. À vítima, o sujeito oferecia dinheiro e outros bens, por forma a perpetuar o abuso e assegurar o silêncio sobre as suas práticas.

IM²², nasceu em 1985, ingressando em 1997 no Lar António do Couto do Colégio de Santa Clara, onde permaneceu até 2001 onde passou a frequentar o Colégio de Maria Pia. Os contactos pontuais com a família, nomeadamente o contacto distante

²¹http://www.csm.org.pt/ficheiros/diversos/acordaocasapia_1instancia.pdf ;<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b231d3fcabed262680257a8400473920?OpenDocument>

²²http://www.csm.org.pt/ficheiros/diversos/acordaocasapia_1instancia.pdf ;<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b231d3fcabed262680257a8400473920?OpenDocument>

com o pai que se havia separado quando IM tinha apenas 2 anos, revelou uma criança, após avaliação institucional “*extremamente carente de afecto, efectuando constantemente movimentos de sedução com o objectivo de obter mais atenção individual*”, conforme acórdão (p.184). Estes sinais reflectiam-se em comportamentos depressivos e ansiosos. No caso de IM, os abusos sexuais por parte de CS, tiveram início, de acordo com o factos apurados em sede de julgamento, em 1998, na altura IM com 12 anos. Tal como havia acontecido com FG, também IM recebeu dinheiro e presentes como resultado dos abusos perpetrados.

Em 1983 nasceu RO²³, tendo sido adoptado com 5 (cinco) anos uma vez que a família de origem não reunia as condições necessárias. A pedido dos pais adoptivos, RO foi internado no Colégio de Pina Manique, no Lar Maldonado Gonelha, sendo que visitava os pais aos fins-de-semana. Todavia, com a deterioração da relação com os pais adoptivos, em 2000, RO foge do CPL e procura a família biológica, estabelecendo contacto com uma tia materna quebrando os laços afectivos com a família adoptiva. No mesmo ano, RO inicia um processo de desvinculação da CPL, resultado de um desinteresse latente, através de fraca assiduidade, aproveitamento escolar e incumprimento das regras do Colégio. Inicia a sua vida profissional, apoiado pela CPL, ainda que de forma precária. CS aproxima-se de RO, na altura com 13 anos conforme descrito no acórdão, iniciando a prática de abusos sexuais dados como provados pelo tribunal. Socorrendo-se da sua posição dentro da instituição, CS iniciou um processo de aproximação levado por interesse pessoais de natureza sexual com o menor. Ficou demonstrado que RO recebia dinheiro de CS, com regularidade.

²³http://www.csm.org.pt/ficheiros/diversos/acordaocasapia_1instancia.pdf ;<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/b231d3fcabed262680257a8400473920?OpenDocument>

4.2. Enquadramento criminológico do PrCP

4.2.1. Cronograma do processo judicial do PrCP²⁴

O PrCP tem início a 23 de Novembro de 2002 com uma reportagem jornalística de Felícia Cabrita, à data jornalista do canal de televisão SIC, que dá conta de casos de abusos sexual de menores na CPL, sendo que a 25 de Novembro ocorre a primeira detenção. Nesta data foi detido CS, motorista da instituição e considerado o principal arguido do processo. Em 2003, a 31 de Janeiro são detidos para interrogatório, CC, FD e Hugo Marçal, este último advogado de CS no PrCP. À excepção de Hugo Marçal que saiu sob caução, os demais detidos ficaram sujeitos à medida de coação de prisão preventiva. A 22 de Fevereiro Gertrudes Nunes, dona de uma casa em Elvas onde, alegadamente, terão ocorrido alguns dos abusos, é constituída arguida e a 1 de Abril do mesmo ano, Manuel Abrantes, ex-Provedor Adjunto da CPL é detido. A 20 de Maio, o embaixador Jorge Ritto é preso preventivamente e apenas (2) dois dias depois, Paulo Pedroso, ex-ministro socialista, é também ele, preventivamente detido no âmbito do processo. Herman José, humorista português bem conhecido do público, é constituído como arguido. No mês de Outubro Hugo Marçal, que em Maio havia ficado detido preventivamente e Paulo Pedroso saem em liberdade. A 29 de Dezembro é deduzida acusação pelo MP contra 10 (dez) dos 13 (treze) arguidos iniciais.

A 31 de Maio de 2004, despacho de pronúncia inclui CS, CC, Jorge Ritto, FD, Manuel Abrantes, Hugo Marçal e Gertrudes Nunes, deixando de fora Paulo Pedroso, Herman José e Francisco Alves. O julgamento tem início a 25 de Novembro e a 16 de Dezembro CS começa a testemunhar e a implicar os demais arguidos. Durante 2006, foram várias as diligências administrativas e jurídicas que sucederam, todavia

²⁴<http://www.publico.pt/sociedade/noticia/caso-casa-pia-cronologia-de-uma-decada-1583835?page=1#follow>

salientamos o facto ocorrido a 29 de Março, em que o Tribunal Arbitral determina o pagamento de 2 (dois) milhões em indemnizações às 40 (quarenta) alegadas vítimas do PrCP. O ano de 2007 caracteriza-se pela reforma penal que foi levada a cabo, assumidamente como consequência do PrCP, de acordo com afirmações do Ministro da Justiça da altura, Alberto Costa e pela afirmação pública de Catalina Pestana, ex-provedora da CPL, que os abusos na instituição continuavam. Paulo Pedroso, a 2 de Setembro de 2008, ganha acção contra o Estado por prisão ilegal. O período que medeia entre 2009 e 2012 é pautado por recursos, procedimentos jurídicos paralelos, acções dilatórias, sendo que, finalmente, a 23 de Fevereiro de 2013 é realizada a leitura do acórdão referente ao processo principal do PrCP.

4.2.2. Psicossociologia da criança e do jovem

Partindo de um exercício comparativo entre a noção de criança na idade Média e a noção de criança no século XXI, verificar-se-ia que na Idade Média não existia a noção de criança como um ser com necessidades desenvolvimentais próprias, sendo que a diferença entre o adulto e criança era apenas quantitativa. Tal acontecia porque, a criança era considerado como um adulto em miniatura, também denominada como “*homúnculo*”, pelo que não existia uma diferenciação qualitativa.

A criança como alguém de quem devemos cuidar e proteger e que tem necessidades desenvolvimentais específicas, remonta ao séc. XVI. Era defendido, à época, que a infância era um período/fase negativo mas necessário a todos os indivíduos até atingirem a idade adulta, ou melhor dito, até chegarem ao momento em que se assemelhassem e trabalhassem como tal.

Lloyde deMause, psichistoriador, em 1998 versou sobre o abuso da criança, nos anais da história. Para o autor, a história sobre a criança e os abusos a que estava sujeito, podia ser caracterizada como “*a nightmare from which we have only recently begun to awaken*” (cit.in, Wilson, 1993, p. 19) sendo que, quanto mais recuamos no tempo, maior a probabilidade de nos deparamos com casos como o infanticídio, abuso sexual, morte, abandono e maus tratos. O autor demonstrou a total inconsciência das necessidades

específicas das crianças na fase da infância, salientando que as primeiras preocupações com a figura da criança surge em meados do século XVII e início do século XVIII.

deMause em 1974 escreve “*The History of Childhood*” (1995), onde compartimentou a história da criança por quatro momentos históricos. Até ao século XV a criança não era tida em conta como algo significativo, derivando daí o elevado número de mortalidade infantil onde não havia cuidados específicos, pois não existia qualquer concepção da criança enquanto tal.

No segundo momento e, até ao século XVIII, fala-se de uma maior aproximação dos pais às crianças, devendo existir uma relação entre pais e filhos (inexistente no primeiro momento) ainda que a criança continue a ser tratada como um ser inferior que não tem as qualidades dos adultos e a quem não se reconhece necessidades específicas. No século XIX nasce uma maior consciencialização das necessidades desenvolvimentais específicas da criança, às quais as mães devem responder, através do vínculo afectivo.

No século XX assistimos a um reconhecimento e valorização da maternidade nos primeiros meses de vinculação, da gestão da gravidez/ parto e de todo um acumular de conhecimentos a propósito da criança. Urge a visão da criança como um ser/ cidadão com direitos. Perde-se a noção da criança como propriedade dos pais, embora passe a ser considerada como propriedade do Estado, entidade a quem compete intervir em caso de necessidade. Todo um acumular de conhecimentos científicos oriundos da biologia, medicina, psicologia, sociologia e do direito, em relação à figura da criança, começa a ter efeitos na percepção e na noção de criança.

O primeiro documento de relevo, remonta à data de 1924, onde foi redigida a “*Declaração dos Direitos da Criança*” em Gêneve²⁵. Em 1959, um novo documento,

²⁵<http://www.un-documents.net/gdrc1924.htm> (visto a 09/2014)

mais completo, denominado como “*Declaração dos Direitos da Criança*”²⁶ ratificado pelas Nações Unidas, alerta para a “*imaturidade física e mental*” da criança e sua necessidade de protecção e cuidados/ necessidades especiais, sendo que à data da sua ratificação, era apenas uma constatação sem qualquer forma de acção associada. Com a “*Convenção dos Direitos da Criança*” em 1989²⁷, para além das necessidades específicas das crianças, é definido os direitos específicos que são reconhecidos à criança.

Assim, há uma evolução da noção de criança. Evolui-se da noção de criança enquanto um objecto de posse até à noção de criança como um sujeito que deve ser protegido, a quem são reconhecidos necessidades e direitos específicos. A esta alteração da concepção da criança, acresce alteração sociais quanto ao desempenho dos papéis dos pais e mães e quanto à concepção da noção de família. Se nos primórdios, a criança era vista como uma possível mão-de-obra barata, actualmente a criança é o elemento central da família e toda a estrutura e dinâmica familiar se centra em torno dela (deMause, 1995; deMause, 1998; Giddens, 2009; Ariés, 1986; Dias, Ribeiro e Magalhães, 2010). Ariés em 1986, assevera esta evolução, declarando que a criança passou de inexistente, a eixo central da família. As crianças e as suas necessidade passam a gerir as rotinas da sua família e a definir o grau de eficiência da família. Este grau de eficiência depende das respostas dadas às necessidades das crianças, nomeadamente de protecção, pelo que, quando consideradas como não eficientes, surge a necessidade de avaliação do risco, onde são detetadas as lacunas na satisfação das necessidades. A actual avaliação de risco, visa despistar possíveis famílias negligentes e mal tratantes, delegando e encaminhando estas situações nas várias instâncias formais que, entretanto foram sendo criadas. Estas instância formais, normalmente representantes da intervenção do Estado, visam a intervenção, através do delineamento de estratégias, do despiste de eventuais situações de risco e de implementação de estratégias para alterar as situações detectadas.

²⁶http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&ved=0CFIQFjAJ&url=http%3A%2F%2Fwww.dgidec.min-edu.pt%2Feducacaocidadania%2Fdata%2Feducacaocidadania%2FDocumentos_referencia%2Fdeclaracao_universal_direitos_crianca.pdf&ei=hvI9VMPoHsHLaPTzgJAH&usg=AFQjCNHXzl52qoiQPPRplh1sKU6JAA73fg&bvm=bv.80642063,d.ZGU (visto a 09/2014)

²⁷https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf (visto a 09/2014)

Definir o que é e que não é abuso constitui uma tarefa complexa, dadas as múltiplas variáveis socioculturais de que depende o significado deste conceito. (...) referimo-nos a tipos de comportamento que ao longo da História nem sempre foram criminalizados (...) e, portanto, prejudicam as identificação dos casos. Isto é em parte atribuível às vítimas, que não identificam como abusivos certos comportamentos a que são sujeitas, mas, também, à sociedade em geral e, até, a muitos profissionais que, sem certeza quanto à ilegitimidade ou ilegalidade de certos comportamentos, não os sinalizam à entidades competentes. (Magalhães, 2010, p. 1)

Em Portugal a acção e o campo de intervenção destas instâncias está regulamentado na lei. Assim, para uma família ser considerada de risco, um conjunto de instâncias de poder, reguladas pelo Estado e pela lei, têm de se articular na detecção do risco e na intervenção, através de estratégias previamente definidas e estatuídas. Cada instituição orienta-se para cada uma das áreas em específico. Ao Tribunal de Família e Menores, compete a intervenção depois dos danos já terem ocorrido, isto é, actuam ao nível secundário e terciário da prevenção. À Comissão de Protecção de Menores compete a prevenção primária e secundária, isto é, onde apenas são identificados riscos que ainda não foram concretizáveis e, se actua tendo em vista a protecção da criança.²⁸

A lei definiu as estratégias de intervenção destas instâncias formais através do DL 147/99 de 1 de Setembro²⁹ denominado como Medidas de Promoção e Protecção. Este DL estabelece as possíveis estratégias que podem ser utilizadas para alterar uma situação detectada e classificada como situação de risco, de acordo com a *gravidade e especificidade do caso*. Nos casos considerados menos graves pode ser implementada uma terapia de natureza pedagógica junto das famílias e dos pais, onde são trabalhadas, por exemplo, as competências parentais.

²⁸ “A intervenção nestas situações pode acontecer a nível judicial - a investigação criminal (da competência do Ministério público) e a protecção e medidas tutelares cíveis (da competência dos Tribunais de Família e Menores), e a nível não judicial (e.g. a intervenção das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Risco - CPCJR).” (Magalhães, 2010, p. 2)

²⁹ http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=545&tabela=leis

As intervenções mais graves passam pela separação das crianças dos pais. Tal, poderá ser através do encaminhamento da criança para famílias de acolhimento, ou para instituições previamente definidas para o acolhimento destas crianças, ainda que esta seja a opção *ultima ratio*. Nestas instituições, as crianças permanecem enquanto a família não demonstra as mudanças necessárias para as receberem de volta, pelo que nos casos em que tal acontece, as instituições asseguram um apoio para a autonomia de vida futura, através de apoio económico, acompanhamento social e psicopedagógico. São providenciadas circunstâncias que permitam a esta criança viver e ser independente, através da promoção e integração em programas de formação profissional, de forma a proporcionar-lhe condições que a habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida.

4.2.3. Caracterização do constructo de abuso de criança e jovens

Embora a natureza do abuso sexual infantil seja fácil de entender na sua forma mais básica, é difícil, se não mesmo impossível, calcular toda a sua amplitude, por causa das múltiplas formas que pode assumir. (Giddens, 2008, p. 197)

Quando falamos de maus tratos, falamos de uma prática que existe desde a antiguidade, socialmente aceite, que se modificou para uma ideia de atrocidade. Era prática comum as crianças serem vendidas como escravas, abandonas e/ou exploradas para fins sexuais. Mas não só. Até à Idade Média predominavam os castigos humilhantes com recurso à violência como forma de educar as crianças, não sendo estas práticas consideradas como abuso (deMause, 1995; deMause, 1998; Giddens, 2008; Ariés, 1986; Dias, Ribeiro & Magalhães, 2010).

Como descreve deMause (1995), entre os séculos XIV e XVII, o entendimento de criança sofre alterações. As crianças passam a ser entendidas como um elemento importante da família e surgem algumas instituições que têm o objectivo de proteger e educar as crianças, passando-se a evitar a prática do castigo físico, promovendo a moderação na prática de castigos físicos educativos.

A primeira pessoa a falar de maus tratos foi Ambroise Tardieu em 1860³⁰, tendo escrito um livro que foi publicado 20 anos depois. No século XXI, designadamente em 1962, Kempe e colegas determinaram e definiram o Síndrome da Criança Batida, facto inovador que marca definitivamente a história da percepção e concepção da noção de criança e o abuso das mesma.

THE BATTERED-CHILD SYNDROME is a term used by us to characterize a clinical condition in young children who have received serious physical abuse, generally from a parent or foster parent. (...) It is a significant cause of childhood disability and death. (Kempe et al., 1985, p. 143)

Foram, então, estabelecidas e esclarecidas as marcas que estas crianças manifestariam e que deviam ser observadas e analisadas num diagnóstico de criança suspeita de ser vítima de maus tratos. Esta compilação, ainda que na altura primária, centrava-se e definia os abusos físicos que, posteriormente se revelou fundamental para distinguir as várias formas de maltratar as crianças e elaborar um diagnóstico diferencial e de classificação dos diferentes tipos de maus tratos (Giddens, 2008; deMause, 1995; deMause, 1998; Magalhães, 2010; Dias, Ribeiro & Magalhães, 2010).

Actualmente a definição predominante de abuso e/ou mau trato, commumente aceite, determina “*Qualquer acto deliberado, por omissão ou negligência, originado por pessoas, instituições ou sociedades, que prive a criança dos seus direitos e liberdades ou que interfira com o seu desenvolvimento*”. Legalmente o CP define no seu art.º 152, maus tratos como:

1. Quem, tendo ao seu cuidado, à sua guarda, sob a responsabilidade da sua direcção ou educação ou a trabalhar ao seu serviço, pessoa menor ou particularmente indefesa, em razão de idade, deficiência, doença ou gravidez, e:

³⁰Visto em Novembro de 2015 : http://www.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=0Ws1AQAAAMAJ&oi=fnd&pg=PA10&dq=ambroise+tardieu&ots=nnMq9isiZ4&sig=0Rnrh_hBLHz3V6gQCBId_eFN-Co&redir_esc=y#v=onepage&q=ambroise%20tardieu&f=false

- a) Lhe infligir, de modo reiterado ou não, maus tratos físicos ou psicológicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, ou a tratar cruelmente;
- b) A empregar em actividades perigosas, desumanas ou proibidas; ou
- c) A sobrecarregar com trabalhos excessivos: é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave não lhe couber por força de outra disposição legal.

A OMS define vários tipos de maus tratos (WHO, 2006): a) *físico*, aquele que imprime lesões físicas nas crianças, b) *negligência*, quando há omissão na resposta às necessidades das crianças, isto é, todo e qualquer comportamento directo ou não, mas sobretudo comportamentos por omissão, que produzem impactos, tão ou mais, gravosos e prolongados que os maus tratos físicos, estes mais visíveis, identificáveis e sinalizados, c) *abuso*, que se subdivide em várias categorias, nomeadamente emocional e sexual e que representa tudo aquilo que ponha em risco o desenvolvimento emocional e sexual da criança (e.g. pode ocorrer abuso sexual na exposição das crianças a filmes pornográficos ou a sua utilização em filmes desta natureza, sem existir contacto físico e/ou abuso sexual; incapacidade de responder às necessidades emocionais, afectivas e de segurança da criança), d) *Abandono* e, e) *Rejeição*, que pode ser uma combinação de abandono e maus tratos psicológicos, que faz com que a criança não se sinta parte integrante daquela família ou estrutura similar.

(...) o abuso sexual infantil são fenómenos que têm sido “descobertos” apenas nos últimos dez ou vinte anos. Sabia-se por certo há muito que tais actos sexuais ocorriam, mas a maioria dos cientistas sociais partia do princípio de que enormes tabus existentes sobre este tipo de comportamento significavam que este era muito pouco comum. Mas tal não acontece. O abuso sexual de crianças revelou-se um facto assustadoramente banal. Encontra-se com mais frequência em famílias de classe baixa, mas tem lugar em todos os níveis da estrutura social - bem como nas instituições. (Giddens, 2009, p. 197)

O crime de abuso sexual passa pela utilização de uma criança por parte de um jovem ou adulto mais velho, com uma posição de poder ou autoridade sobre a criança, em qualquer tipo de actividade que visa a sua (do adulto/ pessoa mais velha)

gratificação sexual, incluindo toda a forma de contacto sexual directo ou indirecto (e.g., penetração vaginal, oral ou anal, masturbação da ou pela criança, exposição dos genitais à criança, pedir à criança que toque no adulto ou em si própria de uma forma sexualizada, coagir a criança a ter relações sexuais com terceiro, exploração através de pornografia infantil, fotografia, etc) (Dias, Ribeiro & Magalhães, 2010). Este diferencial de poder, exerce um poder coercivo sobre a criança, pois é-lhe reconhecida essa posição de poder e/ou autoridade sobre si. Como veremos adiante, os abusadores, normalmente, tendem a promover uma desresponsabilização ou minimização dos seus actos, muitas vezes atribuindo a culpa às próprias vítimas, daí a necessidade de promover a sua responsabilização pelos actos que cometeu.

Releva para o presente estudo distinguir abuso sexual de menores de pedofilia. A maioria dos condenados cumpre pena, não só mas sobretudo, pelo crime de abuso sexual de menores. Na esteira de Jardim e Magalhães (2010) “*O abuso sexual engloba uma série de actividades de exploração da criança tendo em vista a gratificação sexual*” (p.109). Ora, considerando que o abuso sexual assenta na premissa comportamental, porquanto a pedofilia é classificada como uma perturbação da personalidade pelo DSM IV-R (2004) que abrange um grupo restrito de indivíduos, as diferenças não são apenas terminológicas, mas sobretudo de fundamentação. A pedofilia caracteriza-se por um quadro patológico específico, sendo que os indivíduos tendem a ter comportamentos reincidentes pois procuram activamente o contacto sexual com as crianças por considerarem ser esta a única forma de gratificação sexual. Esta patologia apenas poderá ser diagnosticada por um médico psiquiatra, a quem compete verificar a presença de três comportamentos característicos, designadamente, desvio da sexualidade, parafilia e/ou perturbação do comportamento sexual. Cordeiro (2008), no seguimento do disposto no DSM IV-R (2004), define a pedofilia como:

(...) impulsos e fantasias sexualmente excitantes dirigidas ou despertadas por crianças, de ambos os sexos, pré-pubescentes (13 anos ou menos). O diagnóstico é feito quando a pessoa agiu sob a pressão destes impulsos durante um período de, pelo menos, seis meses ou quando se sente fortemente perturbada por ter estes sentimentos. Os pedófilos têm, pelo

menos, 16 anos e são pelo menos cinco anos mais velhas que as vítimas.
(Cordeiro, 2008, p. 231)

O abuso sexual de crianças são abusos praticados durante um período de tempo relativamente restrito, sendo que, por norma, aos abusadores não é diagnosticada ou está associada nenhuma patologia. No abuso sexual não existe nenhuma psicopatologia pois os abusadores sexuais orientam o seu desejo sexual para crianças, aquando, por exemplo, da falta de uma figura feminina ou então quando existem disfunções ao nível do casal, ao passo que os pedófilos apenas possuem gratificação sexual com actos praticados com crianças (Cordeiro, 2008; Blackburn, 2006; Dias, Ribeiro & Magalhães, 2010). No abuso sexual não temos uma patologia, na maior parte dos casos os indivíduos não têm uma psicopatologia, sendo a maior parte dos abusos contextuais, praticados em dadas ocasiões, mediante a noção de “oportunidade” do agressor. Todavia, existem características individuais ou, factores de risco, associados quer ao abusador, quer à vítima (Alves, 2007) que permitem a sua identificação. Segundo a sistematização dos factores de risco do abusador utilizada por Alves, estes dividem-se por 5 (cinco) grupos. Quanto às *características demográficas*, o abusador tende a pertencer ao género masculino, estatuto socioeconómico de baixo nível económico e cultural e, baixa escolaridade. A nível de *historial*, estes indivíduos apresentam histórico de abusos e/ou carências afectivas, comportamentos desviantes, institucionalizações e/ou pertencentes a famílias disfuncionais. Na categoria de *poder paternal*, verifica-se imaturidade comportamental, paternidade precoce ou tardia, práticas educativas desajustadas, desadequadas e/ou inadequadas, porquanto que na categoria da *personalidade*, estes indivíduos caracterizam-se pela impulsividade, baixo autocontrolo, incapacidade de lidar com a frustração e eventos fraturantes da vida, perturbações físicas e/ou mentais significativas. Por último, quanto às *condutas desviantes*, os abusadores são caracterizados por antecedentes de prostituição, delinquência e/ou toxicod dependência (Dias, 2010, p. 33). Quanto aos factores de risco das vítimas, Alves dividiu em 2 (dois) grupos: a) características físicas, onde se salienta a vulnerabilidade e necessidades subjacente à idade, a prevalência de vítimas do género feminino, deficiências física e/ou psíquica e, quanto às b) personalidade e/ou conduta,

verificou-se elevados índices de prevalência nas vítimas de, hiperactividade, apatia, perturbações mentais e/ou físicas (ibidem, p.34).

O abuso sexual pode, também, ser classificado situacionalmente. Isto é, distinguindo quando ocorre ao nível intra-familiar ou extra-familiar (Magalhães, 2005; Dias, Ribeiro & Magalhães, 2010). Nas situações intra-familiares e de forma decrescente, de acordo com dados estatísticos, tendencialmente surgem os pais, irmãos, seguindo-se os tios, padrinhos. Nas situações extra-familiares, os abusos são praticados por pessoas que não são do agregado familiar podendo ser pessoas conhecidas do agregado, tais como um vizinho, médico, psicólogo, educador, professor (Dias, 2010). Em Portugal, sobrevive o estereótipo social e cultural, do indivíduo desconhecido que vai atrás da criança, contudo, isto não é verdade nem é corroborado pelas estatísticas, pois este tipo de abuso opera através de várias estratégias de intimidação e manipulação que visa manter a criança, que é sua conhecida, sob o seu domínio. Como afirmou em 2009, Giddens, sociólogo, “*A casa é, de facto, o lugar mais perigoso da sociedade moderna.*” (p. 196)

Também, estes abusos podem ser classificados quanto à *frequência* : a) abuso episódico, sendo quase sempre praticado por desconhecidos, b) abuso ocasional, em situações de disfuncionalidade do casal caracterizando-se por ser temporário, e c) abuso continuado que é a forma mais grave e provoca um impacto mais traumático, podendo começar em idades muito precoces e prolongar-se no tempo. (Dias, 2010; Magalhães 2005)

De forma global, são vários os factores risco e de múltipla natureza, segundo os quais se considera que existe uma maior probabilidade de ocorrer um abuso sexual de criança ou adolescente. Estes riscos estão, então, associados aos modelos patriarcais da família, quando uma presença ou figura masculina, desempenha o papel de *pai* (e.g., padrasto, avô), quando não existe uma proximidade afectiva com a mãe e/ou onde existem problemas emocionais, quando o afecto físico e emocional da figura parental é

nula ou quase nula, a existência prévia de relações incestuosas na famílias, famílias isoladas, onde não existe uma forte rede social e vivem de forma desprotegida e isolada da comunidade, famílias onde o tema da sexualidade não é abordado, discutido ou clarificado e é tratado como tabu, famílias onde existem problemas conjugais (e.g., afectivos, comunicacionais, sexuais), famílias punitivas face ao comportamento sexual ou à mera comunicação ou diálogo sobre o tema e famílias com níveis sócio-económicos baixo. São múltiplos os factores considerados como de risco, a ter em consideração na análise e diagnóstico do abuso sexual de criança e jovem. Mas também existem factores a considerar quando falamos da intensidade ou extensão do trauma decorrente deste tipo de abuso. O início precoce do abuso, a duração, a frequência e o grau de violência envolvida, tal como o número de abusadores/agressores, o recurso a objectos, o tipo de penetração (e.g., anal, vaginal), a diferença de idades entre o abusador e a vítima, o tipo de relação afectiva que existe, tentativas de revelação frustradas ou até punidas, o grau de secretismo a que a vítima pode estar sujeita e, a ausência de figuras de vinculação positivas e protectoras, não só pode ter um efeito traumático como estigmatizante, mas também de dupla vitimização. (Dias, 2010; Magalhães et al., 2010; Costa, Taborda & Magalhães, 2010; Gonçalves & Dias, 2011; Machado, Caridade & Antunes, 2011)

A vitimologia, em particular a literatura produzida sobre as vítimas de abuso sexual, afirmam que estas consubstanciam uma condição e não uma doença ou patologia e, as consequências são prolongadas e duradouras (Finkelhor & Browne, 1986; Hartman & Burgess, 1989; Kendall-Tackett, Williams & Finkelhor, 2001). De acordo com o relato recolhido junto de vítimas de abuso sexual, este tipo de evento, é definido como traumático e que lhes condiciona todas as áreas da sua vida, pois as repercussões prolongam-se no tempo. Ainda assim, a experiência diz que, as intervenções posteriores à(s) agressão(ões), caso seja prestada de forma adequada e profissional, podem integrar estes eventos de forma positiva, permitindo que a vítima ultrapasse o impacto traumático, ainda que as memórias se mantenham (Carmo, 2010; Dias, Ribeiro & Magalhães, 2010; Machado, Caridade & Antunes, 2011). Existem crianças que não revelam nenhum tipo de sintomatologia associada ao abuso sexual, até mesmo clínica,

pelo que se torna sempre necessário uma avaliação psicológica, por forma a avaliar a sua capacidade de testemunho e o impacto do abuso (Blackburn, 2006; Carolo, 2005; Machado & Gonçalves, 2011; Machado, Caridade & Antunes, 2011; Martins, Machado & Neves, 2011; Alberto, 2006; Peixoto & Ribeiro, 2010). A importância da avaliação psicológica nestes casos, releva, nomeadamente, para a destrição e melhor entendimento do discurso da vítima, que pode ser adequado e credível, sem que esta apresente qualquer tipo de sintoma ou patologia.

A literatura tem vindo a identificar alguns sintomas/ perturbações (consequências do abuso) apresentados pela maioria das crianças, funcionando como indicadores do abuso tanto na avaliação psicológica como na avaliação clínica forense. No caso particular da avaliação clínica forense, existe um conjunto de sinais/indicadores que a evidência empírica estabeleceu como sendo fortes indícios de abuso sexual, nomeadamente: 1) lesões genitais e/ou anais, com/sem pequenas hemorragias, 2) surgimento de doenças sexualmente transmissíveis e/ou gravidez, 3) dor ou prurido genital constante, 4) mudança de aparência e/ou alteração dos tipos de cuidados de higiene (e.g., cortes de cabelo, vestuário, alterações de peso), 5) alterações de apetite e alterações de sono, 6) Emergência de queixas corporais novas e persistentes (possibilidade de conversão psicossomática) e, 7) comportamento sexuais e/ou sexualizantes desadequados (Magalhães et al., 2010; Jardim & Magalhães, 2010; Peixoto & Ribeiro, 2010; Cainé & Pinheiro, 2008; Casa Pia Lisboa, 2010)

Assim, existe um conjunto de comportamentos que, quando associados ou considerados como um todo, nos indicam a possibilidade de existência de abuso sexual, nomeadamente comportamentos físicos e psicológicos. Quanto aos sinais físicos de abuso, é importante referir que raramente é possível a sua verificação, uma vez que a regeneração dos tecidos é bastante rápida, sobretudo nas crianças. Também, quando o abuso sexual ocorre em crianças muito novas e não existe uma penetração, apenas contacto corporal, o uso de filmes ou filmagens e/ou masturbação, ainda mais difícil, se não mesmo impossível, verificar sinais físicos de abuso (Magalhães et al., 2010; Jardim & Magalhães, 2010; Peixoto & Ribeiro, 2010; Cainé & Pinheiro, 2008)

Ao nível comportamental existem manifestações que podem ser indicadores de abuso sexual, como nos casos de comportamentos de externalização. A criança manifesta de forma aberta o seu sofrimento, recorrendo a comportamentos agressivos ou hostis, globalmente disruptivos e/ou desviantes de forma repetida ou diversificada, à mentira compulsiva, com declínio súbito do rendimento escolar, a consumos e abusos de álcool ou drogas, fugas de casa ou da escola. A nível interno, quando a criança guarda para si o sofrimento decorrente do abuso, a criança opta pelo isolamento e evitamento social, surgem crises de choro sem motivo aparente, manifesta ansiedade e/ou angústia, auto-mutilação, problemas de auto-regulação do apetite, sono, ou aparência, surgindo medos associados a determinadas pessoas ou lugares sem motivos aparente, pesadelos nocturnos e o aparecimento de comportamentos regressivos como a incapacidade de controlar o esfíncter, pedir biberão ou chupeta, deixar de falar e, em casos mais graves, tentativas de suicídio. Todos estes sinais, são sinais de alerta que podem e devem ser considerados como altamente significativos da existência de abuso sexual (Peixoto & Ribeiro, 2010)

Os comportamentos sexualizantes são, contudo, os mais específicos da existência de um abuso sexual, pois, usualmente, surgem na sequência do abuso sexual, ao passo que os comportamentos externos e internos podem ser uma consequência de outras situações e/ou abusos, como a violência doméstica ou maus tratos psicológicos e/ou físicos. Como referido anteriormente, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, lesões genitais ou anais, dor ou prurido genital constante, masturbação constante ou descontextualizada, tendência para uma expressão sexual do afecto, existência de linguagem e de conhecimentos sexuais precoces, comportamentos de sedução óbvios e persistentes, comportamentos sexuais inadequados para a idade (e.g., tentar ter relações sexuais com colegas de escola, exibição descontextualizada ou recorrente, compulsiva, dos órgãos sexuais a adultos), prosmicuidade com terceiros, ou , o inverso, medo ou vergonha de tocar ou ser tocado, são comportamentos reveladores de uma sexualidade traumática que não podem, nem devem ser confundidos com comportamentos normais da sexualidade. Quando combinados, estes sinais, são indicadores altamente significativos da existência de abuso sexual, sobretudo pela sua especificidade.

Existe hoje em dia material suficiente para indicar que o abuso sexual infantil pode ter consequências a longo prazo para as crianças que o sofrem. Estudos efectuados sobre prostitutas e delinquentes juvenis, adolescentes que fogem de casa e consumidores de droga mostram que uma grande percentagem tem um historial de abuso sexual durante a infância. (Giddens, 2009, p. 197/198)

Actualmente, a ciência e a sociedade cimentaram adequadamente e indubitavelmente, o impacto do abuso aos níveis psicossociais e desenvolvimentais na criança e no adolescente. Existem diferentes motivos e condicionalismos que são obstáculos à revelação ou à denúncia, por parte da criança. Por norma, são os próprios abusadores criam condições propícias à manutenção do segredo e ao silêncio. Nas situações de abuso sexual, o silêncio é um dos maiores, se não o maior, obstáculo à intervenção. Este tipo de comportamento omissivo foi designado por Furniss (1991) como o *Síndrome do Segredo*. O autor considerou que este emerge de uma dinâmica complexa que envolve as situações de abuso sexual continuado, sobretudo nos casos de abuso intra-familiar ou intra-institucional³¹. Segundo o autor, este síndrome manifesta-se porque impõe, mantém e sustenta o silêncio das vítimas por longos períodos de tempo. Furniss incluí na análise e classificação deste síndrome, a observância de vários factores. Os denominados factores externos abarcam comportamentos intimidantes por parte dos abusadores, tendo como finalidade criar as condições necessárias para a manutenção do silêncio, podendo utilizar a ameaça, induzir medo e pavor ou, por oposição, utilizar a sedução, principalmente nos casos em que o abuso começa muito precocemente (e.g., pais declaram que é uma forma de demonstração de amor). De forma geral, o abusador utiliza o facto de nem sempre ser possível clinicamente provar o abuso, tentativas prévias de revelação mal sucedidas, ameaças, pressões, violência e castigos e, criando o medo nas crianças das consequências negativas que podem advir

³¹ Sobre o abuso sexual em instituições, Giddens aborda o caso que abalou a Grã-Bretanha em 1996, segundo o qual, no relatório final as instituições eram “*uma forma de purgatório, mas pior, uma vez que (as crianças) saíam daqui, mais maltratadas do que quando entraram*” (Waterhouse Inquiry, 2000, cit. in, Giddens, 2009, p. 198). Por entre acusações de maus-tratos, espancamentos e estrangulamentos “*a maior atenção recaiu no abuso sexual dos rapazes pelo pessoal da instituição. O relatório confirmou que durante um período de mais de dez anos dois funcionários de grau elevado do sexo masculino violentaram continuamente rapazes.(...)criando à volta destes abusos aquilo que o relatório qualificou como ‘culto do silêncio’.*” (ibidem, p.198)

da revelação, tanto para si, como os seus familiares e até, para o próprio abusador. Mas, existem factores mais próprios e intrínsecos da dinâmica do abuso que demonstram que o segredo não se alimenta apenas da manipulação e de acções de intimidação e/ou coação por parte do agressor. Por vezes, as crianças são capazes de anular a vivência do abuso, através de processos de dissociação cognitiva e comportamental e, até do próprio contexto onde este aconteceu. Pode também acontecer da criança, numa atitude defensiva e de controlo do sofrimento, transpor o abusador para outras pessoas, considerando que é algo externo à vontade do próprio abusador (e.g., *é um monstro que entra no meu pai, mas depois, sai!*). Também releva para o secretismo e silêncio, a existência de rituais de entrada e saída da situação do abuso, denominados como, gatilhos, que quando não verificados pela criança, promove o “esquecimento” ou a não-revelação. Por último, o facto do abusador se aproveitar da dinâmica ou rotina familiar, é mais um impedimento para a revelação. É comum a criança abusada revelar o abuso e depois, desmentir, pois apercebe-se de um conjunto de alterações e comportamentos externalizáveis no seio da família (e.g., o choro da mãe, a ruptura familiar) que a leva a crer que tal acontece por sua responsabilidade e, está a ser castigada por isso.

Em suma, são várias as razões para uma criança vítima de abuso não revelar o abuso, sendo que, a premissa subjacente a todas elas é o medo. Medo que não acreditem nela, medo que a culpabilizem ou que algo de mau aconteça, medo de retaliações do agressor, medo da rejeição familiar, medo de ser retirada da família, medo que algo de mau aconteça ao agressor (sobretudo, se for um familiar), medo de magoar a mãe ou pai ou, de destruir a família, medo de ser rejeitada pelos seus pares e medo de ser considerada homossexual, nos casos em que o próprio abuso o é. Mas, também importa para o secretismo, nem sempre saber o que está acontecer ou ter a consciência que o comportamento de abuso é inadequado, já ter efectuado tentativas de revelação que se revelaram infrutíferas ou por terem sido desacreditadas, o sentimento de incompetência em gerir ou impedir o abuso ou, até, de não ter revelado mais cedo e as dúvidas e/ou sentimentos que tal comportamento poderá alavancar, tais como a vergonha ou a falta de à-vontade em falar sobre a sexualidade.

Todavia, a história tem vindo a demonstrar, principalmente no caso em análise, que o secretismo e o silêncio, também se quebram. Seja porque surge o medo de engravidar, porque se arranjou um namorado, seja porque a vítima se tenta autonomizar, seja porque surgem problemas físicos e clínicos que carecem de intervenção clínica, ou porque conseguem estabelecer uma relação de confiança com um adulto, entre outros (Dias, 2010; Paine & Hansen, 2002; Ribeiro & Magalhães, 2010;)

Quanto aos maus tratos, existem circunstâncias e factores que a evidência empírica demonstra terem correlação positiva com a sua ocorrência (Magalhães, 2010; Dias, 2010; Ribeiro & Magalhães, 2010). Desde logo, as situações de pobreza, ainda que não de forma causal, pois este não é um fenómeno exclusivo de um determinado estrato social, mas a evidência demonstra que este é um factor que não deve ser ignorado, pois estatisticamente é neste estrato social onde se verifica maior frequência de maus tratos e negligência em crianças.

Quanto às dimensões sócio-comunitárias, o isolamento social é um factor predominante, uma vez que pode impedir que existam outros modelos de referência para além do que é dado pela família (Dias, 2010; Ribeiro & Magalhães, 2010). O facto do local onde se insere a família, ser um local onde há presença constante de modelos comportamentos violentos, leva a que o comportamento violento seja visto como um modo plausível de resolução de conflitos. A inserção em comunidades com elevadas dificuldades económicas e elevadas taxas de desemprego, constituem um factor de risco para a existência de maus tratos familiares, uma vez que não possuem condições necessárias para a satisfação das necessidades básicas da criança (ibidem).

As dimensões familiares, associadas sobretudo, ao baixo nível sócio-económico e educativo, ainda que salvaguardando a relação não causal, mas de acordo com os dados estatísticos, está associado aos maus tratos (Ribeiro e Magalhães, 2010). A saber: a exclusão social, desemprego e pobreza, a desestruturação familiar, monoparentalidade,

parentalidade precoce (muito comum nos pais maltratantes), a gravidez não desejada e isolamento social da família e, ausência de rede de suporte social de apoio e ajuda.

No que concerne às características individuais, o agressor pode apresentar um perfil psicopatológico, ou um perfil educativo construído numa vivência pessoal de maus tratos, decorrente da existência de um ciclo inter-geracional de violência. Também importa na sua avaliação, as implicações que resultam de fracos recursos cognitivos, baixo controlo emocional, baixa auto-estima, baixa tolerância ao stress e abuso de álcool (Ribeiro & Magalhães, 2010; Dias, 2010). Quanto às crianças, vítimas de abuso, as estatísticas demonstram que a maioria, nasceu prematuramente, com baixo peso, com problemas de énurese, problemas comportamentais e emocionais, como a hiperactividade, agressividade e dificuldades de auto-controlo, entre outras (Peixoto & Ribeiro, 2010; Dias, 2010; Ribeiro & Magalhães, 2010).

Segundo uma análise da dimensão diádica, não será a criança nem o seu agressor, mas antes a dinâmica inter-relacional que, estará na base dos maus tratos. Ou seja, o principal objectivo é identificar as causas dos maus tratos não só num elemento, mas atender a toda a dinâmica inter-relacional (e.g., transmissão inter-geracional da violência). Por exemplo, a análise de padrões de vinculação precoce, principalmente quando os pais revelam incapacidade de demonstrar afecto (e.g., fraca expressividade emocional), com má gestão do toque em relação aos filhos, pode traduzir-se num conjunto de dificuldades de comunicação emocional e, pode implicar o aparecimento de interacções aversivas. Também importa referir, o impacto das expectativas irrealistas dos pais em relação aos filhos, principalmente ao nível escolar. Por norma, são pais incapazes de repensar as suas estratégias educativas, declinando nos filhos a responsabilidade do insucesso ou a atribuição negativa de erros ou falhas, na interacção e comportamento da própria criança. Por fim, temos os ciclos viciosos e acontecimentos precipitantes que correspondem a uma dinâmica negativa que se estabelece entre a criança e o agressor e, os acontecimentos precipitantes que são geradores de um stress excessivo, usualmente resolvidos com o recurso a violência (Dias, 2010; Ribeiro & Magalhães, 2010; Peixoto & Ribeiro, 2010)

4.3. Mediatismo jornalístico: noções e implicações

Giddens sociólogo proeminente do século XX, definiu e classificou a influência da comunicação social na actualidade.

Chamamos-lhe ‘mass’ media porque abrangem um grande número de pessoas. Por vezes são denominados como *meios de comunicação de massa*. Os *mass media* são frequentemente associados apenas ao entretenimento e, como tal, são considerados como marginais para a vida da maioria das pessoas. Esta visão é, no entanto, parcial: as comunicações de massa estão presentes em muitos outros aspectos das nossas actividades sociais. Os jornais e a televisão têm uma larga influência nas nossas experiências e na opinião pública, não apenas por afectarem as nossas atitudes de várias formas, mas também porque são *meios de acesso* aos conhecimentos de que dependem muitas das nossas actividades sociais. (Giddens, 2009, p. 456)

Sobre o mediatismo de determinados casos, Gudjonsson (2003) considera que esta é uma das principais causas para condenações erróneas pela justiça. O mediatismo implica a publicidade desmedida de todos os intervenientes, bem como uma visão parcial e influenciada da informação que é veiculada para o exterior. Tal acarreta uma exposição e pressão extra, à actividade do próprio sistema de justiça, a quem é pedido rapidez e rigor de actuação. Esta solicitação pública de rapidez, usualmente, segundo o autor, culmina em erros judiciais, em análises enviesadas do caso, dos suspeitos e das vítimas, “*Once a much needed suspect is identified an inept police investigations may follow, where supporting the suspect’s innocence are ignored or overlooked*” (p. 161).

O PrCP e, como já acima mencionado, teve a sua génese numa investigação jornalística realizada pela jornalista Felícia Cabrita, à data, ao serviço da SIC, canal generalista da televisão portuguesa. Felícia Cabrita em 2006, em declarações ao Tribunal³² no âmbito do PrCP, declara-se como jornalista de investigação. Ao longo do PrCP, a jornalista passa a entrevistada e faz cabeçalho de centenas de chamadas de 1ª

³² Visto a 11/2014 em: <http://publico.pt/sociedade/noticia/casa-pia-jornalista-felicia-cabrita-diz-que-foi-alertada-por-pedro-namora-1263622>

página nos media portugueses e, em meios de comunicação internacionais. Este é, talvez, o sinal mais óbvio, do mediatismo que circundou o PrCP, como refere a notícia do Diário de Notícias em 2013³³.

Felícia foi a cara da notícia e deu a cara. Foi entrevistada por colegas, assumiu a defesa das vítimas, tornou-se, a certa altura, como que um ícone no combate à pedofilia. E tornou-se também uma personalidade mediática, embora já antes, sobretudo no seu meio profissional, fosse muito conhecida por outras investigações e reportagens. Felícia Cabrita, de repente, passou de profissional respeitada a profissional temida.

O impacto mediático do PrCP foi de tal forma profundo que, inclusive, a juíza responsável pelo processo sentiu a urgência em versar e avaliar a forma como a justiça se conjugou e conviveu com o PrCP. Em boa verdade, a Juíza Ana Peres reconhece em 2010 o impacto do mediatismo associado ao processo e as implicações que tal poderia produzir tanto a nível judicial, como a nível social *“a juíza considera que a maior dificuldade que encontrou no contacto com os jornalista foi “ter consciência de que prestar um mero esclarecimento poderia prejudicar o normal funcionamento do processo”*.”³⁴: Nas mesmas declarações, afirma que quando tomou consciência do impacto da publicidade e mediatismo que rodeava o PrCP, foi necessário agilizar novos procedimentos entre a justiça e a comunicação social, denominado como sistema intermédio³⁵, em que os jornalistas e a comunicação social passaram a ter a acesso a algumas das audiências, algo inédito em Portugal até à data.

No estudo realizado em 2011 por Monteiro³⁶, sob o título *“A repercussão mediática da sentença do Processo Casa Pia”*, a autora versou, entre outros temas,

³³ Visto a 11/2014 em : <http://www.mynetpress.com/pdf/2013/fevereiro/20130227308dd2.pdf>

³⁴ Visto a 11/2014 em: <http://www.cmjornal.xl.pt/nacional/portugal/detalhe/juiza-da-casa-pia-avalia-mediatismo.html>

³⁵ *“Consciente da repercussão e do impacto deste julgamento na sociedade, a magistrada decidiu introduzir pela primeira vez em Portugal um sistema intermédio: o julgamento decorreu à porta fechada sempre que foram ouvidas vítimas de abusos sexuais, contudo, os jornalistas tiveram acesso às restantes audiências, tendo a própria sentença sido filmada”* (visto a 11/2014 em <http://www.inverbis.pt/2007-2011/actualidade/juiza-casapia-avalia-mediatismo.html>)

³⁶ Visto a 11/2014 em : https://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/1306/1/Tese_Joana_Monteiro.pdf

sobre a necessidade da sociedade actual obter dos órgãos de comunicação social, notícias com um cunho fortemente sensacionalista, em que, os factos são extrapolados e exagerados sobretudo os que se relacionam com o lado mais obscuro e negativo da sociedade (e.g. crime, violência, tragédias, abusos sexuais). A autora considera que esta “sede” social por informação e por exposição pública, condicionou a forma como o PrCP foi vivido em sociedade e, de que forma, o jornalismo e o mediatismo condicionaram actuações e postura dos seus intervenientes. Monteiro salienta, o aumento exponencial de acesso a sítios na internet de informação (e.g. TSF, LUSA) por parte dos cidadãos em busca de informação sobre o processo, como também a sua utilização por parte de alguns intervenientes directos e indirectos, na divulgação de parte/s do processo, opiniões e esclarecimentos, como foi o caso de CC. Sobre a cobertura mediática levada a cabo pelos órgãos de comunicação social, Monteiro afirma:

Num julgamento que envolve 920 testemunhas, 32 vítimas, 7 suspeitos e ainda os alegados suspeitos que foram aparecendo e desaparecendo do contexto noticioso, a cobertura jornalística do processo Casa Pia é um dos exemplos mais fortes de circuito-mediático. (Visto a 11/2014 em [:https://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/1306/1/Tese_Joana_Monteiro.pdf](https://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/1306/1/Tese_Joana_Monteiro.pdf))

Na esteira de Monteiro, o impacto deste processo, tal como a cobertura mediática e jornalística a que esteve sujeito, conferiu um novo papel aos media, à mediação entre o público e a justiça. Todavia, esta mediação, rapidamente passou a ser encarada por algumas franjas da sociedade como, interferência jornalística do bom desenrolar do processo judicial, muito por responsabilidade da afirmação do Juíz Rui Teixeira em 2003 ao jornal diário Correio da Manhã, rosto primeiro da acção judicial neste processo “ *Não consigo ser imune às notícias que aparecem nos jornais.*”. Mas, não só.

Sendo, ele próprio, CC, um dos condenados por abuso sexual de menores no âmbito do PrCP, famoso apresentador e produtor de televisão, denominado e reconhecido como o “*Sr. Televisão*”, aumentou o interesse público pelas suas declarações e/ou opiniões. A partir do momento que viu o seu nome associado ao PrCP,

encetou um périplo de entrevistas pelos variados órgãos de comunicação social. Em todas as entrevistas declarou a sua inocência. Coadjuvou estas declarações, escrevendo livros e criando um site pessoal, onde na medida do legalmente possível, foi apresentando publicamente denominadas provas da sua inocência (e.g., *Inocente para além de qualquer dúvida*; www.processocarloscruz.com). Clamava a sua inocência publicamente. Muitas foram as vozes que se levantaram sobre a metodologia utilizada pelo próprio, questionando se o seu próprio mediatismo público, não lhe permitiram partir de uma posição mais vantajosa do que qualquer outra pessoa suspeita e/ou acusada de um crime desta natureza (e.g., Felícia Cabrita, jornalista; Pedro Namora, advogado; Catalina Pestana, ex-provedora da CPL), bem como, não poderia ser interpretado como uma forma de pressão exógena, de condicionamento, dos restantes intervenientes do processo, nomeadamente juízes, vítimas, opinião pública e meios de comunicação social. Poderão levantar-se duas questões: 1) Será que CC o fez porque podia, tinha conhecimentos na comunicação social para tal e, como resultado, tentou influenciar o processo, em benefício próprio?, ou, 2) Será que CC foi vítima do seu próprio mediatismo e dos órgãos de comunicação social que o utilizaram em benefício próprio, porquanto o próprio apenas conhecendo o alcance dos media, pretendia auxiliar no apuramento da veracidade dos factos?

CC nunca negou o seu mediatismo público e, directa ou indirectamente, consciente ou inconscientemente, usou-o como uma arma na defesa da sua inocência. Todavia, foram múltiplas as ocasiões em que responsabilizou directamente os órgãos de comunicação social da sua condição de suspeito e/ou arguido no processo

O processo Casa Pia nasceu e cresceu muito por influência dos nossos media: todos os arguidos, e vários factos do processo, só foram apontados pelos assistentes depois de terem sido referenciados na comunicação social.(Cruz, 2012, p. 77).

Acima de tudo, e de acordo com Gudjonsson, existem cuidados a ter quanto à influência do mediatismo de casos judiciais e/ou criminais, por forma a evitar a contaminação do processo judicial e da actuação da justiça.

One important cause of wrongful convictions that is often overlooked is 'Hue and cry'. This involves being a victim of gossip or public outcry due to the viciousness of the crime. Such an outcry may make the police act hastily in their attempts to respond to public pressure, which could result in their jumping to conclusions rather than carefully following the facts. Once a much needed suspect is identified an inept police investigations may follow, where supporting the suspect's innocence are ignored or overlooked. (2003, p. 161)

4.4. - Metodologia

4.4.1. *Design* do estudo

O contributo da investigação qualitativa para análise e aprofundamento do conhecimento sobre relações sociais, numa altura em que cada vez mais estas relações se complexificam, é fundamental. (Léssard-Hébert et al. 2008; Quivy & Campenhoudt, 1998)

Como tal, a escolha sobre a metodologia de estudo de caso, teve sempre em conta o objectivo ao qual se propôs esta investigação, considerando sempre que, no presente estudo, o investigador não possui qualquer controlo sobre os acontecimentos (Yin, 1994). Naturalmente que a recolha de dados explorou, acima de tudo, a noção de cada entrevistado sobre o *sítio* social em que se considerava inserido. Os entendimentos individuais e particulares de cada um, obtidos por recurso à metodologia escolhida para a elaboração do presente, permitiu, inclusive, ver o todo num determinado quadro espaço-temporal, num contexto real (Yin, 1994; Quivy & Campenhoudt, 1998).

Na esteira de Coutinho e Chaves, em 2002, existem características fundamentais associadas à metodologia do estudo de caso que devem ser consideradas, a saber: fronteiras pouco definidas quanto ao processo e/ou eventos que constituem o estudo de caso, é um caso único e específico que pela sua complexidade carece de ser analisado e, cabe ao investigador socorrer-se ao longo da sua investigação de múltiplas fontes de informação, no sentido de obter dados diversificados. Dada a natureza da investigação,

toda a informação pública produzida sobre o PrCP, independentemente da fonte de informação (e.g. televisão, imprensa escrita, entre outros) utilizada, teve sempre em vista aferir, *a posteriori*, as congruências e/ou incongruências dos relatos dos indivíduos em causa e, de evitar erros na análise empírica posterior de conteúdos (Quivy & Campenhoudt, 2008; Lessard-Hébert et al., 2008; Freitas-Magalhães, 2011c; Freitas-Magalhães, 2013b;)

Nesta investigação foram definidas categorias, mas não se descartaram todas as alterações decorrentes da evolução da investigação, em conformidade com o estatuído por Benbasat e colegas, em 1987. Este autor afirma que, no estudo de caso único, o investigador não necessita de antemão determinar quais as variáveis dependentes e independentes. Ainda assim, compete ao investigador manter vivo na sua investigação que *“as histórias de vida não constituem de modo algum , um inquérito verificatório, não visam estabelecer leis, nem provar hipóteses; têm por função recolher testemunhos, elucidá-los e descrever acontecimentos vividos”* (Poirier et al., 1999, p. 117).

É considerável o contributo da investigação qualitativa para análise e aprofundamento do conhecimento sobre a relação entre o comportamento humano, em particular do desviante e/ou delinquencial, da EFE e da culpa, dado que aborda um tema premente para o tecido social e académico (Quivy & Campenhoudt, 1998; Lessard-Hébert et al., 2008; Yin, 1994). A escolha da metodologia teve em atenção os objectivos e fins da investigação, pelo que foram utilizadas as ferramentas que permitissem ao investigador entender o *sítio* social de cada indivíduo que constituiu a amostra, face ao processo em análise e, entender de forma global, o impacto do mesmo. Por último, importa a salientar a posição de Bertaux, em 1997, face a este tipo de investigação. Segundo o autor, a investigação qualitativa serve de pesquisa exploratória, abrindo pistas à investigação de análise para generalização posterior. Esta metodologia é adequada à descrição em profundidade, dando origem ao detalhe, abrindo pistas para explorações/investigações futuras, sem interferência significativa do investigador (Yin, 1994; Lessard-Hébert et al., 2008).

4.4.2. Objetivos da investigação

Damásio, no seu livro “*The feeling of what happens. Body an emotion in the making of consciousness*”, versa sobre as formas actuais do estudo empírico e da análise do funcionamento biológico mente humana, dividindo-a em 2 fases e justificando esta forma de investigação.

The first step consists of observing and measuring the actions of an experimental subject, or collecting and measuring the reports of internal experience offered by a subject, or both. The second step consists of relating the collected evidence to the measured manifestation of one of the neurobiological phenomena we are beginning to understand, at the level of molecules, neurons, neural circuits, or systems of circuits. The approach is based on the following assumptions: that the process of the mind, including those of consciousness, are based on brain activity; that the brain is part of a whole organism with which it interacts continuously; and that we, as human beings, in spite of remarkable individual traits that make each of us unique, share similar biological characteristics in terms of the structure, organization, and function of our organisms. (1999b, p.85)

A noção de indivíduo implica perceber que este é o resultado da associação de 1) influência genética de características e especificidades 2) influência das disposições oriundas da genética e da sua envolvência e, 3) eventos da vida, próprios e intransmissíveis, que influenciam o *self* autobiográfico. As vivências e os eventos de vida significativos, alteram e moldam, a forma como o indivíduo consciente e inconscientemente antecipa futuros cenários, em última análise moldando-o em todos os contextos que o compõem (indivíduo). Todavia a equação só estará completa, de acordo com Damásio, quando incluímos as influências ambientais e sociais.

Since most of the emotions express themselves prominently in changes of the facial musculature, in changes of the musculature of the troth, and in autonomic changes of the skin in the face and scalp... (Damásio,1999a, p. 290)

Olvidando certezas ou garantias, a presente investigação espera colocar a descoberto, mais um pouco desta intensa trama humana que foi, ainda é o PrCP, que de uma forma ou de outra, aglutinou em si um tecido social complexo, intenso cheio de emoções extremas. Portanto, consideraremos como muito positivo se a partir do presente estudo outras questões se levantarem e, novas análises forem realizadas como forma de melhor entendermos a sociedade de hoje e aqueles que a constituem.

Tendo em conta que as emoções estão ancoradas aos sistemas cognitivos, de expressão facial e ao SNC, perante os eventuais desequilíbrios do sistemas fisiológicos, cognitivos e comunicativos associados ao contexto forense, surgem, entre outras, as seguintes questões: Será possível detectar a culpa nos indivíduos suspeitos e/ou condenados em contexto forense, tendo por base a análise das expressões faciais da emoção? Qual o contributo e as aplicações da análise das expressões faciais da emoção no actual enquadramento legal e penal Português?

Assim, as hipóteses colocadas no presente estudo são :

H1 - Existem traços específicos na face da vivência e/ou experiência da culpa dos condenados no PrCP aquando confrontados com os factos provados em tribunal;

H2 - Existem traços específicos na face da vivência e/ou experiência da culpa das vítimas no PrCP aquando confrontados com os factos provados em tribunal;

H3 - Existem vestígios na face da vivência e/ou experiência da culpa transversais e universais, independentemente do género, cultura e idade;

4.4.3. Variáveis

O impacto do género e da idade na EFE já foi no presente estudo, amplamente demonstrada, pelo que será um elemento a ter em consideração, tendo em consideração que: 1) a totalidade da amostra seleccionada é masculina e, 2) a amplitude de idades

entre os condenados e as vítimas é considerável, sobretudo se tivermos em consideração que à data dos factos provados, estas últimas eram menores.

4.4.4. Amostra

A pesquisa qualitativa nunca estuda muitos casos, razão pela qual consideram que, lhe subjaz uma visão atomista da vida social, que concebe a sociedade como a soma dos sujeitos. Assim, a noção de amostra na investigação qualitativa não é utilizada no sentido probabilístico logo, não se pode falar em amostragem probabilística ou não-probabilística (Albarello et.al., 2005; Lessard-Hébert et al.,2008; Quivy & Campenhoudt, 2008; Guerra, 2006)

No presente estudo, será utilizada a amostragem por caso único. Este tipo de amostragem consiste na escolha de uma pessoa, situação ou acontecimento, em que se observam a influência de múltiplos factores, por forma a (como já referimos) realizar uma análise intensiva do estudo de caso. A amostra seleccionada neste tipo de estudo, é fulcral, pois esta será a base de toda a investigação em curso (Albarello et.al., 2005 ;Lessar-Hébert et al., 2008; Yin, 1994; Guerra, 2006) .

A literatura determina a possibilidade de utilizar a denominada amostragem por contraste-aprofundamento, por oposição à amostragem por homogeneização (Guerra, 2006). No presente estudo, e uma vez que, será utilizado o VM, constituído por indivíduos que publicamente fizeram assunções de culpa, poderíamos afirmar que seria utilizada a amostra por contraste-aprofundamento. Esta técnica de amostragem não pretende a saturação da amostra, ainda que mantenha o carácter exploratório da investigação. Segundo Guerra (2006, p. 47) *“Este tipo de amostra situa-se na fronteira entre o caso único e os casos múltiplos, pois pretende-se estabelecer a comparação entre dois casos contrastados que funcionam simultaneamente como estudo de caso”*. Todavia o VM, terá uma função metodológica de comparação de dados, por forma a assegurar a credibilidade dos achados científicos e minimizar o impacto das inferências na investigação, nomeadamente, a subjectividade do próprio investigador. (Yin, 2005)

A amostra será constituída por:

- a) Condenados no âmbito do PrCP, nomeadamente:
 - i) CC
 - ii) CS
 - iii) FD

- b) Vítimas referidas no âmbito do PrCP, nomeadamente:
 - i) FG³⁷
 - ii) RO
 - iii) IM

- c) Indivíduos que publicamente assumiram a culpa, VM³⁸
 - i) AW
 - ii) BC
 - iii) MJ

4.4.5. Instrumentos

4.4.5.1. Análise documental de registos históricos

Foi elaborada uma compilação de informação referente ao PrCP utilizando para o efeito o acervo de dados históricos existente (Albarello et.al., 2005; Yin, 1994; Guerra 2006). A análise do enquadramento histórico foi elaborado tendo em conta, o *sítio* social em que cada um dos indivíduos se inseria, as suas histórias e percursos de vida (Poirier, 1995). Dado ao mediatismo do processo, foi consultada múltipla e variada informação veiculada pelos diferentes órgãos de comunicação social (e.g. notícias, vídeos, entrevistas), bem como os livros publicados quer, por vítimas (e.g. FG), quer por condenados (e.g. CC). Esta diversidade de fontes, permite ao investigador aceder a um

³⁷ <http://www.leya.com/pt/noticias/livro-da-principal-testemunha-do-processo-casa-pia-ja-nas-livrarias/>

³⁸ <http://www.youtube.com/watch?v=MKdSsofX-eo>

conjunto mais variado e diversificado de informação que, em última instância permite, na fase de análise, aceder às diferentes perspectivas e medidas do caso (Yin, 1994).

A pesquisa e análise documental, deverá assentar numa selecção rigorosa por parte do investigador, tendo em consideração que a sua recolha e análise visam validar informações das demais fontes utilizadas e/ou adicionar novas informações à análise. Assim, existem princípios que devem ser respeitados aquando da recolha de informação, por forma a garantir a validade do estudo, designadamente: 1) recurso a múltiplas fontes de informação, que permite uma investigação mais ampla, profunda e diversificado do caso, 2) codificação dos dados recolhidos, para futura utilização em outros estudos, e, 3) formar uma cadeia sequencial dos dados. (Yin, 1994).

Apesar de solicitado à entidade competente, DGSP³⁹, de forma diligente e atempada, a realização de entrevistas aos condenados nos estabelecimentos prisionais onde se encontram a cumprir pena, tal não foi permitido⁴⁰. Por esse motivo e por questões de validação interna do estudo, foi decidido que, para o presente trabalho não seriam elaboradas entrevistas, ainda que tais fossem possíveis com as vítimas do PrCP (Albarello et.al., 2005; Guerra, 2006; Yin, 1994; Quivy & Campenoudt, 2008). Desta feita, a técnicas de recolha de materiais empíricos utilizadas são denominadas como indirectas ou não-directas, uma vez que o investigador não utilizou a observação participante, nem elaborou e/ou executou entrevistas qualitativas à amostra. (Aires, 2011)

4.4.5.2. FACS - Facial Action Coding System de Ekman, Friesen e Hager (2002)

O FACS, criado em 1978 por Ekman e Friesen, parte da codificação dos músculos da face em 44 Au's que, quando activadas permitem a identificação, avaliação da intensidade e duração, da emoção na expressão facial.

³⁹ Anexo 1: Carta de pedido à DGSP pela investigadora

⁴⁰ Anexo 2: Carta de resposta da DGSP à investigadora

Este instrumento é de utilização demorada, porque implica o visionamento lento das imagens captadas, sendo que as imagens deverão estar, preferencialmente, em formato de vídeo. No entanto, a análise recai apenas sobre as Au's envolvidas, pelo que não é necessária a análise de todos os movimentos faciais exibidos (v. Fig.6). A utilização do FACS no presente estudo, será aplicado a toda a recolha de informação em formato de vídeo (e.g. entrevistas, conferências de imprensa), sendo que serão selecionados e analisados apenas os trechos que se relacionam de forma directa aos factos associados ao estudo de caso (e.g. abuso sexual de menores, assunção e/ou negação de culpa e/ou responsabilidade dos factos descritos). Os trechos selecionados, serão apresentados em formato estático, fotografia, com a respectiva indicação das Au's⁴¹, o contexto (e.g. discurso sobre os factos, negação dos mesmos; entrevista; conferência de imprensa) e, respectiva transcrição parcial do discurso aquando da captação da imagem, por forma a contextualizar a fotografia selecionada no discurso, no espaço e no tempo (Asla et al., 2011; Freitas-Magalhães, 2009a; Freitas-Magalhães, 2009b; Freitas-Magalhães, 2011c; Freitas-Magalhães, 2011c; eMETT 3.0, 2014).

⁴¹ v. Vol. II - Anexo de imagens

Upper Face AUs			Lower Face AUs		
AU	Name	Starting on	AU	Name	Starting on
1	Inner Brow Raise	page 20	9	Nose Wrinkle	
2	Outer Brow Raise	page 22	10	Upper Lip Raiser	
4	Brow Lowerer	page 17	11	Nasolabial Furrow Deepener	
5	Upper Lid Raise	page 24	12	Lip Corner Puller	
6	Cheek Raise	page 31	13	Sharp Lip Puller	
7	Lids Tight	page 28	14	Dimpler	
43	Eye Closure	page 36	15	Lip Corner Depressor	
45	Blink	page 39	16	Lower Lip Depress	
46	Wink	page 40	17	Chin Raiser	
70	Brows Not Visible		18	Lip Pucker	
71	Eyes Not Visible		20	Lip Stretch	
Head Positions			22	Lip Funneler	
51	Turn Left		23	Lip Tightener	
52	Turn Right		24	Lip Presser	
53	Head Up		28	Lips Suck	
54	Head Down		72	Lower Face Not Visible	
55	Tilt Left		Miscellaneous AUs		
56	Tilt Right		8	Lips Toward Each Other	
57	Forward		19	Tongue Show	
58	Back		21	Neck Tightener	
Eye Positions			29	Jaw Thrust	
61	Eyes Left		30	Jaw Sideways	
62	Eyes Right		31	Jaw Clencher	
63	Eyes Up		32	Bite	
64	Eyes Down		33	Blow	
65	Walleyc		34	Puff	
66	Crosseye		35	Cheek Suck	
Lip Parting and Jaw Opening			36	Tongue Bulge	
25	Lips Part		37	Lip Wipe	
26	Jaw Drop		38	Nostril Dilate	
27	Mouth Stretch		39	Nostril Compress	

Fig. 6. Representação das Au's e a descrição das mesmas retirado do FACS Investigator's Guide (Ekman, Friesen & Hager, 2002)

Por último, releva para o presente estudo (como já descrito em capítulos anteriores) reiterar que este instrumento tem sido questionado, não tanto pela sua eficácia em medir, mas na premissa que lhe serve de base, nomeadamente o facto de existirem emoções pan-universais e pan-culturais. (Russel e Fernández-Dols, 1997)

4.4.5.3. Uso de vídeo-matriz comparativo

O VM⁴², como já referido acima, tem, sobretudo, uma função metodológica de comparação de dados (Yin, 2005). Este vídeo foi seleccionado tendo em consideração

⁴² v. Anexo digital 1)

duas características fundamentais, a saber: 1) imagens dos intervenientes a negarem factos que lhes foram imputados e, 2) imagens dos mesmos intervenientes a assumirem a prática dos factos. O vídeo não foi utilizado na sua totalidade, uma vez que as imagens disponíveis nem sempre contemplam a assunção e a negação dos factos, pelo que foram seleccionados apenas os intervenientes dos quais existiam as imagens de ambos os momentos. Assim, foram seleccionados as declarações do ex-senador Anthony Weiner (AW), do ex-Presidente dos Estados Unidos da América Bill Clinton (BC) e, da ex-atleta olímpica Marion Jones (MJ), todos norte-americanos. O objectivo desta metodologia comparativa visa estabelecer um padrão da EFE tanto na negação como na assunção dos factos, com recurso à aplicação do FACS que, *a posteriori*, servirá de termo de comparação com a amostra definida. Melhor dito, será inicialmente apurada a existência ou não, de padrões de EFE, apurados de acordo com o FACS, tanto na negação como na assunção dos factos imputados que servirá de base de comparação com a amostra do PrCP previamente definida. Será de salientar que existe um conjunto de variáveis moderadoras que, poderão e serão tidas em consideração, aquando da comparação e apresentação dos resultados, nomeadamente, o contexto linguístico (e.g. português *vs* inglês), contexto cultural (e.g. formação académica, estatuto social, entre outros), diferença de géneros, consumo de drogas, exposição mediática e a diferença de conteúdo dos factos em análise. De forma sucinta, versaremos sobre os 3 (três) indivíduos seleccionados do VM, sobre as suas características sócio-demográficas, contexto e factos sobre os quais proferiram, publicamente, posições distintas, designadamente de negação e posterior assunção.

AW, nasceu em 1964 em Nova Iorque e iniciou a sua carreira política no Partido Democrático. Em Maio de 2011, designadamente a 5 de Maio, enquanto senador, representante pelo 9º (nono) distrito de Nova Iorque do Partido Democrático na Câmara dos Representantes dos EUA, é confrontado com a publicação nas redes sociais de fotografias suas, de cariz sexual que, alegadamente, havia partilhado com uma mulher online. Entre 30 de Maio e 1 de Junho, o senador AW nega veemente que as fotos sejam suas, afirmando que a sua conta de Twitter havia sido vítima de um ataque informático. De salientar que o senador era casado e à época, a sua esposa encontrava-

se grávida. Finalmente e após um pequeno compasso de espera, o senador Weiner a 6 de Junho do mesmo ano, admite publicamente que as fotos são de facto suas e assume que, inclusivé, já se havia envolvido com outras mulheres *online*.

BC, nascido no Estado do Arkansas em 1946, casado com Hillary Clinton e pai de duas filhas, foi o 42º (quadragésimo segundo) presidente dos Estados Unidos da America. Cumpriu 2 mandatos entre 1993 e 2001 pelo Partido Democrata. A 17 de Janeiro de 1998, durante o seu segundo mandato, é confrontado com a acusação pública de ter sido infiel, ao se ter envolvido sexualmente com uma estagiária da Casa Branca, Mónica Lewinsky. À medida que os rumores do alegado envolvimento, ganhavam proporções cada vez maiores, Bill Clinton a 26 de Janeiro vem a público afirmar e assegurar, perante o país que nunca manteve nenhum tipo de relacionamento íntimo e/ou sexual com a estagiária em questão. Todavia e após a vinda a público, no âmbito de um inquérito levado a cabo pelo Procurador-Geral dos Estados Unidos da América, de provas e evidências irrefutáveis que comprovavam a existência de uma relação e do envolvimento sexual com Mónica Lewinsky, a 17 de Agosto de 1998, Bill Clinton faz uma declaração à nação onde assume que manteve contactos físicos impróprios. Este escândalo não só marcou a presidência de Bill Clinton, como quase lhe valeu a exoneração do cargo.

MJ, nasceu em Los Angeles em 1985 e desde muito cedo se destacou como atleta especializada em saltos e provas de velocidade. No auge da sua carreira, conquistou 5 (cinco) medalhas olímpicas e 7 (sete) medalhas em Campeonatos Mundiais de Atletismo. Desde que surgiram os primeiros rumores em 2000, de que MJ consumia esteróides anabolizantes, esta sempre os negou veemente e publicamente, até ao momento em que, após prestar o depoimento federal, confessa os consumos, inclusive, durante os Jogos Olímpicos de Sidney em 2000. Como consequência perdeu todas as suas medalhas e foi banida da modalidade, tendo sido condenada em 2008 a 6 meses de prisão por um conjunto de crimes, de onde se destaca o facto de ter prestado falsos testemunhos sob juramento.

4.4.6. Procedimentos

Na pesquisa qualitativa é dada preferência à observação em ambiente natural, sendo o investigador o instrumento principal. É, sobretudo, uma pesquisa descritiva, onde os dados são recolhidos de forma minuciosa e interpretados e analisados, tendo em consideração as preposições iniciais. Este tipo de investigação é do tipo indutivo, uma vez que a finalidade não é tanto confirmar ou infirmar hipóteses, mas sim, aceder aos significados que os indivíduos atribuem às suas experiências e aos contextos sociais. Compete ao investigador tentar aceder à dimensão subjectiva do indivíduos, das práticas sociais e à dinâmica interna das situações que se propõe a investigar. (Quivy & Campenhoudt, 2008; Lessard-Hébert et al., 2008; Yin, 1994; Guerra, 2006)

A análise documental processou-se em duas fases: a) fase de revisão sistemática da literatura existente sobre biopsicofisiologia da emoção, EFE e taxinomia da(s) emoção(ões) e, b) fase de análise da informação disponível sobre o PrCP, testemunhos directos, livros, notícias e demais informação veiculada pela comunicação social. Na 1ª fase, foram utilizadas várias fontes de informação (e.g. livros, artigo científicos) que permitiram perceber o estado da arte (Quivy & Campenhoudt, 2008; Lessard-Hébert, 2008). Na 2ª fase, a investigação socorreu-se da análise documental da informação de acesso livre, como fonte de informação específica sobre o PrCP. Esta recolha permitiu adquirir e aprofundar o conhecimento sobre os circunstancialismos técnicos, pessoais, emocionais, jurídicos e outros que, de alguma forma, influenciaram o PrCP e os intervenientes seleccionados como amostra. (Yin, 1994; Guerra, 2006)

O recurso a registos históricos, permitiu ao investigador perceber conteúdos linguísticos, características enumeradas pelos entrevistados sobre os locais, particularidades sociais, datas e determinados acontecimentos com importância para os entrevistados, que de outra forma não seriam tidos em conta. Não negligenciamos, porém, a margem de erro inerente a este tipo de registos ou até a interferência política e jornalística que cada um desses textos teve na sua origem e que, em certa medida,

podem enviesar a análise e recolha de informação (Quivy & Campenhoudt, 2008; Lessard-Hébert et al., 2008; Yin, 1994; Guerra, 2006; Poirier, 1995).

4.5. Apresentação e discussão de resultados

“Daí a máxima: se conheces o inimigo e te conheces a ti próprio, não tens que temer o desenlace de cem batalhas. Se te conheces a ti próprio, mas não conheces o inimigo, por cada vitória ganha sofrerás uma derrota. Se não conheces o inimigo nem a ti próprio, sucumbirás em todas as batalhas”
(Sun Tzu, 2006, p. 84)

4.5. 1. Apresentação de resultados

Inicialmente, esta investigação partiu da análise dos indivíduos seleccionados do VM de acordo com a metodologia previamente definida. Assim, os sujeitos foram analisados em dois momentos distintos. No primeiro momento, foram analisadas na face as expressões da emoção quando os sujeitos negaram os factos que lhes eram imputados e, num segundo momento foram analisadas as expressões faciais da emoção quando os mesmos indivíduos assumiram os factos, que anteriormente haviam negado. A análise destes dois momentos foi processado metodologicamente de acordo com os seguintes procedimentos: 1) após a visualização do vídeo completo, foram seleccionados apenas os indivíduos dos quais existiam imagens de negação e, posteriormente, de assunção dos factos que lhes eram imputados, designadamente de AW, BC e MJ, 2) em seguida, foram seleccionados os frames⁴³ associados à descrição dos factos que lhe eram imputados, em ambos os momentos, isto é, na negação e na assunção dos mesmos, 3) posteriormente, cada frame foi analisado de acordo com o FACS pelo que, se procedeu à descrição das Au's correspondentes⁴⁴, identificando-as, caracterizando-as quanto à duração (e.g. macro, micro ou expressões subtis), quanto à intensidade (e.g. A (menos intensa) a E (muito intensa)) e, quanto à simetria da exibição na face (e.g. *left*, *right*, *left*

⁴³ (v. Vol.II - Anexo de imagens)

⁴⁴ (v. Vol.II - Anexo de imagens)

and *right*) e, por último 4) foram elaboradas diversas análises metodológicas comparativas dos dados.

Após a análise das frequências totais e relativas das Au's, das respectivas características, como intensidade, duração e simetria, os dados levaram a que metodologicamente se analisassem não só, todos os dados em grupos independentes, como também, se analisassem e comparassem os dados resultantes da fórmula , elaborada deliberada e especificamente para esta investigação, fórmula que combinava a frequência com intensidade, FI, das Au's nos 2 (dois) momentos distintos (negação e assunção). Esta combinação e respectiva investigação analítica, permite à investigação aprofundar e apurar a análise dos dados, sobretudo os que concernem com a noção que poderá existir uma correlação directa entre a frequência e a intensidade (e.g. maior frequência de determinada Au, estará relacionada com aumento de intensidade na sua exibição).

Desta feita, os resultados obtidos sobre AW, após análise esquematizada das Au's (Anexo 3), em ambos os momentos, os valores da fórmula FI, indicam: 1) na negação, maior frequência e intensidade das Au's, destacando-se as Au's 6, 11, 1 e 27 e, 2) na assunção, menor diversidade, frequência e intensidade, sendo que se destacaram as Au's 1, 5, 31(não observada na negação) e a Au 38.

Quanto à duração, os dados demonstram que na negação, as microexpressões eram as mais significativas, mas também, se verificou a existência de expressões subtis (29%), enquanto na assunção, apenas microexpressões foram observadas.

Gráfico 1. FI das AU's na Negação Vs Au's na Assunção de AW

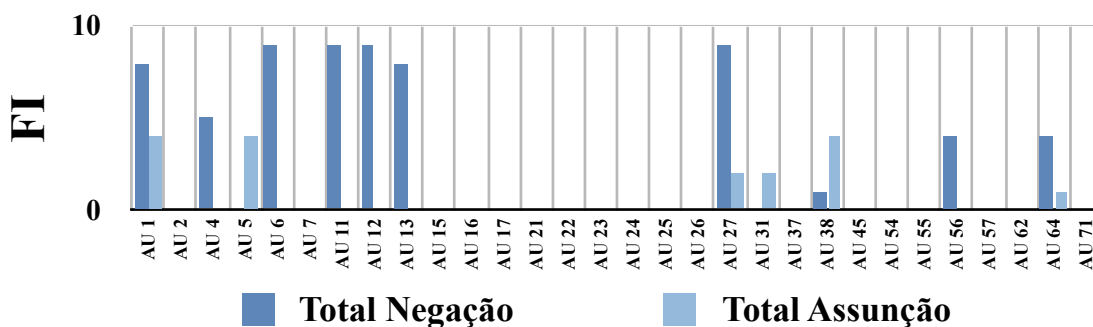


Gráfico 2. Dispersão da duração das Au's na Negação de AW

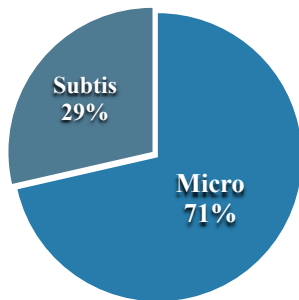
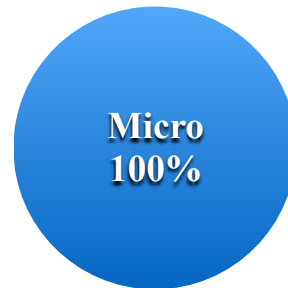
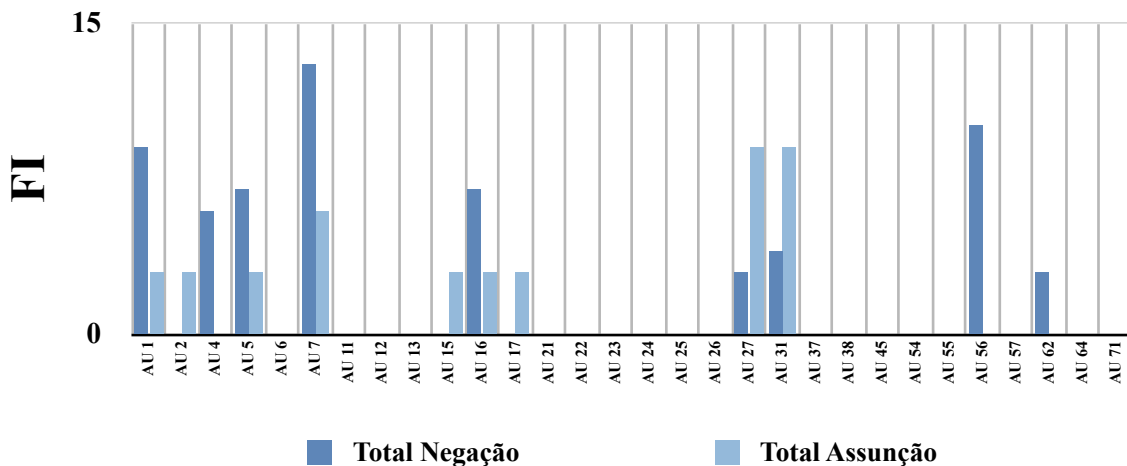


Gráfico 3. Dispersão da duração das Au's na Assunção de AW



No caso do indivíduo BC (Anexo 3), os achados científicos resultantes da FI, demonstraram: 1) na negação, maior frequência e intensidade das Au's, destacando-se as Au's 7, 56 e 62 (não observada na assunção) e, 2) na assunção, menor frequência e intensidade, sendo que se destacaram as Au's 27 e 31.

Gráfico 4. FI das AU's na Negação Vs Au's na Assunção de BC



Quanto à duração, foram observadas na negação, expressões subteis (17%), macroexpressões (25%), sendo pouco mais de metade das expressões (58%) microexpressões, porquanto que na assunção as expressões faciais observadas todas elas tinham uma duração inferior a 0,05 segundo, isto é, microexpressões.

Gráfico 5. Dispersão da duração das Au's na Negação de BC

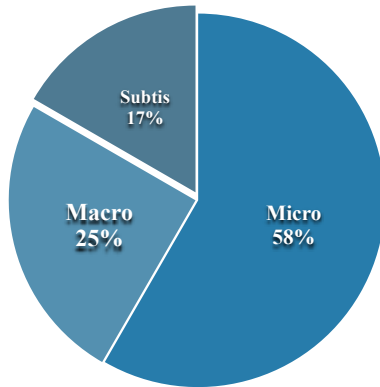
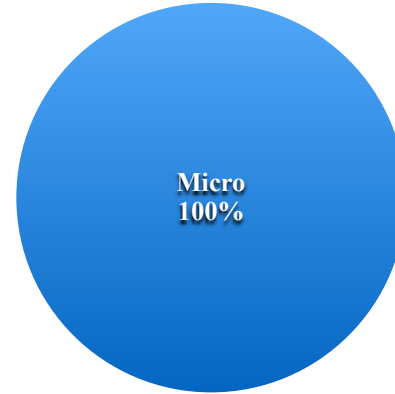
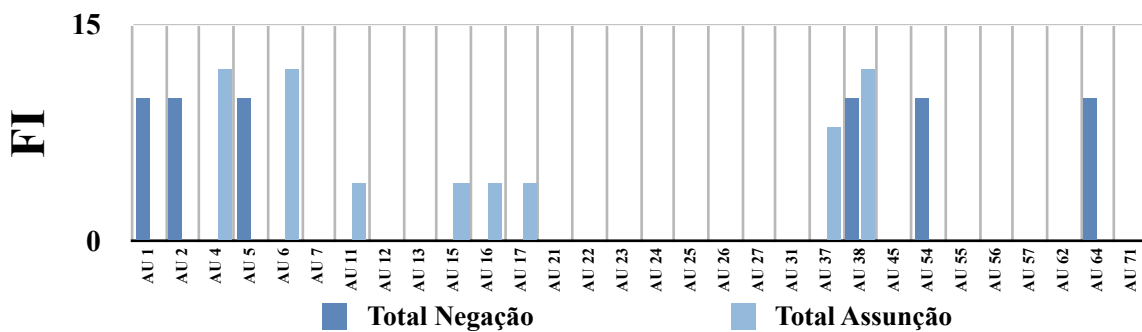


Gráfico 6. Dispersão da duração das Au's na Assunção de BC



Na atleta MJ (Anexo 3), foram observadas diferenças significativas face os restantes sujeitos do VM. Quanto aos dados obtidos na FI: 1) na negação, menos Au's foram observadas, mas com elevadas percentagens de frequência e intensidade, onde se destacam, ainda que subtilmente, as Au's 38, 54 e, 64 e, 2) na assunção, foram observadas um maior número e diversidade de Au's, mas foram verificados elevados índices de frequência e intensidade, sobretudo nas Au's 4, 6, 11, 15, 16, 17 (estas últimas quatro, não observadas na negação), 37 e 38.

Gráfico 7. FI das AU's na Negação Vs Au's na Assunção de MJ



No que respeita à análise da duração, na negação 44% das Au's observadas eram

Gráfico 8. Dispersão da duração das Au's na Negação de MJ

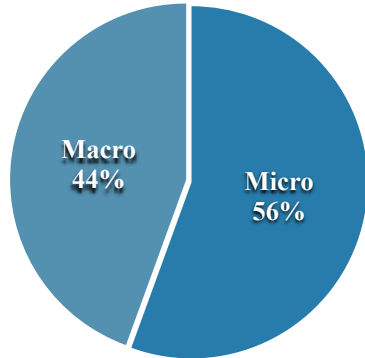
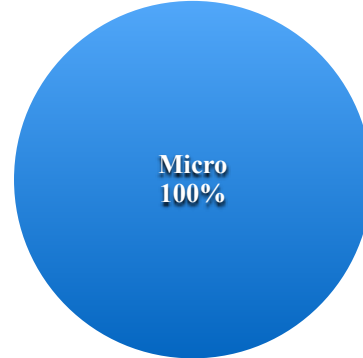


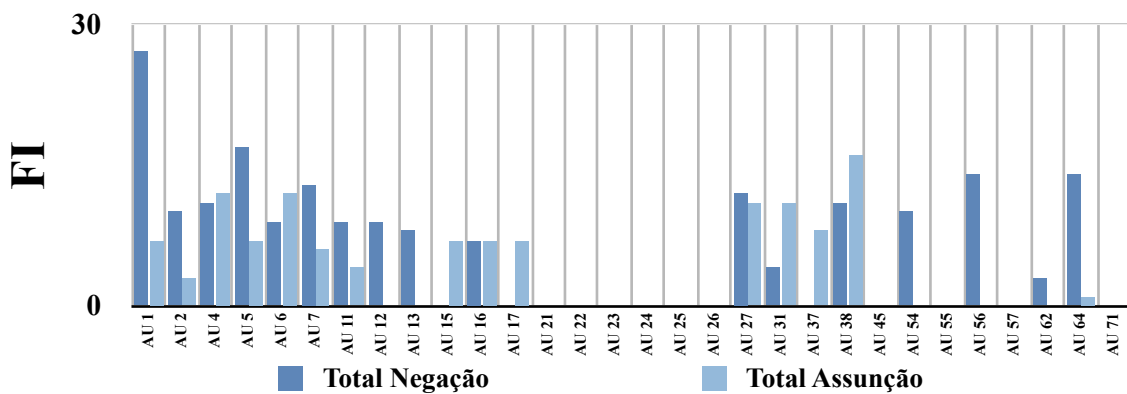
Gráfico 9. Dispersão da duração das Au's na Assunção de MJ



macroexpressões e 56% eram microexpressões, enquanto na assunção 100% das Au's observadas eram Microexpressões.

Ora, quando analisamos comparativamente os três sujeitos quanto à FI, é possível verificar que, apesar de não serem significativas as diferenças quanto à frequência de Au's observadas em ambos os momentos, são significativas as diferenças quanto na negação e na assunção. Na negação, verifica-se uma tendência para maior frequência e intensidade da exibição facial da emoção, especialmente das Au's 1, 5, 7, 27, 56 e, 64 e, na assunção sobressaem as Au's 4, 6, 27, 31e, 38.

Gráfico 10. FI das AU's na Negação Vs Au's na Assunção da amostra do VM



No caso da análise da variável da duração, durante a negação os indivíduos da amostra exibiram expressões subtis (16%), macroexpressões (22%), mas sobretudo, microexpressões (62%). Porém, na assunção os dados recolhidos demonstram que apenas microexpressões foram utilizadas na EFE (100%)

Gráfico 11. Dispersão da duração das Au's na Negação da amostra VM

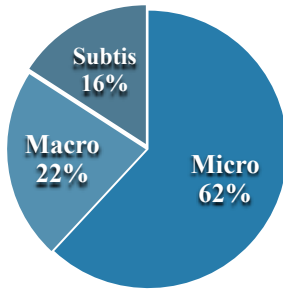
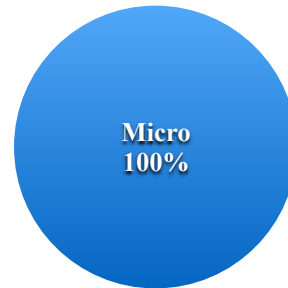
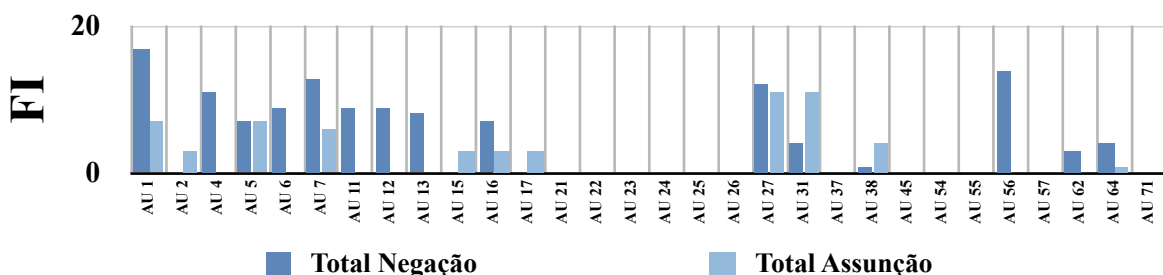


Gráfico 12. Dispersão da duração das Au's na Assunção da amostra VM



Considerando as diferenças significativas dos dados obtidos da análise individual dos três indivíduos, sobretudo quando comparados os indivíduos do género masculino com o indivíduo do género feminino, e considerando a revisão da literatura, designadamente quanto às diferenças entre géneros da manifestação e exibição de emoções na expressão facial (Freitas-Magalhães, 2007; Freitas-Magalhães, 2011; Freitas-Magalhães, 2013; Coelho-Moreira & Savage, 2014), procedeu-se a uma análise parcelar dos indivíduos do género masculino (AW e BC) do indivíduo do género feminino (MJ). Desta feita, os dados dos indivíduos do género masculino 1) evidenciam uma maior incidência na FI das Au's 1, 4, 6, 7, 27 e 56, bem como maior diversidade pois foram analisadas Au's que não foram observadas na assunção, tais como as Au's 6, 11, 12, 13, 56 e 62 e, 2) na assunção os dados demonstram menor frequência e intensidade, bem como diversidade das Au's observadas.

Gráfico 13. FI das AU's na Negação Vs Au's na Assunção da amostra masculina do VM



Sobre a duração, os dados evidenciam que na negação, as microexpressões eram as mais significativas (64%), ainda que se tenham verificado expressões subtis (22%) e macroexpressões (13%), porquanto que na assunção, novamente, apenas foram observadas microexpressões.

Gráfico 14. Dispersão da duração das Au's na Negação da amostra masculina do VM

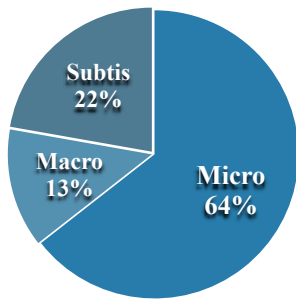
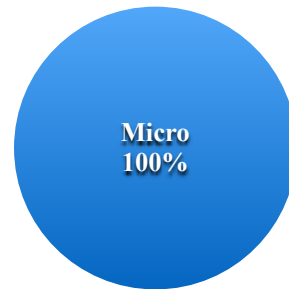


Gráfico 15. Dispersão da duração das Au's na Assunção da amostra masculina do VM



À luz da investigação realizada, e como já referido anteriormente, a análise combinada da FI das Au's, permitiu determinar padrões na EFE dos indivíduos do género masculino, quer na negação, quer na assunção de factos que lhes eram imputados. Após a análise de 69 Au's na negação do indivíduos do género masculino do VM, os dados demonstram uma prevalência significativa da combinação FI das Au's 1 (13%), 4 (9%), 7 (10%), 27 (9%) e 56 (11%) e, do total das 23 Au's observadas na assunção, evidenciaram-se as Au's 1 (12%), 5 (12%), 7 (10%), 27 (19%) e 31 (19%)

Gráfico 16. Dispersão FI das Au's na Negação da amostra masculina do VM

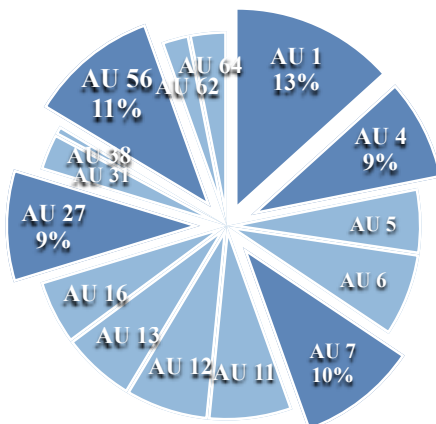
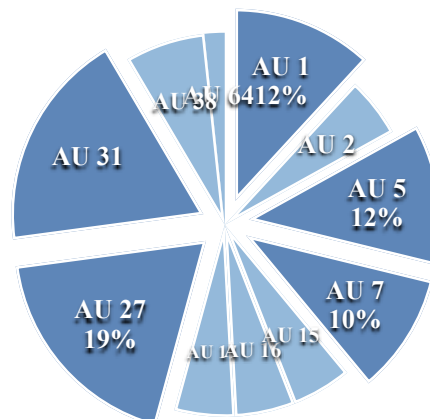


Gráfico 17. Dispersão FI das Au's na Assunção da amostra masculina do VM



É possível, com os dados obtidos, estabelecer que: 1) as Au's 1, 5, 7 e 27 surgem em ambos os momentos (negação e assunção) com um prevalência significativa na análise combinada da FI e, 2) quanto à frequência relativa, na negação, foram mais observadas as Au's 1, 4, 7, 27, 56, e na assunção as mais frequentes foram as Au's 1, 5, 7, 27, 31, 38, pelo que as Au's mais frequentes em ambos os momentos, em conformidade com os achados no ponto anterior, foram as Au's 1, 7 e 27.

Gráfico 18. Dispersão relativa das Au's na Negação amostra masculina do VM

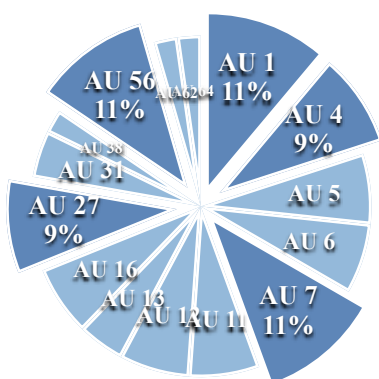
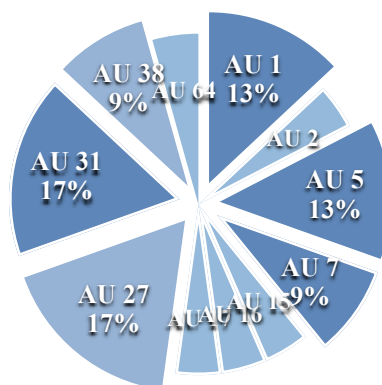


Gráfico 19. Dispersão relativa das Au's na Assunção amostra masculina do VM



Se analisarmos comparativamente a combinação FI, com a frequência relativa dos 3 indivíduos do VM, isto é incluindo o indivíduo do género feminino, concluímos que: 1) quanto à FI na negação, sobressaem as Au's 1 e 5 e, 2) na assunção evidenciam-se as Au's 4, 6, 27, 31 e 38 .

Gráfico 20. Dispersão FI das Au's na Negação da amostra VM

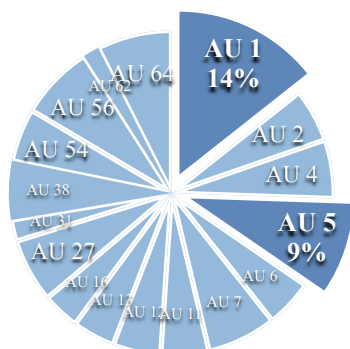
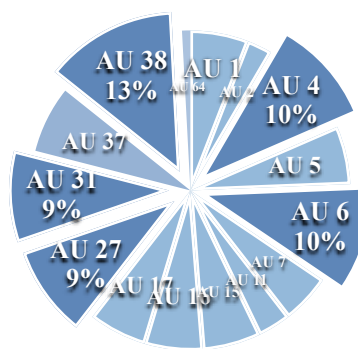


Gráfico 21. Dispersão FI das Au's na Assunção da amostra VM



Nas frequências relativas, na negação observou-se uma prevalência significativa das Au's 1, 5, 7 e 56, enquanto na assunção a maior frequência foi observada nas Au's 1, 4, 5, 6, 27, 31 e 38.

Por último, foram analisadas as Au's de acordo com a simetria tanto na negação como

Gráfico 22. Dispersão Relativa das Au's na Negação da amostra VM

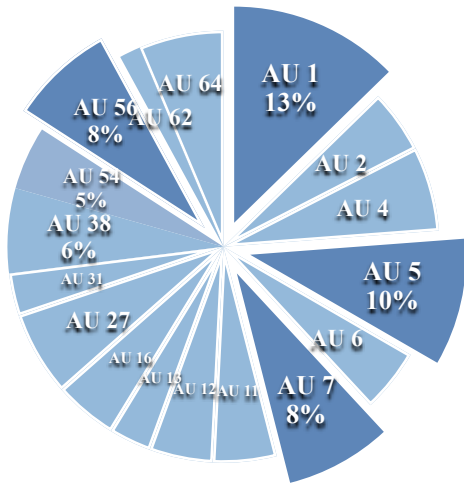
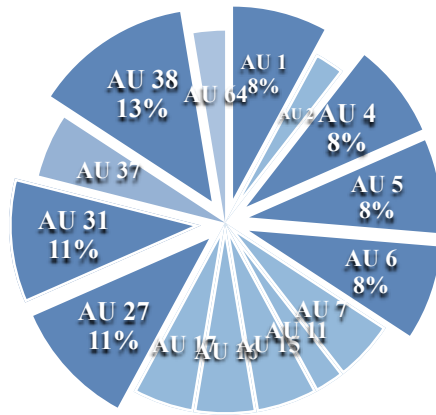


Gráfico 23. Dispersão Relativa das Au's na Assunção da amostra VM

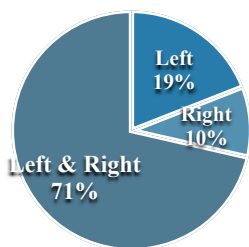


na assunção. Na negação, AW exibiu 71% das Au's de forma simétrica, isto é foram manifestadas em ambos os lados da face, 19% no lado esquerdo e 10% apenas se manifestaram no lado direito da face.

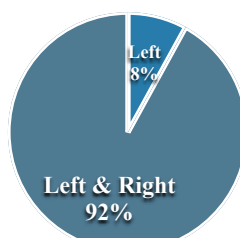
Em BC, 92% das Au's observadas eram simétricas, pelo que apenas 8% se manifestaram no lado direito da face, e por último, no caso de MJ, o único indivíduo do género feminino do VM, 100% das Au's observadas eram simétricas, ocorrendo simultaneamente em ambos os lados da face.

Gráfico 24. Dispersão da Simetria das Au's na Negação

Anthony Weiner



Bill Clinton



Marion Jones



Gráfico 25. Dispersão da Simetria das Au's na Assunção

Anthony Weiner

Bill Clinton

Marion Jones



Em suma, em relação ao VM releva para a presente investigação, uma vez mais, a existência de diferenças significativas na demonstração e exibição da EFE entre géneros, pelo que apenas serão utilizados, através de metodologia comparativa, os dados obtidos por observação dos indivíduos do género masculino do VM, dado que a amostra seleccionada é na sua totalidade masculina.

Tabela 1: Resumo qualitativo comparativo global das Au's verificadas nos indivíduos do género masculino do VM

	Diversidade de Au's	Frequência vs Intensidade	Duração			Simetria		
			Macro	Micro	Subtil	Left/Right	Left	Right
Negação	+	+		+		-		
Assunção	-	-		+		+		

Na análise individual da amostra seleccionada, importa para esta investigação, elaborar um preâmbulo sobre cada um dos indivíduos da amostra, o método de selecção, as entrevistas e demais necessário, por forma a demonstrar e/ou esclarecer a influência de possíveis variáveis moderadoras. Esta amostra, ainda que uniforme quanto ao género (masculino) e em comum tenham declarações públicas de negação dos factos que lhes eram imputados (e.g. entrevistas públicas), 2 (dois) dos indivíduos, designadamente CS e RO, prestaram também declarações de assunção sobre determinados factos. Por este

facto, ambos foram sujeitos a uma análise mais aprofundada, tendo em consideração a existência e selecção de excertos das entrevistas, tanto no momento em que negam determinados factos, como no momento em que assumem, o que permitiu em última análise, comparar de forma mais exaustiva e completa estes dados, com os dados recolhidos e observados na análise do VM.

Desta feita, e por último, importa referir que todas as entrevistas seleccionadas, para cada indivíduo, foram sujeitas ao mesmo procedimento, a saber: 1) seleccionados excertos com o conteúdo mais relevante para o objecto de estudo da investigação, identificando a entrevista e a data em que a mesma aconteceu, 2) os excertos foram identificados no tempo total das entrevistas e a duração dos mesmos (e.g. minutos e segundos a que se referem, localizando-os na duração total da entrevista), 3) procedeu-se à respectiva transcrição desses excertos, 4) nos excertos estão identificados os frames que foram seleccionados, 5) posteriormente, procedeu-se à identificação e análise das Au's observadas em cada frame, de acordo com a metodologia especificada no FACS e, por último, 6) foi elaborada uma análise sistemática e global de todas as Au's observadas para cada um dos sujeitos.

CS, um dos condenados no âmbito do PrCP prestou, por diversas ocasiões, declarações públicas sobre os factos que estava a ser acusado, inclusive, na primeira investigação jornalística realizada sobre os abusos de crianças na instituição Casa Pia, pela jornalista Felícia Cabrita (investigação jornalística que esteve na origem do PrCP), CS, enquanto principal visado, é entrevistado e nega todas as acusações. Das diversas declarações públicas e de domínio público, foram seleccionadas 4 (quatro) entrevistas⁴⁵: 1) entrevista a Carlos Tomás, em 2011, 2) entrevista a Felícia Cabrita, em 2002, 3) entrevista a Hernâni Carvalho, 2011 e, 4) entrevista a jornalista da TVI, em 2006.

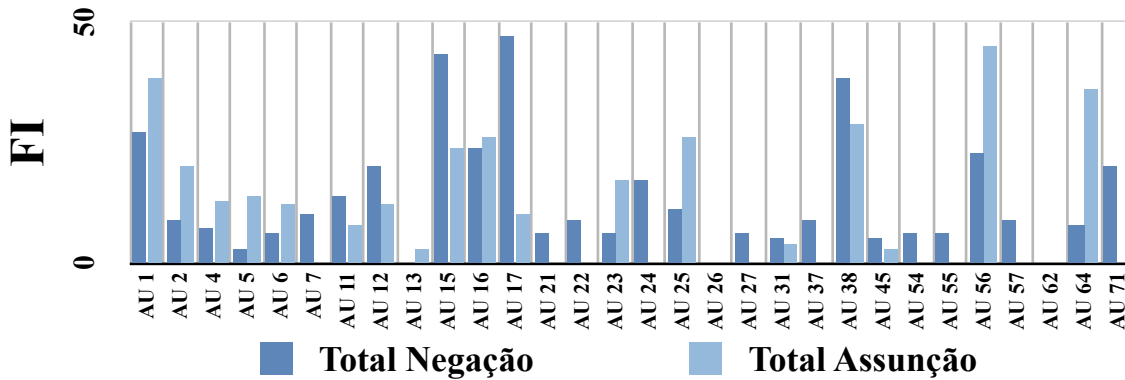
“E: Há quem diga que você veio agora dizer que nada aconteceu porque teve uma pena muito grande.

⁴⁵ v. Anexo digital 2

CS: Não, não isso não era verdade. Eu nunca recebi dinheiro nenhum, não é por causa da pena muito grande ó não, porque eu não cometi nenhum crime. Não dizem hora, não dizem o que...hã...não dizem hora, não dizem o dia da semana.” (Carlos Silvino, Anexo 4)

No total foram analisadas 694 Au's, observadas nos 38 frames seleccionados, sendo que 394 Au's foram analisadas quando CS nega e, 300 Au's quando assume os factos. Após a análise dos dados recolhidos, segundo a FI, destacaram-se na negação as Au's, 1, 15, 17 e 38 e na assunção as Au's 1, 15, 16, 25, 38, 56 e 64, o que significa que estas Au's foram as mais frequentemente observadas e com os índices superiores de intensidade.

Gráfico 26. FI das Au's na Negação Vs Au's na Assunção de CS



A análise determinou maior diversidade de Au's na negação, num total de 27 Au's, isto é, foram verificadas Au's na negação que não se observaram na assunção (e.g. Au's 7, 22, 27, 37, 54, 55, 57 e 71), ao invés da assunção, onde a diversidade é consideravelmente menor, num total de 18 Au's, (e.g. Au 13).

Gráfico 27. Dispersão relativa das Au's na Negação CS

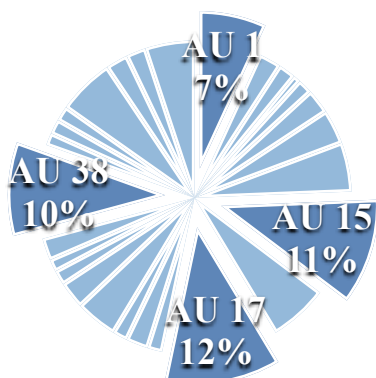
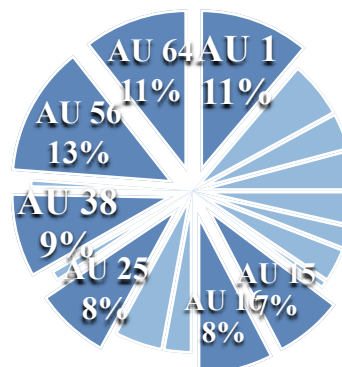


Gráfico 28. Dispersão relativa das Au's na Assunção CS



Na análise da duração, tanto na negação como na assunção, as macroexpressões foram as mais frequentes (e.g. 78% na negação e 64% na assunção), todavia também foram observadas microexpressões, ainda que em percentagens substancialmente menor (e.g. 22% na negação e 36% na assunção).

Gráfico 29. Dispersão da duração das Au's na Negação CS

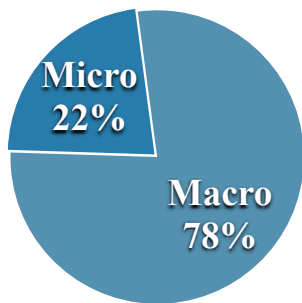
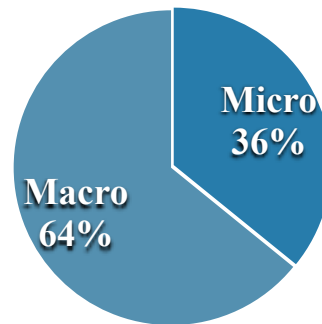


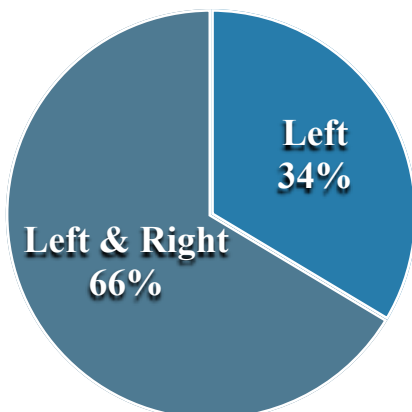
Gráfico 30. Dispersão da duração das Au's na Assunção CS



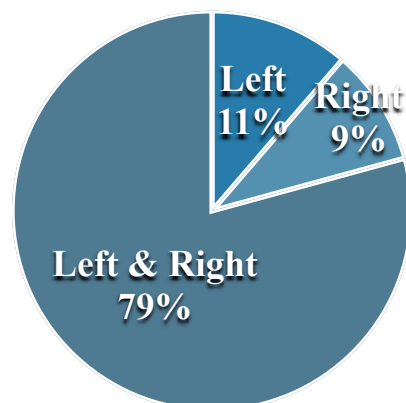
Quanto à simetria, o sujeito demonstrou maioritariamente expressões simétricas (*left & right*) ainda que na negação, 34% das Au's observadas se manifestaram apenas no lado esquerdo da face, porquanto na assunção e, apesar de 79% das Au's serem simétricas na exibição, 9% foram observados no lado direito (*right*) da face e 11% no lado esquerdo (*left*).

Gráfico 31. CS dispersão da Simetria das Au's na:

Negação



Assunção

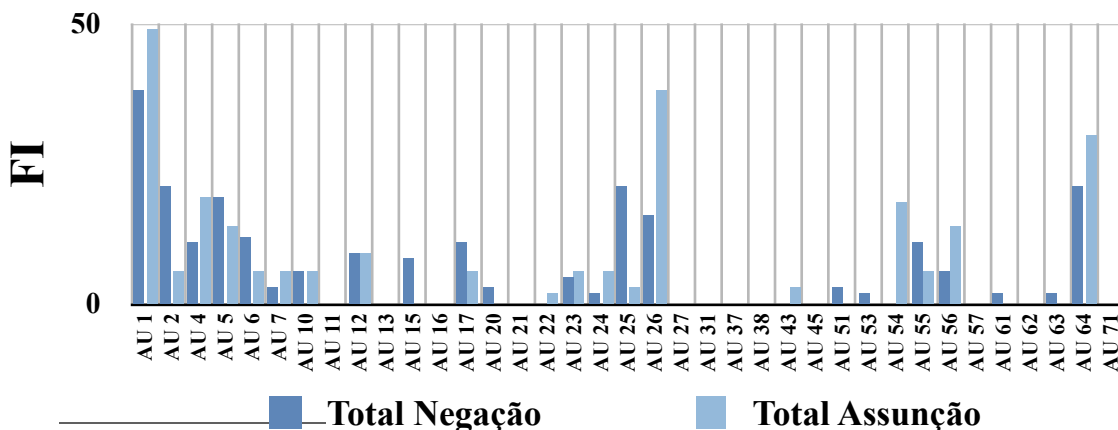


Existem especificidades nas entrevistas visualizadas e selecionadas que devem ser expostas, pois podem ser consideradas como variáveis moderadoras com influência, em última análise, nos resultados obtidos e na sua análise. Assim, deverá ser tido em consideração: 1) entrevistas prestadas em anos diferentes e em momentos diferentes do PrCP (e.g. antes de se iniciar a investigação judicial, após leitura de acórdão e condenação), 2) entrevistadores/jornalistas diferentes com formulações linguísticas diferentes e de diferentes géneros, 3) as entrevistas foram prestadas sempre em locais diferentes (e.g. no exterior o indivíduo usava óculos de sol escuros) e a captação das imagens não foi feita sempre da mesma forma, com planos e ângulos diferentes de entrevista para entrevista e, 4) de acordo com vários relatos de CS, em algumas entrevistas o seu comportamento estava alterado e/ou afectado pelo consumo de fármacos.

No caso de RO, o segundo indivíduo da amostra que tanto negou como assumiu os factos, foram selecionadas 2 (duas) entrevistas⁴⁶: 1) entrevista ao jornalista a Carlos Tomás, em 2011 e, 2) entrevista à jornalista Felícia Cabrita, em 2012. Foram seleccionados 39 frames, sendo assinaladas e verificadas do total 171 Au's, 86 Au's na negação e 85 Au's na assunção.

A análise dos resultados obtidos pela FI, destacaram na negação aos Au's 1, 2, 5, 25 e 64 e na assunção, destacaram-se as Au's 1, 4, 15 e 64.

Gráfico 32. RO
FI das Au's na Negação Vs Au's na Assunção



⁴⁶ v. Anexo digital 3

Gráfico 33. Dispersão relativa das Au's na Negação em RO

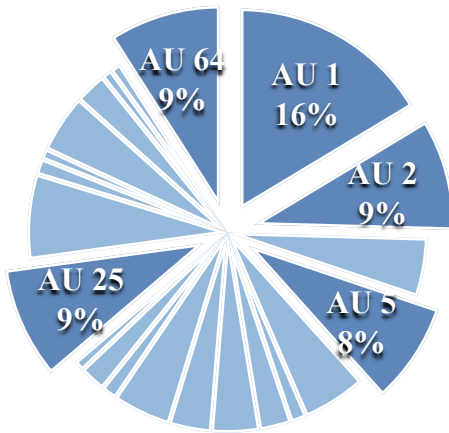
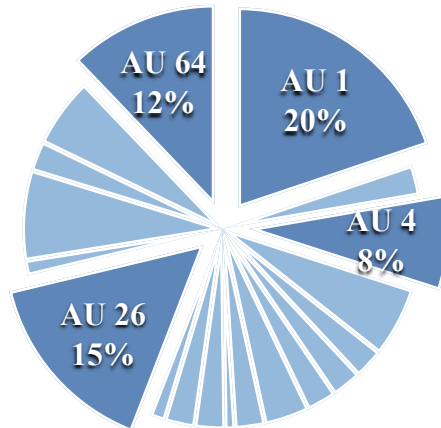


Gráfico 34. Dispersão relativa das Au's na Assunção em RO



Quanto à diversidade de Au's, verificaram-se 22 Au's na negação e 19 Au's na

Gráfico 35. Dispersão relativa da duração das Au's na Negação em RO

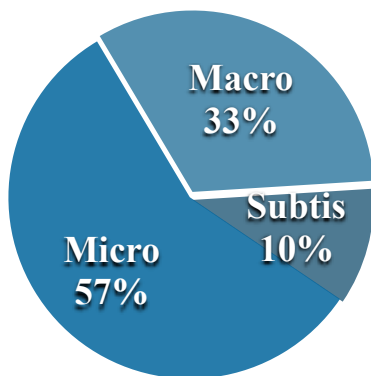
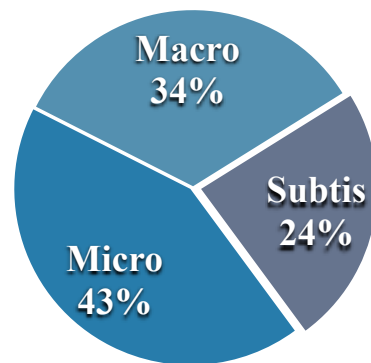


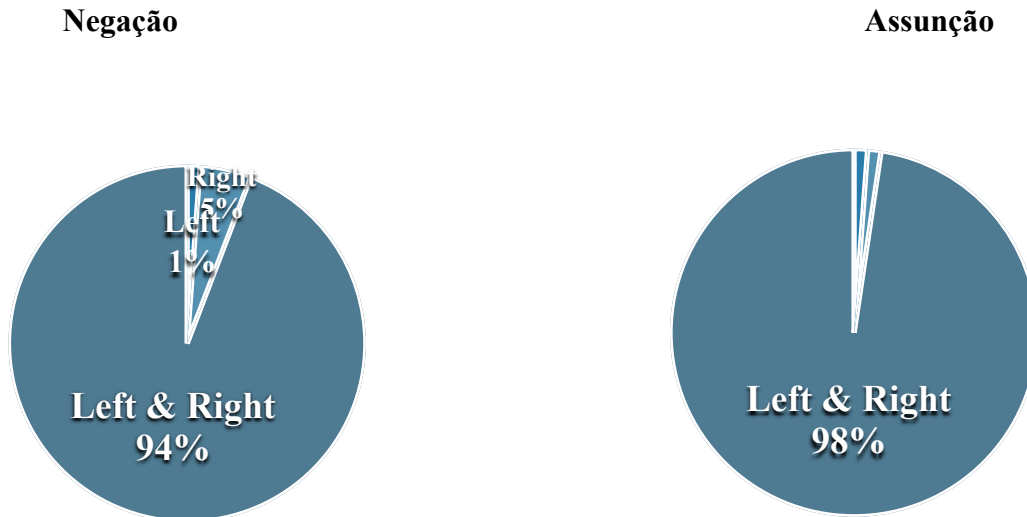
Gráfico 36. Dispersão relativa da duração das Au's na Assunção em RO



assunção, enquanto que na duração foram observadas macroexpressões, microexpressões e expressões subtis. Na negação, pouco mais de metade das expressões, 57%, eram microexpressões, 33% eram macroexpressões e, apenas 10% eram expressões subtis, isto é com duração superior a 20 segundos. Na assunção, 43% eram microexpressões, 34% macroexpressões e 24% eram expressões subtis.

Na análise da simetria da exibição das Au's, tanto na negação como na assunção, a frequência da manifestação simétrica foi sempre superior a 90%, pelo que as demonstrações assimétricas, eram percentualmente irrelevantes .

Gráfico 37. Dispersão da simetria das Au's de RO na



Também no caso particular de RO, existem factores que podem ter influenciado como variáveis moderadoras os resultados obtidos pelo que devem ser enumerados: 1) as entrevistas foram realizadas após conclusão do PrCP, nomeadamente após leitura do acórdão, uma vez que até então, a identidade das vítimas foi resguardada e mantida em sigilo por questões de segurança e privacidade, 2) os entrevistadores/jornalistas possuem diferentes formulações linguísticas e são de géneros diferentes, 3) as entrevistas foram realizadas em dois locais diferentes, sempre no interior, e a captação das imagens não foi feita sempre da mesma forma, com planos e ângulos diferentes de entrevista para entrevista e, 4) o sujeito assumiu que em ambas as entrevistas, se encontrava sob efeito de opiáceos, afirmando-se como toxicodependente, com consumos excessivos e reiterados, desde tenra idade.

E: *Onde é que está a verdade? Foi aquilo que o Ricardo disse durante 10 anos? Ou aquilo que disse ao jornalista Carlos Tomás?*

RO: *A verdade é o que eu disse em durante 10 anos. Eu só mudei porque ‘tava dependente da, da, cocaína e porque o Carlos Tomás andou atrás da gente, para a gente mudar a versão. Ele vinha era a mando de outras pessoas. Para nós, prontos, para ir aos nossos pontos fracos que é a droga, que é o dinheiro, a vida fácil e... (suspiro) e a gente aceitou.” (RO, Anexo 4)*

FG, uma das vítimas reconhecida e ouvida no PrCP, revelou a sua identidade à saída do Tribunal após a leitura do acórdão. Por diversas ocasiões, prestou declarações públicas sobre os abusos a que tinha sido sujeito enquanto esteve institucionalizado, na Casa Pia. Por diversas ocasiões foi confrontado com declarações de outras vítimas e acusados, nomeadamente, por ser muito próximo de CS, acusando-o de também ter participado e/ou incentivado abusos e de ter um cadastro criminal longo, onde o consumo de estupefacientes era o principal catalisador. Face a estas acusações, diversas personalidades envolvidas no PrCP, e o próprio, ainda que assumindo comportamentos desviantes e criminais no passado, defendiam que estas eram tácticas da defesa para descredibilizar os testemunhos das vítimas envolvidas. Em todas as suas declarações públicas, sempre assumiu que todos os acusados eram efectivamente culpados dos que crimes que lhes eram imputados e, ao contrário do que aconteceu com outras vítimas que posteriormente revelaram a sua identidade publicamente, como o caso de RO e IM, FG manteve sempre as mesmas afirmações, reiterando os abusos de que havia sido vítima, as condições em que haviam ocorrido e quem os havia perpetrado.

No caso de FG, foram seleccionadas 3 (três) entrevistas⁴⁷: 1) entrevista à jornalista Conceição Lino, em 2010, 2) entrevista ao “*Jornal da Uma*” da TVI, em 2011 e, 3) declarações à saída do Tribunal após leitura do acórdão, em 2010. Após visualização e análise foram seleccionados 17 frames, que permitiu a análise da

⁴⁷ v. Anexo digital 4

frequência num total de 90 Au's. De acordo com a análise FI dos dados recolhidos, verificou-se que das 20 Au's evidenciavam-se as Au's 1, 2, 5, 12, 17, 25 .

Gráfico 38. FI das Au's na Assunção de FG

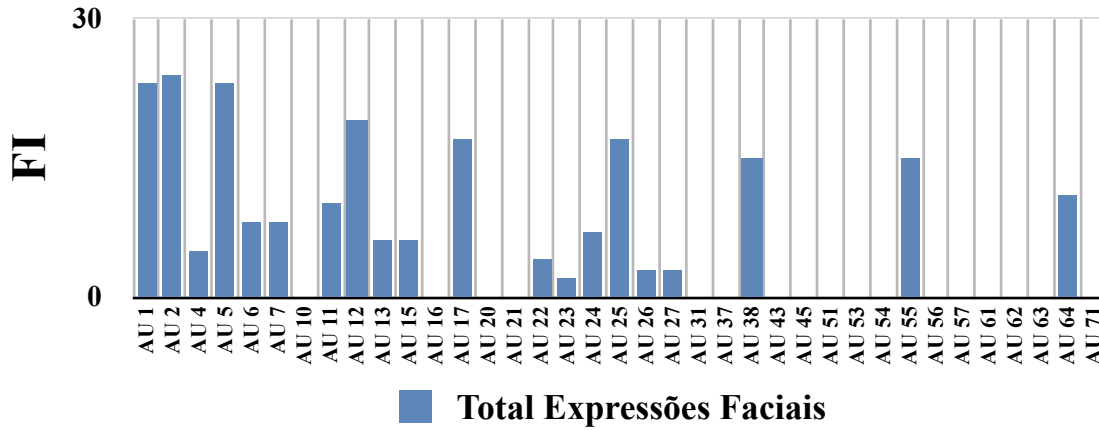
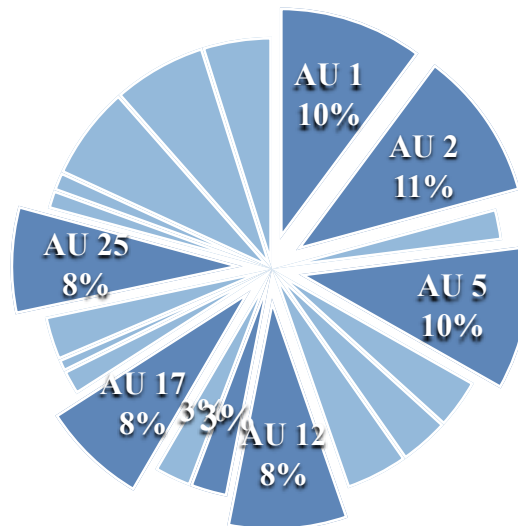


Gráfico 39. Dispersão Relativa das Au's de FG



Quanto à duração foram observada uma prevalência das microexpressões em 62% das Au's, 33% de microexpressões e apenas, 6% das expressões eram subtis. Na análise da simetria, também neste caso, verificou-se a exibição das Au's de forma maioritariamente simétrica na face do indivíduo (88%), ainda que 10% das Au's observadas tenham ocorrido no lado esquerdo da face e 2% no lado direito.

Gráfico 40. Dispersão relativa da duração das Au's na Negação em FG

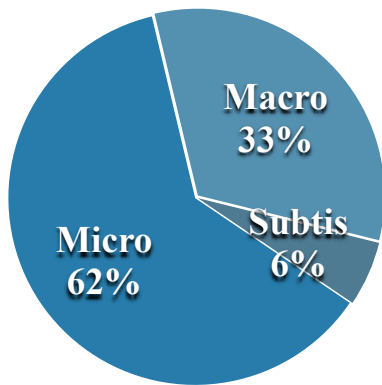
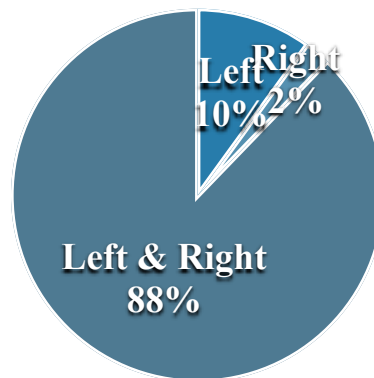


Gráfico 41. Dispersão da simetria das Au's de FG



Existem factores que podem ter influenciado como variáveis moderadoras os resultados obtidos pelo que devem ser enumerados, a saber: 1) as entrevistas foram realizadas após conclusão do PrCP, nomeadamente após leitura do acórdão, uma vez que até então, a identidade das vítimas foi resguardada e mantida em sigilo por questões de segurança e privacidade, 2) os entrevistadores/jornalistas possuem diferentes formulações linguísticas e são de géneros diferentes, 3) as entrevistas foram realizadas em dois locais diferentes, sempre no interior, e a captação das imagens não foi feita sempre da mesma forma, com planos e ângulos diferentes de entrevista para entrevista e, 4) o indivíduo em todas as entrevistas foi confrontado com o seu passado criminal e com as acusações que lhe eram publicamente enunciadas bem como, com o desmentido de outras vítimas dos factos e de quem eram abusadores.

“Hã... (12º) hum... Sabe que tudo o que puderem utilizar para destruir o processo da... da minha vida, o processo da vida dos meus colegas, vão utilizar até às últimas consequências” (Francisco Guerra, Anexo 4)

Contradizendo FG e as declarações das demais vítimas, IM, também ele uma das vítimas reconhecida e ouvida no PrCP, após a leitura do acórdão veio a público desmentir alguns factos e negar as afirmações que prestou em tribunal, nomeadamente, afirmando que nunca fora abusado pelos condenados. Também ele, prestou algumas declarações públicas sobre os abusos a que tinha sido sujeito enquanto institucionalizado, mas negando o envolvimento de qualquer um dos condenados no âmbito do PrCP. Nas duas entrevistas que cedeu ao jornalista Carlos Tomás, foi confrontado com declarações de outras vítimas que o acusavam de mentir ao jornalista com o objectivo de ilibar os condenados e descredibilizar as restantes testemunhas, recebendo em troca dinheiro e/ou droga para sustentar o seu vício. Face estas acusações, negou sempre que se estivesse a desmentir, afirmando e re-afirmando que mentiu sim, mas à polícia e ao tribunal quanto aos abusos e aos abusadores. Por diversas vezes fez afirmações negativas sobre as demais vítimas, justificando a sua conduta e as dos demais, com a perspectiva de receberem do Estado algum tipo de compensação monetária. Confirmou que, de facto, teve um passado ligado às drogas, mas que a sua mudança de testemunhos se devia, em exclusivo, com a sua consciência .

“O que me fez procurá-lo (jornalista Carlos Tomás) é, é, por causa de, de, falar a verdade, plena consciência e de a minha companheira me dar o apoio e dizer, sim senhora, tu se andas assim tão perturbado por teres mentido e tares a prejudicar”(IM, Anexo 7).

E, pese embora RO *a posteriori*, aquando da sua retracção, tivesse afirmado à jornalista Felícia Cabrita que, quando negou juntamente com IM, o testemunho que haviam prestado em Tribunal, haviam recebido dinheiro e/ou drogas para o efeito, IM

não prestou nenhum outro depoimento público nesse sentido ou, outro que se tenha conseguido apurar.

Assim, foram seleccionadas apenas as 2 (duas) entrevistas⁴⁸ ambas ao jornalista Carlos Tomás, a primeira em 2011 e a segunda em 2012. Após visualização e análise foram seleccionados 64 frames, que permitiu a análise do total de 368 Au's. De acordo com a análise FI dos dados recolhidos, verificou-se que das 33 Au's identificadas, sobressaiam as Au's 1, 2, 4, 17, 26 e 38.

Gráfico 42. FI das Au's na Negação de IM

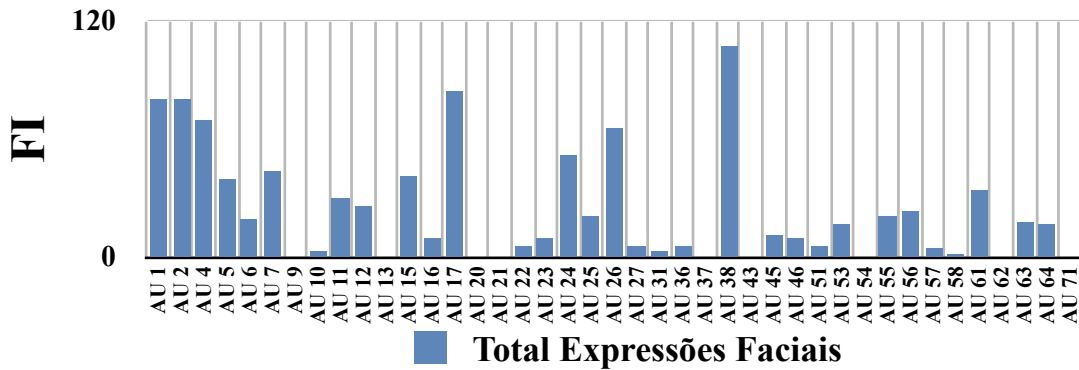
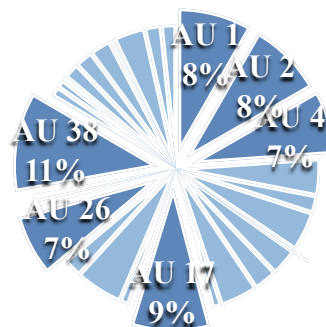


Gráfico 43. Dispersão relativa das Au's de IM



Na análise da duração foi observada uma prevalência de 68% de macroexpressões, 32% de microexpressões, não se tendo observada nenhuma expressão

⁴⁸ v. Anexo digital 5

subtil. Quanto à verificação da simetria, verificou-se a exibição das Au's de forma maioritariamente simétrica na face do indivíduo com uma prevalência quase total, de 93%, 4% das Au's observadas tenham ocorrido no lado esquerdo da face e 3% no lado direito.

Gráfico 44. Dispersão relativa da duração das Au's de IM

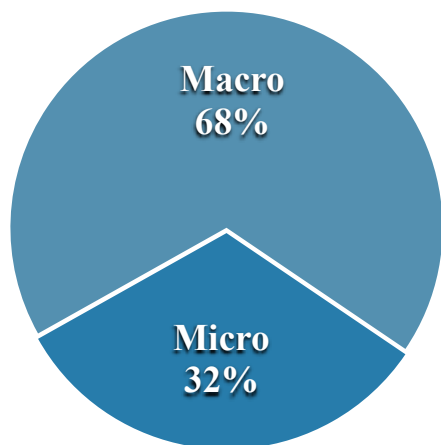
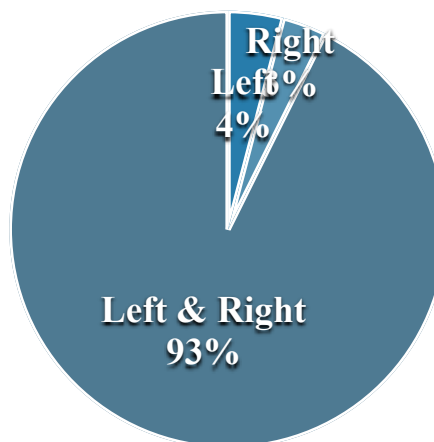


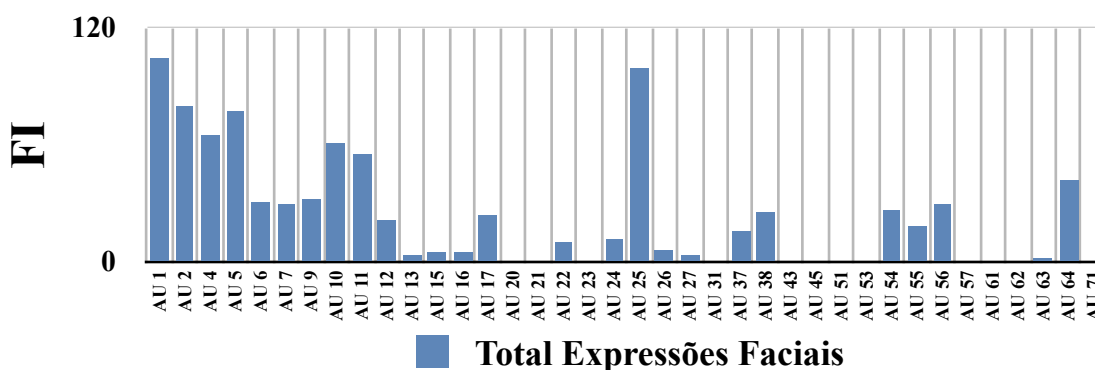
Gráfico 45. Dispersão da simetria das Au's de IM



Existem factores que podem ter influenciado como variáveis moderadoras os resultados obtidos pelo que devem ser enumerados, a saber: 1) as entrevistas foram realizadas após conclusão do PrCP, nomeadamente após leitura do acórdão, uma vez que até então, a identidade das vítimas foi resguardada e mantida em sigilo por questões de segurança e privacidade, 2) o jornalista foi sempre o mesmo e na entrevista de 2011, usava um caderno de fácil acesso ocular por parte de IM, 3) as entrevistas foram realizadas em dois locais diferentes, uma no interior e outra no exterior, e a captação das imagens não foi feita sempre da mesma forma, com planos e ângulos diferentes de entrevista para entrevista e, 4) o indivíduo foi confrontado com o seu passado criminal, com a sua toxicod dependência e com as acusações que lhe eram publicamente enunciadas bem como, foi confrontado com as declarações de demais vítimas.

CC, um dos condenados no âmbito do PrCP que, sempre afirmou veemente a sua inocência, prestou, por diversas ocasiões, declarações públicas sobre os factos que estava a ser acusado. O seu mediatismo, o facto de ser uma figura pública, impulsionou a sua exposição e, frequentemente era, convidado para prestar declarações sobre os factos de que era acusado. Era e ainda é, o rosto a quem publicamente se associa o PrCP. Ao contrário do que havia acontecido com CS, CC nunca assumiu nenhuma acusação, refutando-as sempre. Das diversas declarações públicas e de domínio público, foram seleccionadas 4 (quatro) declarações públicas⁴⁹: 1) entrevista ao jornalista Rodrigo Guedes de Carvalho, em 2003, 2) conferência de imprensa após leitura do acórdão pela RTP, em 2010, 3) conferência de imprensa após leitura do acórdão pela SIC, em 2010 e, 4) entrevista a Manuel Luís Goucha, em 2013. No total foram seleccionados 50 frames, dos quais foram analisadas um total de 251 Au's, de um total absoluto de 27 Au's identificadas. De acordo com a análise FI dos dados recolhidos, evidenciavam-se as Au's 1, 2, 4, 5, 10, e 25, o que significa, como já referido anteriormente, que estas Au's foram as mais frequentemente observadas e com os índices superiores de intensidade.

Gráfico 46. FI das Au's na Negação de CC



Na análise da duração, percentualmente muito próximas estavam as macroexpressões com 46% de prevalência e as microexpressões com 43%, sendo que as expressões subtis representavam 11% do total das Au's observadas. Quanto à simetria, o sujeito demonstrou maioritariamente expressões simétricas (*left & right*) com uma

⁴⁹ v. Anexo digital 6

prevalência de 93%, deixando um remanescentes 6% ao lado esquerdo da face e 1% de exibição apenas verificada no lado direito.

Gráfico 47. Dispersão relativa das Au's de CC

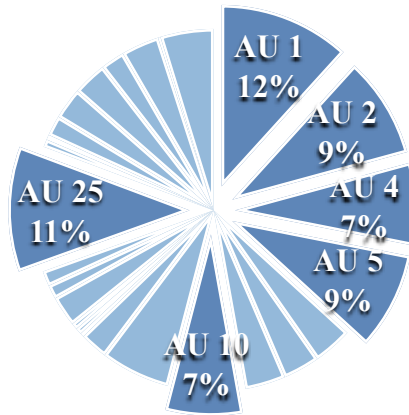


Gráfico 48. Dispersão relativa da duração das Au's de CC

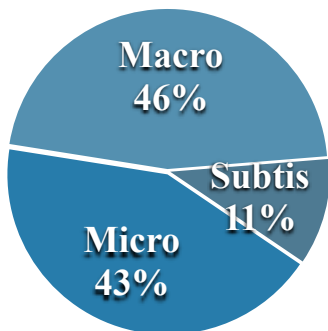
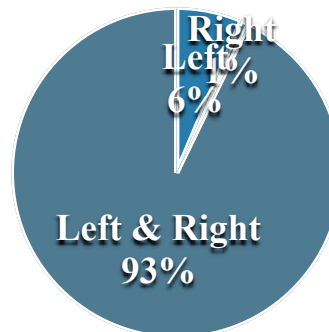


Gráfico 49. Dispersão da simetria das Au's de CC



Existem especificidades nas entrevistas visualizadas e seleccionadas que devem ser expostas, pois podem ser consideradas como variáveis moderadoras com influência, em última análise, nos resultados obtidos e na sua análise. Assim, deverá ser tido em

consideração: 1) entrevistas prestadas em anos diferentes e em momentos diferentes do PrCP (e.g., antes de se iniciar a investigação judicial, após leitura de acórdão e condenação), 2) entrevistadores/jornalistas diferentes com formulações linguísticas diferentes, 3) as entrevistas foram prestadas sempre no interior e a captação das imagens não foi feita sempre da mesma forma, com planos e ângulos diferentes de entrevista para entrevista, motivo pelo qual foram escolhidas duas captações das imagens da mesma conferência de imprensa por duas diferentes estações de televisão, 4) a reconhecida e pública capacidade de comunicação de CC, também conhecido como “*Senhor Televisão*”, portanto habituado e acostumado a lidar com o mediatismo e a comunicação social, fez com que as suas informações e declarações (tal como, dos seus familiares e apoiantes, muitos eles, também figuras públicas), fossem proficuas e amplamente publicitadas.

“Hoje fui condenado sem provas. Uma prova, prova testemunhal cheia de contradições e mentiras contradições dentro das próprias contradições contradições entre os assistentes, contradições entre o inquérito, a instrução e o julgamento. E com testemunhos inegáveis de que era impossível eu ter estado em Évora (...)” (CC, Anexo 8)

Por último, o médico FD, também ele condenado a pena de prisão efectiva por abuso sexual de crianças, no âmbito do PrCP. FD, optou ao longo de todo o PrCP e respectivo mediatismo, por adoptar uma postura discreta e quase muda. Raramente falou com os jornalistas à entrada e/ou saída do Tribunal no decurso das audiências, excepção feita pontualmente e sempre, parco em palavras, para proclamar inocência. Todavia, e após a leitura do acórdão, promove uma conferência de imprensa sem direito a perguntas, com um discurso contido, controlado e, como seu apanágio, parco em palavras, reiterando novamente a sua inocência. Esta conferência de imprensa e uma entrevista realizada em 2012⁵⁰, foram as declarações públicas seleccionadas e das quais foram extraídas apenas, 7 frames, considerados relevantes para a investigação. Nestes 7 frames foram observadas, em diversidade 16 Au’s, sendo que no total foram analisadas 31 Au’s. De acordo com a análise FI, destacaram-se as Au’s 1, 5, 10, 11 e 25.

⁵⁰ v. Anexo digital 7

Gráfico 50. FI das Au's na Negação de FD

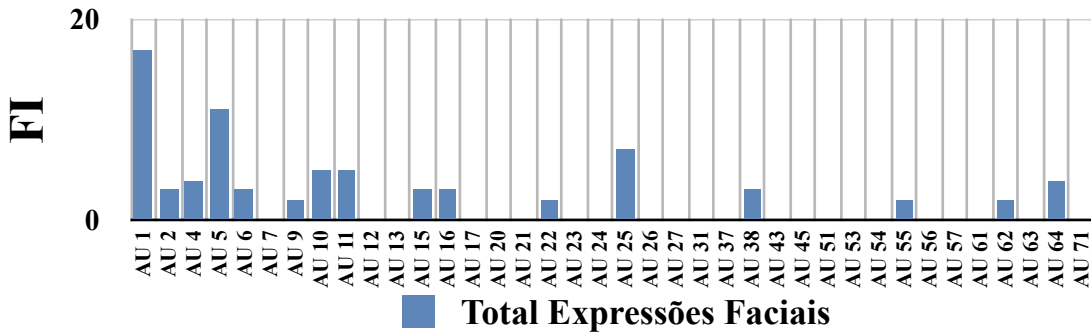
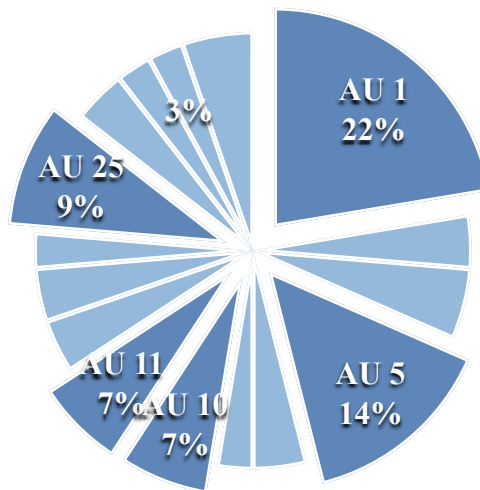


Gráfico 51. Dispersão relativa das Au's de FD



Os dados obtidos a partir da análise da simetria das Au's, verificou-se uma maior prevalência de EFE simétrica (94%) e, residualmente 3% apenas na face esquerda e 3% na face direita do sujeito, sendo que apenas se verificaram microexpressões (100%), quando efectuada a investigação quanto à duração.

Gráfico 52. Dispersão relativa da duração das Au's de FD

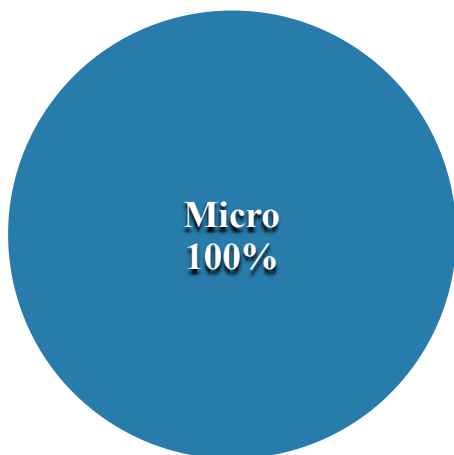
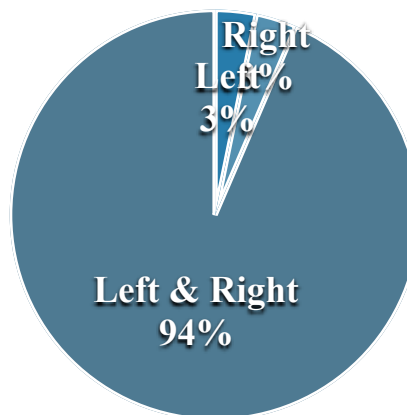


Gráfico 53. Dispersão da simetria das Au's de FD



Devido às características próprias do indivíduo, podem ser consideradas como variáveis moderadoras com influência, nos resultados obtidos e na sua análise, os seguintes: 1) as declarações/entrevista foram apenas prestadas após a leitura do acórdão do PrCP, 2) entrevistadores/jornalistas diferentes com formulações linguísticas diferentes, 3) as entrevistas foram prestadas sempre no interior e a captação das imagens não foi feita sempre da mesma forma, com planos e ângulos diferentes de entrevista para entrevista e, 4) o facto de ser médico inserido numa comunidade pequena e unida, e ter visto a sua opção sexual divulgada em pública, notoriamente criou constrangimentos e limitações na forma como regeu a sua exposição mediática.

4.5.2. Discussão de resultados

O presente estudo partiu da determinação de 3 hipóteses: 1) **H1**: Existem traços específicos na face da vivência e/ou experiência da culpa dos condenados no PrCP aquando confrontados com os factos provados em tribunal?, 2) **H2**: Existem traços específicos na face da vivência e/ou experiência da culpa das vítimas no PrCP aquando confrontados com os factos provados em tribunal?, 3) **H3**: Existem vestígios na face da vivência e/ou experiência da culpa transversais e universais, independentemente do género, cultura e idade?

Partindo dos resultados obtidos da análise do VM foi possível apurar que, a existir uma matriz facial da expressão da emoção culpa, a mesma poderá não ser transversal ao género, dado que os resultados indicam existirem diferenças significativas nas Au's observadas, na sua duração e intensidade, tanto na negação como na assunção, motivo pelo qual o elemento feminino da amostra do VM foi retirado nas análises comparativas seguintes. Estas diferenças revelaram-se em todos os resultados obtidos quer da fórmula FI, quer na dispersão da duração, na dispersão da FI e na dispersão da simetria na negação. O único resultado em que os resultados obtidos no total da amostra do VM foram semelhantes, verificaram-se na dispersão da simetria da assunção. Deste modo, segundo os resultados obtidos, verificamos que a H3 não foi corroborada pelos achados empíricos desta investigação. No entanto, releva salientar e reiterar que este estudo é qualitativo e a amostra não tem significado estatístico que permita extrapolar este achado, bem como a amostra em si era constituída apenas por indivíduos do género masculino. Pelo motivos expostos, sugere-se uma investigação posterior de cariz quantitativo, com uma amostra mais vasta e diversificada para confirmar as diferenças de género ou inferir semelhanças.

Após a compilação e respectiva análise dos dados recolhidos partir da amostra masculina do VM, procedeu-se à sua comparação com os dados obtidos a partir da amostra seleccionada de condenados e vítimas do PrCP. Neste momento da investigação, verificou-se que 2 (dois) indivíduos do total da amostra seleccionada do PrCP, tanto haviam negado como assumido a existência de abusos sexuais na instituição Casa Pia, em momentos distintos do processo e em circunstâncias diferentes (um como condenado e outro vítima). Um dos indivíduos era CS, condenado no âmbito do PrCP e um outro, vítima referenciada no processo, RO. Tal ocorrência, deverá ser considerada como uma variável parasita não contemplada no início desta investigação, dado que as hipóteses colocadas separavam a análise entre vítimas e condenados. Por este facto a H1 e H2 neste 2 casos em particular, foram sujeitos a uma análise comparativa muito mais aprofundada, logo muito mais profícua em resultados. De acordo com as tabelas infra, foi possível comparar estes 2 (dois) casos com amostra do VM, tanto na negação como

na assunção dos factos dos quais ora eram acusados de cometer ou vítimas, ou na negação que tais abusos tenham ocorrido em qualquer um dos casos.

Tabela 2: Análise comparativa global das Au's na Assunção entre VM, CS e RO

Identificação	FI	Diversidade	Duração			Simetria		
			Macro	Micro	Subtil	Left/Right	Left	Right
VM	1, 5, 7, 27, 31	11 Au's	-	100%	-	100%	-	-
CS	1, 15, 16, 25, 38, 56, 64	18 Au's	64%	36%	-	79%	11%	9%
RO	1, 4, 26, 12	19 Au's	34%	43%	24%	98%	1%	1%

No caso da assunção que existiram abusos sexuais das crianças institucionalizadas, verificou-se que a Au 1 foi exibida por todos os elementos da amostra em comparação, ainda que a amostra do PrCP tenha demonstrado maior diversidade, quase idêntica entre si (18 e 19 Au's identificadas) em comparação com a amostra do VM onde apenas 11 Au's foram identificadas. Quanto à duração, verificou-se em comum e de forma significativa a existência de microexpressões, sendo que as subtis apenas foi observada em RO ainda que em percentagem menor quando comparados. Por último, na simetria da assunção os resultados demonstram uma supremacia da exibição simétrica das Au's da EFE, sendo que residualmente na amostra da PrCP, também se verificaram manifestações apenas num dos lados da face.

Tabela 3: Análise comparativa global das Au's na Negação entre amostra masculina do VM, CS e RO

Identificação	FI	Diversidade	Duração			Simetria		
			Macro	Micro	Subtil	Left/Right	Left	Right
VM	1, 4, 7, 27, 56	15 Au's	13%	64%	22%	81,5%	13,5%	5%
CS	1, 15, 17, 38	26 Au's	78%	22%	-	60%	34%	-
RO	1, 2, 5, 25, 64	22 Au's	33%	57%	10%	96%	1%	5%

No caso da negação dos abusos sexuais das crianças, os dados obtidos demonstrou a presença da Au 1 em todos os elementos da amostra e, novamente, a amostra do PrCP demonstrou uma significativa maior diversidade, em comparação com a amostra do VM onde apenas 15 Au's foram identificadas. Quanto à duração, verificou-se em comum e de forma significativa a existência de microexpressões, salvo no caso de CS em que 78% das Au's identificadas foram macroexpressões. Quanto às expressões subtis na negação, de acordo com a produção empírica realizada por outros autores, foram observados resultados, ainda que pouco expressivos, tanto na amostra do VM como no caso da vítima RO, exceção feita a CS onde nenhuma expressão subtil com relevância para o tema em análise foi verificada. No que concerne à simetria da demonstração da negação, os resultados obtidos demonstram que a maioria foi simétrica, ainda que se tenha verificado em percentagens pouco significativas, demonstrações de toda a amostra no lado esquerdo, porquanto apenas VM e RO exibiram, residualmente, EFE no lado direito da face.

Tabela 4: Análise comparativa global das Au's na Assunção entre VM e Vítimas do PrCP: RO e FG

Identificação	FI	Diversidade	Duração			Simetria		
			Macro	Micro	Subtil	Left/Right	Left	Right
VM	1, 5, 7, 27, 31	11 Au's	-	100%	-	100%	-	-
RO	1, 4, 26, 12	19 Au's	34%	43%	24%	98%	1%	1%
FG	1, 2, 5, 12, 17, 25	20 Au's	33%	62%	6%	88%	19%	2%

Nos casos em que a amostra selecionada do PrCP assumiu a existência dos abusos sexuais e quando comparados com a amostra do VM, verificamos novamente a presença em todos da Au 1 e, novamente, foi verificada maior diversidade de Au's apuradas na amostra do PrCP ao invés das observadas no VM. Quanto à duração, maioritariamente foram obtidos resultados na microexpressão e a exibição foi sobretudo simétrica.

Na tabela 4 é possível verificar a presença de RO que, tal como CS, a determinado momento negou a existência de abusos sexuais de criança na CPL. Neste caso em particular, o padrão parece repetir-se, uma vez que a Au comum a todos é a 1, verificando-se maior diversidade de Au's na amostra do PrCP do que na amostra do VM. Quanto à duração ainda que a prevalência seja das microexpressões, as macroexpressões demonstram resultados que não devem ser desprezados em futuras investigações, não explorados no presente dada a sua natureza qualitativa. Por último, os resultados demonstraram, com uma prevalência significativa de EFE simétrica.

Tabela 5: Análise comparativa global das Au's na Negação entre VM e Vítimas do PrCP: RO e IM

Identificação	FI	Diversidade	Duração			Simetria		
			Macro	Micro	Subtil	Left/Right	Left	Right
VM	1, 4, 7, 27, 56	15 Au's	13%	64%	22%	81,5%	13,5%	5%
RO	1, 2, 5, 25, 64	22 Au's	33%	57%	10%	96%	1%	5%
IM	1, 2, 4, 17, 26, 38	33 Au's	68%	32%	-	93%	4%	3%

Por último, a análise dos dados obtidos por comparação entre o VM e amostra de condenados no âmbito do PrCP, salientam uma vez mais a presença em comum da Au 1. No caso da diversidade foi possível verificar que a diversidade era menor na amostra VM e em FD, enquanto que nos casos de CS e CC a diversidade aumenta exponencialmente. Neste quadro comparativo é possível verificar que quanto à duração sobressaem as microexpressões, salvo no caso particular de CS que apresenta 78% de efe como macroexpressões. A EFE simétrica revelou-se, novamente, predominante, ainda que os resultados obtidos da exibição da EFE apenas no lado esquerdo não sejam desprezíveis.

Tabela 6: Análise comparativa global das Au's na Negação entre VM e Condenados do PrCP: CS, CC e FD

Identificação	FI	Diversidade	Duração			Simetria		
			Macro	Micro	Subtil	Left/Right	Left	Right
VM	1, 4, 7, 27, 56	15 Au's	13%	64%	22%	81,5%	13,5%	5%
CS	1, 15, 17, 38	26 Au's	78%	22%	-	60%	34%	-
CC	1, 2, 4, 5, 10, 25	26 Au's	46%	43%	11%	93%	6%	1%
FD	1, 5, 10, 11, 25	16 Au's	-	100%	-	94%	3%	3%

Se analisarmos os dados absolutos da negação na LF, de acordo com a tabela 7, é possível afirmar que não se verificam Au's comuns a qualquer uma das amostras seleccionadas

Tabela 7: Frequência Total das Au's na Negação na LF entre VM Vs Amostra do PrCP

Au's Lower Face	VM	CS	CC	FD	IM	RO	Total
8							
9			9	1			
10			17	2	1	2	
11	3	5	15	2	10		
12	3	7	6		10	3	
13	2		1				
14							
15		13	1	1	13	3	
16	3	8	1	1	3		
17		16	7		28	4	
18							
19							
20						1	
21		2					
22		3	3	1	2		
23		2			3	2	
24		5	4		21	1	
28							
29							
30							
31	2	2			1		
32							
33							
34							
35							
36					2		
37		3	5				
38		14	9	1	39		
39							

Todavia o mesmo não se verifica negação na UF, de acordo com a tabela 8, sendo possível afirmar que as Au's 1, 2, 5 e 64 são comuns a qualquer uma das amostras selecionadas, com elevados índices de frequência.

Tabela 8: Frequência das Au's na Negação na UF entre VM Vs Amostra do PrCP

Au's Upper Face	VM	CS	RO	Total
1	3	11	17	31
2	1	7	2	10
4		5	7	
5	3	5	5	13
6		3	2	
7	2		2	
25		5	1	
26			13	
27	4			
43			1	
45				
46				
51				
52				
53				
54			6	
55			2	
56		14	5	
57				
58				
61				
62				
63				
64	1	11	10	22
65				
66				
71				

Quando apuramos os dados absolutos da assunção na LF, de acordo com a tabela 9, é possível verificar que apenas uma Au é comum em todas as amostras selecionadas, Au 17 referente ao levantamento do mento (queixo).

Tabela 9: Frequência Total das Au's na Assunção na LF entre VM Vs Amostra do PrCP

Au's Lower Face	VM	CS	RO	Total
8				
9				
10			2	
11		3		
12		4	3	
13		1		
14				
15	1	7		
16	1	8		
17	1	3	2	6
18				
19				
20				
21				
22			1	
23		5	2	
24			2	
28				
29				
30				
31	4	1		
32				
33				
34				
35				
36				
37				
38	2	9		
39				

Por último, de acordo com o demonstrado na tabela 10 desta análise qualitativa foram verificados na assunção na UP, a presença transversal e comum a todos os elementos da amostra do VM e do PrCP, das Au's 1, 2, 4, 5, 6 e 64.

Tabela 10: Frequência das Au's na Assunção na UF entre VM Vs Amostra do PrCP

Au's Upper Face	VM	CS	RO	Total
1	3	11	8	22
2	1	7	2	10
4	3	5	3	11
5	3	5	3	11
6	3	3	1	7
7	2		1	
25		8	1	
26			5	
27	4			
43			1	
45		1		
46				
51				
52				
53				
54			2	
55			2	
56		14	3	
57				
58				
61				
62				
63				
64	1	11	4	16
65				
66				
71				

CONCLUSÃO

O presente estudo propôs a análise do PrCP através da EFE em alguns dos intervenientes do processo, nomeadamente vítimas e condenados, tentando estabelecer uma ponte com o explanado na letra da lei do direito penal português. O estudo assentou em 3 hipóteses que visavam apurar a existência de traços ou vestígios de culpa na face da amostra seleccionada. Ora, após uma revisão da literatura sobre a epistemologia de culpa, da emoção e da EFE, verificou-se que, pese embora no âmbito jurídico-penal, a noção de culpa se encontre prontamente definida e clara, o mesmo não acontece de forma tão escorreita com o conceito epistemológico de culpa na perspectiva biopsicossocial.

Na perspectiva jurídico-penal, a culpa representa a pedra basilar do *Princípio da culpa*, princípio esse que analisa e apura a censurabilidade das acções e dos agentes, independentemente da acção ser dolosa ou apenas, negligente. A sua análise versa sobre as diferentes dimensões do indivíduo e das suas acções, com o objectivo funcional de utilizar o conceito de culpa como forma de o avaliar tanto interna como externamente e de acordo com o seu quadro axiológico e valorativo. Sobre o conceito de culpa, Dias (2007) reflecte sobre a necessidade desta ser apurada o mais refinadamente possível, para que a aplicação da sanção, a existir, seja devidamente fundamentada, por forma a manter o bem estar social, garantido respeito pela dignidade humana, e mantendo dentro dos parâmetros normais a actuação das instituições e agentes representativos do Estado na manutenção da paz pública.

As ciências sociais não balizaram as fronteiras do conceito de culpa. Ao nível da emoção associada à culpa muitos foram os estudos realizados e que serviram de fundamentação para o presente. Esta produção empírica demonstrou que é commumente aceite pela comunidade científica que a culpa se encontra intrincada a um desconforto emocional que poderá resultar de um somatório de diferentes variáveis inerentes à vivência individual, às suas crenças e *sítio* social onde está inserido o sujeito. Darwin enquadrava a culpa no grupo de emoções onde encontraríamos a vergonha e o embaraço, classificando-a como uma emoção discreta, enquanto que para outros autores como Baumeister e colegas a culpa constitui, *per se*, uma auto-emoção consciente que ocorre a um nível puramente interpessoal. Para Kubany e Watson a culpa tem um modelo multidimensional, no qual se consideram variáveis sociais e situacionais que interferem na forma como o indivíduo vivência a culpa.

No que concerne à noção e definição de emoção, as mesmas suscitam ainda hoje um aceso debate entre as diferentes correntes e teorias científicas. Não obstante, todas concordam no princípio que a emoção desempenha um papel fundamental no desenvolvimento neurológico, comportamental, social e psicológico dos indivíduos. Em suma, como afirmam Freitas-Magalhães, Damásio, Ekman, entre outros, as emoções são consideradas como fundamentais ao desenvolvimento humano, definindo no futuro a forma como o mesmo se organiza e se regula. Outrossim, releva para o estudo das emoções a própria manifestação facial das mesma, como já reconheceram Darwin e Duchenne em séculos anteriores. A EFE, designadamente o estabelecimento das 7 (sete) emoções básicas transversais e comuns a qualquer indivíduo e, ainda que actualmente confirmada e aceite pela comunidade científica, analisa de forma diferente a sua natureza socorrendo-se para o efeito de diferentes teorias por exemplo, as primitivas filosóficas, naturalistas ou as sócio-construtivistas. Não só a génese da EFE é âmbito de análise, também a forma como esta é identificada, percebida e reconhecida pelos demais, está sujeita à influência de um conjunto de variáveis como sejam o contexto social, cultural, género e idade.

No caso mais específico da expressão facial da emoção da culpa, os estudos dividem-se em duas grandes vertentes. A vertente que considera que a culpa dificilmente será identificada na face, uma vez que a mesma é vivida ao nível interpessoal, e a vertente que defende que a culpa poderá manifestar-se na face quando o indivíduo que a vivencia se encontra em isolamento ou num momento de introspecção pessoal. Porém, ambas concordam que a culpa não poderá ser dissociada de contextos e variáveis moderadoras de diversa ordem. Em 1998, Tangney afirmava que existia ainda um campo de estudo por desbravar sobre o conceito de culpa, pelo que se impunha o desenvolvimento de técnicas de mensuração.

À guisa e de acordo com a revisão da literatura, a investigação sobre a EFE e a culpa deverá ter em consideração 3 (três) aspectos fundamentais: 1) enquanto emoção auto-consciente, a sua investigação não pode descurar o enquadramento social e o contexto de múltiplas variáveis moderadoras, 2) enquanto conceito multidimensional, nenhuma das suas dimensões poderá ser ignorada e, em 3) o carácter interpessoal da culpa pode influenciar a exibição a expressão de emoção na face humana.

No seguimento dos dados observados e demonstrados foi possível concluir, segundo a metodologia qualitativa aplicada, que : 1) tanto na assunção como na negação a amostra seleccionada do VM e do PrCP se verificou a presença da Au 1 (*inner brow raise*), 2) a amostra seleccionada no VM demonstrou uma menor diversidade de Au's exibidas em todas as comparações com a amostra do PrCP, 3) a amostra seleccionada do PrCP, independentemente de vítimas ou condenados, demonstra maior diversidade das Au's e, em ambos os momentos, 4) a amostra do PrCP obteve resultados superiores na fórmula FI. Quanto à duração na assunção, verificou-se que a amostra do VM e do PrCP exibiu, preferencialmente, microexpressões, mas, comparativamente, na negação, os dados de exibição de microexpressões foram substancialmente superiores. O mesmo acontece com a simetria da demonstração da EFE: identificaram-se valores elevados quanto à exibição simétrica em ambos os lados da face na assunção, mas os valores registados na negação foram substancialmente maiores.

Pese embora os dados demonstrados tenham sido obtidos de acordo com as regras metodológicas adequadas à investigação qualitativa, compete ao próprio estudo e ao seu autor salientar eventuais variáveis parasitas e/ou moderadoras que deverão ser tidas em consideração em investigação futura sobre a temática. A saber: 1) a diversidade de Au's poderá ser uma consequência directa do consumo de estupefacientes, sobretudo nos casos de RO e IM (Ekman, 2009; Freitas-Magalhães & Castro, 2009c; Freitas-Magalhães & Castro, 2009c) , de acordo com o relato dos próprios, 2) ausência de ambiente controlado e uniformizado na captação das imagens (Ekman, 2009; Freitas-Magalhães, 2009c; Freitas-Magalhães et al., 2010a; Freitas-Magalhães, 2011d; Freitas-Magalhães, 2012b; Freitas-Magalhães, 2012c; Freitas-Magalhães, 2013c; Gundjonsson, 2003), 3) impossibilidade de estabelecer previamente de forma mais estruturada e metodológica uma *baseline* comportamental de todos os indivíduos da amostra do PrCP, por forma a despistar a influência de possíveis variáveis parasitas e /ou moderadoras (e.g., o à-vontade em frente a câmaras de televisão, conhecimento prévio das questões logísticas associadas à prática dos agentes dos OPC e/ou procedimentos do direito penal, tiques faciais, paralisias faciais) (Ekman, 2009; Freitas-Magalhães, 2009c; Freitas-Magalhães et al., 2010a; Freitas-Magalhães, 2011d; Freitas-Magalhães, 2012a; Freitas-Magalhães, 2012b; Freitas-Magalhães, 2012c; Freitas-Magalhães, 2013c; Gonçalves & Dias, 2011; Gundjonsson, 2003) e 4) a comparação entre a amostra VM e a amostra seleccionada do PrCP deverá ser alvo de um estudo quantitativo que abranja um maior número de pessoas de diferentes géneros, etnias, contextos sócio-culturais e crenças sócio-religiosas, por forma a possibilitar a replicação dos resultados obtidos, uma vez que apenas foram comparados indivíduos do género masculino, oriundos dos EUA e de Portugal, o que representa uma limitação ao estudo em causa, pese embora este incida sobre um estudo de caso muito específico, como é o caso do PrCP.

Assim, e em resposta à questão “*terá a culpa uma expressão facial única e distintiva de todas as outras?*” Perante os resultado obtidos sustenta-se a evidência de uma matriz específica de Au's (1+2+5+64) apenas exibida na UF, associada à manifestação na face de culpa, independentemente das circunstâncias (negação ou assunção) que a provocam.

Ainda que, considerando as condições e limitações decorrentes deste tipo de investigação inédita e pioneira, ao longo do estudo apresentadas e explanadas, crê-se que a presente investigação, pelas suas características, poderá significar o início de um longo processo de análise e novos estudos sobre a culpa, usando sempre do sentido crítico científico inerente a qualquer produção de saber empírico. Por fim, este estudo veio demonstrar a importância, relevância e pertinência em se estabelecer pontes de comunicação e investigação com os agentes judiciais e as suas instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aires, L.(2011). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.

Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J., Maroy, C., Ruquoy, D. & Saint-Georges, P. (2005, 2ª Ed.). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Alberto, I.(2006). Abuso sexual de crianças: o psicólogo na encruzilhada da ciência com a justiça. In A.C Fonseca, M.R. Simões & M.S. Pinho (Eds.), *Psicologia da justiça*, (pp. 437-470). Coimbra: Almedina.

Almeida, L.(2010). *Introdução à neurociência - arquitetura, função, interações e doença do sistema nervoso*. Lisboa: Climepsi Editores.

Alves, S. (2007). *Filhos da madrugada. Percursos adolescentes em lares de infância e juventude*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Alves, C. & Sullivan, G.(2013). Facial expression of emotion: Interaction processes, emotion regulation and communication. In A. Freitas-Magalhães, Carla Bluhm & Mark Davis (Eds.), *Handbook on facial expression of emotion* (pp.20-66), Porto, Portugal: FEELab Science Books.

Ariès, P.(1986). *História social da infância e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara.

Asla, N., Paúl, J. & Pérez-Albéniz, A.(2011). Emotion recognition in fathers and mothers at high risk for child physical abuse. *Child Abuse & Neglect*, 35, 712-721.

Batista, J. & Freitas-Magalhães, A. (2009). The neuropsychophysiological construction of human smile. In A. Freitas-Magalhães (Ed.), *Emotional expression: The brain and the face*, (pp. 25-56). Porto:Edições Universidade Fernando Pessoa.

Barrett, L. (2006). Solving the emotion paradox: Categorization and the experience of emotion. *Personality and Social Psychology Review*, 10, 20-46.

Barrett, L., Lindquist, K., Bliss-Moreau, E., Duncan, S., Gendron, M., Mize, J., et al. (2007). Of mice and men: Natural kinds of emotions in the mammalian brain? A response to Panksepp and Izard. *Perspectives on Psychological Science*, 2, 297-297.

Baumeister, R., Stillwell, A. & Heatherton, T. (1994). Guilt: An interpersonal approach. *Psychological Bulletin*, 2, 243-267.

Besche-Richard, C. & Bungener, C. (2008). *Psicopatologias, emoções e neurociências*. Lisboa: Climepsi Editores.

Blackburn, R. (2006). Relações entre psicologia e direito. In A.C Fonseca, M.R. Simões & M.S. Pinho (Eds.), *Psicologia forense* (pp.25-50).Coimbra: Almedina.

Bluhm, C. & Clendenim, N. (2009). *Someone else's face in the mirror: Identity and the new science of face transplants*. New York: Praeger Publishers.

Brandão, M. (2002). *Psicofisiologia - as bases fisiológicas do comportamento*. São Paulo: Editora Atheneu.

Borod, J. (1992). Interhemispheric and intra- hemispheric control of emotion: A focus on unilateral brain damage. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 3, 339-348.

Borod, J. (1993). Emotion and the brain-anatomy and theory: An introduction to the special section. *Neuropsychology*, 7, 427-432.

Borod, J., Koff, E., Lorch, M. & Nicholas, M. (1986). The expression and perception of facial emotions in brain-damage patients. *Neuropsychology*, 24, 345-348.

Borod, J., Yecker, S., Moreno, C., Sliwinski, M., Foldi, N., Alpert, M. & Welkowitz, J. (2004). Changes in posed facial expression of emotion across the adult life span. *Experimental Aging Research*, 30, 305-331.

Bybee, J.(1998). Preface. In Jane Bybee (Ed.), *Guilt and children* (pp. xiii- xxii). San Francisco: Academic Press.

Casa Pia de Lisboa, (2010). *Linhas orientadoras para actuação em casos de indícios de abuso sexual de crianças e jovens*. Lisboa: Casa Pia de Lisboa.

Cainé, L. & Pinheiro, M.F. (2008). Agressões sexuais. In M.F. Pinheiro (Org.) *CSI Criminal*, (pp. 39-57). Porto: Edições Fernando Pessoa.

Campos, A. (2002). *Poesia*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Cannon, W. (1927). The James-Lange theory of emotions: A critical examination and an alternative theory. *The American Journal of Psychology*, 39,106-124.

Carmo, R. (2010). A justiça e o abuso de crianças e jovens. Um caminho em constante construção. In T. Magalhães (Ed.) *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*, (pp.189-204). Lisboa: Lidel, Lda.

Carstensen, L. (1992). Social and emotional patterns in adulthood: Support for socioemotional selectivity theory. *Psychology and aging*, 7, 331-338.

Carstensen, L., Turan, B., Scheibe, S., Ram, N., Ersner-Hershfield, H., Samanez-Larkin, G., Brooks, K., & Nesselroade, J. R. (2011). Emotional experience improves with age: Evidence based on over 10 years of experience sampling. *Psychology and Aging*, 26, 21-33.

Casey, H.; Rogers, R., Burns, T. & Yiend, J. (2012). Emotion regulation in psychopathy. *Biological Psychology*. Visto a 03/2014 em <http://dx.doi.org/10.1016/j.biopsycho.2012.06.11>

Coelho-Moreira, A. & Savage, K. (2013). Moderating physiological variables: Age and gender. In A. Freitas-Magalhães, Carla Bluhm & Mark Davis (Eds), *Handbook on facial expression of emotion*, (pp.20-66). Porto: FEELab Science Books.

Correia, E. (1971). *Direito criminal II*. Coimbra: Almedina.

Cordeiro, J. (2008, 2ª ed). *Psiquiatria forense*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.

Correia, E. (1983). *A teoria do concurso em direito criminal: unidade e pluralidade de infracções: caso julgado e poderes de cognição do juiz*. Coimbra: Almedina.

Costa, D., Taborda, M. & Magalhães, T. (2010). Da suspeita ou detecção à sinalização do abuso. In T. Magalhães (Ed.) *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico, Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*, (pp.139-146). Lisboa: Lidel, Lda.

Crossman, A. & Neary, D. (2005, 3ª ed.). *Neuroanatomia ilustrada*, São Paulo: Elsevier.

Cruz, C. (2012). *Inocente para além de qualquer dúvida*. Portela: Edições Vogais.

Damásio, A. (1999a, 6ª ed.). *O sentimento de si. O corpo, a emoção e a neurobiologia da consciência*. Mem Martins: Europa-América.

Damásio, A. (1999b). *The feeling of what happens. Body an emotion in the making of consciousness*. New York: Harcourt Brace & Company.

Damásio, A. (2003). *Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos*. Lisboa: Companhia das Letras.

Damásio, A. (2009, 29ª ed.). *O erro de Descartes- Emoção, razão e cérebro humano*. Mem-Martins: Europa-América.

Davidson, R. (2000). Affective style, psychopathology and resilience brain mechanisms and plasticity. *American Psychologist*, *11*, 1196-1212.

- Davidson, R., Jackson, D. & Kalin, N. (2000). Emotion, plasticity, context and regulation: perspectives from affective neuroscience. *Psychological Bulletin*, 6, 890-909.
- Davidson, R., Shackman, A. & Maxwell, J. (2004). Asymmetries in face and brain related to emotion. *Trends in Cognitive Sciences*, 9, 389-391
- Davis, M. (2013). The classical theories of emotion and new modern approaches. In A. Freitas-Magalhães, Carla Bluhm & Mark Davis (Eds), *Handbook on facial expression of emotion*, (pp.67-94). Porto: FEELab Science Books.
- Davis, M. & Murray, S. (2011). Facial reactions to social threat. In A. Freitas-Magalhães (Ed.) *Emotional expression: The brain and the face*, (pp.173-194). Porto: University Fernando Pessoa Press.
- Dias, I. (2010). Factores de risco de abuso. In T. Magalhães (Ed.), *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*, (pp.31-36), Lisboa: Lidel, Lda.
- Dias, I., Ribeiro, C. & Magalhães, T. (2010). A construção social do abuso na infância. In T. Magalhães (Ed.), *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*, (pp. 7-19). Lisboa: Lidel, Lda.
- Dias, J. (1990). Sobre a inimputabilidade jurídico-penal em razão de anomalia psíquica: a caminho de um novo paradigma?. In *Estudios Penales y Criminológicos* (pp.128-151). Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións da Universidade de Santiago de Compostela.
- Dias, J. (2007, 2ª Ed). *Direito penal - Questões fundamentais. A doutrina geral do crime -Tomo I*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Dimberg, U., Thunberg, M. & Elmehed, K. (2000). Unconscious facial reactions to emotional facial expressions. *Psychological Science*, 1, 86-89.

Dost, A. & Yagmurlu, B. (2008). Are constructiveness and destructiveness essential features of guilt and shame feelings respectively? *Journal for the Theory of Social Behaviour*, 2, 109- 129.

DSM-IV-TR (2004, 4th ed.). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders - Text revision*. Washington: American Psychiatric Association.

Duchenne, G. (1990). *The mechanism of human facial expression*. New York: Cambridge University Press.

Ebner, N., Johnson M. & Fischer H (2012). Neural mechanisms of reading facial emotions in young and older adults. *Frontiers of Emotion Science*, 3, 3-223.

Eisenberg, N. & Spinrad, T. L. (2004). Emotion-related regulation: sharpening the definition. *Child Development*, 2, 334-339.

Ekman, P. (1992). Facial expression and emotion. *American Psychologist*, 48, 384-392.

Ekman, P. (2003). *Emotions revealed. Understanding faces and feelings*. London: Phoenix.

Ekman, P. (2004). Basic emotions. In T. Dalgleish & M. Power (Eds), *Handbook of cognition and emotion* (pp. 45-60). Chichester: John Wiley and Sons Co.

Ekman, P. (2009). *Telling lies. Clues to deceit in the marketplace, politics, and marriage*. New York: Norton.

Ekman, P., Friesen, W., & Hager, J. (2002, 2nd ed.). *Facial Action Coding System*. Salt Lake City: Research Nexus eBook.

Fernández-Dols, J. & Carroll, J. (1997, 2nd ed.). Is the meaning perceived in facial expression independent of its context?. In J. Russell and J. Fernández-Dols (Eds.) *The Psychology of facial expression* (pp.275-294). United Kingdom: Cambridge University Press.

Ferguson, T. & Stegge, H. (1998). Measuring guilt in children: A rose by any other name still has thorns. In Jane Bybee (Ed.), *Guilt and children* (pp.19-67). California: Academic Press.

Finkelhor, D. & Browne, A. (1986). Impact of child abuse: a review of the research. *Psychological Bulletin*, 99, 66-77.

Fiori, N. (2006). *As neurociências cognitivas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Freitas-Magalhães, A. (2007). *A Psicologia das emoções: O fascínio do rosto humano*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Freitas-Magalhães, A. (2009a). *The effect of eye movements in the detection of lies. Empirical study with Portuguese*. Paper presented at the American Psychological Association (APA) 117th Annual Convention, Toronto, Ontario, Canada.

Freitas-Magalhães, A. (2009b, 2ª ed.). *A Psicologia do sorriso humano*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Freitas-Magalhães, A. (2009c). *The effect of smile in the detection of lies. Empirical study with Portuguese*. Paper presented at the 11th European Congress of Psychology (ECP), Oslo, Norway.

Freitas-Magalhães, A. (2010a). Always emotional. In A. Freitas-Magalhães (Ed.) *Emotional expression: The brain and the face*,(pp. xiii-xvi). Porto :Edições Universidade Fernando Pessoa.

Freitas-Magalhães,A. (2011a). *O código de Ekman - O cérebro, a face e a emoção*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Freitas-Magalhães, A. (2011b). Face to face and emotion as a compass. In A. Freitas-Magalhães (Ed.) *Emotional expression: The brain and the face*,(pp.vii-xiii). Porto :Edições Universidade Fernando Pessoa.

Freitas-Magalhães, A.(2011c). *Emotion: From the brain to the face and back*. In A.Freitas-Magalhães (Ed.), In A.Freitas-Magalhães (Ed.), *Emotional expression: The brain and the face*, (pp. 1-40). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Freitas-Magalhães, A. (2011d). *Métodos e técnicas de análise e de avaliação da expressão facial da emoção: proposta para adoção no sistema judiciário português*. Porto: FEELab Science Books

Freitas-Magalhães, A.(2012a). *Facial expression of emotion*. In V.S. Ramachandran (Ed.), *Encyclopedia of human behavior* (pp.173-183). Oxford: Elsevier.

Freitas-Magalhães, A. (2012b). *A importância das expressões faciais na investigação criminal*. Conferência apresentada na Semana de Mestrado em Psicologia Jurídica e da Criminologia da Universidade Fernando Pessoa. Porto: Portugal.

Freitas-Magalhães, A. (2012c). *Pode ver-se um criminoso pela expressão facial?* Conferência apresentada nas Tertúlias do Semanário Grande Porto. Porto:Portugal.

Freitas-Magalhães, A. (2013a). *A face humana: paradigmas e implicações*. Porto: FEELab Science Books.

Freitas-Magalhães, A. (2013b). *Por que me mentes? Ensaio sobre a face da mentira*. Porto: FEELab Science Books.

Freitas-Magalhães, A. (2013c). *Facial expression of emotion: From theory to application*. Porto: FEELab Science Books.

Freitas-Magalhães, A. (2013d). The science of reading human face: History, theory, research and assessment. In A. Freitas-Magalhães, Carla Bluhm & Mark Davis (Eds), *Handbook on facial expression of emotion*, (pp.20-66). Porto: FEELab Science Books.

Freitas-Magalhães, A. & Castro, E. (2009a). The neuropsychophysiology construction of the human smile. In A. Freitas-Magalhães (Ed.) *Emotional expression: The brain and the face* (pp.3-24). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Freitas-Magalhães, A. & Castro, E. (2009b). Facial expression: The recognition of basic emotions in heroin addicts. Empirical study with Portuguese subjects. In A. Freitas-Magalhães (Ed.) *Emotional expression: The brain and the face* (pp.159-168). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Freitas-Magalhães, A. & Castro, E. (2009c). Facial expression: The recognition of basic emotions in cocaine addicts. Empirical study with Portuguese subjects. In A. Freitas-Magalhães (Ed.) *Emotional Expression: The brain and the face* (pp.251-258). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Freitas-Magalhães, A. & Castro, E. (2010). The reciprocation of the smile in social interaction. In A. Freitas-Magalhães (Ed.) *Emotional Expression: The brain and the face* (pp.135-146). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Freitas-Magalhães, A., Batista, J., & Santos, C. (2010). *The psychology of testimony. Empirical study on the interrogation techniques by the Portuguese inspectors of Judiciary Police*. Paper presented at the 2010 Annual APA Convention, San Diego, California, USA.

Fridlund, A.(1997, 2nd ed.). The new ethology of human expressions. In J. Russell and J. Fernández-Dols (Eds.), *The Psychology of facial expression* (pp.103-130). United Kingdom: Cambridge University Press.

Fridlund, A., Ekman, P, & Oster, H. (1987). Facial expressions of emotion. In A. Siegman & S. Feldstein (Eds.), *Nonverbal behavior and communication* (pp.143-224). Hillsdale: Erlbaum.

Frijda, N. (1998). The laws of emotion. In Jennifer M. Jenkins, Keith Oatley & Nancy Stein (Eds), *Human emotions: A reader*, (pp.271-287). Malden: Blackwell Publishers.

Furniss, T. (1991). The multi-professional handbook of child sexual abuse: integrated management, therapy, and legal intervention. London: Routledge. Visto a 11/2014 em [http://www.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=laG2aFnxAhMC&oi=fnd&pg=PR2&dq=Furniss,+T.+\(1991\).+The+multi-professional+handbook+of+child+sexual+abuse:+integrated+management,+therapy,+and+legal+intervention.+London:+Routledge.&ots=4a1Tq6NAjh&sig=IUZX8vpG9l2eqaeIGHWt5OmNdCQ&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false](http://www.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=laG2aFnxAhMC&oi=fnd&pg=PR2&dq=Furniss,+T.+(1991).+The+multi-professional+handbook+of+child+sexual+abuse:+integrated+management,+therapy,+and+legal+intervention.+London:+Routledge.&ots=4a1Tq6NAjh&sig=IUZX8vpG9l2eqaeIGHWt5OmNdCQ&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)

Giddens (2008, 7ª ed.). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, R. & Dias, A. (2011). Avaliação psicológica de agressores sexuais. In C. Machado, M. Matos & R.Gonçalves (Eds.) *Manual de psicologia forense: contextos, práticas e desafios*,(pp.247-270). Braga: Psiquilíbrios Edições.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Estoril: Principia Editora.

Gudjonsson, G. (2003). *The psychology of interrogations and confessions*. Chichester: Wiley.

Gunning-Dixon, F, Gur, R., Perkins, A., Schroeder, L., Turner, T., Turetsky, B., Chan, R., Loughhead, J., Alsop, D., Maldjian, J. & Gur, R.(2003). Age-related differences in brain activation during emotional face processing. *Neurobiol Aging*, 24, 285–295.

Habib, M. (2003). *Bases neurológicas dos comportamentos*. Lisboa: Climepsi Editores.

Hartman, C. & Burgess, A. (1989). Sexual abuse of children: Causes and consequences. In Cicchetti, D. & Carlson, V. (Eds.), *Child maltreatment: Theory and research on the causes and consequences of child abuse and neglect*,(pp. 95-128). Cambridge: University Press.

Hess, U., Banse, R., & Kappas, A. (1995). The intensity of facial expression is determined by underlying affective state and social situation. *Journal of personality and social psychology*, 69, 280-288.

Hess, U., Adams, R., Simard, A., Stevenson, M. & Kleck, R. (2012). Smiling and sad wrinkles: Age-related changes in the face and the perception of emotions and intentions. *Journal of experimental social psychology*, 48, 1377-1380.

Holodynski, M. (2004). The miniturization of expression in the development of emotional self-regulation. *Developmental Psychology*, 40, 16-28.

Inbau, F., Reid, J., Buckley, J., & Jayne, B. (2001, 4ª Ed.). *Criminal interrogation and confessions*. Gaithersburg: Aspen Publishers.

Izard, C. (1977). *Human emotions*. New York: Plenum Press.

Izard, C. (2007). Basic emotions, natural kinds, emotional schemas, and a new paradigm. *Perspectives on Psychological Science*, 2, 260-280.

James, W. (1884). What's an emotion? *Mind*, 9, 188-205.

Jardim, P. & Magalhães, T. (2010). Indicadores físicos e biológicos de abuso sexual. In T. Magalhães (Ed.) *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*, (pp. 109-118), Lisboa: Lidel, Lda.

Kafka, F. (1989, 2ª ed.). *O processo*. Lisboa: Publicações Europa-América.

Keltner, D. & Buswell, B. N. (1996). Evidence for the distinctness of embarrassment, shame, and guilt: A study of recalled antecedents and facial expressions of emotion. *Cognition and Emotion*, 10, 115-171.

Kempe, C., Denver, F., Silverman, N. et al. (1985). The battered child syndrome. *Child Abuse and Neglect*, 9, 143-154.

Kendall-Tackett, K., Williams, L. & Finkelhor, D. (2001). Impact of sexual abuse on children: A review and synthesis of recent empirical studies. In Bull, R. (Ed.) *Children and law: The essential readings* (pp. 29-76). Malden: Blackwell.

King, P. (2012). Emotions. In B. Davies & E. Stump (Eds.) *The oxford handbook of Aquinas* (pp. 209-226). New York: Oxford University Press.

Khosla, M. (2010). Understanding emotions from an Indian perspective: implications for wellbeing. In A. Freitas-Magalhães (Ed.) *Emotional expression: The brain and the face* (pp.259-284). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Kubany E. & Watson, S. (2003). Guilt: Elaboration of a multidimensional model. *The Psychological Record*, 53, 51-90.

Lange, C. (1912). The mechanism of the emotions. In B.Rand (Ed.) *The classical psychologists*, (pp. 672-684). Boston: Houghton Mifflin.

Lazarus, R. (1993). From psychological stress to the emotions: A history of changing outlooks. *Annual Rev. of Psychology*, 44, 1-21.

LeDoux, J. (1995). Emotion: Clues from the brain. *Annual Rev. of Psychology*, 46, 209-235.

Leigland, L., Schulz, L. & Janowsky, J. (2004). Age related changes in emotional memory. *Neurobiol Aging*, 5, 1117-1124.

Lessard-Hérbert, M., Goyette, G. & Boutin, G. (2008, 4^a ed.). *Investigação qualitativa. Fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Levenson, R. W., Ekman, P., & Friesen, W. V. (1990). Voluntary facial action generates emotion-specific autonomic nervous system activity. *Psychophysiology*, 4, 363-384.

Machado, C., Caridade, S. & Antunes, C. (2011). Avaliação psicológica de vítimas de abuso sexual. In C. Machado, M. Matos, R.Gonçalves (Eds.) *Manual de psicologia forense: Contextos, práticas e desafios*, (pp. 91-122). Braga: Psiquilíbrios Edições.

Machado, C. & Gonçalves, R.A. (2011). Avaliação psicológica forense: Características, problemas técnicos e questões éticas. In C. Machado, M. Matos, R.Gonçalves (Eds.) *Manual de psicologia forense: contextos, práticas e desafios*, (pp. 15-30). Braga: Psiquilíbrios Edições.

Martins,C. (2010). A Casa Pia de Lisboa como instituição total e o governo do aluno surdo. *Educação, Sociedade & Culturas*, 30, 95-11.

Martins, S., Machado, C. & Neves, S. (2011). Avaliação psicológica das vítimas de violência sexual. In C. Machado, M. Matos & R.Gonçalves (Eds.) *Manual de psicologia forense: contextos, práticas e desafios*, (pp. 203-222). Braga: Psiquilíbrios Edições.

Marques, J. & Montoya, D. (2013). Microexpressions and macroexpressions: Experimenting with METT. In A. Freitas-Magalhães, Carla Bluhm & Mark Davis (Eds), *Handbook on facial expression of emotion*, (pp.20-66). Porto: FEELab Science Books.

Malatesta, C., Izard, C., Culver, C., & Nicolich, M. (1987). Emotion communication skills in young, middle-aged, and older women. *Psychology and Aging*, 2, 193-203.

Magai, C., Consendine, N., Krivoshekova, Y., Kudadjie-Gyamfi, E. & McPherson, R. (2006). Emotion experience and expression across the adult life span: insights from a multimodal assessment study. *Psychology and Aging*, 21, 303-317.

Magalhães, T. (2005, 4ª Ed). *Maus tratos em crianças e jovens. Guia prático para profissionais*. Coimbra: Quarteto.

Magalhães, T. (2010). Introdução. In T. Magalhães (Ed.) *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*, (pp.1-4). Lisboa: Lidel, Lda.

- Magalhães, T., Ribeiro, C., Jardim, P., Peixoto, C., Dinis, Abreu, R., Pinheiro, M. & Guerra, C. (2010). Da investigação inicial ao diagnóstico de abuso. In T. Magalhães (Ed.) *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*, (pp.147-187). Lisboa: Lidel, Lda
- Meissner, C. & Kassin, S.(2002). “He’s Guilty!”: Investigator bias in judgments of truth and deception. *Law and Human Behaviour*, 5, 469-480.
- Montoya, D. (2013). Introducing microexpressions: From the lab to clinical applications. In A. Freitas-Magalhães, Carla Bluhm & Mark Davis (Eds.), *Handbook on facial expression of emotion*, (pp.20-66). Porto: FEELab Science Books.
- Morris, J., Friston, K., Buchel, C., Frith, C., Young, A., Calder, A. et al. (1998). A neuromodulatory role for the human amygdala in processing emotional facial expression. *Brain*, 121, 47-57.
- Murphy, N. & Isaacowitz, D. (2008). Preferences for emotional information in older and younger adults: meta-analysis of memory and attention tasks. *Psychology Aging*, 23, 263-286.
- Nikittin, J. & Freund, A. (2010). A motivational perspective on reactions to emotional faces. In A. Freitas-Magalhães(Ed.), *Emotional expression: The brain and the face* (pp. 85-110). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Niedenthal, P., Mermilod, M., Maringer, M. & Hess, U.(2010). The simulation of smiles (SIMS) model: Embodied simulation and the meaning of facial expression. *Behavioral and Brain Sciences*, 33, 417-480.
- Oatley, K. & Jenkins, J. M. (1996). *Understanding emotions*. Cambridge: Blackwell Publishers.
- Paine, M., & Hansen, D. (2002). Factors influencing children to self-disclose sexual abuse. *Clinical Psychology Review*, 22, 271-295.

Parkinson, B.(2005). Do facial movements express emotions or communicate motives? *Personality and Social Psychology Review*, 9, 278-311.

Panksepp, J. (2007). Neurologizing the psychology of affects: How appraisal- based constructivism and basic emotion theory can coexist. *Perspectives on Psychological Science*, 2, 281–296.

Phan, K., Wager, t., Taylor, S. & Liberzon, I. (2002). Functional neuroanatomy of emotion: a meta-analysis of emotion activation studies in PET and fMRI. *Neuroimage*, 12, 331-348.

Peixoto, C. & Ribeiro, C. (2010). Indicadores psicológicos do abuso. In T. Magalhães (Ed.) *Abuso de crianças e jovens. Da suspeita ao diagnóstico*, (pp.39-50). Lisboa: Lidel, Lda.

Poirier, J., Clapier-Valladon, S. & Raybaut P. (1999). *História de vida: teoria e prática*. Lisboa: Celta.

Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (1998, 2ª ed.). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Reisenzein, R. (1983). The Schachter theory of emotion: Two decades later. *Psychological Bulletin*, 94, 239-264.

Roxin, C. (1998, 3ª ed.). *Problemas fundamentais de direito penal*. Lisboa: Vega.

Roxin, C. (2002). *Política criminal e sistema jurídico-penal*. Rio de Janeiro: Renovar.

Russell, J.(1994). Is there universal recognition of emotion from facial expression? A review of the cross-cultural studies. *Psychological Bulletin*, 115, 102-141.

Russell, J. (1997, 2nd ed.). Reading emotions from into faces: Resurrecting a dimensional-contextual perspective. In J. Russell and J. Fernández-Dols (Eds), *The*

Psychology of facial expression (pp.295-320). United Kingdom: Cambridge University Press.

Russell, J. (2003). Core affect and the psychological construction of emotion. *Psychological Review*, 110, 145-172.

Russell, J. & Fernández-Dols, J. (1997, 2nd ed.). What does a facial expression mean?. In J. Russell and J. Fernández-Dols (Eds), *The psychology of facial expression* (pp. 275-294). United Kingdom: Cambridge University Press.

Russell, J. & Barrett, L. (1999). Core affect, prototypical emotional episodes, and other things called *emotion*: Dissecting the elephant. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76, 805-819.

Saarni, C., Mumme, D. & Campos, J.(1998, 5th ed.). Emotional development: action, communication and understanding. In W. Damon & N. Eisenberg (Eds.) *Handbook of child psychology. Social, emotional and personality development*. (pp. 237-309). New York: Wiley.

Saramago, J. (1995). *Ensaio sobre a cegueira*. Lisboa: Caminho.

Savage, K., Borod, J. & Raming, L. (2010). Side bias: cerebral hemispheric asymmetry in social cognition and emotion perception. In R. Adams, N. Ambady, K. Nayayama & S. Shimojo (Eds.), *The science of social vision* (pp.393-408). New York: Oxford University Press.

Silvia, P. & Eddington, K. (2012). Self and Emotions. In Mark R. Leary & June Price Tangney (Eds.), *Handbook of self and Identity* (pp. 446-445). New York: Guilford Publications. Visto em 2014 em https://books.google.pt/books?id=kGK-dfHpM4gC&pg=PA449&lpg=PA449&dq=lewis+1971+self&source=bl&ots=JnLYhEHwBY&sig=R_dWQ6TdcY3F1guo_NiT6KSG-cA&hl=pt-PT&sa=X&ei=PLIjVdWRJIPwUPjDgpAI&ved=0CCQQ6AEwAA#v=onepage&q=lewis%201971%20self&f=false

- Shore, A. (1994). *Affect regulation and the origin of the self: the neurobiology of emotional development*. Hillsdale: Earlbaum.
- Solomon, R. (2008, 3rd). The philosophy of emotion. In Lewis, M., Haviland-Jones, J. & Barrett, L. (Eds.), *Handbook of emotions* (pp.3-16). New York: The Guilford press.
- Southam-Gerow, M. & Kendall, P. (2002). Emotion regulation and understanding. Implications for child psychotherapy and therapy. *Clinical Psychology Review*, 22, 189-222.
- Stanley, K., Heesacker, M., Perrin, P. & Graf, K. (2010). Putting a face to sexism: Gender stereotyping in interpreting emotionality from facial expressions. In A. Freitas-Magalhães(Ed.), *Emotional expression: The brain and the face* (pp.147-172). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Strongman, K. (1998). *A psicologia da emoção*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Tangney, J. (1998). How does guilt differ from shame. In Jane Bybee (Ed.), *Guilt and children*, (pp. 1-17). California: Academic Press.
- Tracy, J. & Robins, R. (2006). Appraisal antecedents of shame and guilt: Support for a theoretical model. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 10, 1339-1351.
- Tracy, J. & Beall, A. (2011). Happy guys finish last: The impact of emotion expressions on sexual attraction. *Emotion*, 11, 1379-1387.
- Tzu, S. (2006). *A arte da guerra*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Yin, R.(1994, 2nd Ed.). *Case study research. Designs and methods*. Michigan: Sage Publications.
- Yin, R.(2005). *Estudos de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre:Bookman.

Zinck, A. (2008). Self-referential emotions. *Consciousness & Cognition*, 17, 496-505.

RECURSOS LEGAIS

Código Penal

Código de Processo Penal

Constituição da República Portuguesa

Código de Execução das Penas e Medidas Privativas de Segurança, Lei 115/2009

Decreto Lei nº 147/99 de 1 de Setembro

Lei 20/2013 de 21 de Fevereiro

WEBGRAFIA

Acórdão Casa Pia. Visto em 2013, http://www.inverbis.pt/2007-2011/images/stories/pdf/acordaocasapia_1instancia.pdf

Casa Pia de Lisboa. Visto em 2014, <http://www.casapia.pt/Default.aspx?tabid=67&language=pt-PT>

Carolo, R., (2005). *Psiquiatria e psicologia forense: as suas implicações na Lei*. Visto a em 2011, <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0278.pdf>

Darwin, C. (1872). *The Expression of emotions in man and animals*. New York: Philosophical Library. Visto em 2014, http://www.communicationcache.com/uploads/1/0/8/8/10887248/the_expressions_of_the_emotions_in_man_and_animals.pdf

deMause, L. (1995). *The history of childhood*. USA, Rowman & Littlefield Publishers. Visto em 2014, <http://www.amazon.com/The-History-Childhood-Master-Work/dp/1568215517>

deMause, L. (1998). The history of child abuse. In *The journal of psychohistory*, 25, 3. Visto em 2014, <http://psychohistory.com/articles/the-history-of-child-abuse/>

Guilhardi, H.J (2002). *Análise comportamental do sentimento de culpa*. Campinas: Brasil. Visto em 2014, http://www.intranetibac.com.br/download/texto_ibac/analise/culpa_guilhardi.pdf

Rinaldi, D. (2001). *Culpa e angústia: algumas notas sobre a obra de Freud*. In U.T. Peres (Org.). *Culpa*, 193-200. São Paulo: Editora Escuta. Visto em 2014, <http://>

www.interseccaopsicanalitica.com.br/int-biblioteca/DRinaldi/Doris_Rinaldi_Culpa_e_Angustia_%20notas_obra_Freud.pdf

Wilson, J.Q.(1993). The moral sense. New York, Free Press Paperbacks. Visto em 2014, [http://books.google.pt/books?id=kgrrbYtYq2MC&pg=PA19&lpg=PA19&dq="+nightmare+from+which+we+have+only+recently+begun+to+awaken"&source=bl&ots=pNLwjRxNKZ&sig=S5VJEgPHR7fPsSneUagtBGp52X4&hl=pt-PT&sa=X&ei=8_N9VIWpBYLnaoSGgYgF&ved=0CDEQ6AEwAg#v=onepage&q="+nightmare%20from%20which%20we%20have%20only%20recently%20begun%20to%20awaken"&f=false](http://books.google.pt/books?id=kgrrbYtYq2MC&pg=PA19&lpg=PA19&dq=)

WHO (2006). Preventing Child Maltreatment: a guide to taking action and generating evidence. Visto em 2014, http://whqlibdoc.who.int/publications/2006/9241594365_eng.pdf?ua=1

ANEXOS
Volume I

Anexo 1: Carta de pedido de autorização de investigação à DGSP

Ana C. G. Coelho e Moreira

Nº de aluna: 28148

Laboratório de Expressão Facial da Emoção (FEELab),

na Faculdade de Ciências da Saúde (FCS),

da Universidade Fernando Pessoa (UFP)

Rua Carlos da Maia, 296

4200-150 Porto

À atenção de
Exma.Sr.^a Directora do Estabelecimento Prisional da Carregueira,
Dr.^a Clara Manso Preto
Estrada Nacional 117
2605-213 Belas

carta enviada com AR

Assunto: Cópia de Pedido de Autorização de Entrevista e/ou Gravação de Imagens no EP da Carregueira ao Exmo. Sr. Dr. da DGRSP, Dr. Rui Simões Sá Gomes.

Eu, Ana C.G. Coelho e Moreira, portadora do Cartão do cidadão número 11425940, licenciada em Criminologia pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto, com Pós-Graduação Universitária em Expressão Facial da Emoção pela Faculdade de Ciências da Saúde (FCS) da Universidade Fernando Pessoa, membro do Laboratório de Expressão Facial da Emoção (FEELab) e Doutoranda em Psicologia da Expressão Facial da Emoção com a tese denominada “ *As Falas da Face - Processo Casa Pia: Aplicação da Análise da Expressão Facial à luz do Direito Penal Português*”, sob a orientação do Exmo.Sr. Professor Doutor Freitas-Magalhães, Director do Laboratório de Expressão Facial da Emoção (FEELab), docente na Faculdade de Ciências da Saúde (FCS), da Universidade Fernando Pessoa (UFP), venho pela presente informar e solicitar:

a) Declaração de Intenções:

1. Nova leitura dos factos e dos indivíduos condenados no âmbito do processo referido em epígrafe, de acordo com a Expressão Facial da Emoção, no

seguimento da opinião do Exmo.Sr. Professor Doutor Figueiredo Dias sobre a dialética entre a Ciência e a Justiça “... *parecem por vezes conduzir a um diálogo de surdos e roçar o divórcio entre juristas e cientistas do homem, acarretando os maiores danos para a tarefa da aplicação do Direito.*” (1999, p. 9)⁵¹;

2. Análise dos condenados no processo supra-referido usando instrumentos de medição da face e dos processos neuro-musculares associados, por forma a dirimir as diferenças entre Culpa, Vergonha e/ou embaraço, mediante a congruência ou não-congruência da expressão facial das emoções *versus* factos provados pelo Sistema de Justiça;
3. Identificar pontos de confluência entre a análise da expressão facial de diferentes emoções perante o relato, apresentação de factos e/ou outros estímulos associados ao processo.

b) Pedido de Consentimento para:

1. Aplicação de Questionário sócio-demográfico;
2. Entrevista qualitativa e descritiva sobre os factos descritos no acórdão (e.g. abuso sexual de menores, entre outros);
3. Aplicação da Plataforma i-Emotions (i-E)⁵² (software informático) que permite a identificação e reconhecimento das 7 (sete) emoções básicas ;
4. Captação de imagens da aplicação do Questionário (infra referido), da utilização da plataforma do i-Emotions e entrevista qualitativa e descritiva, por recurso a câmaras de filmar de alta-definição, para análise futura através do *Facial Action Coding System (FACS)*⁵³;
5. Amostra é constituída por detidos, em cumprimento de pena efectiva pelo, no EP da Carregueira, designadamente:
 - a. Carlos Pereira Cruz, recluso nº 706;
 - b. Carlos Silvino da Silva, recluso nº 676;
 - c. João Alberto Dias Ferreira Dinis, nº 713
 - d. Jorge Marques Leitão Ritto, nº 710

⁵¹ Dias, F.(2007, 2ª Ed). *Direito Penal - questões fundamentais. A doutrina geral do crime- Tomo I*, Coimbra: Coimbra Editores

⁵² Freitas-Magalhães, A. & Castro, E.(2007). i-Emotions (i-E) (version 1.0), computer software. Oporto, Portugal: Facial Emotion Expression Lab (FEELab/UFP)

⁵³ Ekman, P., Friesen, W. & Carrol, J. (2002, 2nd Ed.). *Facial Action Coding System*. Salt Lake City, Ut: Research Nexus eBook

e. Manuel José Abrantes, nº 709

Mais, junto envio em anexo, para seu conhecimento, o meu plano de intenções de Doutoramento aprovado pelo Exmo.Sr. Reitor Professor Doutor Salvato Trigo. Outrossim, envio os meus contactos para marcação de uma audiência para demais esclarecimentos e/ou informações:

ac_coelho@sapo.pt/feelabx@ufp.edu.pt

Telefone: + 351 22 507 4630 (FEELab/FCS) / Telemóvel: + 351 919 037 778

Aos 6 de Novembro de 2013

Melhores Cumprimentos,

(Ana C.G. Coelho e Moreira)

Anexo 2: Carta de resposta ao pedido da DGSP à investigadora

2
08/01/2014

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Exmo(a) Senhor(a)
Ana C G Coelho e Moreira
Laboratório de Expressão Facial da Emoção, Faculdade
de Ciências da Saúde da Universidade Fernando
Pessoa
Rua Carlos da Maia, 296
4200-150 Porto
ac_coelho@sapo.pt; feelabx@ufp.edu.pt

V/ referência	N/ referência	Ofício N.º	Data
		240/DSOPRE/13	23.12.2013

Assunto: Investigação sobre "As Falas da Face - Processo Casa Pia"

Informamos V. Ex.ª que, nos termos da Circular nº 5/GDG/2001 de 18 de Junho, o pedido para a realização do trabalho em epigrafe foi indeferido por despacho do Senhor Director-Geral de 18.12.2013, com o seguinte fundamento:

"A finalidade da investigação não configura um objectivo científico geral centrando-se antes na análise de um processo judicial concreto, não permitindo assim garantir o anonimato e a confidencialidade de dados e pessoas que pudessem vir a participar"

Com os melhores cumprimentos.

O Director de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
José Carlos de Almeida Semedo Moreira
(J Semedo Moreira)

VPF/

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
Travessa da Cruz do Tojal, n.º 1 - 1150-122 Lisboa - Tel: 218812200 - Fax: 218853896 - E-mail: dsopre@drsp.mj.pt
Apartado 21207 - 1131-001 Lisboa

Anexo 3: Análise metodológica da reportagem selecionada como VM

**Análise do
VM⁵⁴**

Negação/ Assunção	Frame	Tempo (-m, -s)	Au's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
AW, senador dos EUA							
N	1	0,04	1(D)+4(E) +6+11+12+13+27	< 0,05s	D	X	
N	2	0,09	1(D)+4(E)+6(E) +11(E)+12(E)+27+38	>20s	D	-	-
N	3	0,14	6+11+12+13+27+56+ 64	< 0,05s	D	X	
A	4	0,17	1+5+27+38+64	< 0,05s	B	X	
A	5	0,23	1+5+31+38	< 0,05s	B	X	
BC, ex-Presidente dos EUA							
N	6	0,28	4+7+56+62	< 0,05s	C	X	
N	7	0,31	1+5+7+56	< 0,05s	C	X	
N	8	0,32	1+5+7+16(E) +27+31+56	< 0,05s	C	X	
N	9	0,35	4+7+16(E)+56	> 0,20s	C	-	-
N	10	0,38	1+5+7+16+31+56	> 0,05 s	C		X
A	11	0,42	1+2+5+15+16	< 0,05s	C	X	
A	12	0,45	27+31	< 0,05s	C	X	
A	13	0,48	7+27+31	< 0,05s	C	X	
A	14	0,57	7+17+27+31	< 0,05s	C	X	
MJ, atleta Olímpica dos EUA							
N	15	1,16	54+64	> 0,05 s	C		X
N	16	1,17	1+2+5+38	< 0,05s	C	X	
N	17	1,20	1+2+5+38+54+64	< 0,05s	D	X	

⁵⁴v. Anexo digital I

As Falas da Face.
Processo Casa Pia: Aplicação e Análise da Expressão à Luz do Direito Penal Português

N	18	1,23	1+2+5+38+54+64	> 0,05 s	C		X
A	19	1,25	4+6+38	< 0,05s	D	X	
A	20	1,27	4+6+37+38	< 0,05s	D	X	
A	21	1,29		< 0,05s	D	X	

*AW*⁵⁵⁵⁶

Quadro de Análise de Frequências Microexpressões na Negação

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	0	0	2	0	0	1	1	2
4	0	0	0	1	0	1	0	0	1
6	0	0	0	2	0	0	0	2	2
11	0	0	0	2	0	0	0	2	2
12	0	0	0	2	0	0	0	2	2
13	0	0	0	2	0	0	0	2	2
27	0	0	0	2	0	0	0	2	2
56	0	0	0	1	0	0	0	1	1
64	0	0	0	1	0	0	0	1	1
Total:	0	0	0	15	0	1	1	13	15

⁵⁵ Não se verificaram macroexpressões na negação

⁵⁶ Não se verificaram macroexpressões ou expressões subtis na Assunção

Quadro de Análise de Frequências Expressões Subtis na Negação

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
4	0	0	0	1	0	0	1	0	1
6	0	0	0	1	0	1	0	0	1
11	0	0	0	1	0	1	0	0	1
12	0	0	0	1	0	1	0	0	1
27	0	0	0	1	0	0	0	1	1
38	0	0	0	1	0	0	0	1	1
<i>Total:</i>	0	0	0	6	0	3	1	2	6

Quadro de Análise de Frequências Microexpressões na Assunção

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	2	0	0	0	0	0	2	2
5	0	2	0	0	0	0	0	2	2
27	0	1	0	0	0	0	0	1	1
31	0	1	0	0	0	0	0	1	1
38	0	2	0	0	0	0	0	2	2
64	0	1	0	0	0	0	0	1	1
<i>Total:</i>	0	9	0	0	0	0	0	9	9

BC, ex-Presidente dos EUA ⁵⁷

Quadro de Análise de Frequências Microexpressões na Negação

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	0	2	0	0	0	0	2	2
4	0	0	1	0	0	0	0	1	1
5	0	0	2	0	0	0	0	2	2
7	0	0	3	0	0	0	0	3	3
16	0	0	1	0	0	1	0	0	1
27	0	0	1	0	0	0	0	1	1
31	0	0	1	0	0	0	0	1	1
56	0	0	2	0	0	0	0	2	2
62	0	0	1	0	0	0	0	1	1
<i>Total:</i>	0	0	13	0	0	1	0	14	15

Quadro de Análise de Frequências Macroexpressões na Negação

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	0	1	0	0	0	0	1	1
5	0	0	1	0	0	0	0	1	1
7	0	0	1	0	0	0	0	1	1
16	0	0	1	0	0	0	0	1	1
31	0	0	1	0	0	0	0	1	1
56	0	0	1	0	0	0	0	1	1
<i>Total:</i>	0	0	6	0	0	0	0	6	6

⁵⁷Não se verificaram macroexpressões ou expressões subtis na Assunção

Quadro de Análise de Frequências Expressões Subtis na Negação

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
4	0	0	1	0	0	0	0	1	1
7	0	0	1	0	0	0	0	1	1
16	0	0	1	0	0	1	0	0	1
56	0	0	1	0	0	0	0	1	1
<i>Total:</i>	0	0	4	0	0	1	0	3	4

Quadro de Análise de Frequências Microexpressões na Assunção

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	0	1	0	0	0	0	1	1
2	0	0	1	0	0	0	0	1	1
5	0	0	1	0	0	0	0	1	1
7	0	0	2	0	0	0	0	2	2
15	0	0	1	0	0	0	0	1	1
16	0	0	1	0	0	0	0	1	1
17	0	0	1	0	0	0	0	1	1
27	0	0	3	0	0	0	0	3	3
31	0	0	3	0	0	0	0	3	3
<i>Total:</i>	0	0	14	0	0	0	0	14	14

MJ, ex-Atleta olímpica dos EUA ^{58 59}

Quadro de Análise de Frequências Microexpressões na Negação

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	0	1	1	0	0	0	2	2
2	0	0	1	1	0	0	0	2	2
5	0	0	1	1	0	0	0	2	2
38	0	0	1	1	0	0	0	2	2
54	0	0	0	1	0	0	0	1	1
64	0	0	0	1	0	0	0	1	1
<i>Total:</i>	0	0	4	6	0	0	0	10	10

Quadro de Análise de Frequências Macroexpressões na Negação

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	0	1	0	0	0	0	1	1
2	0	0	1	0	0	0	0	1	1
5	0	0	1	0	0	0	0	1	1
38	0	0	1	0	0	0	0	1	1
54	0	0	2	0	0	0	0	2	2
64	0	0	2	0	0	0	0	2	2
<i>Total:</i>	0	0	8	0	0	0	0	8	8

⁵⁸Não se verificaram expressões subtis na Negação

⁵⁹Não se verificaram macroexpressões e/ou expressões subtis na Assunção

Quadro de Análise de Frequências Microexpressões na Assunção

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
4	0	0	0	3	0	0	0	3	3
6	0	0	0	3	0	0	0	3	3
11	0	0	0	1	0	0	0	1	1
15	0	0	0	1	0	0	0	1	1
16	0	0	0	1	0	0	0	1	1
17	0	0	0	1	0	0	0	1	1
37	0	0	0	2	0	0	0	2	2
38	0	0	0	3	0	0	0	3	3
<i>Total:</i>	0	0	0	15	0	0	0	15	15

Anexo 4: Análise metodológica e transcrição das entrevistas seleccionadas de CS

***1.a) Transcrição parcial da entrevista de Carlos Tomás, jornalista, a CS a 6 de
Janeiro de 2011***

<http://www.youtube.com/watch?v=mqRp9Gkr-lA>

(Excerto: 0m, 00s - 1m,20s)

Entrevistador(E): Porque é que acusou estes arguidos? (1º)

Carlos Silvino (CS):...Hã (2º/3º)...Hã... bem dizer tive que dizer (4º) ...

E: Teve que dizer, foi obrigado a dizer?

CS: Fui obrigado (5º) com pena dos rapazes...

E:(...)Avenida das Forças Armadas, mais concretamente pelo Carlos Cruz. Conhecia aquela casa?

CS: Não (6º). Não.(7º)

E: Como é que começou a conhecer?

CS: Hã...

E: Na Avenida das Forças Armadas..hã...

CS: Na Avenida das Forças Armadas (8º)... (silêncio durante 2 segundos)... quero dizer que nunca (9º), Mas nunca! (10º), nem para Elvas, nem para (11º) nenhum lado levei qualquer rapaz daqueles que acusaram estes senhores.

1.b) Quadro dos frames e das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	Au's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
(Excerto: 0m, 00s - 2m,06s)						
1	0,04	6L+11L+17+21L+27	> 0,05 s	C		X
2	0,09	15L+16L+17+23+57	> 0,05 s	C		X
3	0,13	15L+16L+ 37	> 0,05 s	C		X
4	0,22	15L+16L+17+24+31L +38L+56	> 0,05 s	C		X
5	0,28	15L+38L+45L+57	< 0,05 s	B	X	
6	0,36	1+2+5+15L+38L+56+64	> 0,05 s	C		X
7	0,42	1+15L+16L+17+24+31L	< 0,05 s	B	X	
8	0,51	15L+16L+17+21L +37+38L	> 0,05 s	C		X
9	1,02	1+15L+17+22+38L+64	> 0,05 s	B		X
10	1,08	4+15L+17+22+57	> 0,05 s	D		X
11	1,13	1+2+15L+17+24+38L+64	> 0,05 s	C		X

2.a) Transcrição parcial da investigação jornalística da SIC / jornalista Felicia

Cabrita em 2002, com entrevista a CS

<http://www.youtube.com/watch?v=7YNKGyA8lhQ>

(Excerto: 1, 21s - 2m,06s)

E: Há nomeadamente gravações com a sua voz a falar com crianças... numa linguagem que não é bem própria de um funcionário da Casa Pia para um...para um aluno (12 °)

CS: Hum...Não, não devo ser eu (13°)... Não deve ser eu (14°)

E: (...) Acha que o que esta acontecer é injusto?

CS: Da minha parte é. (15°)

E: E porque é que tantas crianças ao longo destes anos todos, são quase (16°) 30 anos têm feito estas declarações todas...

CS: Isso é mentira!(17°)

2.b) Quadro dos frames e das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
<u>(Excerto: 1m, 23s - 2m,06s)</u>						
12	1,33	7L+15L+16L+17+24+55	> 0,05 s	D		X
13	1,39	1+7L+15L+16L+24+54	> 0,05 s	C		X
14	1,46	1+7L+11L+12L+17	> 0,05 s	C		X
15	1,51	1+2+12L+25	< 0,05 s	C	X	
16	1,59	37+38L+45	< 0,05 s	C	X	
17	0,36	1L+11L+12L+25+55	> 0,05 s	B	X	

3.a) Transcrição parcial da entrevista de Hernâni Carvalho a CS para o programa

Manhãs da Júlia, na SIC em 2011

<http://www.youtube.com/watch?v=sjztdnUh4p4>

(Excerto: 0, 38s - 0m,51s)

E: No princípio do julgamento você disse somos todos culpados. Agora, há dias, disse que era inocente. Em que é que ficamos?

CS: Hã...Ninguém (18º) é culpado. Estão todos inocentes ...(19º/20º) especialmente eu também, incluindo.

(Excerto: 1, 40s - 1m,56s)

E: Há quem diga que você veio agora dizer que nada aconteceu porque teve uma pena muito grande.

CS: Não, Não isso não era verdade (21º). Eu nunca recebi dinheiro nenhum, não é por causa da pena muito grande ó não porque eu não cometi nenhum crime(22º). Não dizem hora, não dizem o que...hã...não dizem hora, não dizem o dia da semana.

(Excerto: 17, 02s - 1m,56s)

E: Do que é que se arrepende?

CS: Estou arrependido com a medicação que me deram... De tudo o que disse, só eu é que falava no DIAP...

E: E agora? Você agora está condenado a 18 anos...

CS: Fui.

E: E agora o que é que lhe vai acontecer?

CS: hum...(23º)Matem-me (24º). Façam o que quiserem de mim.

3.b) Análise dos frames e indicação das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
(Excerto: 0m, 00s - 2m,06s)						
18	0,44	1+11+25+38+56+71	> 0,05 s	C		X
19	0,46	15+17+23+38+56+71	> 0,05 s	C		X
20	0,47	1+11L +12+17+22+38+56+71	> 0,05 s	C		X
21	1,45	6+12+17+27+38+56+71	> 0,05 s	C		X
22	1,49	4+15+16+17+38+56+71	< 0,05 s	C	X	
23	17,16	12L+17+25+54+71	> 0,05 s	C		X
24	17,18	15+17+24+38+56+71	> 0,05 s	B		X

4.a) Transcrição parcial da entrevista de CS a jornalista da TVI em 2006

www.youtube.com/watch?v=LCBDNi3hoRY

CS: Sei que fiz mal aos rapazes (25º)... Já pedi desculpa

E: (...) confessou que molestou rapazes na Casa Pia. Mantém isso agora?

CS: Sim. Confesso (26º)

(...)

E: Em Tribunal tem tido oportunidade de falar com alguns dos rapazes que já confessou que violou. O que é que lhes pode dizer agora...novamente. O que é que lhes diz em tribunal (27º; 28º; 29º)

CS: O que lhes disse em tribunal e digo (30º)...tanto...digo a esses rapazes a quem fiz mal, que estou arrependido, como disse a eles em Tribunal, estou arrependido mas também queria dizer aqui...pronto, abertamente...que (31º) sei que levei os rapazes para Elvas...sei quem eram as pessoas que lá estavam...Senhor Hugo Marçal...hã...foi...aaa... primeira pessoas que me veio entregar o envelope à...à carrinha. Senhor Hugo Marçal, Senhor Ferreira Diniz, Médico Camisão, Senhor Jorge Ritto, Senhor Cruz. Os miúdos chamavam-lhe o Senhor Cruz que era o Senhor 123...

E: Era assim que os miúdos o diziam?

CS: O Senhor Cruz, não diziam o Senhor Carlos Cruz, mas eu vi (32º) a cara dele e sei que era o Senhor Carlos Cruz... O Senhor Pedroso, o Senhor Carlos Motta, a “Sedona” Gertrudes” (33º)que deu...duas vezes beijinhos a dois dos rapazes...e que...havia mais pessoas...algumas dentro de casa que eu nunca entrei dentro de casa

(...)

E: Levou ou não levou rapazes ao prédio das Forças Armadas, aquele que até é próximo da sua casa?

CS: (...) dei boleia. Uns deixei cá em baixo na feira popular e outros cá em cima, portanto naaa...

(...)

E: Viu lá o Carlos Cruz?Na casa das Forças Armadas?

CS: Na segunda vez vi (34º)(...) Eu subi com os rapazes e eles iam à frente (sim senhor) e eu entrei por trás também mas saímos pela frente.

(...)

CS: Quero tribunar e dizer a todos os jovens (35°)... que sei que aqueles que eu os levei a Elvas, às outras casas, sei que eles foram, portanto, violados(36°)...e... da minha parte peço desculpa dar boleia e quero dar um grande abraço a todos os casapianos (37°) e era isso que queria dizer (38°)

(....)

4.b) Análise dos Frames e indicação das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
25	0,10	2R+4L+5R +15+16+17+23+38+56+64	< 0,05 s	B	X	
26	0,21	2R+4L+5R +15+16+25+38+56+64	< 0,05 s	B	X	
27	0,37	1+2+5+6+12+25+56+64	> 0,05 s	D		X
28	0,39	1+2+11L+12L+56+64	< 0,05 s	B	X	
29	0,41	1+2+15+25+56+64	< 0,05 s	D	X	
30	0,42	1+2R+5R+16+25+45+56	< 0,05 s	C	X	
31	0,50	1+2R+16+23+56+64	> 0,05 s	C		X
32	1,31	1R+4L+5R +25+38+56+64	> 0,05 s	C		X
33	1,39	1R+4L+11L+12L+13L +25+38L+56	> 0,05 s	C		X
34	2,26	4+11L+12L+25+38+56	> 0,05 s	C		X
35	3,19	1+15+16+23+31+38+56+64	> 0,05 s	D		X
36	3,28	1+15+16+25+38+56+64	> 0,05 s	D		X
37	3,36	1+6+15+16+17+23+38+56+64	> 0,05 s	D		X
38	3,40	1+6+15+16+17+23+38+56+64	> 0,05 s	C		X

5. Observações

Ao longo das entrevistas analisadas, não se verificaram expressões subtis relevantes para o objecto de estudo.

Quadro de Análise de Frequências Microexpressões

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	3	2	1	0	1	0	5	6
2	0	3	2	1	0	0	3	3	6
4	0	2	1	0	0	2	0	1	3
5	0	2	1	0	0	0	3	0	3
11	0	2	0	0	0	2	0	0	2
12	0	2	1	0	0	3	0	0	3
15	0	4	1	1	0	3	0	3	6
16	0	2	2	0	0	2	0	2	4
17	0	2	1	0	0	0	0	3	3
23	0	1	0	0	0	0	0	1	1
24	0	1	0	0	0	0	0	1	1
25	0	2	3	1	0	0	0	5	6
31	0	1	0	0	0	1	0	0	1
37	0	0	1	0	0	0	0	1	1
38	0	4	2	0	0	2	0	4	6
45	0	1	2	0	0	0	0	3	3
55	0	1	0	0	0	0	0	1	1
56	0	3	2	1	0	0	0	6	6
57	0	1	0	0	0	0	0	1	1
64	0	3	0	1	0	0	0	4	4
71	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Total:	0	40	22	6	0	16	6	45	68

Quadro de Análise de Frequências Macroexpressões

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	1	9	5	0	0	2	13	15
2	0	0	3	1	0	0	1	3	4
4	0	0	3	1	0	2	0	2	4
5	0	0	2	1	0	0	1	2	3
6	0	0	2	3	0	1	0	4	5
7	0	0	2	1	0	3	0	0	3
11	0	0	6	0	0	5	0	1	6
12	0	0	7	1	0	4	0	4	8
13	0	0	1	0	0	1	0	0	1
15	0	2	8	6	0	9	0	7	16
16	0	0	6	5	0	6	0	5	11
17	0	2	10	4	0	0	0	16	16
21	0	0	2	0	0	2	0	0	2
22	0	1	1	1	0	0	0	3	3
23	0	0	3	3	0	0	0	6	6
24	0	1	3	1	0	0	0	5	5
25	0	0	5	2	0	0	0	7	7
27	0	0	2	0	0	0	0	2	2
31	0	0	1	1	0	1	0	1	2
37	0	0	2	0	0	0	0	2	2
38	0	2	11	4	0	6	0	11	17
54	0	0	2	0	0	0	0	2	2
55	0	0	0	1	0	0	0	1	1
56	0	1	10	5	0	0	0	16	16
57	0	0	1	1	0	0	0	2	2
64	0	1	4	5	0	0	0	10	10
71	0	1	5	0	0	0	0	6	6
<i>Total:</i>	0	12	111	52	0	40	4	131	175

Quadro de Análise de Frequência de Microexpressões na Negação

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	2	1	0	0	1	0	2	3
2	0	0	1	0	0	0	0	1	1
4	0	0	1	0	0	0	0	1	1
11	0	1	0	0	0	1	0	0	1
12	0	1	1	0	0	2	0	0	2
15	0	2	1	0	0	3	0	0	3
16	0	1	1	0	0	2	0	0	2
17	0	1	1	0	0	0	0	2	2
24	0	1	0	0	0	0	0	1	1
25	0	1	1	0	0	0	0	2	2
31	0	1	0	0	0	1	0	0	1
37	0	0	1	0	0	0	0	1	1
38	0	2	2	0	0	2	0	2	4
45	0	1	1	0	0	1	0	1	2
55	0	1	0	0	0	0	0	1	1
56	0	0	1	0	0	0	0	1	1
57	0	1	0	0	0	0	0	1	1
71	0	0	1	0	0	0	0	1	1
<i>Total:</i>	0	16	14	0	0	13	0	17	30

Quadro de Análise de Frequência de Macroexpressões na Negação

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	1	6	0	0	0	0	7	7
2	0	0	2	0	0	0	0	2	2
4	0	0	0	1	0	0	0	1	1
5	0	0	1	0	0	0	0	1	1
6	0	0	2	0	0	1	0	1	2
7	0	0	2	1	0	3	0	0	3
11	0	0	4	0	0	3	0	1	4
12	0	0	5	0	0	2	0	3	5
15	0	2	8	2	0	9	0	1	10
16	0	0	5	1	0	6	0	0	6
17	0	2	10	2	0	0	0	14	14
21	0	0	2	0	0	2	0	0	2
22	0	1	1	1	0	0	0	3	3
23	0	0	2	0	0	0	0	2	2
24	0	1	3	1	0	0	0	4	4
25	0	0	2	0	0	0	0	2	2
27	0	0	2	0	0	0	0	2	2
31	0	0	1	0	0	1	0	0	1
37	0	0	2	0	0	0	0	2	2
38	0	2	8	0	0	5	0	5	10
54	0	0	2	0	0	0	0	2	2
55	0	0	0	1	0	0	0	1	1
56	0	1	6	0	0	0	0	7	7
57	0	0	1	1	0	0	0	2	2
64	0	1	2	0	0	0	0	3	3
71	0	1	5	0	0	0	0	6	6
<i>Total:</i>	0	12	92	11	0	32	0	72	104

Quadro de Análise de Frequência de Microexpressões na Assunção

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	1	1	1	0	0	0	3	3
2	0	3	1	1	0	0	3	2	5
4	0	2	0	0	0	2	0	0	2
5	0	2	1	0	0	0	3	0	3
11	0	1	0	0	0	1	0	0	1
12	0	1	0	0	0	1	0	0	1
15	0	2	0	1	0	0	0	3	3
16	0	2	1	0	0	0	0	3	3
17	0	1	0	0	0	0	0	1	1
23	0	1	0	0	0	0	0	1	1
25	0	1	1	1	0	0	0	3	3
38	0	2	0	0	0	0	0	2	2
45	0	0	1	0	0	0	0	1	1
56	0	3	1	1	0	0	0	5	5
64	0	3	0	1	0	0	0	4	4
<i>Total:</i>	0	25	7	6	0	4	6	28	38

Quadro de Análise de Frequência de Macroexpressões na Assunção

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	0	3	5	0	0	2	6	8
2	0	0	1	1	0	0	1	1	2
4	0	0	3	0	0	2	0	1	3
5	0	0	1	1	0	0	1	1	2
6	0	0	0	3	0	0	0	3	3
11	0	0	2	0	0	2	0	0	2
12	0	0	2	1	0	2	0	1	3
13	0	0	1	0	0	1	0	0	1
15	0	0	0	4	0	0	0	4	4
16	0	0	1	4	0	0	0	5	5
17	0	0	0	2	0	0	0	2	2
23	0	0	1	3	0	0	0	4	4
25	0	0	3	2	0	0	0	5	5
31	0	0	0	1	0	0	0	1	1
38	0	0	3	4	0	1	0	6	7
56	0	0	4	5	0	0	0	9	9
64	0	0	2	5	0	0	0	7	7
<i>Total:</i>	0	0	27	41	0	8	4	56	67

Anexo 5: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de RO

1.a) Transcrição parcial da entrevista de Carlos Tomás a RO

https://www.youtube.com/watch?v=6M-_vsCK_2c (PARTE I)

<https://www.youtube.com/watch?v=Rv57uJNWu6c> (PARTE II)

<https://www.youtube.com/watch?v=pTk8d9XS1MY> (PARTE III)

(Excerto PARTE I: 1m, 05s - 1m,10s)

E: E tu andavas a ser violado?

Ricardo Oliveira (RO): (1º) Pelo Bibi e por outros educadores aí do Colégio

(Excerto PARTE I: 6m, 39s - 6m,44s)

E: (...) E Elvas? Como é que surge Elvas?

RO: É pá

E: Tu não tiveste em Elvas?

RO: Eu nunca (2º) nunca.

(Excerto PARTE I: 12m, 52s - 13m,11s)

RO: A gente não mentiu assim, não mentiu (3º), a gente só... a gente mentiu neste processo. A gente estragou a vida a muita gente (4º) a gente só fez o que eles mandaram fazer...aquilo, aquilo era tão fácil mentir neste processo que.. (5º)

(Excerto PARTE II: 5m, 18s - 5m,32s)

RO: Se eu não tivesse dado esta entrevista a dizer a verdade (6º), tá ver?

E: Porque é que estás a dar esta entrevista?

RO: É pá, porque já chega. Porque já chega de mentira e porque fizeram mal, assim, ao meu amigo Ilídio, aos meus irmãos, ao Labaredas e cagaram para a gente (...)

(Excerto PARTE II: 8m, 34s - 8m,49s)

RO: (7º)Eu posso ter acusado assim muita gente importante (8º) eu acusei porque dava valor ao processo e (9º) dava valor a mim, estás a ver. Eu era... eles olhavam e eu era tipo... o senhor da palavra, tás a ver?! (10º)

(Excerto PARTE III: 0m, 00s - 0m,12s)

E: Tens algum arrependimento no meio desse processo ?

RO: (Pausa) Hã (11º) pá alguns... de fazerem mal aos meus irmãos...tenho.

(Excerto PARTE III: 0m, 48s - 1m,05s)

E: E em relação aos arguidos?

RO: ‘Tou-me a cagar para eles todos (12°). Faz mal, pronto(13°) faz mal a gente a vida a essas pessoas mas (14°)... não tenho nenhum sentimento, nem bom nem mau (15°)

(Excerto PARTE III: 11m, 44s - 12m,03s)

E: Tu o que é que pretendes conseguir no final disto tudo?

RO: (pausa) O que é que eu pretendo conseguir? (16°) ... Hã pá, um bocado de (17°) paz. Um bocado. Mas sei que a minha vida ainda vai piorar daqui para a frente. Sabe porque dar a cara não é muito fácil, né?

(Excerto PARTE III: 12m, 43s - 13m,03s)

E: Achas que é altura de se tirar as acusações que foram feitas contra inocentes?

RO: As acusações falsas, sim. Não é?

E: Já chega?

RO : Então, a gente tem que fazer... A gente errou, não é? Agora a gente vai ter que ‘tar... Eu vou tentar da minha parte para livrar as pessoas que não estão metidas nisso (18)

1.b) Análise dos frames e indicação das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
(Excerto PARTE I: 1m, 05s - 1m,10s)						
1	1,06	1+2+5+20+64	< 0,05s	C	X	
(Excerto PARTE I: 6m, 39s - 6m,44s)						
2	6,44	1+2+5+26	< 0,05s	C	X	
(Excerto PARTE I: 12m, 52s - 13m,11s)						
3	12,56	1+2+26+64	< 0,05s	B	X	
4	13,02	1+2+5+25+61	< 0,05s	B	X	
5	13,08	1+2+5+25+64	< 0,05s	B	X	
(Excerto PARTE II: 5m, 18s - 5m,32s)						
6	5,21	15+25+55	< 0,05s	B	X	
(Excerto PARTE II: 8m, 34s - 8m,49s)						
7	8,34	23+53+63	>0,05s	B		X
8	8,39	26+64	>0,05s	B		X
9	8,42	1+4+15+17+24	< 0,05s	B	X	
10	8,49	1+4+6+7+10R +12+25+56	< 0,05s	C	X	
(Excerto PARTE III: 0m, 00s - 0m,12s)						
11	0,06	1+4+17+25+64	>0,20 s	C	-	-
(Excerto PARTE III: 0m, 48s - 1m,05s)						
12	0,52	1+4+5+6+12+17+25	>0,05s	C		X
13	0,54	6R+12R+25+51+64	>0,05s	C		X
14	1,01	1+26+55+64	>0,20 s	C	-	-
15	1,04	1L+6+10R+15+17+23	<0,05s	C	X	
(Excerto PARTE III: 11m, 44s - 12m,03s)						
16	11,50	1+2+5+15+25+56	>0,05s	C		X
17	11,53	1+2+26+55+64	>0,05s	C		X
(Excerto PARTE III: 12m, 43s - 13m,03s)						
18	13,02	1+2+5+26+55	< 0,05s	C	X	

2.a) Transcrição parcial da entrevista de Felícia Cabrita a RO ao SOL TV em 2012

<http://videos.sapo.pt/fuIuNYh9AcVnmuWZFhAt> (PARTE I)

<http://videos.sapo.pt/tM2rT2gozZ2P86ZMqkV> (PARTE II)

<http://videos.sapo.pt/qmsJ2TKvJ4yrMu6MLG94> (PARTE III)

(Excerto PARTE I: 2m, 11s - 2m,37s)

E: Ainda quer ser ouvido novamente em Tribunal a fim de repor a verdade no processo, uma vez que as declarações que prestou levou à condenação de algumas pessoas inocentes?

Ricardo Oliveira (RO): (19º) Isso não. Isso é mentira. Eu (20º) não quero mais ir a tribunais e isso... Todos estão presos e que eu falei... tá tudo metido nisso são todos é culpados (21º).

(Excerto PARTE II: 0m, 00s - 0m,38s)

E: Durante 10 anos sempre deu a mesma versão dos factos. Disse que tinha sido abusado por várias pessoas e de repente, há uns meses, numa entrevista a Carlos Tomás, hã... mudou a versão. O que é que se passou?

RO: Eu comecei a mandar mails e assim a ele, mensagens pelo facebook, vocês avisaram-me para eu não ir na toca do lobo (22º) para me deixar disso para eu não meter mais nisso...mas eu quis-me armar em esperto... queria-lhe apanhar eu, pensava que conseguia e dar-lhe a volta, mas fui eu que caí (23º) na toca dele

(Excerto PARTE II: 1m, 27s - 1m,56s)

E: Para quem durante 10 anos manteve uma versão, mudar assim de repente, não tem uma motivação mais forte?

RO: Fiz isso porque eu sou (24º)... eu sou... adicto à cocaína (25º) fiz isso pela cocaína, fiz isso pelo dinheiro da cocaína. O Pedro Lemos era também, fumar droga e porque queria dinheiro

E: O que é que foi prometido?

RO: Ele é que propôs dinheiro, e disse somas e tudo mas eu queria era droga (26º).

(Excerto PARTE II: 2m, 18s - 3m,16s)

E: Onde é que está a verdade? Foi aquilo que o Ricardo disse durante 10 anos? Ou aquilo que disse ao jornalista Carlos Tomás?

RO: A verdade é o que eu disse em (27º) durante 10 anos. Eu só mudei (28º) porque ‘tava dependente da, da, cocaína e porque o Carlos Tomás andou atrás da gente, para a gente mudar a versão. Ele vinha era a mando de outras pessoas. Para nos, prontos, para ir aos nossos pontos fracos que é a droga, que é o dinheiro, a vida fácil e... (suspiro) e a gente aceitou

E: Quem são as pessoas

RO: O Carlos Cruz (29º), era o Ferreira Diniz (30º) é que lhe pagava, tudo. Eu também falei ao telefone com o Carlos Cruz e tudo. E ele, assim a dizer para eu o ajudar (31º), mas pela sua filha. Prometia mundos e fundos e o Carlos Tomás também me disse que eles é que lhe pagavam tudo que eram eles por trás de tudo.

(Excerto PARTE II: 5m, 27s - 5m,50s)

RO: O que Carlos Tomás aquando foi ter comigo era só mesmo, para ilibar o seu patrão, o homem que lhe paga, o Carlos Cruz (32º) era mesmo para ilibar o Carlos Cruz. Não era para ilibar os outros.

E: Para ilibar o Carlos Cruz. O que é que ele lhe disse?

RO: Ele para eu (33º) pá, mentir. Para eu dizer que eu nunca tinha estado com o Carlos Cruz, que eu nunca tinha sido violado, e para eu dizer que os outros putos também estavam a mentir.

(Excerto PARTE III: 0m, 00s - 0m,31s)

E: Ricardo com que idade é que foi abusado?

RO: Com 5 anos (34º) Eu comecei a ser abusado com 5 anos. Hã... por quem... primeiro foi pelo Carlos Silvino, pelo Bibi (35º), depois foi com o Carlos Cruz, com Manuel Abrantes, com o Pires, com o Marçal, com o ex- provedor da Casa Pia (36º), com o Jorge Ritto (37º)... pá foram muita gente.

(Excerto PARTE III: 2m, 24s - 2m,46s)

E: Lembra-se com que idade começou a ser filmado e onde?

RO: Com 9 anos (38º) em Colares, em Sintra, numa casa abandonada assim em Sintra no Castelo da Pena, ao pé do Castelo da Pena, num castelo abandonado (39º)... na praia da Adraga, que era uma praia onde tenho as fotos aí com o outro rapaz, que é o Nuno Miguel.

2.b) Análise dos frames e indicação das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
(Excerto PARTE I: 2m, 11s - 2m,37s)						
19	2,22	1+4+26	> 0,05 s	C		X
20	2,27	1+54+64	< 0,05s	C	X	
21	2,36	1+4+26	> 0,05 s	C		X
(Excerto PARTE I: 6m, 39s - 6m,44s)						
22	0,25	1+4+5+26	> 0,05 s	B		X
23	0,37	1+2+5+12+43+56	< 0,05s	C	X	
(Excerto PARTE II: 1m, 27s - 1m,56s)						
24	1,36	26+54+64	>0,20s	C	-	-
25	1,41	1+5+10L+26+55	< 0,05s	C	X	
26	1,55	1+2+5+6+7+10R+12R +26+55	< 0,05s	C	X	
(Excerto PARTE II: 2m, 18s - 3m,16s)						
27	2,27	1+4+26+64	< 0,05s	C	X	
28	2,29	1+5+26+54+64	>0,20s	C	-	-
29	2,54	1+4+26+56+64	> 0,05 s	C		X
30	2,55	1+4+22+56	< 0,05s	B	X	
31	3,03	6+7+11+12+25	> 0,05 s	C		X
(Excerto PARTE II: 5m, 27s - 5m,50s)						
32	5,34	1+26	< 0,05s	C	X	
33	5,42	4+24+54+64	< 0,05s	C	X	
(Excerto PARTE III: 0m, 00s - 0m,31s)						
34	0,04	1+26+54+64	> 0,05 s	C		X
35	0,12	1+23+54+64	> 0,05 s	C		X
36	0,25	1+26+45+56	> 0,05 s	C		X
37	0,27	1+17+24+64	> 0,05 s	C		X
(Excerto PARTE III: 2m, 24s - 2m,46s)						
38	2,27	1+26+56	< 0,05s	C	X	
39	2,37	17+23+64	< 0,05s	C	X	

Quadro de Análise de Frequências Microexpressões

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	5	12	0	0	1	0	16	17
2	0	3	4	0	0	0	0	7	7
4	0	2	3	0	0	0	0	5	5
5	0	2	6	0	0	0	0	8	8
6	0	0	3	0	0	0	0	3	3
7	0	0	2	0	0	0	0	2	2
10	0	0	4	0	0	1	3	0	4
12	0	0	3	0	0	0	1	2	3
15	0	1	1	0	0	0	0	2	2
17	0	1	2	0	0	0	0	3	3
20	0	0	1	0	0	0	0	1	1
22	0	1	0	0	0	0	0	1	1
23	0	0	2	0	0	0	0	2	2
24	0	1	1	0	0	0	0	2	2
25	0	3	1	0	0	0	0	4	4
26	0	1	7	0	0	0	0	8	8
43	0	0	1	0	0	0	0	1	1
54	0	0	2	0	0	0	0	2	2
55	0	1	3	0	0	0	0	4	4
56	0	1	3	0	0	0	0	4	4
61	0	1	0	0	0	0	0	1	1
64	0	2	5	0	0	0	0	7	7
<i>Total:</i>	0	25	66	0	0	2	4	85	91

Quadro de Análise de Frequência Macroexpressões

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	1	9	0	0	0	0	10	10
2	0	0	2	0	0	0	0	2	2
4	0	1	4	0	0	0	0	5	5
5	0	1	2	0	0	0	0	3	3
6	0	0	3	0	0	0	1	2	3
7	0	0	1	0	0	0	0	1	1
11	0	0	1	0	0	0	0	1	1
12	0	0	3	0	0	0	1	2	3
15	0	0	1	0	0	0	0	1	1
17	0	0	2	0	0	0	0	2	2
23	0	1	1	0	0	0	0	2	2
24	0	0	1	0	0	0	0	1	1
25	0	0	4	0	0	0	0	4	4
26	0	2	6	0	0	0	0	8	8
45	0	0	1	0	0	0	0	1	1
51	0	0	1	0	0	0	0	1	1
53	0	1	0	0	0	0	0	1	1
54	0	0	2	0	0	0	0	2	2
55	0	0	1	0	0	0	0	1	1
56	0	0	3	0	0	0	0	3	3
63	0	0	1	0	0	0	0	1	1
64	0	1	6	0	0	0	0	7	7
<i>Total:</i>	0	8	55	0	0	0	2	61	63

Quadro de Análise de Frequência Expressões Subtis

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	0	3	0	0	0	0	3	3
4	0	0	1	0	0	0	0	1	1
5	0	0	1	0	0	0	0	1	1
17	0	0	1	0	0	0	0	1	1
25	0	0	1	0	0	0	0	1	1
26	0	0	3	0	0	0	0	3	3
54	0	0	2	0	0	0	0	2	2
55	0	0	1	0	0	0	0	1	1
64	0	0	4	0	0	0	0	4	4
<i>Total:</i>	0	0	17	0	0	0	0	17	17

Quadro de Análise de Frequência de Microexpressões na Negação

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	4	5	0	0	1	0	8	9
2	0	3	3	0	0	0	0	6	6
4	0	1	1	0	0	0	0	2	2
5	0	2	3	0	0	0	0	5	5
6	0	0	2	0	0	0	0	2	2
7	0	0	1	0	0	0	0	1	1
10	0	0	2	0	0	0	2	0	2
12	0	0	1	0	0	0	0	1	1
15	0	1	1	0	0	0	0	2	2
17	0	1	1	0	0	0	0	2	2
20	0	0	1	0	0	0	0	1	1
23	0	0	1	0	0	0	0	1	1
24	0	1	0	0	0	0	0	1	1
25	0	3	1	0	0	0	0	4	4
26	0	1	2	0	0	0	0	3	3
55	0	1	1	0	0	0	0	2	2
56	0	0	1	0	0	0	0	1	1
61	0	1	0	0	0	0	0	1	1
64	0	2	1	0	0	0	0	3	3
<i>Total:</i>	0	21	28	0	0	1	2	46	49

Quadro de Análise de Frequência de Macroexpressões na Negação

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	0	3	0	0	0	0	3	3
2	0	0	2	0	0	0	0	2	2
4	0	0	1	0	0	0	0	1	1
5	0	0	2	0	0	0	0	2	2
6	0	0	2	0	0	0	1	1	2
12	0	0	2	0	0	0	1	1	2
15	0	0	1	0	0	0	0	1	1
17	0	0	1	0	0	0	0	1	1
23	0	1	0	0	0	0	0	1	1
25	0	0	3	0	0	0	0	3	3
26	0	1	1	0	0	0	0	2	2
51	0	0	1	0	0	0	0	1	1
53	0	1	0	0	0	0	0	1	1
55	0	0	1	0	0	0	0	1	1
56	0	0	1	0	0	0	0	1	1
63	0	1	0	0	0	0	0	1	1
64	0	1	2	0	0	0	0	3	3
<i>Total:</i>	0	5	23	0	0	0	2	26	28

Quadro de Análise de Frequência Expressões Subtis na Negação

Au	Frequência por Intensidade					Frequência a Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	0	2	0	0	0	0	2	2
4	0	0	1	0	0	0	0	1	1
17	0	0	1	0	0	0	0	1	1
25	0	0	1	0	0	0	0	1	1
26	0	0	1	0	0	0	0	1	1
55	0	0	1	0	0	0	0	1	1
64	0	0	2	0	0	0	0	2	2
<i>Total:</i>	0	0	9	0	0	0	0	9	9

Quadro de Análise de Frequência de Microexpressões na Assunção

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	1	7	0	0	0	0	8	8
2	0	0	2	0	0	0	0	2	2
4	0	1	2	0	0	0	0	3	3
5	0	0	3	0	0	0	0	3	3
6	0	0	1	0	0	0	0	1	1
7	0	0	1	0	0	0	0	1	1
10	0	0	2	0	0	1	0	1	2
12	0	0	2	0	0	0	1	1	2
17	0	0	1	0	0	0	0	1	1
22	0	1	0	0	0	0	0	1	1
23	0	0	1	0	0	0	0	1	1
24	0	0	1	0	0	0	0	1	1
26	0	0	5	0	0	0	0	5	5
43	0	0	1	0	0	0	0	1	1
54	0	0	2	0	0	0	0	2	2
55	0	0	2	0	0	0	0	2	2
56	0	1	2	0	0	0	0	3	3
64	0	0	4	0	0	0	0	4	4
Total:	0	4	39	0	0	1	1	41	43

Anexo 6: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de FG

**1.a) Transcrição parcial da entrevista ao programa “Boa Tarde” da SIC a 26 de
Novembro de 2010**

<http://videos.sapo.pt/WtAP98lw6miLzDzdYzvt> (PARTE I)

<http://videos.sapo.pt/51YjwgSQdjbBKfzNGYzi> (PARTE II)

(Excerto PARTE I: 1m, 07s - 1m,23s)

Francisco Guerra (FG): (...) No dia 3 de Setembro o Tribunal deu razão a mim (1º) e aos meus colegas, dando como provados os crimes que (2º) as pessoas que lá estiveram fizeram mal, então eu tomei a decisão de publicar este livro.

(Excerto PARTE I: 2m, 10s - 2m,35s)

FG: (...) Porque além daquilo (4º) que eu passei na Casa Pia e após 8 anos de luta e ter conhecido pessoas como a Dr.^a Catalina Pestana e tantas outras, que na minha sincera opinião foram afastadas dos cargos que exerciam por nos terem ajudado, foi uma sensação única ter ouvido o que eu ouvi no dia 3 de Setembro. Sem dúvida nenhuma.

(Excerto PARTE II: 1m, 04s - 1m,19s)

E: Ele (Carlos Silvino) abusou de si fora da Casa Pia, do edifício da Casa Pia?

FG: Não. Foi na Instituição (5º)

E: Dentro da instituição?

FG: Sim

(Excerto PARTE II: 2m, 00s - 2m,17s)

FG: (...)E, eu ter que reviver e ao estar aqui a falar consigo, eu tenho que reviver tudo outra vez. Agora na minha cabeça. Não existe ma vírgula, um ponto final no meu livro ou em tudo o que eu disse na polícia judiciária ou órgão de justiça deste país que não tenha sido verdade (6º)

(Excerto PARTE II: 3m, 36s - 4m,30s)

FG: (...) Como é que eu fazia isso? Faço-lhe agora uma pergunta? Como é que eu fazia estando eu numa instituição onde o provedor-adjunto da instituição fez-me mal (7º) onde funcionários da instituição me fizeram mal e estava fechado dentro de 4 muros.

E: Quando diz que lhe fizeram mal, abusaram sexualmente de si?

FG: Sim. Eu pergunto-lhe como é que eu o fazia?

E: Não tinha a quem recorrer, é isso? Achava que ninguém ia acreditar em si?...

FG: Aconteceu durante anos (8º) Foi preciso existir uma Catalina Pestana, um Pedro Strech e um Doutor Álvaro Carvalho, que arriscaram as suas carreiras, muitos deles foram demitidos dos cargos que exerciam porque nos ajudaram, encontraram a verdade (9º) para que a verdade viesse ao de cima. Percebe? Eu tive calado 8 anos.

1.b) Análise dos frames e indicação das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
(Excerto: 1m, 07s - 1m,23s)						
1	1,11	1+2+5+24+38+55	< 0,05s	C	X	
2	1,16	1+2L+5L+25+55	< 0,05s	C	X	
3	1,19	1+2R+5R+17+23+38+64	< 0,05s	B	X	
(Excerto PARTE I: 2m, 10s - 2m,35s)						
4	2,12	1+2+5+12+25+38+55	< 0,05s	B	X	
(Excerto PARTE II: 1m, 04s - 1m,19s)						
5	1,17	1L+2L+5L+12L +17+24+55	> 0,20s	B	-	-
(Excerto PARTE II: 2m, 00s - 2m,17s)						
6	2,17	1+2+5+12L+25+38+55	>0,05s	B		X
(Excerto PARTE II: 3m, 36s - 4m,30s)						
7	3,47	1+2+5+25+55	>0,05s	C		X
8	4,08	6+7+11+12+17+25	< 0,05s	B	X	
9	4,21	1+2+5+26+38	>0,05s	C		X

2.a) Transcrição parcial da entrevista ao “Jornal da Uma” da TVI a 26 de Janeiro de 2011

<http://www.tvi.iol.pt/videos/13378166>

(Excerto: 0m, 27s - 0m,52s)

Francisco Guerra (FG): (sobre a entrevista de Carlos Silvino)A reacção que tenho é de imensa revolta (10º) efectivamente daquilo que vi (11º). Se me perguntasse se eu estava à espera, estava. Muito sinceramente, estava.

E: Porque é que estava à espera?

FG: Hã... (12º) hum... Sabe que tudo o que puderem utilizar para destruir o processo da... da minha vida, o processo da vida dos meus colegas, vão utilizar até às últimas consequências

(Excerto: 1m, 13s - 1m,32s)

E: Qual é o Carlos Silvino que fala a verdade? O Bibi do processo ou o Bibi condenado e que agora desmente tudo ?

FG: Hã... Aquilo que o Carlos disse em tribunal na minha presença (13º) afirmando as minhas declarações e pedindo-me desculpa em pleno tribunal esse é o Carlos Silvino que eu conheço. Actualmente eu não conheço o Carlos Silvino.

(Excerto: 2m, 10s - 1m,19s)

J: Carlos Silvino disse também nesta entrevista que mentiu e as vítimas também mentiram. Você mentiu?

FG: Nunca. Aquilo que eu lhe posso dizer como está nos meus depoimentos, existiu a fase inicial do processo em que a confiança que eu teria que ter com os investigadores que estavam a investigar o processo, omiti e disse que nunca tinha sido abusado. No início do processo, tudo o que está nos meus depoimentos, tudo o que está escrito no meu livro que eu publiquei, é a verdade (14º)

2.b) Análise dos frames e indicação das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
(Excerto: 0m, 27s - 0m,52s)						
10	0,28	22+12	< 0,05s	A	X	
11	0,32	15+16+17+64	> 0,05 s	C		X
12	0,37	2L+6L +7+11+12+13+25+64	< 0,05s	C	X	
(Excerto: 1m, 13s - 1m,32s)						
13	1,24	22+38+64	< 0,05s	C	X	
(Excerto: 2m, 10s - 1m,19s)						
14	2,37	4+11+12+17+24	< 0,05s	B	X	

3.a) Transcrição parcial da entrevista após leitura da sentença à TVI a 3 de Setembro de 2010

[http://www.tvi24.iol.pt/videos/vitima-da-a-cara-apos-a-sentenca/
53f4d435300428fec6fb8a47/3225](http://www.tvi24.iol.pt/videos/vitima-da-a-cara-apos-a-sentenca/53f4d435300428fec6fb8a47/3225)

(Excerto: 0m, 49s - 1m,05s)

Francisco Guerra (FG): Saio satisfeito porque aquilo que eu disse ao longo destes anos, hoje veio-se a provar que é verdade. Mas (15º) ao mesmo tempo não saio daqui contente (16º) porque não é uma situação boa de nós sairmos daqui felizes. (17º) Basicamente é tudo o que tenho para lhe dizer.

3.b) Análise dos frames e indicação das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
(Excerto: 0m, 49s - 1m,05s)						
15	0,55	12+25+64	< 0,05s	B	X	
16	0,58	4+6+7+11+12+13+17+27	> 0,05 s	C		X
17	1,02	1+2+5+15+17+64	< 0,05s	C	X	

Quadro de Análise de Frequências Microexpressões

Au	Frequência por Intensidade					Frequência a Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	2	3	0	0	0	0	5	5
2	0	2	4	0	0	2	1	3	6
4	0	1	0	0	0	0	0	1	1
5	0	2	3	0	0	1	1	3	5
6	0	1	1	0	0	1	0	1	2
7	0	1	1	0	0	0	0	2	2
11	0	2	1	0	0	0	0	3	3
12	0	4	1	0	0	0	0	5	5
13	0	0	1	0	0	0	0	1	1
15	0	0	1	0	0	0	0	1	1
17	0	3	1	0	0	0	0	4	4
22	1	0	1	0	0	0	0	2	2
23	0	1	0	0	0	0	0	1	1
24	0	1	1	0	0	0	0	2	2
25	0	3	2	0	0	0	0	5	5
38	0	2	2	0	0	0	0	4	4
55	0	1	2	0	0	0	0	3	3
64	0	1	2	0	0	0	0	3	3
<i>Total:</i>	1	27	27	0	0	4	2	49	55

Quadro de Análise de Frequências Macroexpressões

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	1	2	0	0	0	0	3	3
2	0	1	2	0	0	0	0	3	3
4	0	0	1	0	0	0	0	1	1
5	0	1	2	0	0	0	0	3	3
6	0	0	1	0	0	0	0	1	1
7	0	0	1	0	0	0	0	1	1
11	0	0	1	0	0	0	0	1	1
12	0	1	1	0	0	1	0	1	2
13	0	0	1	0	0	0	0	1	1
15	0	0	1	0	0	0	0	1	1
17	0	0	2	0	0	0	0	2	2
24	0	1	0	0	0	0	0	1	1
25	0	1	1	0	0	0	0	2	2
26	0	0	1	0	0	0	0	1	1
27	0	0	1	0	0	0	0	1	1
38	0	1	1	0	0	0	0	2	2
55	0	1	1	0	0	0	0	2	2
64	0	0	1	0	0	0	0	1	1
<i>Total:</i>	0	8	21	0	0	1	0	28	29

Quadro de Análise de Frequência Expressões Subtis

Au	Frequência por Intensidade					Frequência a Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	1	0	0	0	1	0	0	1
2	0	1	0	0	0	1	0	0	1
5	0	1	0	0	0	1	0	0	1
12	0	1	0	0	0	1	0	0	1
17	0	1	0	0	0	0	0	1	1
55	0	1	0	0	0	0	0	1	1
<i>Total:</i>	0	6	0	0	0	4	0	2	6

Anexo 7: Análise metodológica e transcrição das entrevistas seleccionadas de IM

1.a) Transcrição parcial da entrevista de Carlos Tomás, jornalista, a IM

26/12/2011

<http://www.youtube.com/watch?v=mqRp9Gkr-lA>

(Excerto 1ª parte: 1m, 29s - 2m,44s)

Entrevistador(E): Tu alguma vez foste, hã... vítima de abuso...Eras uma das pessoas que tinha sido abusada na Casa Pia?

Ilídio Marques (IM): Sim, fui. (1º)

E: Em que circunstâncias? Por pessoas exteriores à Casa Pia...E...Quando foste abusado pela primeira vez?

IM: Pouco tempo (2º) depois de estar na Casa Pia...

E: E esses abusos foram praticados por quem?

IM: (3º)... Com uma das funcionárias.... mas isso não foi logo no início, mas já ao fim de algum tempo, mas os abusos, sim, foram praticados com algumas pessoas que... não pertencem à Casa Pia, vá.

E: No processo consta que terás sido abusado pelo teu padrasto, não é verdade?

IM: É. (4º)

E: E foste abusado por algum dos arguidos que foram agora condenados no Processo?

IM: ... (5º, 6º) Não.

E: Não foste abusado por nenhum destes arguidos?

IM: ... (7º, 8º) Não. (9º)

E: (suspiro) Então porque é que os acusou?

IM: É pá... Vamos ver... a culpa... a culpa é um bocado é (10º) da comunicação social (11º). Que ajuda a sustentar e a sustentar uma situação que....(12º) não existe.

(Excerto 1ª parte: 3m,51s - 4m,09s)

E: O Ilídio alguma vez teve com algum destes arguidos em circunstâncias relacionadas com abusos sexuais?

IM: (13º)... Não (14º).... Nunca tive (15º)... Éssa é que é a (16º)verdade. Com estes não.

(Excerto 1ª parte: 7m,14s - 7m, 41s)

IM: Porque (17º) inconscientemente da nossa parte... da minha e de alguns, é pá, conseguimos dar a volta à questão e nunca tinha (18º)...aliás, nunca (19º) tínhamos bem a noção da proporção que as coisas iam levar. Mas quando a gente falou e acusou (20º) e apontou não foi de...com maldade (21º), aquela de... mas sim para chamar atenção. É claro que chegou a uma proporção que mesmo quando a gente quis dar a volta, não conseguimos.

(Excerto 1ª parte : 13m, 30s - 13m, 57s)

E: Conhecias alguns destes arguidos?

IM: (22º)... Casualmente

E: Alguém que... queres dizer quem é... as circunstâncias...

IM: O Carlos Cruz não é (23º) preciso dizer que toda a gente sabe e toda a gente o conhece. O Ferreira Diniz (24º), sabia, prontos... de uma relação que ele tinha, sabia onde é que era... mas isso, prontos... porque a pessoa em questão que estava com ele ou treinava na Casa Pia e era também uma pessoa que também dava nas vistas...

(Excerto 2ª parte : 0m, 00s - 0m, 10s)

E: alguma vez estiveste com estes arguidos em circunstâncias que envolvessem abusos sexuais?

IM:...(25º/26) Não.

E: Com nenhum deles?

IM: Não.(27º)

(Excerto 2ª parte : 1m, 42s - 3m, 37s)

E: Isto vocês mentem quando vão fazer declarações à Polícia Judiciária, isto depois entende-se também ao Instituto de Medicina Legal ou...

IM: Não. É assim. Fomos abusados (28º)

E: Exacto. Uma coisa é ser abusado aos 5 anos, outra coisa é ser abusado aos 10, 11 e vê-se que há abusos contínuos, continuados

E: Era isso que eu lhe ia perguntar. Os exames do Instituto de Medicina Legal que comprovam que todos vocês terão sido vítimas de..

IM: Sim (29°), sim

E: Abusos. O Ilídio o que está a querer dizer é que sim mas não por estes arguidos. É isto?

IM: É (30°)

E: Estou a deduzir bem...

IM: (31°) Sim, sim

E: Hum... Há aqui por exemplo, um arguido, uma das testemunhas, foi aquela deu a cara, foi o Francisco Guerra, podemos dizer o nome. Francisco Guerra era alegado braço direito de Carlos Silvino, pelo menos foi assim que foi apresentado na comunicação social. Ele era de facto, conheces (32°) o braço direito do Carlos Silvino

IM: Não!(33°) Não há braço direito nenhum (34°)

E: Carlos Silvino chefiava de facto uma rede de, de, pedofilia como foi tornado público?

IM: hum ...Quer dizer (35°)...não chefiava uma rede de pedofilia mas tinha alguns conhecimentos de pessoal de pedofilia

E: Ele conhecia, o Carlos Silvino conhecia pessoas ligadas à...

IM: Sim.

E: ...aos abusos. E fez transportes de crianças para essas pessoas?

IM: É assim. Eu saí algumas vezes com ele...

E: Quando tu dizes que o Carlos Silvino que te transportava e também te levou. Tu ganhavas a tua parte?

IM: Sim (36°;37°)

E: Pagavam-te? O Carlos Silvino pagava-te ou eram os clientes que te pagavam directamente?

IM: Não... Era o Bibi (38°)

E: O Carlos Silvino é que te pagava?

IM: (abana positivamente a cabeça) (39°)

(Excerto 2ª parte : 4m,00 s - 4m, 22s)

E: E esses, os abusadores a quem o Carlos Silvino (40º) vos levava não era, portanto, nenhum destes arguidos?

IM: Não...(41º)

E: Não eram pessoas conhecidas?

IM: Não...

E: Volta a... tens a noção que isto é a realidade que não...

IM: Não. É assim. Claro que é a realidade (42º) e foi aquilo que eu quando o procurei, foi o que eu lhe disse a si. Olhe...

(Excerto 2ª parte : 5m,11 s - 5m, 26s)

IM: O que me fez procurá-lo (ao Jornalista) e, e, por causa de (43º), de, falar a verdade(44º), plena consciência (45º) e de a minha companheira me dar o apoio e dizer, sim senhora, tu se andas assim tão perturbado por teres mentido(46º) e tares a prejudicar...

(Excerto 2ª parte : 13m,07 s - 13m, 29s)

E: O Ilídio alguma vez esteve em Elvas?

IM: Sim tive (47º)

E: ... Em que circunstâncias... No âmbito deste processo, estiveste em Elvas naquelas circunstâncias

IM: Estive(48º)...hã...tive(49º)

E: Com estes arguidos ?

IM: Não. (50º)Com pessoas que não (51º) sei quem são até hoje...

(Excerto 2ª parte : 13m,39 s - 13m, 29s)

E: Portanto o que está no processo sobre este arguidos...

IM: (52º)É mentira.

E: E não com...estes arguidos não...

IM: Não.

E: De certeza absoluta?

IM: (53°)Certeza

(Excerto 3ª parte : 9m,42 s - 9m, 58s)

E: Destruíste (54°) vidas de algumas pessoas. Tens noção disso?

IM: (55°)É por isso que... As minhas declarações (56°) é para tentar(57°)...(58°)
remediar uma coisa que em miúdo fiz.

1.b) Quadro dos frames e das Au'S

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
<u>(Excerto 1ª parte: 1m, 29s - 2m,44s)</u>						
1	1,35	26+38+61	<0,05s	A	X	
2	1,44	4+7+11L+17+24+38+61	> 0,05 s	C		X
3	1,50	1+2+5+11+15+16+17+61	<0,05s	D	X	
4	2,15	25+38+45	<0,05s	A	X	
5	2,21	4+26+38+61	<0,05s	B	X	
6	2,22	4+15+16+17+38+61	<0,05s	C	X	
7	2,25	4+12+17+24	<0,05s	A	X	
8	2,26	2R+4+11+15+17+24+64	<0,05s	C	X	
9	2,28	6+11+12+26	>0,05s	A		X
10	2,34	1+7+11+12+17+37+38+56+64	>0,05s	C		X
11	2,36	1+6+7+12+25	> 0,05 s	C		X
12	2,43	1+2+5+17+24+45+56	>0,05s	C		X
<u>(Excerto 1ª parte: 3m,51s - 4m,09s)</u>						
13	3,58:3,59	15+16+17+24+38+64	>0,05s	D		X
14	4,00	2R+4L+6L+11+17+24+64	>0,05s	B		X
15	4,02	24+43+51	>0,05s	A		X
16	4,03	1+2+15+25+38	<0,05s	B	X	
<u>(Excerto 1ª parte: 7m,14s - 7m, 41s)</u>						
17	7,15	1+2+5+15+17+24+38+64	>0,05s	D		X
18	7,23	1+2+5+26+38+53+63	>0,05s	D		X
19	7,24	1+2+5+6+7+11+12+17+24+38+53+63	> 0,05 s	D		X
20	7,28	1+2+5+25+63	>0,05s	A		X
21	7,32	4+7+26+38	>0,05s	C		X
<u>(Excerto 1ª parte : 13m, 30s - 13m, 57s)</u>						
22	13,35	2R+4L+15+16+17+24+38+46L	>0,05s	C		X

As Falas da Face.
Processo Casa Pia: Aplicação e Análise da Expressão à Luz do Direito Penal Português

23	13,42	1+2+5+6+11+12+17+22+5 3	>0,05s	C		X
24	13,45	1R+2R+26+38+46L+64	<0,05s	C	X	
(Excerto 2ª parte : 0m, 00s - 0m, 10s)						
25	0,04	15+17+24+55+64	>0,05s	C	X	
26	0,05	1L+2L+4R+7R +15+17+24+55+63	<0,05s	C	X	
27	0,07	26+55+64	>0,05s	A	X	
(Excerto 2ª parte : 1m, 42s - 3m, 37s)						
28	1,52	1L+2L+17+24+38+46L +56+64	<0,05s	B	X	
29	2,14	4+26+38+61	<0,05s	A	X	
30	2,20	4+17+24+38+45	<0,05s	B	X	
31	2,22	4+26+38+64	>0,05s	B		X
32	2,44	4+7+25+38+55	>0,05s	C		X
33	2,45	4+6+7+11+15+17+24+64	>0,05s	C		X
34	2,47	1+12+17+27+52	>0,05s	B		X
35	2,56	4+7+17+25+38+64	>0,05s	B		X
36	3,27	2R+4+17+24+46L+55	<0,05s	A	X	
37	3,28	1+2+5+7+12+26+51	<0,05s	A	X	
38	3,34	1+6+7+11+12+27+51	>0,05s	C		X
39	3,36	23+36+38+55+64	<0,05s	C	X	
(Excerto 2ª parte : 4m,00 s - 4m, 22s)						
40	4,01	4+12+25+36+38+55+63	>0,05s	C		X
41	4,05	4+5+15+17+64	<0,05s	A	X	
42	4,14	1+2+26+38+56+61	>0,05s	C		X
(Excerto 2ª parte : 5m,11 s - 5m, 26s)						
43	5,14	2R+4L+26+38+55+64	>0,05s	C		X
44	5,16	1+ 2+17+38+64	>0,05s	C		X
45	5,17	1+2+26+38+64	>0,05s	C		X
46	5,24	1+2+26+38+53+63	>0,05s	C		X
(Excerto 2ª parte : 13m,07 s - 13m, 29s)						

As Falas da Face.
 Processo Casa Pia: Aplicação e Análise da Expressão à Luz do Direito Penal Português

47	13,11	4+25+45	<0,05s	B	X	
48	13,19	4+15+17+24+38	>0,05s	C		X
49	13,21	24+45+52	>0,05s	C		X
50	13,23	1+2+15+17+24+58+64	>0,05s	B		X
51	13,25	1+2+5+15+17+23+38+57 +61	<0,05s	D	X	
<u>(Excerto 2ª parte : 13m,39 s - 13m, 29s)</u>						
52	13,42	4+5L+26+38+61	>0,05s	B		X
53	13,49	1+2+5+26+38+55+64	>0,05s	C		X
<u>(Excerto 3ª parte : 9m,42 s - 9m, 58s)</u>						
54	9,44	1+2+5+26+38	>0,05s	C		X
55	9,45	1+2+17+24+38+61	>0,05s	B		X
56	9,50	1+2+5+26+56+61	>0,05s	C		X
57	9,51	4+23+31+38+53+63	>0,05s	C		X
58	9,54	1+2+23+31+38+65	>0,05s	C		X

2.a) Transcrição parcial da entrevista a Carlos Tomás, jornalista, a IM

22/04/2012

<https://www.youtube.com/watch?v=3zkWxZ2oHk8>

(Excerto: 1m, 00s - 1m,10s)

Ilídio Marques (IM): Ela (Felicía Cabrita, jornalista) queria que eu desmentisse tudo (59°) e eu disse não. ‘Tá fora de questão desmentir porque... eu disse (60°) a verdade agora.

(Excerto: 1m, 35s - 1m,45s)

IM: (...) Não, Felícia. Aquilo que eu disse ao Carlos (61°), não é mentira. Tudo o que eu disse ao Carlos é verdade. É realmente só a verdade (62°)

(Excerto: 4m, 16s - 4m,27s)

IM: Eu simplesmente limitei-me a dizer a verdade (63°) só para poder descansar, para poder andar de cabeça erguida, para se um di cruze-me com eles na rua, olhar com eles de frente e pedir-lhes novamente desculpa (64°), um a um. Não tenho qualquer tipo de problemas

2.b) Quadro dos frames e das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
(Excerto: 1m, 00s - 1m,10s)						
59	1,02	1+2+5+7+25+56	>0,05s	C		X
60	1,06	1+7+4L+10+11L+12L +26+56+61	>0,05s	C		X
(Excerto: 1m, 35s - 1m,45s)						
61	1,38	4+2+26+38+56	>0,05s	C		X
62	1,44	2L+4+7+26+38+61	>0,05s	C		X
(Excerto: 4m, 16s - 4m,27s)						
63	4,18	2L+4+7+26+38+61	>0,05s	C		X
64	4,26	4+7+15+17+22+38+55+6 1	>0,05s	C		X

3. Observações

Ao longo das entrevistas analisadas, não se verificaram expressões subtis relevantes para o objecto de estudo.

Quadro de Análise de Frequências Microexpressões

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	1	2	2	2	0	2	1	4	7
2	2	2	1	2	0	1	2	4	7
4	4	3	4	0	0	0	1	10	11
5	2	0	0	2	0	1	0	3	4
7	1	0	1	0	0	0	0	2	2
11	0	0	1	1	0	0	0	2	2
12	1	0	0	0	0	0	0	1	1
15	0	1	4	2	0	0	0	7	7
16	0	0	1	1	0	0	0	2	2
17	3	2	4	2	0	0	0	11	11
23	0	0	0	1	0	0	0	1	1
24	4	1	3	0	0	0	0	8	8
25	1	2	0	0	0	0	0	3	3
26	0	1	1	4	0	0	0	6	6
36	0	0	1	0	0	0	0	1	1
38	3	4	3	0	0	0	0	10	10
45	1	2	0	0	0	0	0	3	3
46	1	1	1	0	0	3	0	0	3
51	1	0	0	0	0	0	0	1	1
55	2	3	0	0	0	0	0	7	7
56	0	1	0	0	0	0	0	1	1
57	0	0	0	1	0	0	0	1	1
61	2	2	1	2	0	0	0	7	7
63	0	0	1	0	0	0	0	1	1
64	2	1	4	0	0	0	0	7	7
<i>Total:</i>	31	28	33	20	0	7	4	103	114

Quadro de Análise de Frequências Macroexpressões

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	1	3	14	3	0	0	0	21	21
2	1	3	15	3	0	2	3	17	22
4	0	4	13	0	0	0	4	13	17
5	1	1	5	3	0	1	0	9	10
6	1	1	4	1	0	1	0	6	7
7	0	1	11	1	0	0	1	12	13
10	0	0	1	0	0	0	0	1	1
11	1	0	6	1	0	2	0	6	8
12	1	1	6	1	0	1	0	8	9
15	0	1	3	2	0	0	0	6	6
16	0	0	1	0	0	0	0	1	1
17	0	5	9	3	0	0	0	17	17
22	0	0	2	0	0	0	0	2	2
23	0	0	2	0	0	0	0	2	2
24	1	3	6	3	0	0	0	13	13
25	1	1	4	0	0	0	0	6	6
26	1	2	12	1	0	0	0	16	16
27	0	1	1	0	0	0	0	2	2
31	0	0	1	0	0	0	0	1	1
36	0	0	1	0	0	0	0	1	1
38	0	4	20	5	0	0	0	29	29
43	1	0	0	0	0	0	0	1	1
45	0	0	2	0	0	0	0	2	2
46	0	0	1	0	0	1	0	0	1
51	1	0	1	0	0	0	0	2	2
53	0	0	3	2	0	0	0	5	5
55	0	0	4	0	0	0	0	4	4
56	0	0	7	0	0	0	0	7	7

As Falas da Face.
Processo Casa Pia: Aplicação e Análise da Expressão à Luz do Direito Penal Português

58	0	1	0	0	0	0	0	1	1
61	0	1	5	0	0	0	0	6	6
63	1	0	2	2	0	0	0	5	5
64	0	5	8	2	0	0	0	15	15
65	0	0	1	0	0	0	0	1	1
<i>Total:</i>	12	38	171	33	0	8	8	238	254

Anexo 8: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de CC

**1.a) Transcrição parcial da entrevista a Rodrigo Guedes de Carvalho, jornalista, a CC
a 28 de Novembro de 2003**

<https://www.youtube.com/watch?v=h59arSBufwg>

(Excerto: 0m, 53s - 1m,02s)

Carlos Cruz (CC): (...) que eu esteja inocente (1º) perante a minha consciência, que é o meu primeiro valor. Por muito que eu esteja inocente perante a minha família (2º), que é o segundo valor e por muito que eu esteja inocente (3º) perante uma grande parte da opinião pública

(Excerto: 1m, 14s - 1m, 30s)

CC: Imaginando que um (4º) português ou uma portuguesa pode imaginar que eu (5º) praticava (6º) esse tipo de actos, eu que sempre fui frontalmente contra a pornografia (7º), contra a pedofilia, eu nunca tive práticas homossexuais (8º), mas se tivesse como adulto (9º) ninguém tinha nada com isso, mas nunca tive nem tendências nem desejos

1.b) Análise dos frames e indicação das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
(Excerto: 0m, 53s - 1m,02s)						
1	0,53	2+4+7+9+10+11+25+55	< 0,05 s	B	X	
2	0,58	1+2+5+25	> 0,05 s	D		X
3	1,00	1+12+13+25+55	> 0,05 s	C		X
(Excerto: 1m, 14s - 1m,30s)						
4	1,14	1+2+5+12R+22+55	> 0,05 s	D		X
5	1,17	1+5+25+45+55	< 0,05 s	C	X	
6	1,17	4+5R+6L+7L+9+10+11L+25+55	> 0,05 s	D	X	
7	1,22	25+54+64	> 0,05 s	B		X
8	1,25	1L+2L+5+9+10+25	> 0,05 s	C		X
9	1,27	1+2+5+10+26	> 0,05 s	D		X
10	1,30	1+2+5+6+11+12+25	> 0,05 s	D		X

2.a) Transcrição parcial da conferência de imprensa após leitura do Acórdão- RTP

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=372578&tm=8&layout=122&visual=61>

(Excerto: 0m, 36s - 0m,48s)

Carlos Cruz (CC): Assisti como personagem (11º) vítima a uma monstruosidade jurídica (...)

(Excerto: 2m, 19s - 2m,28s)

CC: (...) jamais qualquer deles seria incapaz de defender um abusador sexual (12º) em qualquer circunstância. Eu sei isso (13º)

(Excerto: 3m,29s - 4m,11s)

CC: Mas antes da condenação (14º) ouvir dados como provados factos (15º) factos que não aconteceram, em sítios que eu nunca frequentei (16º) com pessoas que não conheço (17º) sem qualquer fundamentação porque não me foi explicado Naquele tribunal, hoje, em que é que se baseia a afirmação que os factos foram provados (18º/19º). Que parte do processo é que prova que eu estive na Avenida das Forças Armadas ou que parte do processo é que prova que eu estive em Elvas? (...)

(Excerto: 5m,14s - 5m,22s)

CC: Não há (20º) provas da minha culpa. E sem provas da minha culpa eu fui hoje condenado a 7 anos de prisão.

(Excerto: 5m,40s - 6m,07s)

CC: Hoje fui condenado sem provas (21º). Uma prova, prova testemunhal cheia de contradições e mentiras (22º), contradições dentro das próprias contradições (23º), contradições entre os assistentes, contradições entre o inquérito (24º), a instrução e o julgamento. E com testemunhos (25º) inegáveis de que era impossível eu ter estado em Évora (...)

(Excerto: 6m,47s - 7m,03s)

CC: Portanto eu quero dizer ao povo Português que esta é mais uma etapa de uma luta que para além de ser a prova da minha inocência (26º) que chegará um dia (27º), é uma luta pela justiça (...)

2.b) Análise dos frames e indicação das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
<u>(Excerto: 0m, 36s - 0m,48s)</u>						
11	0,42	1+2+5+10+11+12L+25	> 0,05 s	D		X
<u>(Excerto: 2m, 19s - 2m,28s)</u>						
12	2,25	37+38	< 0,05 s	C	X	
13	2,28	1+2+5+12+25	< 0,05 s	D	X	
<u>(Excerto: 3m, 30s - 4m,11s)</u>						
14	3,30	4+7+9+10+25	< 0,05 s	D	X	
15	3,34	4+6+7+9+10L+11+22	> 0,05 s	D		X
16	3,38	4+6+7+10L+11L+25	> 0,05 s	D		X
17	3,40	4+6+7+10L+11+25+56	> 0,05 s	D		X
18	3,54	1+2R+17+24+38	< 0,05 s	B	X	
19	3,54	1+2+17+37+38	< 0,05 s	C	X	
<u>(Excerto: 5m, 14s - 5m,22s)</u>						
20	5,14	1+2+5+26+38	> 0,05 s	D		X
<u>(Excerto: 5m, 40s - 6m,07s)</u>						
21	5,42	1+2+15+37	< 0,05 s	B	X	
22	5,49	1+10+11L+25+56	< 0,05 s	B	X	
23	5,52	4+6+7+12L+56	> 0,05 s	C		X
24	5,57	4+6+9+10L+11L+26	> 0,05 s	D		X
25	6,02	4+37	< 0,05 s	D	X	
<u>(Excerto: 6m, 47s - 7m,03s)</u>						
26	6,59	1+4+25	< 0,05 s	C	X	
27	7,01	1+4+25	< 0,05 s	C	X	

3.a) Transcrição parcial da conferência de imprensa após leitura do Acórdão- SIC

Notícias

<http://videos.sapo.pt/UYIb4OoizrYbTFANzP6m>

(Excerto: 23m, 15s - 24m,39s)

Entrevistador (E): Qual seria o objectivo das vítimas em incriminar os arguidos...

CC: Isso as vítimas é que têm de responder, qual foi o objectivo ou o que é que lucraram com isso.

E: Como é que olhou para as vítimas hoje em tribunal ? (...)

CC: Naturalmente, como pessoas que estavam dentro do Tribunal. Como olhei para vocês dentro do tribunal.

E: Sente revolta? (vários jornalistas colocam questões)

CC: Eu continuo a olhar para eles (28º) como pessoas, cidadãos que mentiram. Se são ou não mentirosos (29º)

E: Se mentiram em relação ao Carlos Cruz ou em relação aos abusos?

CC: Mentiram e eu respondo por mim, mentiram em relação a mim, mentiram em relação (30º) à minha presença na Avenida das Forças Armadas, mentiram na afirmação que me conheciam (31º), mentiram em relação à minha presença na Casa de Elvas. E isso eu mantenho (32º). Agora se continuam a mentir, se têm razões sejam elas de que natureza for para mentir eu isso não sei, não estou na cabeça deles. O que eu faço votos é que de facto, isso eu tenho consciência, ao longo do processo fui-me apercebendo com aquilo que fui lendo passaram uma juventude desgraçada (33º), gente fragilizada (34º), espero que estejam recuperados, aliás pelo menos pelo aspecto hoje parece que estão bem (35º)

E: *(não se percebe a pergunta colocada)*

CC: Não. Mau não e bom também não. Espero que sejam felizes como todos os portugueses e todas as pessoas, todos os seres humanos devem ser(...)

(Excerto: 28m, 25s - 29m,12s)

E: (...) Foram dados como provados que esteve então na casa das Forças Armadas em Lisboa? Foi provado hoje em tribunal e órgãos de informação internacionais estão a dar essa informação...

CC: Sim estão a dar a notícia, mas estou convencido que a darão de uma forma mais crítica do que aquela que está a ser feita em Portugal.

E: Foram os juízes que disseram e ficou provado em tribunal (36°). Aqui não temos que ser críticos ou não, são factos...

CC: Hã... A afirmação de que foi provado em Tribunal (37°) é sua (38°). Para mim não fico nada provado em Tribunal ...hã...

E: Os juízes deram como provados ...

CC: Não. Os juízes deram como provados, mas não (39°) ficou nada provado em tribunal. Eu não vi nenhuma prova, não vi nenhuma prova, nenhum argumento..

E: Não há provas?

CC: Não há. (40°)

(Excerto: 29m, 22s - 29m,59s)

E: (jornalista da Agência Reuters coloca uma questão em inglês não muito perceptível devido à tradução em simultâneo por um outro jornalista português)

CC: My state of mind is... I feel very quiet, I feel calm, I have my conscience absolutely calm, I didn't (41°) practice (42°) any abuse, any crime of any nature and I'm ready to fight for the truth, for my innocence, on my name, on behalf of my family and to help the justice in Portugal (...)

3.b) Análise dos frames e indicação das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
<u>(Excerto: 23m, 15s - 24m,39s)</u>						
28	23,41	25+54+64	> 0,05 s	D		X
29	23,45	1+2+5+25+56+64	> 0,05 s	D		X
30	23,51	25+54+64	>0,20 s	D	-	-
31	23,56	25+54+64	>0,20 s	D	-	-
32	24,01	1+2+5+10L +11+25+56+64	> 0,05 s	D		X
33	24,05	1+2+5+17+25+64	>0,20 s	C	-	-
34	24,23	1+2+5+25+54+64	>0,20 s	D	-	-
35	24,24	1+4+37	> 0,05 s	D	X	
<u>(Excerto: 28m, 25s - 29m,12s)</u>						
36	28,46	4+9+10L+11+24	>0,20 s	C	-	-
37	28,53	4+17+25+54+64	>0,20 s	D	-	-
38	28,54	1+2+5+10L +11+17+26+55	> 0,05 s	C	X	
39	29,02	1+2+5+10L+11+17+24	>0,20 s	D	X	
40	29,09	1+2+5+26	> 0,05 s	E		X
<u>(Excerto: 29m, 22s - 29m,59s)</u>						
41	29,39	4+11+15+16+17+54+64	> 0,05 s	E		X
42	29,40	4+9+10L+11+26	> 0,05 s	E		X

**4.a) Transcrição parcial da Entrevista no programa “De Homem para Homem” da
TVI 24**

<https://www.youtube.com/watch?v=eArao5KC8jo> (PARTE II)

<https://www.youtube.com/watch?v=yXMBhCL4DKA> (PARTE III)

(Excerto, PARTE II: 14m, 43s - 15m,01s)

CC: (...) Nunca admiti ao contrário do que se pôs para aí como ficção, que tiraram do acórdão, eu nunca, portanto é uma mentira que está (43º) no acórdão, eu nunca admiti que o abusado tinha menos de 14 anos, eu nunca fui (...)

MLG (Manuel Luis Goucha): Aliás é uma notícia que sai agora, esta semana numa revista.

CC: Exactamente.

MLG: E que tem haver com o acórdão. Isso está lá no acórdão.

CC: Está no acórdão, mas isso é mentira (44º)

(Excerto, PARTE III: 1m, 37s - 2m,12s)

MLG: Em momento algum tiveste relações com crianças ou jovens?

CC: (suspiro) Manel, eu nunca tive relações homossexuais (45º) e nunca tive...

MLG: A homossexualidade não tem haver com pedofilia...

CC: Espera...

MLG: Nem com...

CC: não, não, espera...

MLG: Ou abuso de jovens

CC: Não, não, espera aí deixa-me acabar a resposta. Nunca tive relações homossexuais. Sou um heterossexual (46º) militante e com muito prazer (47º) e mesmo nas minhas relações heterossexuais nunca tive relações com menores, que eu me lembre, de 19. Eu ia dizer de 18 (48º) mas que eu me lembre de 19 (...)

(Excerto, PARTE III: 3m, 30s - 3m,54s)

CC: (...) Mas eu dou ênfase a isso, para que além de não ter relações homossexuais (49º), com ninguém de nenhuma idade, também nunca abusei (50º) de ninguém do sexo feminino. É nesse sentido que eu chamo atenção para a minha heterossexualidade e não

é tentar baralhar as pessoas e dizer-lhes que os homossexuais que são os pedófilos, não.
 (...)

4.b) Análise dos frames e indicação das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
<u>(Excerto, PARTE II: 14m, 43s - 15m,01s)</u>						
43	14,47	1+2+5+25	> 0,05 s	D		X
44	15,01	1+2+5+25+38	> 0,05 s	D		X
<u>(Excerto, PARTE III: 1m, 37s - 2m,12s)</u>						
45	1,44	4+24+38	< 0,05 s	B	X	
46	1,57	12+25+38+63	< 0,05 s	B	X	
47	2,00	4+6+7+11+12+17+27	< 0,05 s	D	X	
48	2,08	4+9+10L+22+38+56	< 0,05 s	C	X	
<u>(Excerto, PARTE III: 3m, 30s - 3m,54s)</u>						
49	3,37	1+2+5+25+56	< 0,05 s	C	X	
50	3,42	1+2+5+25+38+56	< 0,05 s	B	X	

Quadro de Análise de Frequências Microexpressões

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	5	7	4	0	0	0	16	16
2	0	4	3	2	0	1	0	8	9
4	0	2	3	4	0	0	0	9	9
5	0	1	3	3	0	0	1	6	7
6	0	0	0	2	0	1	0	1	2
7	0	1	0	3	0	1	0	3	4
9	0	1	1	2	0	0	0	4	4
10	0	2	2	3	0	1	0	6	7
11	0	2	1	3	0	2	0	4	6
12	0	0	0	2	0	0	0	2	2
17	0	1	2	2	0	0	0	5	5
22	0	0	1	0	0	0	0	1	1
24	0	1	1	0	0	0	0	2	2
25	0	4	4	3	0	0	0	11	11
26	0	0	1	0	0	0	0	1	1
27	0	0	0	1	0	0	0	1	1
37	0	1	2	2	0	0	0	5	5
38	0	4	3	0	0	0	0	7	7
55	0	1	2	1	0	0	0	4	4
56	0	2	2	0	0	0	0	4	4
63	0	1	0	0	0	0	0	1	1
<i>Total:</i>	0	33	38	37	0	6	1	101	108

Quadro de Análise de Frequências Macroexpressões

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	0	2	11	0	0	0	13	13
2	0	0	1	10	1	2	0	10	12
4	0	0	1	4	2	0	0	7	7
5	0	0	1	10	0	0	0	11	11
6	0	0	1	5	0	0	0	6	6
7	0	0	1	3	0	0	0	4	4
9	0	0	1	2	1	0	0	4	4
10	0	0	1	7	1	5	0	4	9
11	0	0	0	7	1	2	0	6	8
12	0	0	2	2	0	1	1	2	4
13	0	0	1	0	0	0	0	1	1
15	0	0	0	0	1	0	0	1	1
16	0	0	0	0	1	0	0	1	1
17	0	0	0	0	1	0	0	1	1
22	0	0	0	2	0	0	0	2	2
24	0	0	0	1	0	0	0	1	1
25	0	1	2	10	0	0	0	13	13
26	0	0	1	0	0	0	0	1	1
38	0	0	0	2	0	0	0	2	2
54	0	1	0	1	1	0	0	3	3
55	0	0	1	1	0	0	0	2	2
56	0	0	1	3	1	0	0	4	4
64	0	1	0	4	1	0	0	6	6
<i>Total:</i>	0	3	17	85	12	10	1	105	116

Quadro de Análise de Frequência Expressões Subtis

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	0	1	1	0	0	0	2	2
2	0	0	1	1	0	0	0	2	2
4	0	0	1	1	0	0	0	2	2
5	0	0	1	1	0	0	0	2	2
9	0	0	1	0	0	0	0	1	1
10	0	0	1	0	0	0	0	1	1
11	0	0	1	0	0	0	0	1	1
17	0	0	1	0	0	0	0	1	1
24	0	0	1	0	0	0	0	1	1
25	0	0	1	4	0	0	0	5	5
54	0	0	0	4	0	0	0	4	4
64	0	0	1	4	0	0	0	5	5
<i>Total:</i>	0	0	11	16	0	0	0	27	27

Anexo 9: Análise metodológica e transcrição das entrevistas selecionadas de FD

1.a) Transcrição parcial da conferência de imprensa após leitura do Acórdão- SIC

Notícias

<http://videos.sapo.pt/3j7OWDbamc1ZojjZ0NjI>

(Excerto: 1m, 30s - 1m,37s)

Ferreira Diniz (FD): Eu fui condenado (1º)por factos que não tive oportunidade de me defender (2º)

1.b) Análise dos frames e indicação das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
(Excerto: 0m, 53s - 1m,02s)						
1	1,31	1+55+62	<0,05s	B	X	
2	1,36	1+5+6+10+11+15+16	<0,05s	C	X	

2.a) Transcrição parcial da reportagem SIC no dia 24 de Fevereiro de 2012

<http://videos.sapo.pt/erkolYJWHACn8O8efCE6>

(Excerto: 1m, 20s - 0m,48s)

FD: Eu esto disposto a cumprir tudo o que o meu sistema legal que eu quero continuar a acreditar em Portugal, faça (3°). Acho que é extraordinariamente injusto se assim for, é o maior dos desastres para a justiça portuguesa se algum (4°) de nós tiver de cumprir mais um dia de cadeia que seja.

J(voz-off): Até porque Ferreira Diniz não contava com a condenação.

FD: Acreditava que os Juizes Desembargadores fossem mais experientes que os Juizes da 1ª Instância conseguissem repor um bocadinho verdade deste processo. Este processo é uma mentira (5°) completa. Eu não fiz (6°) absolutamente nada daquilo (7°) só posso ficar contente com a absolvição total

2.b) Análise dos frames e indicação das Au's

Frame	Tempo (-m, -s)	AU's	Duração	Intensidade	Micro expressão	Macro expressão
(Excerto: 0m, 53s - 1m,02s)						
3	1,28	1+2+5+25+38	< 0,05s	C	X	
4	1,35	1+5+25	< 0,05s	C	X	
5	1,52	1+5+10R+11R+25	< 0,05s	B	X	
6	1,56	1+4+9+25+64	< 0,05s	B	X	
7	1,58	1+4+22+64	< 0,05s	B	X	

3. Observações

Ao longo das entrevistas analisadas, não se verificaram macroexpressões e expressões subtis relevantes para o objecto de estudo.

Quadro de Análise de Frequências Microexpressões

Au	Frequência por Intensidade					Frequência Left	Frequência Right	Right and Left	Frequência Total
	A	B	C	D	E				
1	0	4	3	0	0	0	0	7	7
2	0	0	1	0	0	0	0	1	1
4	0	2	0	0	0	0	0	2	2
5	0	1	3	0	0	0	0	4	4
6	0	0	1	0	0	0	0	1	1
9	0	1	0	0	0	0	0	1	1
10	0	1	1	0	0	0	1	1	2
11	0	1	1	0	0	1	0	1	2
15	0	0	1	0	0	0	0	1	1
16	0	0	1	0	0	0	0	1	1
22	0	1	0	0	0	0	0	1	1
25	0	2	1	0	0	0	0	3	3
38	0	0	1	0	0	0	0	1	1
55	0	1	0	0	0	0	0	1	1
62	0	1	0	0	0	0	0	1	1
64	0	2	0	0	0	0	0	2	2
<i>Total:</i>	0	17	14	0	0	1	1	29	31